

Eliana Correia Brandão Gonçalves
Norma Suely da Silva Pereira
Isabela Santos de Almeida
Tereza Pereira do Carmo

ORGANIZADORAS

HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO DAS LÍNGUAS NATURAIS

Raízes e sementes da pesquisa
acadêmica em Letras

Volume 1



A coletânea *História e Funcionamento das Línguas Naturais: raízes e sementes da pesquisa acadêmica em Letras* reúne trabalhos vinculados a uma das áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do ILUFBA, Área I - História e funcionamento das línguas naturais e resulta das pesquisas desenvolvidas na Graduação e na Pós-Graduação do ILUFBA, socializadas no evento conjunto, realizado em 2020: XIII Seminário Estudantil de Pesquisa em Letras - XIII SEPESQ - e o Seminário Comemorativo 10 anos do PPGLinC. Este volume abarca trabalhos de natureza teórica e aplicada, com foco em diferentes perspectivas/abordagens teóricas e metodológicas, relacionados com a Linguística Histórica, a Filologia, a História da Cultura Escrita, a Dialetoлогия, a Sociolinguística e a Teoria da Gramática, voltados para os seguintes assuntos: constituição histórica e mudança das línguas naturais; teoria da variação e da mudança; estudos filológicos; estudos clássicos; teorias sobre os contatos linguístico-culturais e a distribuição espacial das línguas; descrição linguística e teoria da gramática. Convidamos aos interessados, nas mais diversas linhas de estudo e de atuação propostas pelo evento conjunto, a lerem o volume. Esperamos que as pesquisas e os estudos aqui divulgados possam contribuir para diálogos críticos e novos olhares para as questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão na área de Letras e Linguística em nosso país.
Boa leitura!



HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO DAS LÍNGUAS NATURAIS

Raízes e sementes da pesquisa
acadêmica em Letras

Volume 1

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



**EDITORIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Apoio

PPGLinC/UFBA

Proap/Capes



Comissão Científica

Antonietta Buriti de Souza Hosokawa (UNIFAL)

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT)

Cátia Cristina Degan Fernandes (UNIVALE)

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)

César Costa Vitorino (UNEB)

Clarice Cristina Corbari (Unioeste)

Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ)

Cleber Alves de Ataíde (UFRPE)

Edmilson Sá (CESA/UPE)

Expedito Eloísio Ximenes (UECE)

Francisco de Assis Costa de Lima (UEAM)

Huda da Silva Santiago (UEFS)

Isabella Lopes Pederneira (UFRJ)

Isis Juliana Figueiredo de Barros (UFRB)

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (UFOB)

Liliane Lemos Santana Barreiros (UEFS)

Mabel Meira Mota (UFBA)

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB)

Maria do Socorro Silva de Aragão (UFPB)

Maria Elias Soares (UFC)

Maria das Graças Telles Sobral (UNIFTC)

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS)

Michelle Bianca Santos Dantas (UFCEG)

Milena Borges de Moraes (UNEMAT)

Nádia Dolores Fernandes Biavati (UFSJ)

Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)

Renata Ferreira Costa Bonifácio (UFS)

Renata Ferreira Munhoz (Faculdades

Integradas Campos Sales)

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

Vanessa Regina Duarte Xavier (UFG)

Vivian Gregores Carneiro Leão Simões (UFRR)

Livro revisado por pares

Eliana Correia Brandão Gonçalves
Norma Suely da Silva Pereira
Isabela Santos de Almeida
Tereza Pereira do Carmo

ORGANIZADORAS

HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO DAS LÍNGUAS NATURAIS

Raízes e sementes da pesquisa
acadêmica em Letras

Volume 1

Salvador
Edufba
2023

2023, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Analista editorial

Mariana Rios

Coordenação gráfica

Edson Sales

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Capa e projeto gráfico

Gabriel Cayres

Normalização

Marcelly Moreira

Revisão

Autores

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

H673 História e funcionamento das línguas naturais : raízes e sementes da pesquisa acadêmica em Letras / Eliana Correia Brandão Gonçalves ... [et al.], organizadoras. - Salvador : EDUFBA, 2023.
296 p. : il. (v. 1).

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36972>
ISBN: 978-65-5630-470-0

1. Linguística histórica. 2. Filologia. 3. Dialetoлогия.
4. Sociolinguística. 5. Gramática comparada e geral. I. Gonçalves, Eliana Correia Brandão. II. Título.

CDU – 81'1

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus de Ondina*,
Salvador – Bahia CEP: 40170 115 / Tel: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br / edufba@ufba.br

*Dedicamos este volume àqueles que não
conseguiram vencer a pandemia de covid-19.*

SUMÁRIO

- 11 **PREFÁCIO**
Silvana Soares Costa Ribeiro
- 17 **APRESENTAÇÃO – Diálogos entre a graduação e a pós-graduação no ILUFBA: práticas de pesquisa**
Eliana Correia Brandão Gonçalves, Norma Suely da Silva Pereira, Isabela Santos de Almeida e Tereza Pereira do Carmo
- 27 **CAPÍTULO 1 – O Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português na Bahia: desafios e perspectivas à luz de dados da carta 23 do APFB**
Matheus Machado Pinto e Mailson dos Santos Lopes
- 45 **CAPÍTULO 2 – Decantando a Ásia de João de Barros: por entre o léxico do Oriente**
Jane Keli Almeida da Silva e Américo Venâncio Lopes Machado Filho
- 61 **CAPÍTULO 3 – Considerações sobre o léxico do Livro de tomo da casa da ponte: um glossário em construção para estudo onomástico**
Clese Mary Prudente Correia e Célia Marques Telles
- 75 **CAPÍTULO 4 – Santas Casas de Misericórdia em Portugal e na Bahia nos séculos XV e XIX: o que nos contam os Manuscritos 604 e 604-1?**
Aldacelis Lima Barbosa Rosa Santos e Alícia Duhá Lose
- 91 **CAPÍTULO 5 – A violência contra a mulher na Bahia colonial: leitura crítico-filológica de documentos históricos**
Rebeca de Jesus Bomfim e Eliana Correia Brandão Gonçalves
- 109 **CAPÍTULO 6 – Devotas e submissas: aspectos dos recolhimentos femininos na Bahia colonial**
Manoela Nunes de Jesus, Tássia de Abreu Santos Matos, Rafaela Muniz de Andrade, Carla Carolina Ferreira Gomes Querino e Norma Suely da Silva Pereira

- 127 CAPÍTULO 7 – Testemunhos de violência: os documentos de censura de *Apareceu a Margarida*
Emerson Ribeiro Maia Júnior e Fabiana Prudente Correia
- 143 CAPÍTULO 8 – A língua de Angola e o trabalho missionário no século XVI: estudo filológico do catecismo *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis* do padre Antonio Maria da Monteprandone (1661)
Livia Eduarda Oliveira de Araújo e Lílian Teixeira de Sousa
- 159 CAPÍTULO 9 – Escrita e oralidade nos estudos filológicos
Gérsica Alves Sanches e Alicia Duhá Lose
- 173 CAPÍTULO 10 – Latim nos brasões das universidades federais brasileiras: alguns modelos de inscrições
Maria Alice Santos Ribeiro e Zélia Gonçalves dos Santos
- 189 CAPÍTULO 11 – Atitudes linguísticas de falantes do Quilombo São Braz – Bahia
Daisy Cordeiro dos Santos e Jacyra Andrade Mota
- 205 CAPÍTULO 12 – Ela mora em Texêra ~ Ela mora ni Texera: a variação do uso da preposição em/ni no português rural afro-brasileiro da Bahia
Angelo Gabriel Almeida Silva Freitas e Ramon Arend Paranhos
- 221 CAPÍTULO 13 – As construções relativas no português indígena Sateré-Mawé
Jéssica Carneiro da Silva, Cristina Figueiredo e Dante Lucchesi
- 237 CAPÍTULO 14 – Dar + N-ada e fazer + N-ção/N-mento/N-ada: construções com verbos leves?
Daniela Almeida Alves e Cristina Figueiredo
- 255 CAPÍTULO 15 – A concordância verbal no português brasileiro: uma abordagem sócio-histórica em estudos variacionistas
Juliete Bastos Macêdo e Silvana Silva de Farias Araújo

271 CAPÍTULO 16 – Trabalhador de enxada em roça alheia: processos
morfológicos

Fernanda Oliveira

287 SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

Retomo aqui as primeiras palavras do meu discurso de abertura do Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) e do XIII Seminário de Pesquisa Estudantil em Letras (SEPESQ),¹ para dizer: “É com muito carinho, amor, fraternidade e espírito de trabalho em equipe que começo a minha fala”, agora traduzida em escrita e tendo nas mãos mais um fruto no nosso *Movimento*² em prol da ciência, da cultura e do conhecimento. Um sentimento de júbilo me invadiu ao ler esta obra e ver um longo trabalho gerar frutos. O Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA) está em festa. É, sem dúvida, um prazer escrever o prefácio da coletânea intitulada *História e funcionamento das línguas naturais: raízes e sementes da pesquisa acadêmica em Letras*.

Como alguns sabem, o PPGLinC da Universidade Federal da Bahia (UFBA) iniciou suas atividades no ano de 2010, após aprovação da Proposta nº 5.088, na 112ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), realizada em 2 de outubro de 2009.

O PPGLinC é o resultado do desmembramento do antigo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), criado no ano de 1996 e derivado do primeiro curso de mestrado em Letras da UFBA, de 1976. A estrutura do PPGLinC pode ser consultada em nosso *site*.³ Com o desmembramento do PPGLL, consolidou-se a contribuição do PPGLinC para a formação pós-graduada no estado da Bahia, sendo beneficiados educadores de instituições do estado que têm a sua formação adquirida no programa, como, por exemplo, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual

1 O texto da apresentação contém partes dos discursos de abertura e encerramento dos eventos.

2 Aos leitores para ampliar o escopo sobre os trabalhos produzidos em 2020, no contexto pandêmico, indicamos consultar: UFBA em Movimento (Disponível em: <https://ufbaemmovimento.ufba.br/>); Congresso UFBA Virtual 2020 (Disponível em: <https://congresso2020.ufba.br/>); coletâneas do PPGLinC *Língua em Movimento* (Volume 1. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32460> e Volume 2. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32459>); *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, v. 68, Número especial (Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/2202>); e Seminário Comemorativo PPGLinC 10 anos e o Seminário Estudantil de Pesquisa (SEPESQ) (Disponíveis em: <http://www.sepesq2020.ufba.br/>).

3 Ver: <http://www.ppglinc.lettras.ufba.br/>.

do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal Baiano (IFBaiano) – é a política de observação de egressos. Nossos egressos também atuam em instituições particulares, como Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge), União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), Universidade Salvador (UNIFACS), entre outras. Estão também na educação básica e em instituições de educação fora da Bahia.

Dez anos depois... Em 2020 nascia como um ano de festa. Na verdade, uma dupla festa, nosso irmão o PPGLitCult também estava aniversariando e comemorou a sua trajetória, em evento realizado no período de 2 a 4 de junho de 2021.

É inegável que o ano de 2020 ficará na história: ano do aniversário de dez anos do PPGLinC/UFBA e ano da pandemia de covid-19.

Um ano vivido com intensidade, um tempo diferente, nunca imaginado pela sociedade, pelos membros da academia, ou por aqueles cidadãos que nem sabiam o que é uma “pandemia”.⁴ Acho que o cenário era esperado pelos membros da comunidade científica (pois as epidemias são cíclicas, vejamos a gripe espanhola ou a aids), mas não sei se eles imaginavam o que poderia ser a força de um vírus tão avassalador. Imaginavam, certamente, que as universidades seriam os pilares de sustentação do conhecimento e dariam o aporte necessário para as ações contra a covid-19. As universidades deram a sua resposta: a pesquisa.

Nesse contexto, trabalhando fortemente dia a dia no tal *home office*, e cumprindo os prazos legais e institucionais, vivemos e sobrevivemos. Vivemos um número significativo de desafios. A população mundial teve que se reinventar. Não foi diferente na UFBA, nossa casa, nosso espaço do conhecimento e das relações humanas. Cada membro da comunidade acadêmica, cumprindo

4 Como sabemos a pandemia se prolongou em 2021. Felizmente, embora ainda estejamos em contexto pandêmico, a situação está melhor e aparentemente sob controle. Contamos com uma boa parte da população brasileira vacinada.

o seu papel, trabalhou fortemente em prol da ciência: os nossos alunos de graduação e de pós-graduação, os nossos servidores técnico-administrativos e os nossos docentes. Nunca vimos algo tão grave, tão real e tão importante para a mudança de paradigmas. Sobrevivemos!

Diante de tudo isso, não poderíamos jamais deixar de celebrar a vida, as conquistas e fazer uma festa! E assim, ao final de 2020, o fizemos!

Escrevo a apresentação deste livro, falando do lugar de quem foi nomeada pela coletividade para ser a “presidente” ou “presidenta” da Comissão organizadora do Seminário de Comemoração dos 10 anos de Criação do PPGLinC. Meu lugar de fala é em nome de um grupo, parte dele responsabilizou-se também pela organização desta obra que agora entregamos à sociedade.

A Comissão, criada em agosto de 2020, em reunião ordinária do PPGLinC, registrada na Portaria nº 09/2020, foi composta por membros docentes e discentes, a seguir elencados: Profa. Dra. Silvana Soares Costa Ribeiro, presidente; Profa. Dra. Eliana Correia Brandão Gonçalves; Profa. Dra. Livia Márcia Tiba Rádís Baptista; Profa. Dra. Norma Suely da Silva Pereira; Amanda Santiago, Elian Conceição Luza e Taila Jesus (representantes discentes de mestrado); e Leandro Santos e Edineia Oliveira (representantes discentes do doutorado).

Para concretizar a festa, festa do conhecimento e da luta pela ciência no Brasil, juntamos a comissão organizadora do XIII SEPESQ (que aconteceria em maio de 2020 e não se realizou naquela data, tendo seu adiamento sido motivado pela pandemia de covid-19) e a comissão organizadora do Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do PPGLinC. Criou-se uma irmandade com todos os organizadores na comissão conjunta. Era setembro de 2020 e as inscrições para o XIII SEPESQ foram reabertas. Finalmente, entre os dias 30 de novembro a 4 de dezembro de 2020, celebramos a festa do conhecimento que contou com 984 inscritos, desses 377 eram alunos de graduação e de pós-graduação com apresentação de trabalhos e 399 sem apresentação de trabalhos. O total de participantes se completa com 132 docentes inscritos (39 deles avaliadores de trabalhos) e 76 participantes da comunidade externa ao ILUFBA.

Em preparação para o Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do PPGLinC foram realizadas algumas *lives*, apresentadas no Instagram em

fase que antecedeu ao evento. Durante o seminário propriamente dito, promovemos cinco atividades que abordaram a Memória do PPGLinC (Memória Docente, Memória Discente, Memória do Servidores Técnico-Administrativos e Memória dos Coordenadores do Programa). Além disso nossos alunos de pós-graduação, nossos professores estiveram participando do XIII SEPESQ divulgando, registrando e celebrando a pesquisa, o ensino e a extensão.

O Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do PPGLinC foi um sucesso, as mesas-redondas não só contaram uma história vivida em dez anos, mas rememoraram as vitórias e desafios das trajetórias de discentes e docentes do ILUFBA que espelham as nossas.

O XIII SEPESQ, por seu turno, também foi exitoso, as sessões de comunicações revelaram-se como momentos de aprendizagem mútua. E como enfatizei no encerramento dos eventos: *“Quem acompanhou [os eventos] pelo YouTube e pelo Instagram pode ver o número infinito de sorrisos em cada ‘retrato’ printado das telas. Os minicursos e os workshops deixaram saudades aos participantes. Um gostinho de quero mais”*.

Partindo de um balanço rápido, não há como deixar de afirmar que os objetivos do XIII SEPESQ e do Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do PPGLinC foram plenamente alcançados. Um deles, inclusive, é a publicação desta obra com os resultados dos trabalhos apresentados, submetidos à avaliação às cegas por pares e criteriosamente selecionados para composição deste livro.

A coletânea que ora disponibilizamos foi organizada, como dito, por professores que fizeram parte das duas comissões organizadoras dos eventos. A obra, em sua totalidade, resulta dos trabalhos submetidos a edital específico do PPGLinC, visando à publicação de uma coletânea que, aqui concretizada, é composta de dois volumes: um deles dedicado à área 1 – História e Funcionamento das Línguas Naturais e suas respectivas três linhas de pesquisa e o outro dedicado à área 2 – Linguagem e Interação, também composta de três linhas de pesquisa.

O volume 1, intitulado *História e funcionamento das línguas naturais: raízes e sementes da pesquisa acadêmica em Letras*, é composto de 16 capítulos, engloba trabalhos de natureza teórica e aplicada e contempla diferentes abordagens

teórico-metodológicas, as quais deixam transparecer as investigações conduzidas no PPGLinC nas linhas de pesquisa da área 1: (a) Linguística Histórica, Filologia, História da Cultura Escrita, (b) Dialectologia, Sociolinguística e (c) Teoria da Gramática.

O trabalho incansável de uma equipe tornou realidade os dois eventos, realizados no contexto da pandemia de covid-19, num formato remoto.

E agora? Quase um ano depois, a festa continua! Uma nova celebração do conhecimento. As organizadoras e os autores estão de parabéns, trouxeram à luz um conjunto de resultados significativos para a Linguística.

Convido-os, caros leitores, a aproveitarem a festa, lendo os capítulos, celebrando a vida, as conquistas, o conhecimento, a ciência e sempre ampliando horizontes.

Silvana Soares Costa Ribeiro

10 de outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

**DIÁLOGOS ENTRE
A GRADUAÇÃO E A
PÓS-GRADUAÇÃO
NO ILUFBA**

Práticas de pesquisa

A coletânea intitulada *História e funcionamento das línguas naturais: raízes e sementes da pesquisa acadêmica em Letras* é resultante dos artigos submetidos ao Edital nº 04/2021 do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, no contexto da UFBA em Movimento, tornou pública a abertura de chamada para a publicação de capítulos em dois volumes, em formato *e-book*, vinculados às duas áreas de concentração vigentes no programa: *História e funcionamento das línguas naturais*, volume I; e *Linguagem e interação*, volume II, com textos científicos originários de trabalhos da Graduação e da Pós-Graduação apresentados no evento conjunto: XIII Seminário Estudantil de Pesquisa em Letras (SEPESQ) e o Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do PPGLinC em 2020.

O XIII SEPESQ e Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do PPGLinC foi um momento de celebração das atividades de ensino e pesquisa no âmbito do Instituto de Letras da UFBA (ILUFBA). O XIII SEPESQ é um evento anual que proporciona a reunião e exposição das diversas possibilidades de pesquisa estudantil e programas de extensão que se desenvolvem no âmbito do ILUFBA. O compartilhamento de saberes, experiências e conhecimentos é de vital importância como espaço de divulgação da produção de conhecimento em Letras, bem como para o incentivo na formação de novos pesquisadores.

O evento, que promove a divulgação da pesquisa acadêmica, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação, incorporou, na sua XIII edição, em 2020, o Seminário Comemorativo dos 10 anos do PPGLinC.

O PPGLinC/UFBA é o resultado do desmembramento do antigo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), criado no ano de 1996 e derivado do primeiro curso de mestrado em Letras da UFBA, de 1976. A atual configuração teve início em 2010, após aprovação da Proposta nº 5.088, na 112ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), realizada em 2 de outubro de 2009.

O programa é atualmente composto de duas áreas e seis linhas de pesquisa, que beneficiam uma gama de estudantes baianos, bem como outros de fora do estado e mesmo de fora do país, os quais multiplicam as teias e redes de relações quando se distribuem por instituições diversas pelo país afora.

A pandemia nos impôs o desafio de fazer o evento de pesquisa anual do ILUFBA em um novo formato. O SEPESQ do ILUFBA já estava pronto, com as inscrições realizadas e fomos surpreendidos com a necessidade de reorganizarmos o evento de forma virtual. A nossa inexperiência em eventos em formatos dessa natureza e o momento pandêmico que nos levou à reclusão deixou-nos amedrontados. O desafio foi lançado e a comissão organizadora, composta por docentes, técnicos-administrativos e discentes do ILUFBA, recomeçou a trabalhar, com muita *fraternura*, neologismo cunhado pela Profa. Dra. Tereza Pereira do Carmo, coordenadora-geral do XIII SEPESQ, que sintetiza o acolhimento, apoio e parceria que permeou a organização do seminário. Assim, fomos adaptando os encontros e abraços para um formato que coubesse na tela, afinal era o XIII SEPESQ! Para somar forças, o PPCLinC estava completando dez anos e uniu-se ao SEPESQ para um único evento comemorativo.

O mundo entrou em quarentena e a ciência trabalhava sem cessar, se é que algum dia a ciência cessou a sua produção. No ritmo de mostrar o conhecimento produzido pelas Letras o evento teve 2 apresentações artísticas, 9 *workshops*, 23 minicursos, 333 comunicações orais e um total de 984 inscritos, entre expositores e ouvintes. A grande adesão da comunidade confirmou a importância do evento como espaço de troca de saberes, onde se reuniram em salas virtuais professores, estudantes de graduação e de pós-graduação, assim como o público externo. E é notável como a articulação entre os diferentes estágios de amadurecimento acadêmico-científico concorreu para o alto nível de qualidade das propostas apresentadas e das discussões desenvolvidas.

Sob o tema “Raízes e sementes: caminhos do ensino, pesquisa e extensão em Letras” reuniram-se discentes e docentes da graduação e da pós-graduação, além de egressos do PPGLinC para apresentar suas experiências na pesquisa acadêmica e profissional e colocar em discussão os desafios teórico-metodológicos aplicados à formação e ao trabalho docente de pesquisa e de extensão, refletindo a relevância e contribuição da atividade científica desenvolvida na instituição. Com grande participação da comunidade do ILUFBA e dos seus egressos, o evento conseguiu promover importantes debates acerca

dos conhecimentos e da pesquisa em Letras que se constroem na Instituição e fora dela.

A imagem-tema sintetiza, ainda, a percepção que esta comunidade acadêmica constrói de si: somos raízes, porque aqueles que nos antecederam fizeram do SEPESQ uma atividade relevante para o ILUFBA e lançaram as bases sólidas para a edificação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Somos sementes, porque, para além dos condicionamentos que nos são impostos, perduraremos e engendraremos novas formas de manter firme o compromisso com a qualidade da formação de sujeitos e da produção do conhecimento, assim como da difusão desse conhecimento nos diversos âmbitos sociais.

Hoje, temos a certeza de que o evento fomentou a discussão e circulação de ideias, como colaborou para repensar a construção do múltiplo, reforçando o diálogo acadêmico. Através da atitude crítica e imaginativa, o SEPESQ 2020 reacendeu vínculos comunitários, cuja consistência intelectual e afetiva continua a mobilizar forças de resistência para a reconstrução da universidade pública.

No espírito celebrativo dos dez anos do PPGLinC, trazemos neste volume textos científicos originados de trabalhos apresentados no evento, como resultados das discussões travadas por representantes dos dois níveis de ensino que caracterizam o ILUFBA, produtos das comunicações orais que se desenvolveram virtualmente entre os dias 30 de novembro a 4 de dezembro de 2020.

A partir da articulação de dois macrocampos que organizam as práticas de ensino, pesquisa e extensão no Instituto de Letras (Língua e Cultura & Literatura e Cultura) e sem desconsiderar os espaços híbridos, caminhamos, distantes, mas nunca sozinhos.

A coletânea foi organizada por docentes vinculadas ao ILUFBA e que fizeram parte das duas comissões organizadoras do evento. Nesse contexto de celebração do Seminário Comemorativo dos 10 anos de Criação do PPGLinC, juntamente com o XIII SEPESQ, a coletânea *História e funcionamento das línguas naturais: raízes e sementes da pesquisa acadêmica em Letras* abarca trabalhos de natureza teórica e aplicada, com foco em diferentes perspectivas/abordagens teóricas e metodológicas, relacionados com a Linguística Histórica, a Filologia, a História da Cultura Escrita, a Dialectologia, a Sociolinguística

e a Teoria da Gramática, voltados para os seguintes assuntos: constituição histórica e mudança das línguas naturais; teoria da variação e da mudança; estudos filológicos; estudos clássicos; teorias sobre os contatos linguístico-culturais e a distribuição espacial das línguas; descrição linguística e teoria da gramática. Dessa forma, seguindo critérios estabelecidos no referido edital, nesta coletânea, foram reunidos 16 capítulos, considerando-se a área I do PPGLinC, *História e funcionamento das línguas naturais*.

O primeiro capítulo da coletânea, “O Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português na Bahia: desafios e perspectivas à luz de dados da carta 23 do APFB”, de autoria de Matheus Machado Pinto e Mailson dos Santos Lopes, apresenta resultados da conjugação entre material lexical baiano e outros do português brasileiro (PB), do português europeu (PE) e do galego reunidos no Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português (TLPGP), projeto internacional e interinstitucional, que tem por objetivo basilar a manutenção e alimentação contínua de uma plataforma digital gratuita, constituindo-se esta como um grande banco de dados léxico-dialetais de três territórios: Galícia, Portugal e Brasil.

Em “Decantando a *Ásia* de João de Barros: por entre o léxico do Oriente”, Jane Keli Almeida da Silva e Américo Venâncio Lopes Machado Filho desenvolvem um estudo acerca da presença de léxico proveniente de línguas asiáticas e africanas em *Ásia*, de João de Barros. Do exame do texto historiográfico do século XVI, foram identificadas palavras em diferentes línguas, a exemplo, do árabe, malaio, tâmul, berbere, javanês, persa, quimbundo, hebraico, hindustani, tcheque e sânscrito. O estudo traz uma relevante contribuição à área da história do léxico da língua portuguesa ao apresentar de forma documentada itens lexicais que indicam a interação entre os diferentes mundos, no contexto das navegações portuguesas.

No capítulo intitulado “Considerações sobre o léxico do *Livro de Tombo da Casa da Ponte*: um glossário em construção para estudo onomástico”, Clese Mary Prudente Correia e Célia Marques Telles apresentam o resultado preliminar do levantamento lexical e do glossário de vocábulos presentes no *Livro de Tombo da Casa da Ponte*, propondo o resgate dos usos e acepções remotas de algumas unidades lexicais que comporão um instrumento lexicográfico específico, o qual poderá auxiliar na análise do documento do século XIX

que é objeto de edição conservadora realizada no manuscrito pela primeira autora. No capítulo, são definidos conceitos que envolvem a construção de trabalhos lexicográficos, distinguindo as diferenças entre um glossário e um dicionário, apresentando, a seguir, resultados parciais, totalizando 20 unidades lexicais organizadas em ordem alfabética.

No capítulo intitulado “Santas Casas de Misericórdia em Portugal e na Bahia nos séculos XV e XIX: o que nos contam os Manuscritos 604 e 604-1?” as autoras Aldacelis Lima Barbosa Rosa Santos e Alcília Duhá Lose apresentam sucintas informações contidas em dois manuscritos sob custódia do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), a saber: o Maço 604 – *Dôssies sobre a Irmandade, Conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiástico/Santa Casa de Misericórdia da Bahia/Alvarás 1498 – 1684* e o Maço 604-1 – *Santa Casa de Misericórdia. Privilégios concedidos à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e da Bahia, pelos Reis de Portugal – 1638-1817*, os quais fazem alusão, entre outras coisas, às ações caritativas das Santas Casas de Misericórdia, confrarias de leigos com uma história de mais de cinco séculos, que difundiram seus princípios e expandiram suas ações pelas principais cidades do reino, alcançando também os espaços ultramarinos atlânticos e orientais. O recorte constituído por documentos pertencentes às Santas Casas de Lisboa (Portugal) e da Bahia (Brasil), datados entre os séculos XV e XIX traz informações que podem contribuir para compreender os diversos contextos sócio-históricos e culturais da sociedade, especialmente, das populações mais necessitadas do período.

O capítulo “A violência contra a mulher na Bahia colonial: leitura crítico-filológica de documentos históricos”, de autoria de Rebeca de Jesus Bomfim e Eliana Correia Brandão Gonçalves, aborda questões atinentes à violência contra a mulher em variadas formas, a partir de leitura crítico-filológica aplicada a dois manuscritos baianos setecentistas, a saber, uma Informação e um Requerimento do século XVIII. Por meio da análise filológica de documentos pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional Digital, as autoras evidenciam o protagonismo e narrativas dos diversos sujeitos femininos com todas as suas particularidades, recortes e individualidades que até hoje marcam e constroem a história de resistência das mulheres no Brasil, diante de contextos de violência, opressão, subalternidade e marginalização.

O capítulo “Devotas e submissas: aspectos dos recolhimentos femininos na Bahia colonial”, de autoria de Manoela Nunes de Jesus, Tássia de Abreu Santos Matos, Rafaela Muniz de Andrade, Carla Carolina Ferreira Gomes Querino e Norma Suely da Silva Pereira, estabelece um diálogo da Filologia com a Paleografia, a Codicologia e a História Cultural, para a resolução de dificuldades enfrentadas no processo de leitura e transcrição dos testemunhos manuscritos, a exemplo da variação na realização do traçado de um mesmo grafema e, até mesmo, da qualidade do suporte, buscando contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a prática do recolhimento feminino na Bahia colonial. O capítulo apresenta a análise filológica em um *corpus* composto de seis documentos peticionais que, redigidos no século XVIII, foram selecionados no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, catalogado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e disponibilizado na base digital da Biblioteca Nacional.

No capítulo intitulado “Testemunhos de violência: os documentos de censura de *Apareceu a Margarida*”, Emerson Ribeiro Maia Júnior e Fabiana Prudente Correia propõem-se a examinar a documentação censória de *Apareceu a Margarida*, texto teatral de Roberto Ataíde escrito e encenado na década de 1970, no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A partir da articulação entre os estudos filológicos e arquivísticos, identificam um conjunto composto por 60 documentos, os quais foram classificados, descritos e catalogados. Da análise, é possível verificar como a burocracia imposta às artes resulta num mecanismo autoritário e institucionalizado de silenciamento e controle. A discussão desenvolvida mostra-se pertinente por atualizar as memórias de um tempo em que a arte estava submetida à constante vigilância.

O capítulo “A língua de Angola e o trabalho missionário no século XVI: estudo filológico do catecismo *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis* do padre Antonio Maria da Monteprandone (1661)”, de autoria de Livia Eduarda Oliveira de Araújo e Lílian Teixeira de Sousa, apresenta alguns resultados da pesquisa em andamento dedicada ao estabelecimento e à elaboração da edição semidiplomática digital do catecismo *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis*. O capítulo narra, em sua porção inicial, a história do texto que perfaz o *corpus* da pesquisa, não apenas o contexto histórico de sua gênese, mas também a história do próprio texto, isto é, das edições e versões deste catecismo.

Gérsica Alves Sanches e Alícia Duhá Lose, em “Escrita e oralidade nos estudos filológicos”, questionam-se sobre o lugar dos textos orais no referido campo disciplinar. Para levantar elementos que lhes permitam responder a essa pergunta, as autoras examinam manuais de filologia, nos quais identificam a predominância dos textos escritos como objetos de investigação. A argumentação desenvolvida aponta para o fato de que a exclusão dos textos orais dos estudos filológicos concorre para a exclusão dos povos e sociedades que têm na oralidade seu principal meio de transmissão de saberes. O trabalho é relevante por atualizar os estudos filológicos ao contexto contemporâneo das discussões acerca das diferentes epistemologias.

Em “Latim nos brasões das universidades federais brasileiras: alguns modelos de inscrições”, Maria Alice Santos Ribeiro e Zélia Gonçalves dos Santos propõem uma abordagem muito interessante dos brasões presentes em algumas universidades brasileiras, contribuindo para a compreensão histórica, cultural e social das universidades.

No capítulo “Atitudes linguísticas de falantes do quilombo São Braz – Bahia”, Daisy Cordeiro dos Santos e Jacyra Andrade Mota apresentam uma análise das atitudes linguísticas de falantes do quilombo São Braz, situado no município de Santo Amaro, Bahia, com base no referencial teórico dos estudos sociolinguísticos e dos estudos sobre atitudes linguísticas. As autoras adotaram a metodologia descritiva (qualitativa e interpretativa), com aplicação de entrevistas gravadas no *locus* da pesquisa. As questões foram elaboradas de modo que o informante pudesse demonstrar sua percepção sobre a própria fala e como avaliava diferenças na fala de outras pessoas do quilombo e de outras regiões do Brasil. Os resultados da pesquisa apontaram que os falantes têm percepção da variação linguística e almejam dominar a variedade culta da língua, mas também apresentam atitude positiva quanto à própria fala e a da comunidade, demonstrando valorização da identidade do grupo social.

Em “Ela mora em Texêra ~ ela mora ni Texera: a variação do uso da preposição em/ni no português rural afro-brasileiro da Bahia”, Angelo Gabriel Almeida Silva Freitas e Ramon Arend Paranhos apresentam resultados sobre ocorrências das variantes em ~ ni, seguindo a hipótese de Lucchesi, Baxter,

Silva e Figueiredo (2009). Os autores refletem sobre esse tipo de ocorrência quanto ao uso por homens e mulheres, bem como o ambiente morfossintático/fonológico dessas variantes.

No capítulo “As construções relativas no português indígena Sateré-Mawé”, Jéssica Carneiro da Silva, Cristina Figueiredo e Dante Lucchesi apresentam uma análise variável das construções relativas no português indígena falado pelo povo Sateré-Mawé de duas comunidades do município de Parintins-AM. As mudanças específicas da língua portuguesa falada em comunidades indígenas parecem ser motivadas por fatores de aquisição em condições emergenciais do português, através de uma transmissão linguística irregular e por influência da língua materna dos povos indígenas sobre o português. Apoiando-se nos pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista, os autores verificam o comportamento dos fatores sociais nas construções relativas do português indígena falado pelo grupo Sateré-Mawé e se o contato entre as variedades linguísticas desencadeou estratégias inovadoras.

Daniela Alves e Cristina Figueiredo dedicam-se, no âmbito da teoria da gramática, a estudar as construções com verbos leves em português brasileiro. O capítulo intitulado “Dar + N-ada e fazer + N-ção/N-mento/N-ada: construções com verbos leves?” parte das considerações sobre tal fenômeno na língua inglesa, comparando-os ao português brasileiro, a hipótese de trabalho assinala uma diferença entre as duas línguas. As autoras destacam especificidades do português brasileiro nas construções de verbos leves, em função dos elementos que compõem o sintagma. O trabalho agrega saberes para a descrição sincrônica do português brasileiro, especialmente aos estudos dos verbos leves, somando-se a outros esforços da área.

No capítulo intitulado “A concordância verbal no português brasileiro: uma abordagem sócio-histórica em estudos variacionistas”, Juliete Bastos Macêdo e Silvana Silva de Farias Araújo apresentam uma revisão bibliográfica dos estudos sobre a concordância verbal, discutindo a necessidade do olhar sócio-histórico para a análise da variabilidade da regra da concordância verbal. Diante dessa revisão, propõem a análise do fenômeno, suscitando algumas hipóteses do processo de formação da realidade sociolinguística brasileira, levando em

consideração as normas do PB. Apresentam um quadro com os resultados dos percentuais encontrados e dois gráficos com a análise desses percentuais, sob o contexto sócio-histórico, por compreender que o processo de formação do Brasil foi determinante para o processo de diversidade linguística do PB.

Por fim, o capítulo “Trabalhador de enxada em roça alheia: processos morfológicos”, de Fernanda Oliveira, descreve os padrões morfológicos de formação de agentes de atividade, a partir de um recorte do falar baiano, que enquadra em seu todo os territórios da Bahia e de Sergipe, e também, não representado neste trabalho, parte do território de Minas. A autora abordou os tipos de processos de formação de palavras, por meio do levantamento de todas as respostas a uma questão semântico lexical, *a denominação para o trabalhador de enxada em roça alheia*, apresentada nas cartas 23 do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963) e 24 do *Atlas Linguístico de Sergipe* (1987).

Como pode ser visualizado, todos os capítulos desta coletânea estão vinculados às áreas temáticas propostas pelo evento conjunto XIII SEPESQ e Seminário Comemorativo 10 anos do PPGLINC e, em especial, a um dos macrocampos, Língua e Cultura, que organiza as práticas de ensino, pesquisa e extensão no ILUFBA. Desse modo, convidamos aos interessados, nas mais diversas linhas de estudo e de atuação propostas pelo evento conjunto, a lerem a referida coletânea e esperamos que as pesquisas e os estudos aqui divulgados possam contribuir para diálogos críticos e novos olhares para as questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão na área de Letras e Linguística em nosso país.

Boa leitura!

Salvador, Bahia, 20 de setembro de 2021

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Norma Suely da Silva Pereira

Isabela Santos de Almeida

Tereza Pereira do Carmo

CAPÍTULO 1

O TESOURO DO LÉXICO PATRIMONIAL GALEGO E PORTUGUÊS NA BAHIA

Desafios e perspectivas à luz de dados da
carta 23 do APFB¹

Matheus Machado Pinto
Mailson dos Santos Lopes

1 Este capítulo é dedicado à estimada Profa. Rosario Álvarez (USC), coordenadora geral do TLPGP, como mostra de reconhecimento e gratidão por seu infatigável empenho na implantação desse projeto no Instituto de Letras da UFBA. Este estudo é uma produção acadêmica resultante do desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português na Bahia – Etapa Inicial (APFB e ALS)* (PIBIC/CNPq), apresentada no XIII Seminário de Pesquisa em Letras (SEPESQ/UFBA), em novembro/2020, sob o título *O Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português na Bahia*.

INTRODUÇÃO

Valer-se de ferramentas digitais para o manejo de dados em larga escala torna-se cada vez mais necessário à Linguística. A constituição e o uso adequado de bancos *on-line* põem à disposição dos investigadores dessa área *corpora* extensos e complexos que não poderiam ser reunidos ou consultados fisicamente, permitindo que suas pesquisas sejam realizadas sobre um lastro empírico mais abrangente e robusto. O Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português (TLPGP)¹ figura como uma dessas ferramentas, uma rica plataforma que tem a particularidade de gerar cartas lexicais automáticas. Essa configuração facilita aos pesquisadores a recuperação de campos semânticos ou de conjuntos léxicos galegos e portugueses a partir de grande número de fontes, com a possibilidade de cotejos através das cartas e dos verbetes. Se, por um lado, o portal não substitui os originais, por outro fornece uma visão panorâmica de seus dados e auxilia na filtragem e seleção do que é mais importante para aprofundamento.

Conta o TLPGP com uma equipe baiana desde o ano de 2019, aquando da implementação efetiva de um núcleo no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), após inúmeros diálogos com a coordenação geral do projeto, encetados por ocasião do *Gallaecia* – III Congresso Internacional de Linguística Histórica (Santiago de Compostela, 2015). O escopo primordial do sobredito núcleo é justamente a incorporação ao projeto de material linguístico devidamente tratado, analisado e sistematizado que seja próprio do léxico dialetal da Bahia, algo que, até então, não havia sido feito, constituindo uma lacuna considerável. *Pari passu* a isso, haveria o desenvolvimento de estudos lexicais, morfolexicais, etimológicos e/ou dialetais subsidiados por esse *corpus* empírico do português baiano em contínua inserção no TLPGP, conjugado a outros dados linguísticos disponíveis na dita plataforma.

Este capítulo é justamente um dos resultados desse intento de conjugação entre material lexical baiano e outros do português brasileiro (PB), do

1 Projeto internacional e interinstitucional sediado no Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela. O portal do TLPGP pode ser acessado em: <http://ilg.usc.es/Tesouro>.

português europeu (PE) e do galego reunidos no TLPGP. A partir de dados da carta 23 do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB (ROSSI; ISENSEÊ; FERREIRA, 1963), TRABALHADOR DE ENXADA, delinear-se-á uma primeira sistematização das formas variantes constituídas pelo morfema lexical básico (MLB) *jorn-* no APFB à luz dos dados do TLPGP, quais sejam: [ʒɔɣna'ð̃zeru] <jornadjêro>, [ʒɔɣna'leru] <jornalêro>, [ʒɔɣna'lista] <jornalista>, [ʒɔɣna'zeru] <jornazêro>, [ʒɔɣna'deru] <zornadêro>, [ʒɔɣ' nau] <jornal> e [ʒɔɣ' na] <jorná>. Com exceção das duas últimas formas, registradas nas notas, todas concorrem com outras vozes como denominações para 'trabalhador de enxada',² sendo, portanto, corradicais sinonímicos em flutuação sufixal. As formas em *jorn-* ocorrem em um território relativamente coeso: somente [ʒɔɣna'deru] (P-22) ocorre fora do Sul Baiano, mas em ponto vizinho a essa mesorregião, no Centro Sul Baiano.

A fundamentação teórica em que se pauta o estudo contempla os campos da dialetologia, da lexicologia/lexicografia e da morfologia lexical, entrelaçando-os, visto que incide sobre questões como família lexical (PENA; CAMPOS SOUTO, 2009; PINTO; LOPES, 2021) e variação morfológica entre corradicais sinonímicos (PONCE DE LEÓN, 2010; SIMÕES NETO, 2018; SOLEDADE, 2012), tendo como lastro empírico basilar material advindo de repertórios dialetais e lexicográficos.

Em consonância com Pena e Campos Souto (2009) e Pinto e Lopes (2021), entende-se neste capítulo por *família lexical* um conjunto dinâmico de vocábulos que se relacionam entre si por um critério formal, ou seja, o compartilhamento de um elemento nuclear, o MLB (*grosso modo*, o radical ou raiz), revelando certa vinculação etimológica e a manutenção de um significado central comum entre as formas ou, quando menos, alguma aproximação semântica. Assim, por exemplo, *chuva*, *chuvada*, *chuvão*, *chuvarada*, *chuveiro*, *chuvinha*, *chuvisco*, *chuviscar* e *chuvoso* constituiriam a família lexical de *chuva* (palavra-base ou lexema matriz dessa série léxica), arquitetada sobre o MLB *chuv-*.

2 A resposta mais frequente no APFB para TRABALHADOR DE ENXADA (carta 23) é *macaqueiro*, que ocorre em 22 pontos. O afixo mais frequente em tal carta é *-eir(o)*, presente em outros cinco vocábulos: *beiradeiro*, *cavouqueiro*, *enxadeiro*, *roceiro* e *pataqueiro*. O sufixo *-dor*, nela, ocorre em *ganhador* e *lavrador*, *-ista* em *diarista* e *-ári(o)* em *operário*.

A flutuação entre corradicais sinonímicos com diferença afixal (RIO-TORTO; LOPES, 2019), também denominada *variação morfológica* (BAGNO, 2007; SIMÕES NETO, 2018), que se mostra muito bem representada no *corpus* selecionado, é aqui entendida, com base na literatura da área, como a concorrência/coocorrência em uma mesma área dialetal de lexias com equivalência ou grande similitude semântica, idêntico MLB, mas diferentes elementos afixais, podendo, destarte, ser caracterizadas como verdadeiros *doublets lexicais* (SOLEDADE, 2004) ou *variantes derivacionais* (CAMBRAIA, 2010), não se confundindo, portanto, com simples variações de natureza fonética. Corradicais sinonímicos com variação morfológica pululam na língua, alcançando diversos subdomínios do léxico. (PONCE DE LEÓN, 2010) Seriam, entre outros, *internação ~ internamento, pegajoso ~ peguento, embranquecer ~ branquear, antecessor ~ predecessor, ciumada ~ ciumeira ~ ciumaria*, só para se mencionar alguns poucos exemplos.

Pretende-se oferecer uma descrição sinóptica e alguns escólios atinentes a aspectos formais (fonéticos, morfológicos), semânticos e dialetais dos vocábulos que constituem a família lexical de *jorn-*, tal como detectados no APFB e no TLPGP. Para tanto, segue-se uma seção dedicada a algumas questões de ordem metodológica – como o tratamento dos dados do referido atlas na plataforma – a que se somam outra que traz em si o cerne da análise dos dados propriamente dita e uma última que condensa as considerações finais do estudo.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

O tratamento do *corpus* para sua integração à base do TLPGP é feito através de uma tabela normatizada estabelecida pelo comitê geral do projeto. Seu desenho é discutido em outros trabalhos (ÁLVAREZ; SARAMAGO; SOUSA, 2009; GONZÁLEZ SEOANE; MOUZO VILLAR, 2015), e não seria possível apresentá-lo integralmente sem fugir ao escopo do capítulo. Antes, discutir-se-ão os campos relevantes à transposição dos dados do APFB ao TLPGP, conforme ilustrados no Quadro 1:

Quadro 1: Tratamento dos dados

1	2	4	5	6	9	10	10b	11	11c	12	13	16	17
variante	fonética	definição	exemplos e refrães	comentários manipulador	classificação semântica	citação bibliográfica	número de mapa	código geográfico	pontos atlas	imagens	termo remissão	tema de cada língua	classe e categoria

Fonte: elaborado pelos autores.

Embora tal divisão não se materialize na plataforma, parece interessante dividir esses campos em dois grupos, a fim de melhor compreendê-los: primeiro, aqueles que, no caso do APFB, recebem exclusivamente informações das cartas e de suas notas (em branco no Quadro 1); e segundo, aqueles preenchidos com informações levantadas pelo manipulador³ e não necessariamente presentes nas cartas (em cinza, no mesmo quadro). Para o preenchimento dos primeiros campos, procede-se à leitura do atlas com o auxílio do glossário de Cardoso e Ferreira (2000): o campo 2 recebe a transcrição fonética disponível no mapa, atualizada para o Alfabeto Fonético Internacional (THE INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION, 1999); o campo 4 leva o título da carta, acrescido das definições apresentadas pelos informantes, nas notas; o campo 5 registra exemplos de uso da variante, se presentes no material; o campo 10 leva a sigla do atlas, como forma convencional de citação;⁴ o campo 10b apresenta o número da carta; os pontos de ocorrência são registrados no campo 11c, para posterior substituição, no campo 11, com o código da mesorregião.⁵ O APFB contém ilustrações, logo o campo 12 deve ser preenchido com o nome do arquivo de imagem tal qual consta na pasta que se encaminhará ao comitê, por exemplo, APFB_1.jpg, APFB_2.jpg. O utente da plataforma poderá visualizar a imagem ao pesquisar as formas

3 Isto é, aquele membro da equipe do TLPGP responsável por transpor os dados linguísticos de determinado *corpus* à tabela própria do projeto.

4 O TLPGP mantém uma seção que reúne as fichas dos materiais introduzidos no banco de dados, e ali são apresentadas todas as informações relativas à autoria. Essa regra vale apenas para os atlas linguísticos.

5 Conforme a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

ilustradas. Exemplifica-se esse processo de tratamento com as variantes em *jorn-* da carta 23 do mencionado atlas, no quadro a seguir:

Quadro 2: Transposição dos dados da carta à tabela

2	4	5	10	10b	11e	12
[ʒɔɣnaˈdʒeru]	Trabalhador de enxada. [9]: “trabalha a jorná”.		APFB	23	9	
[ʒɔɣnaˈleru]	Trabalhador de enxada.		APFB	23	8	
[ʒɔɣnaˈlista]	Trabalhador de enxada.		APFB	23	10	
[ʒɔɣnaˈzeru]	Trabalhador de enxada.		APFB	23	6	
[zɔɣnaˈderu]	Trabalhador de enxada.		APFB	23	22	
[traˈba.ʎa a ʒɔɣˈna]	[11]: “qualquer trabalho por dia, não só de enxada”.		APFB	23	9, 11	
[traˈba.ʎa a ʒɔɣˈnau]			APFB	23	11	

Fonte: elaborado pelos autores.

Note-se que os campos 5 e 12 são deixados vazios por não haver informações sobre as formas em *jorn-* para eles, mas é necessário criá-los na tabela Excel, pois existem para outros vocábulos no atlas. No caso de [traˈba.ʎa a ʒɔɣˈna], a mesma realização ocorre em dois pontos diferentes: não é repetida, antes indicam-se ambos os pontos, 9 e 11. Recuperados os dados do atlas, preenche-se, então, o campo 1, que obrigatoriamente deve ser uma forma gráfica convencional e aproximada da transcrição fonética. É necessário inseri-la para facilitar o acesso aos usuários, que, do contrário, teriam de digitar a forma fonética em suas buscas. O quadro a seguir ilustra o campo 1:

Quadro 3: Transposição dos dados da carta à tabela, com destaque para a variante gráfica

1	2	4	10	10b	11e
jornadjéro	[ʒɔɣnaˈdʒeru]	Trabalhador de enxada. [9]: “trabalha a jorná”.	APFB	23	9
jornaléro	[ʒɔɣnaˈleru]	Trabalhador de enxada.	APFB	23	8
jornalista	[ʒɔɣnaˈlista]	Trabalhador de enxada.	APFB	23	10
jornazéro	[ʒɔɣnaˈzeru]	Trabalhador de enxada.	APFB	23	6
zornadéro	[zɔɣnaˈderu]	Trabalhador de enxada.	APFB	23	22
trabalha a jorná	[traˈba.ʎa a ʒɔɣˈna]	[11]: “qualquer trabalho por dia, não só de enxada”.	APFB	23	9, 11
trabalha a jornal	[traˈba.ʎa a ʒɔɣˈnau]		APFB	23	11

Fonte: elaborado pelos autores.

Vale ressaltar que nem todas as variantes fonéticas serão dispostas cada uma em entradas diferentes. Quando se trata de formas que podem ser consideradas variantes de pronúncia da mesma palavra, nem todas as diferenças fonéticas serão relevantes para o tratamento lexical, podendo levar ao agrupamento de duas ou mais transcrições sob uma única variante gráfica. Assim, por exemplo, a variação das vogais médias /E/ [ɛ e] e /O/ [ɔ o] em posição pretônica, ou a variação de /s/ [s ʃ z ʒ], em coda silábica, e /r/ [r ʁ r̄ r̃] não levam à criação de entradas diferentes para cada variante de pronúncia. Álvarez (2018) sustenta que se devem separar formas que admitam grafia diferente, logo variantes como [ʒɔɣna'dʒeru] <jornadjêro> e [zɔɣna'deru] <zornadêro> podem ser dispostas sob entradas diferentes. Ocorrendo, no entanto, uma variante [ʒɔɣna'lejr̄u], não seria necessário separá-la de [ʒɔɣna'leru], uma vez que a monotongação de /ej/ é fenômeno usual no PB e seria lexicalmente irrelevante. Como apenas [ʒɔɣna'leru] ocorre, grafa-se <jornalêro>, aproximando-se da transcrição fonética. Tanto a alternância [z ~ ʒ] como a palatalização de /d/ diante de [e] são menos usuais e não se podem prever pela grafia padrão, ao que se justifica o uso de duas variantes gráficas para <jornadjêro> e <zornadêro>.

O campo 6 só é preenchido caso o manipulador duvide da correção dos dados que insere na tabela, ou esteja inseguro quanto ao campo em que deve colocá-los. A classificação semântica (campo 9) é feita junto com a lematização (campos 16 e 17), em momento posterior. Essa parte do trabalho é designada a membros específicos, cabendo aos demais pesquisadores preencher apenas os campos obrigatórios da fase 1 (todos, no caso do Quadro 1, exceto os campos 9, 16 e 17). É possível, no entanto, acrescentar as informações desses campos no estágio inicial, desde que isso não resulte em obstáculo à finalização da primeira etapa ou em atraso na entrega das tabelas. Preenche-se o campo 11 com o código da mesorregião de cada ponto, o que permite a geração automática de cartas léxicas na plataforma, e no campo 13 deve-se fazer remissão a todas as outras formas que dividem a carta. Para fins de ilustração, remete-se apenas às variantes em *jorn-*. Assim:

Quadro 4: Transposição dos dados da carta à tabela, com destaque para o código geográfico e remissões

1	4	10	10b	11	11c	13
jornadjêro	Trabalhador de enxada. [9]: “trabalha a jorná”.	APFB	23	2907	9	jornalêro; jornalista; jornazêro; zornadêro; trabalha a jorná
jornalêro	Trabalhador de enxada.	APFB	23	2907	8	jornadjêro; jornalista; jornazêro; zornadêro
jornalista	Trabalhador de enxada.	APFB	23	2907	10	jornadjêro; jornalêro; jornazêro; zornadêro
jornazêro	Trabalhador de enxada.	APFB	23	2907	6	jornadjêro; jornalêro; jornalista; zornadêro
zornadêro	Trabalhador de enxada.	APFB	23	2906	22	jornadjêro; jornalêro; jornalista; jornazêro
trabalha a jorná	[11]: “qualquer trabalho por dia, não só de enxada”.	APFB	23	2907	9, 11	jornadjêro; trabalha a jornal
trabalha a jornal		APFB	23	2907	11	trabalha a jorná

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme se estabelece nos protocolos, todas as remissões devem ser cruzadas, ligando o termo remetido àquele que o remete e vice-versa. Dessa forma, o usuário recuperará as informações com maior agilidade. Como a expressão “trabalha a jorná/jornal” consta nas notas, criam-se entradas a partir da descrição dada pelo informante do ponto 9, o que na plataforma remeterá de <jornadjêro> (o que o informante descreve) à entrada de <trabalha a jorná> (a expressão que utiliza). As variantes [ʒɔɣ'na] e [ʒɔɣ'nau] não poderiam estar reunidas sob a mesma grafia porque a criação da entrada deve se ater à fala do informante do ponto 9, que usa a forma apocopada, e [ʒɔɣ'nau] não poderia estar sob a grafia <jorná>.

Até o momento, a tabela de transposição dos dados do APFB conta com 1.482 entradas (variantes gráficas), cobrindo material de todas as cartas. O trabalho com o atlas, atualmente, tem se dedicado à recuperação de informações das notas e à revisão da tabela. Tratar-se-á de algumas das dificuldades da lematização ao se discutir os dados da carta 23, contrastando-os com formas galegas e do português europeu, na seção seguinte. Sobre a classificação semântica, remete-se ao trabalho de Domínguez Oroña e González Seoane (2015).

DEBRUÇANDO-SE SOBRE OS DADOS

Nesta seção, que pode ser considerada como o cerne do capítulo, expor-se-á a análise dos dados realizada no estudo, sob a forma de comentários descritivos a respeito de aspectos morfolexicais e semânticos dos vocábulos pertencentes à família derivacional de *jorn-* detectados no APFB e no TLPGP.

Sistematiza-se o aludido conjunto vocabular no Quadro 5 a seguir. As definições dos lemas JORNADEIRO, JORNALEIRO e JORNALISTA são o título da carta em que ocorrem (23) e a de JORNAL é elaborada a partir de informações das notas do atlas em conjunção com as acepções registradas por Houaiss e Villar (2009). Para tal análise, não se usa aqui o modelo de tabela do TLPGP (ver Quadro 1).

Quadro 5: Sistematização dos dados sob análise

APFB				
VARIANTE	LEMA	CATEGORIA	DEFINIÇÃO	PONTOS
[ʒɔyna'dʒeru]	JORNADEIRO	sm	Trabalhador de enxada.	9, 22
[zɔyna'deru]				
[ʒɔyna'leru]	JORNALEIRO	sm	Trabalhador de enxada.	6, 8
[zɔyna'zeru]				
[ʒɔyna'lista]	JORNALISTA	s	Trabalhador de enxada.	10
[ʒɔy'na]	JORNAL	sm	Remuneração recebida pelo dia de trabalho, na locução <i>trabalhar a jornal</i> , referente a "qualquer trabalho por dia, não só de enxada".	9, 11
[ʒɔy'nau]				

Fonte: elaborado pelos autores.

As variantes [zɔyna'deru] e [ʒɔyna'dʒeru] podem ser reunidas sob JORNADEIRO, dada a comprovada variação entre fricativas alveolares e pós-alveolares (cf. o segmento inicial das variantes em tela) na área dialetal baiana, como nos pares seguintes, também retirados do APFB: [au'ʒofri]~[a'zofri] 'pérola', [ʃulia'deira]~[sulia'dera] 'tacha', [ˈʒigu]~[ˈzigu] 'lugar onde se prendem galinhas'. JORNADEIRO não é registrada por Houaiss e Villar (2009), mas encabeça o verbete de todas as formas em *jorn-* para 'trabalhador de enxada' em Cardoso e Ferreira (2000), além de ser utilizada como isoléxica do Sul Baiano em outros trabalhos. (ALMEIDA; PAIM; OLIVEIRA, 2019) Diverge-se

aqui, no entanto, do tratamento de outros autores, pois JORNADEIRO e JORNALEIRO não parecem ser meramente variantes fônicas.

Embora o que se reúne no Quadro 5 sob esses dois lemas pudesse ser tratado como um grupo de variantes fonéticas, há razões para se defender que sua variação se dá no âmbito da morfologia. Primeiro, a variante [ʒɔɣna'leru] corresponde formal e semanticamente à lexia dicionarizada *jornaleiro*, atestada ainda no século XIII (CUNHA, 2010), e a uma base independente que é apontada pelos informantes nas notas: *jornal* (*jornaleiro* é 'quem trabalha a *jornal*'). Segundo, não se encontra no APFB casos de variação [d] ~ [z] que permitam considerar [ʒɔɣna'zeru] sob JORNADEIRO, assim como não há variação [z] ~ [l] que justifique tratamento exclusivamente fonético sob JORNALEIRO. Terceiro, nos outros casos de possível variação [d] ~ [l] (nos pares [kadõble'zeru] ~ [kalõbe'zeru] 'candomblezeiro, feiticeiro' e ['pabul^u] ~ ['pab^{udu}] 'pábulo, pretencioso') não se identifica a existência de duas bases independentes, pertencentes à língua corrente, como no caso de *jornada* para JORNADEIRO e *jornal* para JORNALEIRO. Por fim, embora se identifique na base de [ʒɔɣna'zeru] a variante com apócope de *jornal*, [ʒɔɣ'na], a intersecção de [z] é de ordem morfológica (mais precisamente, morfofonológica) – trata-se de um interfixo (MONTEIRO, 2010; RODRIGUES, 2016), que estende a base para que receba o sufixo –, daí ser possível considerar [ʒɔɣna'zeru] e [ʒɔɣna'leru] variantes derivacionais, ainda que sob o mesmo lema (JORNALEIRO) por partilharem a base e o sufixo.

A variação entre essas formas também parece suportar a hipótese de que a base *jornal* era acedida com facilidade pelos falantes. Isto é, a informante do ponto 6 não utilizou a forma lexicalizada *jornaleiro*, mas criou outro derivado, *jornazêro*, a partir da base *jornal*, que pronunciava [ʒɔɣ'na]. Explicação semelhante terá JORNALISTA, que concorria na mesma área geográfica (o Sul Baiano), com DIARISTA (ali mais frequente), embora não coincidisse nas mesmas localidades. Vale dizer que as formas discutidas foram a primeira resposta de cada informante à pergunta da carta 23, e possivelmente as formas mais imediatas que utilizavam. Todos os informantes eram analfabetos, logo se descartaria interferência do léxico da atividade jornalística. Não há respostas registradas para a pergunta da carta no ponto 11, mas ambos

os informantes fizeram comentários, registrados nas notas. Supõe-se que, expostos à pergunta, ou à forma *pataqueiro* (levantada em sondagem prévia que guiou a pesquisa de campo do APFB), tenham respondido que o trabalhador de enxada ou *pataqueiro* “trabalha a *jornal*”. No ponto 9, o informante disse o mesmo sobre [ʒɔyna' dʒeru]. A informante A do ponto 11 ainda esclareceu que *trabalhar a jornal* se referia a “qualquer trabalho por dia, não só de enxada”. É possível que *jornal* não tivesse ou não tivesse somente o sentido de ‘salário que se recebe por dia de trabalho’ na região, mas (também) ‘dia de trabalho’, embora isso não possa ser estabelecido com precisão (compare-se com *trabalhar a dia*).

Para o cotejo dos dados do AFPB com o que está disponível no TLPGP, fez-se a busca simples na plataforma por lemas com a sequência gráfica <jorn> em português (PE e PB) e <xorn> em galego, o que gerou os seguintes resultados:⁶ no PB – *jornal, jornaleiro* e *meia jorna*; no PE – *escanjornado, jorna, jornal, jornaleiro, jornal* e *jorno* e as locuções à *jorna* e *ao jornal*; e no galego – *xornada, xornal, xornaleira, xornaleiro* e *xornar* e as locuções *ao xornal* e *ir ao xornal*. Como não seria possível discutir todas no presente trabalho, limitar-se-á a análise às formas partilhadas pelo PB e PE, *jornal* e *jornaleiro*, e às formas galegas *xornada, xornal* e *xornaleiro*. Ressalte-se, contudo, que *escanjornado* ‘cansado, estafado’ não parece ter ligação com a família lexical discutida, e a identificação de *jorno* (variante portuguesa que se refere ao solo) com esse grupo vocabular não é clara. Todas as outras formas do PE e do PB parecem de fato pertencer à família lexical de *jorn-*, etimologicamente ligada à análoga galega, em *xorn-*.

Para o PE e o PB, a busca no TLPGP pelo lema JORNAL gera 5 resultados, dispostos n Figura 1:

6 Todos os dados apresentados nas Figuras 1-5 resultam de busca realizada em 13 abr. 2021. As Figuras são capturas de tela da interface do TLPGP.

Figura 1: O lema JORNAL



Fonte: Álvarez (2021).

Percebe-se que o significado prevalente no PE é ‘salário diário’. No Brasil – o dado é da mesorregião Metropolitana de Belém, no Pará, conforme Costa (2012), citado no TLPGP –, há o significado ‘material utilizado para embalar a peça cerâmica’, que revela uma projeção metonímica do sentido ‘publicação diária, periódico’ >> ‘papel/material em que se imprime o periódico’. Quadro muito semelhante ao PE é identificado no galego, com algumas nuances adicionais, por exemplo: ‘salário que se recebe por três ou quatro dias de trabalho’; ‘o que se paga por um trabalho’ (em sentido geral), além de poder especificar um tipo de contrato (ver Figura seguinte). Assim como estudos das décadas de 1960 e 1970, outros mais recentes trazem o significado de ‘salário diário’ ou sentidos próximos a este, o que coincide com os dados do APFB, de 1963.

Figura 2: O lema XORNAL



Fonte: Álvarez (2021).

Quanto a JORNALEIRO e XORNALEIRO, os significados no PE, no PB e em galego são bastante coesos e podem ser sintetizados em: (i) ‘trabalhador que é pago pelo dia de serviço’; (ii) ‘lavrador que é pago pelo dia de serviço’; e (iii) ‘lavrador que trabalha na lavoura de outros’. O primeiro sentido é geral e os outros dois são mais específicos, além de semelhantes aos usos registrados no APFB. No Brasil, a variante *jornaleiro* ocorre no estado de São Paulo – mesorregiões de Piracicaba, Macro Metropolitana Paulista e Metropolitana de São Paulo, segundo Figueiredo (2018), citado no TLPGP. Não parece haver nada de significativo na distribuição das formas, no que tange à delimitação de áreas dialetais nos três territórios cobertos pelo TLPGP.

Figuras 3 e 4: Os lemas JORNALEIRO e XORNALEIRO

Lemma	Meaning	Region	Frequency
jornaleiro	em O: homem que contratado para trabalhar na terra de outro e recebe por dia de trabalho	PE, PB, G	100%
jornaleiro	s. m. Aquilo que trabalha de campo	PE, PB, G	100%
jornaleiro [jornal'gru]	s. m. Operário à quem se paga por dia	PE, PB, G	100%
jornaleir [jornal'gru]	s. m. Trabalhador do campo que está à jornal	PE, PB, G	100%
jornaleiro [jornal'gru]	s. m. Nome dado às pessoas que estão a ganhar à dia nos trabalhos do campo	PE, PB, G	100%
xornaleiro [xornal'gru]	Jornaleiro	PE, PB, G	100%
xornaleiro [xornal'gru]	Jornaleiro	PE, PB, G	100%
xornaleiro	s. m. jornaleiro: pessoa que trabalha a jornal	PE, PB, G	100%
xornaleiro	Jornaleiro	PE, PB, G	100%
xornaleiro [x]	Jornaleiro	PE, PB, G	100%
xornaleiro [xornal'gru]	Lavrador que no posse ganha salário e trabalha para outro	PE, PB, G	100%
xornaleiro	Trabalhador	PE, PB, G	100%
xornaleiro	Jornaleiro	PE, PB, G	100%

Fonte: Álvarez (2021).

O TLPGP não registra a forma *jornada* nem para o PB, nem para o PE. No que diz respeito à lexia galega *xornada*, nota-se que significa, além de ‘jornada, tempo de duração do trabalho diário’, ‘jornal, o salário que se recebe pelo dia de serviço’. Esse segundo significado, que existe na língua portuguesa e está dicionarizado (HOUAISS; VILLAR, 2009), parece ser a motivação da derivação de *jornadeiro*, análoga à formação de *jornaleiro*. Neste caso, a sinonímia das bases *jornal* e *jornada* é herdada pelos derivados.

Figura 5: O lema XORNADA

jornada	jornada, s.f. 4 jornada sexta jornada Dicionário 1971-1980: Vol. 1284 jornada m	1A	1.1
jornada	Dicionário 2002-2020: Vol. 1284 jornada m	1A	1.1
xornada	s. f. 1. jornada, tempo de duração do trabalho diário de um operário, jornada Dicionário 1971-1980: Vol. 1284 jornada m	1A	1.1
xornada	Dicionário 2002-2020: Vol. 1284 xornada m	1A	1.1
xornada	s. f. 2. jornada Dicionário 2002-2020: Vol. 1284 jornada m	1A	1.1

Fonte: Álvarez (2021).

O trabalho de perquirição interlinguística revela grandes semelhanças nos usos e na distribuição dos significados desse grupo vocabular nas variedades brasileira e europeia do português e no galego, com a preservação de sentidos atestados ainda no século XIII, período do galego-português, para *jornal*, *jornaleiro* e *jornada*. (CUNHA, 2010; HOUAISS; VILLAR, 2009) Parece haver, contudo, maior criatividade lexical nos falares baianos, demonstrada no uso de *jornadeiro* e *jornalista*, e, pelo menos no caso desta família lexical, maior variação morfológica, com a ocorrência de quatro variantes derivacionais, corradicais e sinonímicas (*jornadeiro* ~ *jornaleiro* ~ *jornazeiro* ~ *jornalista*), também observada em variantes de outros vocábulos no APFB, como *arriscoso* ~ *arriscado* ‘perigoso’ e *usurário* ~ *usurável* ~ *usurento* ~ *usuroso* ‘avarento’. (PINTO; LOPES, 2021) Ainda que feita a ressalva de que os dados do TLPGP são insuficientes para respostas definitivas, comprova-se que é uma ferramenta de indiscutível relevância para investigações sobre o léxico do português brasileiro, sobretudo aquele de caráter românico, ao permitir a reunião de dados extraídos de um número considerável de fontes brasileiras e sua comparação com um rol também expressivo de fontes portuguesas e galegas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de questões relativas à metodologia e à análise dos dados exposto e discutido nas seções precedentes demonstra por si só quão desafiantes e complexos são o tratamento e a integração de material oriundo de atlas linguísticos ao TLPGP. Não obstante, ao lado de tais desafios, figuram as diversas vantagens e auspiciosas perspectivas propiciadas por essa conjunção,

certamente perceptíveis (ao menos *en passant*) nestas laudas, com a exemplificação voltada ao APFB, especificamente quanto a formas da família lexical de *jorn-*, presentes na sua carta 23 (TRABALHADOR DE ENXADA), em comparação formal e semântica com as mesmas formas ou com corradicais suas (portuguesas e galegas) contidas no TLPGP.

Sem dúvida, a inserção do APFB – primeiro atlas linguístico brasileiro – na plataforma do TLPGP é um fato de grande relevância para os estudos dialetais baianos e para o fortalecimento das redes linguísticas e acadêmicas do domínio lusófono, que não pode prescindir do que lhe foi e é propiciado pela Galícia, por sua língua, pelas suas instituições e pelos seus exímios pesquisadores.

Afora a própria importância do APFB e o valor de sua inserção no TLPGP, deve-se considerar que não se pode chegar a uma compreensão aprofundada do léxico do português brasileiro (PB) sem se considerar o léxico de falares românicos que lhe sejam próximos, como o galego e o português europeu (PE). Enquanto inovações lexicais decorrentes de contato são mais salientes, mecanismos românicos exigem cuidadosa comparação. Se o PE e o galego, por exemplo, apresentam um número significativo de processos derivacionais compartilhados com o PB, como determinar o que é característico deste sem a investigação comparativa? Ademais, tal análise não pode se limitar a fontes da língua escrita, tampouco à fala urbana. Dados da fala rural, fornecidos pela Dialectologia, são importantes, e o TLPGP reúne recursos que propiciam sua exploração e análise.

Espera-se, sem qualquer pretensão infundada, que as achegas metodológicas e a descrição do modesto conjunto de dados extraído do APFB e do TLPGP que subsidiou este capítulo possam ser de alguma utilidade para o conhecimento tanto do referido atlas quanto da referida plataforma, possam também servir como encaminhamento e direção para outros estudos congêneres e, principalmente, que possam sinalizar o início de uma frutífera relação entre dados dialetais baianos e o projeto TLPGP.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. C.; PAIM, M. M. T.; OLIVEIRA, J. M. Trabalhador de enxada em roça alheia: o léxico dos estados da Bahia e de Sergipe na década de 1960. *Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 30-51, 2019.
- ÁLVAREZ, R. (coord.). *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*: TLPGP. 2014-2021. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega, 2021. Disponível em: <http://ilg.usc.es/Tesouro>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- ÁLVAREZ, R. Do Atlas prévio dos falares bahianos ao tesouro do léxico patrimonial galego e português. In: RODRÍGUEZ, D.; LOPES, M. (org.). *Galícia doutro lado do Atlântico: estudos galegos na Bahia*. Salvador: Ponte Atlântica, 2018. p. 41-52.
- ÁLVAREZ, R.; SARAMAGO, J.; SOUSA, X. Presentación de un corpus digital de léxico tradicional: el tesouro do léxico patrimonial galego e português. *Fonetică și Dialectologie*, București, n. 28, p. 5-19, 2009.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- CAMBRAIA, C. N. Dulçeza, dulçor, dulçura e dulcidom: um estudo de caso de variantes derivacionais no português medieval. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela, n. 2, p. 37-56, 2010.
- CARDOSO, S. A. M.; FERREIRA, C. S. *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: UFBA, 2000.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DOMÍNGUEZ OROÑA, M. B.; GONZÁLEZ SEOANE, E. A classificação semântica no Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLÓGIA E SOCIOLINGUÍSTICA, 3., 2014. Londrina, *Anais [...]*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.
- GONZÁLEZ SEOANE, E.; MOUZO VILLAR, R. O tesouro do léxico patrimonial galego e português: metodologia, desenvolvimento e resultados. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLÓGIA E SOCIOLINGUÍSTICA, 3., 2014. Londrina, *Anais [...]*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MONTEIRO, J. L. O mecanismo da interfixação em português. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 30, n. 1-2, p. 138-142, 2010.

- PENA, J.; CAMPOS SOUTO, M. Propuesta metodológica para el establecimiento de familias léxicas en una consideración histórica: el caso de hacer. *Cuadernos del Instituto Historia de la Lengua*, San Millán de la Cogolla, n. 2, p. 21-51, 2009.
- PINTO, M.; LOPES, M. A família lexical de *usura*: um estudo etimológico e morfossemântico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 1813-1872, 2021.
- PONCE DE LEÓN, R. F. Z. Esquemas rivales en la formación de palabras en español. *ONOMÁZEIN*, Santiago de Chile, n. 22, p. 59-82, 2010.
- RIO-TORTO, G.; LOPES, M. Fluctuación prefijal en el gallego-portugués y en el castellano medievales. *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, v. 11, p. 103-136, 2019.
- RODRIGUES, A. S. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A. S.; PEREIRA, I. et al. (coord.). *Gramática derivacional do português*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 35-133.
- ROSSI, N.; ISENSÉE, D.; FERREIRA, C. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.
- SIMÕES NETO, N. A. Variação morfológica: aproximações entre dialetologia e diacronia. *Miquilim: Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 7, n. 1, p. 39-54, 2018.
- SOLEDADE, J. O *sinmorfismo* e os *doublets* no português arcaico. In: SILVA, R. V. M.; OLIVEIRA, K.; AMARANTE, J. (org.). *Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos*. Salvador: Edufba, 2012. p. 45-65.
- SOLEDADE, J. *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2004. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- THE INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION. *Handbook of the international phonetic association: a guide to the use of the international phonetic alphabet*. Cambridge: CUP, 1999.

CAPÍTULO 2

**DECANTANDO A ÁSIA
DE JOÃO DE BARROS**

Por entre o léxico do Oriente

Jane Keli Almeida da Silva
Américo Venâncio Lopes Machado Filho

PROÊMIO

Muitos autores têm discutido o papel que o léxico assume na construção identitária e funcional de uma língua. Machado Filho (2022, p. 1, tradução nossa) defende, por exemplo, que o léxico exibe um caráter essencialmente paradoxal nesses processos. O léxico, para o autor:

Se, por um lado, mantém a prorrogação secular da mais distante fonte que se estabeleceu em seu esteio histórico, por outro, permite que o novo se interponha, em função dos contatos culturais ou linguísticos a que essa mesma língua em uso se possa submeter.¹

Em linhas gerais, ao mesmo tempo em que o léxico evidencia a manutenção mais perene de algumas de suas unidades em uso, permite que a neologia possa ser, também, um fenômeno extremamente produtivo, já que “o novo sempre vem”, como bem disse Belchior (1976).

Essa dualidade essencial vê-se bem no poema *Pedra filosofal*, de Antônio Gedeão (2010, p. 15), que diz ser o sonho

[...] máscara grega, magia, / que é retorta de alquimista, / mapa do mundo distante, / rosa-dos-ventos, Infante, / caravela quinhentista, / que é Cabo da Boa Esperança, / ouro, canela, marfim, / florete de espadachim, / bastidor, passo de dança, / Colombina e Arlequim, / passarola voadora, / pára-raios, locomotiva, / barco de proa festiva, / alto-forno, geradora, / cisão do átomo, radar, / ultra-som, televisão, / desembarque em foguetão, / na superfície lunar.

Embora longo o excerto da poesia acima apresentada, justifica-se-o em razão de permitir que o leitor possa compreender como o léxico, de verso em verso, constrói ritos de passagem em cada uma de suas linhas melódicas. É como se se vislumbrasse a história contada e recontada, palavra a palavra, desde a Grécia Antiga, até os novos milagres da ciência contemporânea,

1 “If, on the one hand, it retains the secular extension of its most distant etymological sources, which have solidified themselves in their historical basis, on the other, it allows the new to intervene due to cultural or linguistic contacts that this same language in use is exposed to”.

embrionando-se no desenrolar de cada evento e permitindo-se reconhecer a linha em que se escreve cada marca do tempo.

Estudar e compreender o léxico tem sido, portanto, de fundamental importância para a reconstituição do passado das línguas, notadamente para a recomposição do cenário histórico das comunidades a que essas línguas e, em especial a língua portuguesa, têm buscado, nesse esteio, servir.

Considerando o caráter paradoxal do léxico a que antes se fez referência, há uma demanda para que investigações possam ser realizadas com vistas ao levantamento de unidades lexicais que, porventura, tenham restado em uso, mesmo em um curto espaço de tempo.

As pesquisas documentais fazem-se, pois, necessárias e imperativas e muitos investigadores têm procurado desvendar textos relevantes e de grande importância para edições e análises linguísticas. Nessa linha, insere-se a *Primeira Década da Ásia*, de João de Barros (1552), por poder demonstrar inusitados usos lexicais, que devem ter sido apropriados pelo português durante as grandes navegações.

O presente trabalho objetiva, pois, levantar neologias, no sentido de empréstimos linguísticos, haja vista se considerar que

Avançando do conceito de empréstimo para o mais amplo de neologismo, em que aquele se insere, ver-se-á que este abarca, para além da incorporação de itens de outras línguas, – a chamada neologia de empréstimo –, processos de criação facilitados pelo sistema linguístico, em especial pela morfologia e morfossintaxe, operados ao fragor criativo, ou neologia formal. (MACHADO FILHO, 2022, p. 14, tradução nossa)²

Focou-se nesta investigação em elementos cujas bases etimológicas não referendassem unidades românicas ou latinas, já bem conhecidas, senão de línguas orientais com as quais a língua portuguesa entrou em contato na África e na Ásia, como se ondulassem “na onda lúcida do mar”. (PESSOA, 1977, p. 106)

2 “Moving from the concept of loan to that of neologism, we can appreciate how this latter includes, in addition to incorporating items from other languages, the so-called loan neology creation processes facilitated by our language system, especially its morphology and morphosyntax, operating in accordance with the creative din, or formal neology”.

Portanto, pretende-se analisar o comportamento dessas unidades no léxico, observando a sua produtividade hoje, o que significa verificar se estão em plena vitalidade, constituindo o vocabulário ativo da língua, ou se estão apenas registrados nos dicionários, configurando-se como arcaísmos linguísticos.

Desse modo, o trabalho estrutura-se, além do proêmio e do epílogo, da seguinte maneira: na seção “Na onda lúcida do mar”, discute-se o *corpus*; na seção seguinte aventam-se discussões sobre o conceito de neologia e empréstimo linguístico; e na seção “O léxico de étimo não latino e não romântico” analisam-se os dados.

“NA ONDA LÚCIDA DO MAR”

Há quem possa dizer que a lucidez de uma onda não exista. Quem conhece *Mensagem* (1977), de Fernando Pessoa, entretanto, pode imaginar, logo de antemão, o valor desse verso. As descobertas portuguesas são conhecidas como um dos grandes marcos da humanidade. Gil Eanes, ao ultrapassar o temido Cabo Bojador, permitiu que o Oriente – uma quimera antiquíssima ocidental – tornasse uma realidade aos navegantes; assim pôde Vasco da Gama ser o primeiro europeu a ancorar na Índia, em 20 de maio de 1498.

Um dos livros para introduzir esta trajetória é *A Primeira Década da Ásia*, de João de Barros (1552), conhecida como a primeira obra de um conjunto de textos do autor, intitulado *As Décadas da Ásia* e publicado em quatro grandes volumes, nos anos de 1552, 1553, 1563, 1615.³

Cada volume apresenta dez livros em sua composição, sendo, portanto, quarenta livros que constituem o projeto textual. Desse conjunto, a *Primeira Década da Ásia* (BARROS, 1552) tem como ponto inicial a invasão muçulmana na Península Ibérica, em 711 d.C., e limite final a conquista consolidada da Índia, em 1521.

3 É válido lembrar que a última *Década da Ásia* não foi totalmente elaborada por João de Barros, que faleceu e a deixou inacabada. Diogo Couto teve a incumbência de reunir os manuscritos e finalizá-la, imprimindo a quarta *Ásia*, em Lisboa. Ao mesmo tempo, Lavanha imprimiu uma edição, em Madrid, no ano de 1615.

Como se vê, as narrativas não obedecem a um período de dez anos para cada livro escrito, o que é curioso porque a etimologia latina *década* refere-se a uma dezena de anos. No entanto, é na origem grega *dekás*, que há alusão a qualquer grupo de dez, equivalendo na obra aos dez livros que a constituem. Essa forma de escrever a história já era adotada por outros escritores na Antiguidade Clássica, a exemplo de Tito Lívio, e se mostra presente na Ásia, corroborando ser o velho de grande valia ao novo.

Em relação ao título da obra ser *Ásia* e não *Década*, a justificativa está nas palavras do próprio autor: “o seu nome é *Asia* : por tratar do descobri- | mento e conquista das terras e mares do Oriête” (BARROS, 1552; SILVA, 2021, p. 89), isto é, o texto versaria apenas sobre a colonização no continente asiático, o que explica a narração está concentrada nessa região. Ademais, é válido ressaltar a noção de Oriente para os portugueses, nesse período, que não consideravam a África Oriental e nem a Oceania como partes dele.

Inobstante, o documento em foco aborda pelo menos mais dois continentes. O europeu, quando brevemente trata da invasão muçulmana e a formação do reino de Portugal, ressaltando a rivalidade perene entre os portugueses e os árabes. O africano, na ocasião em que Ceuta é a primeira grande conquista fora dos arredores da Europa, seguida de outras que viriam como Guiné; Congo; Benin; Moçambique.

Logo, os dez livros que constituem o primeiro volume da *Ásia* traçam um panorama inicial acerca dos (re)descobrimentos, o qual reverbera no presente através do estudo lexicológico apresentado mais adiante neste trabalho.

SOBRE A NOÇÃO DE NEOLOGIA E EMPRÉSTIMO LINGÜÍSTICO

A Linguística Histórica, desde sua gênese, tem procurado responder como e por que as línguas mudam no decurso do tempo. No que concerne à mudança lexical, tem se deparado com dois fatos observáveis em *corpus* – as neologias e os empréstimos linguísticos que atuam na mesma frente de renovação, expansão e apagamento do léxico, sendo as neologias o processo pelo qual os empréstimos são formados nas línguas naturais.

Dubois e demais autores (1973, p. 430) destacam ser os neologismos “toda palavra de criação recente ou emprestada há pouco de uma língua, ou toda acepção nova de uma palavra já antiga”. O primeiro ponto a ser questionado nos autores seria a ideia imprecisa de “há pouco”. O que significaria em língua há pouco tempo?

Precisar exatamente o momento em que a nova unidade se inseriu no léxico, através de sua dicionarização, é muito improvável, até porque uma neologia pode se tornar a depender do tempo e da falta de uso em um arcaísmo. Nessa conjuntura, Machado Filho e Oliveira (2017, p. 91) constataram que “a possibilidade de se atribuir um caráter inovador em língua ou arcaizante em Linguística não parece ser nada ‘facilmente observável’, pois subjaz impositivamente à subjetividade e o grau de erudição do pesquisador”.

Têm razão os autores quando se trabalha com o inventário lexical geral de uma língua, mas quando se debruça sobre textos datados e localizados, pode-se, em alguns casos, saber quem é seu autor, e, com certo grau de certeza, caracterizar as neologias e os empréstimos linguísticos que, porventura, se encontrem no *corpus* de análise.

É curioso como Alves (2002) tem a preocupação de verificar a retrodatação dos termos neologismo e neologia, que foram atestados pela primeira vez no português nos séculos XVIII e XIX, respectivamente, entretanto a distinção entre os dois só aparecerá no século XX, no momento em que Caldas Aulete diferenciará o processo (neologia) de seu produto, o neologismo. As neologias são um processo amplo que pode gerar um novo formato linguístico, ou um novo significado e nele se incluem os neologismos por empréstimos, ou neologismos estrangeiros.

O empréstimo linguístico faz parte do processo de neologia, sendo depreendido também a partir da perspectiva do processo e do produto. É um processo “quando um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia precedentemente num falar B e que A não possuía”. (DUBOIS, 1973, p. 209) Como produto, ocorre assim que a unidade estrangeira é acolhida ao sistema linguístico receptor.

Os neologismos por empréstimos sempre estiveram associados à avaliação dos falantes, que os julgaram negativamente ao longo do tempo. Exemplo

disso, pode-se ver nas primeiras gramáticas da língua portuguesa nas quais Fernão de Oliveira (1536), mesmo sendo um homem “avant la lettre”, por ter elaborado a primeira obra gramatical de orientação descritiva do português, condenou os “emprestinhos”, ao considerá-los uma verdadeira deterioração linguística, e João de Barros, seu conterrâneo, segue na mesma linha ao reconhecê-los como barbarismos, que prejudicam o vocabulário do idioma pátrio. Assim, o conservadorismo linguístico dos primeiros gramáticos renegou a renovação do léxico no século XVI.

Engendrou-se, até aqui, uma breve discussão teórica acerca das neologias, dos neologismos e dos empréstimos, diferenciando seus conceitos nos estudos linguísticos e relacionando-os sempre que possível ao apagamento lexical, ou seja, ao arcaísmo. Ademais, buscou-se contrapor, historicamente, o posicionamento dos primeiros gramáticos a respeito dessas questões. Apresentar-se-á, na próxima seção, a análise lexicológica dos neologismos por empréstimos, inventariados na Primeira Década da *Ásia* (1552).

O LÉXICO DE ÉTIMO NÃO LATINO E NÃO ROMÂNICO

A edição é uma prerrogativa nas análises linguísticas permitindo que se tenha um banco de dados para o estudo da língua, como bem defendeu Mattos e Silva (2008). Até mesmo filólogas como Telles e Carvalho (2005, p. 82) reconhecem que o texto é “estruturado pelas possibilidades de uso da língua”. Portanto, a edição elaborada, de cunho diplomático da Primeira Década da *Ásia* (1552), serviu de base ao levantamento de étimos⁴ não latinos e não românicos, identificados de maneira profusa no *corpus* de estudo.

Das 428 páginas editadas, selecionaram-se 1.031 itens que, em sua maioria, circunscrevem a área da antroponímia e da toponímia, e se configuram como importantes caracterizadores dos contatos linguísticos desenvolvidos no Oriente, pois o léxico onomástico funciona como cristalizador da memória

4 Entende-se por étimo “a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer”. (VIARO, 2011, p. 99) Assim, o étimo de um vocábulo evidencia sua mudança linguística, no plano fônico e semântico, sem acréscimo de morfologia derivacional, já que se trata do mesmo item lexical.

social ao guardar o significado “em qualquer tempo e espaço, embora sua capa linguística mude conforme as variantes”. (CARVALHINHOS, 2003, p. 173) Observou-se, também, que os itens não românicos e não latinos estão no cenário da geografia oriental, delineando regiões, cidades, reinos, rios, fontes, cabos, que integram os continentes africano e asiático. Ademais, muitos elementos evidenciam a sociedade da época, ao traçar características da economia, política, religião e cultura dos povos que lá viviam, corroborando ser no léxico em que se evidenciam a heterogeneidade geográfica e as diferentes camadas sociais. Assim, o estudo aqui proposto é tímido – se comparado com o trabalho monumental de Benveniste (1995) que, no seu *Vocabulário das instituições indo-européias*, observou, ancorado no método comparativo, o léxico da economia, parentesco, sociedade, poder, direito e religião –, mas uma pequena contribuição para o conhecimento da história lexical em língua portuguesa.

Nessa perspectiva, utilizando o programa concordanciador WordSmith 4.0, identificaram-se numerosos étimos árabes, mas também outras línguas como: malaio, tâmul, berbere, javanês, persa, quimbundo, hebraico, hindustani, tcheque, sânscrito, foram reconhecidas na pesquisa etimológica que se ancorou em obras de referência, a saber: *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, de Cunha (1986), *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Machado (1990), *Dicionário Onomástico da Língua Portuguesa*, de Machado (1981), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Nascentes (1952), os quais não apresentaram, com exceção de Machado (1990), indicação em seus projetos lexicográficos para o reconhecimento de neologias e empréstimos. Os dados arrolados a seguir exemplificam pelo menos uma língua de contato, em cada verbete elaborado, que se organiza, como convém a trabalhos lexicográficos, em lema principal e secundário; classificação gramatical; etimologia; remissão; classificação toponímica (DICK, 1990); definição sinonímica⁵ (baseada no comportamento semântico do item lexical no *corpus*) e abonação (extrato do texto que exemplifica o vocábulo).

5 A definição elaborada, portanto, é de autoria dos proponentes deste trabalho.

abbedelmalec⁶ – sm. (< ár. *abd al-ahad*)^A → maraunion. ‘antropônimo’; ‘servo do único Alá’; ‘califa da cidade de Damasco’. [1552/pda1/f3v]: Antre alguñs desta linhágem Maraunion que este capitam Abedelá persegua, auia huñ | hómem poderóso chamádo AbediRamon filho de Mauhyá , e neto de Hóxon , e bisneto – de **Abbedelmalec** : o qual auó e bisauó em tempo passado foram tambem calyfas daquella ci- | dade Damáscó.

amoucos – sm. (< malaio. *āmoq*)^M ‘etnotopônimo’; ‘povo de Malaca e de laua’. [1552/pda7/f83v]: andáuam os nóssos tam alegres de em tal dia se ve – rem com os jmgos , que sespantáuam os Malabáres , e diziam que os nóssos andáuam to- – mádos da furia da vingãça , como os **amoucos** de Maláca e da laua , os quáes sam hómeçs – que com jndinaçam dalgũa vingança mátam quantos acham ante sy nam temendo a mórte – cõ tanto que fiquem vingádos.

angelij – sm. (< tâmul *añjili*)^M ‘poliotopônimo’; ‘região próxima ao rio Gange’. [1552/pda9/207r]: e ao *que* say da *que* esta ao sul Benhorá , e depois que se – adjuntã ã huñ corpo chamâlhe Gãga , o qual vay sair na fóz do jllustre rio Gãge entre estes dous – lugáres **Angelij** e Pichóldá quásy e) vinte dous gráos.

azenégues ~ azenegue(s) ~ azenegues ~ azanegue(s) – sm. pl. (< berb. *iznagen*)^M. → alarues. ‘etnotopônimo’; ‘povos mouros e berberes que habitavam o sudoeste da Mauritània’. [1552/pda1/f5v]: A qual deligencia lhe respondeo com o – prêmio que elle desejava , porque veo saber per elles nam sómente das tẽrras dos Alarues | que sam vezinhos aos desertos de Africa a que elles chamam çahárá , mas ainda das *que* ha- | bitam os poucos **Azenégues** que confinam com os negros de lalof : onde se começa a re- | giam de Guinẽ. [1552/pda1/f13r]: E a causa de ser mais | pouoáda , ẽra por razam da pescária de que aquella misera gente de mouros **Azenégues** se mã- | tinha , porque em toda aquella cósta nam auia lugar mais abrigado do jmpeto dos grãdes má- | res que quebram nas suas práyas se nã na paragem daquellas jlhas de Arguim [1552/pda1/f12v]: Este | Gõçalo de Sintra com desejo de se auẽtajar dos outros *que* Ia ẽram jdos : par- | tido do reyno, per conselho de huñ mouro **Azenegue** *que* leuáua consigo pera | lhe servir de lingua , se foy a jlha de Arguim *que* está auãte do cábo branco óbra de doze lęgoas | prometçdolhe o mouro grãdes prẽsas em tẽrra [1552/pda3/

6 A grafia de todos os vocábulos está de acordo com a apresentada no *corpus*.

f3ov]: auia hũ rey muy poderóso naquellas pártes chamádo Bór Byram : o qual pósto *que* fósse | do sangue gentio dos principes de Guinë , ęra já feito mouro pela communicaçam que tinham | com os mouros chamádos **Azenegues**. [1552/pda3/f33r-33v]: E como esta mais | ocidental que Tungu-butu , geralmente concorriam a ella os pouos que lhe sam mais vezinhos : | assy como os Çaragolęes , Fullos , lalóphos , **Azanęgues** , Brábaxijs , Ligurarijs , Luddáyas | da mão dos quaes per via do castęllo de Arguim e de toda aquella cósta vinha o ouro a nós- | sas mãos. [1552/pda1/f14r]: O qual quando chegou a elles (como já dissemos ,) però que vinha **Azanęgue** | no trájo e no caram dos coiros : parece que a natureza se contentou cõ comer e beber leite , por | que elle veo bem pensádo e górdo.

banda – sm. (talvez < javanês *banda*)^M. ‘poliotopônimo’; ‘cidade localizada na Índia que produzia noz e maça para o comércio’. [1552/pda8/f91r]: Per todas as quães pártes ao tempo que descobri- | mos a Índia , assy os gętios como os mouros andáuã cõmutando e trocãdo hũas merca | dorias por outras : (segũdo a natureza dispos suas semętes e fructos , e deu industria aos hó- | meęs em a mechanica de suas óbras .) As que jaziam alem da cidadę de Maláca , situáda na – Aurea Chesoneso (nome que os geographos dęram áquella tęrra ,) assi como cráuo das jlhas | de Maluco , noz e maça de **Banda** , sandalo de Timor , cãmphora de Bornęo , ouro e práta do | Liquio : cõ todalas riquezas e especias aromaticas , cheiros e policias da China , Jáua e Siã , | e doutras pártes e jlhas a esta tęrra adjacentes.

bandor – sm. (< persa *baHadur*)^M. ‘poliotopônimo’. ‘cidade’. [1552/pda9/f107v]: | Báte que ę o extremo do reino (segundo dissęmos) . Tornando a fazer outra cõputaçam desta | cidadę Chául até o rio Aliga de Sintacóra em que acaba a tęrra do Dęcan auera setenta e cin | co lęgoas : ao rio Zanguizar vinte cinco , no qual espáço ficam , **Bandor** , Sifardam , Calan- | cii e a cidadę Dabul.

banzeiro – adj. (< *banza* [este do quimb. *mãza*]^G + -eiro) ‘melancólico’; ‘triste’. [1552/pda1/f18v]: Mas como o már com a cal- | maria andáua **banzeiro** , eram tam grandes as vágas que nam ousáua algu) dos mareantes de | se lãçar a nádo.

benará nambeádarij – sm. (benará < hebraico *benarus* + nambeádarij < malaio *nambiyādirī*)^M. ‘antropônimo’; ‘senhor de uma região acima de panáne’. [1552/pda7/f86r]: E a gente cõ | que o Çamorij começou seria até sesenta mil hómeęs de que a este tempo (segũdo dissęmos) pe- | los cásos

e perdas que teçe tañbem já tinha menos hũ terço : porem fama entre os nósos ęra | que trazia per már e per ęerra quórenta mil hómeçs seus e destes senhores que o ajudáuã , del- | les como vassálos e outros por serem amigos e vezinhos naquella ęerra Malaĉar que elle con | uocou cōtra nós . Beturácol rey de Tánor . Cacatunam Barij rey de Bepur e de Cucuram | junto da serra chamada Gáte , Cóta Agatacól rey de Cotugam entre Cananor e Calecut jũ- | to de Gáte , Curiur Coil rey de Curim entre Panane e Crangálor , Naubadarij principe | de Calecut , Nambeá seu jrmão , Lancol Nãbeádarij senhor de Repelij , Paraichera Eracol | senhor de Crangalor , Parapucol senhor de Chaliam entre Calecut e Tanor , Parinha Mu- | tacól senhor quásy rey entre Crãgalor e Repelij , **Benará Nambeádarij** senhor quasy rey aci- | ma de Panáne pera a serra.

bengála ~ bengálla ~ bengala ~ bęgala – sf/sm. (talvez < hindustani *bang-alaya*)^M. → bisnagá. ‘geomorfotopônimo’; ‘angra’; ‘reino’. [1552/pda9/f108r]: Entre estes dous tam – jllustres cábos Comorij occidental e Cingápura oriental (dos quáes podęmos cręr que o | már cortou as jlhas Ceilam e Camáttra como de Itália Cezilia segũdo se escreęue) jáz aquelle – celebrádo sino Ganęético per escriptura de todolos geographos , e per nós muy nauegá- | do : ao qual chamamos a enseáda de **Bengála** , por causa do grande reyno **Bengála** per onde | córre o rio Gange muy sobęrbo com a furia de suas águoas , e entra no már Oceano. [1552/pda8/f91v]: Porque nam só- | mente traziam a ellas o *que* nauegáuã de Maláca , mas ajnda os robijs e lácre de Pegu , a rou- | pa de **Bengálla** , aljofar de Cálecarę , diamães de Narsinga , canęla e robijs de Ceilam , pimęta | e gęgiure e outros mil generos de especias aromaticas assy da cósta Malabár , como doutras | partes onde a natureza depositou seus tesouros. [1552/pda9/f110v]: Quanto ao | estádo da gentilidáde que ę a outra gente *que* senhorea aquellas regiões (leixando os principes | do Malabár de que lógo falaremos) os mais principáes cō *que* teuęũmos cōmunicacam por causa | de seus estádos virem beber ao már foram estes : elrey de Bisnagá , de Orixá , de **Bengala** , de | Pęgu , de Syam , e da China. [1552/pda9/f107r]: Porę em o nacimęto deste gráde rio chamado | Nagũdij ao do outro Gãga há esta differęça , nã ter aquella religiam das águoas : e mais ná- | ce quásy na parágem do Gáte *que* está sōbre Cananor e Calecut , e vay correndo ao lōgo delle cō- | tra o nórte , e como ę de frente do rio Aliga fáz hum cotouelo e toma outro curso pera oriente , e | pássa per a metrópoly Bisnagá e per ęerras de Orixá ę sair na enseáda de **Bęgala** per duas bo- | cas entre dezaseys e dezaseęte gráos

, onde estã duas cidãdes Guadeuarij e Masusipatã em *que* – se fãz muyta roupa dalgodã *que* óra vem delã *que* tem o mesmo nóme.

brum – sf. (< tcheque *brno*)^N. ‘poliotopônimo’; ‘povoação localizada entre Adem e o cabo Fartaque’. [1552/pda9/fio6v]: E tornãdo a primeira pártē occide)- | tal desta repartiçã , leixando o jnterior dos dous estreitos do már roixo e Párseo pera seu tem | po : da gargãta deste roixo *que* está em altura de doze grãos e dous terços atē a cidãde Adem ca- | beça daquelle reyno , auerã quore)ta lēguoas , e della ao cábo de Fartaque *que* está em quatorze | grãos e meyo serã cem lēguoas . Entre os quaes extremos ficã estas pouoações Abiã Ar , Ca | naçã , **Brum** , Argel , Xael cidãde cabeça do reyno.

brãmāne(s) ~ brãmmane(s) ~ brammane(s) ~ brãmames ~ baneanes – sm. (< sânscrito *brāhmana*)^D. ‘homem da casta religiosa hindu’; ‘sacerdotes religiosos’. [1552/pda4/50v]: Atē os seus **Brãmānes** na religiam *que* tinham da trindãde de | tres pesóas e hũ só deos , *que* acerca dos Christãos ẽra õ fundamento de toda sua fẽ se confor- | máuam com elles , (*peró que per outro módo muy diferente* :) a qual cousa os mouros con- | tradizem. [1552/pda5/59r]: O qual | posto *que* nam podia sofrer dár os refeẽs *que* lhe Pedrálvarez pedia , e toda sua escusa ẽra serẽ | hómeãs velhos e da geraçam dos **Brãmānes** , os quães por razam de sua religiam nã podiã | comer nem dormir senam em sua própria cãsa , e quando se tocáuam com gente fóra de sua gera | çã , tinham suas purificações e cerimónias de *que* nam podiam vsar estando no már.

Observando os dados apresentados, verifica-se que a maior parte das lexias não constitui mais o vocabulário ativo da língua, comprovando o caráter volúvel do léxico, pois foram em determinado momento da história novas unidades resultantes do empréstimo de contato e hoje são verdadeiros arcaísmos linguísticos.

Situação diferente é a de *banda* e *bengala* que podem ainda ser identificadas no léxico ativo da língua portuguesa, embora apresentem significados diferentes dos atestados no *corpus*. Mesmo caso é a de *açoute*, *açucar*, *adãrga*, *alcaide*, *alfayate*, *alferez*, *algodã*, *aliceces*, *aljófrefre*, *almazem*, *argollas*, *aroyal*, *azeite*, *azul*, *balde*, *cabãça*, *coje*, *gergelim*, que são reconhecidos em muitas normas linguísticas do português, sendo alguns até mais comuns do que outros, como *açúcar* e *azeite* – produtos indispensáveis à mesa de muitos brasileiros.

Todos apresentam étimos árabes, além de muitos outros reconhecidos no texto, engessando os arabismos já existentes na língua antes das grandes navegações, já que a história corrobora o intenso contato desses etnotopônimos com os portugueses, iniciados desde 710 d.C., na Península Ibérica, e retomados por volta dos séculos XV e XVI, na Ásia com o comércio das especiarias. Os árabes eram os principais mercadores e, com isso, estavam ancorados nos principais portos econômicos, como o de Calecut e de Quiloa, disputando o monopólio do comércio diretamente com os colonizadores.

Refletindo sobre o resultado desses contatos, Piel (1976, p. 6, grifo do autor) assevera que

[...] são, com efeito, bastantes as *vozes exóticas* que, a partir do séc. XVI, se vão infiltrando no léxico português, seja por via literária (cronistas), seja por via oral (convivência com povos indígenas; comércio), aumentando assim consideravelmente o caudal de termos orientais recebidos anteriormente por intermédio do árabe. Alguns foram totalmente assimilados, outros não perderam o seu ar e feição estranhos, outros, finalmente, não passam hoje de curiosidades enterradas nos dicionários [...].

Conquanto o autor discuta acertadamente os empréstimos, os estrangeirismos e os arcaísmos, refere-se a eles como “vozes exóticas”, isto é, esquisitas e extravagantes, revelando avaliação negativa e depreciativa em relação à diversidade linguística do Oriente. Por isso, neste trabalho, opta-se por nomeá-las de orientaisismos, o que recobre as línguas identificadas na pesquisa e arroladas nos dados anteriormente.

No que concerne aos itens lexicais que sequer tiveram registro lexicográfico e, portanto, sua presença passou quase despercebida na língua, se não fosse a pena de João de Barros, que os gravou na memória escrita, destacam-se alguns como *ialóphos*, *ligurarijs*, *mani sono*, *mandi mansa*, *obji*, *ólla*, *palç*, *quedá*, *sabá*, *tacancurij*, *uixáopatan*, *xêrxes*, *zembêre*, que não poderiam ser reconhecidos hoje pelo homem comum.

Dentre os quais, merecem comentários *ialóphos* por serem os primeiros povos da Guiné; *Mani sono* por representar um sinal de respeito/cordialidade, sendo o mesmo que senhor, neste caso, senhor de *sono*, uma antiga província

indiana; ólla por ser uma folha de palma bastante utilizada na escrita asiática. Os demais termos pertencem à antroponímia e à toponímia, recobrando nomes de povos, cidades, rios, fontes, cabos, ilhas, nomes e sobrenomes de pessoas, e registrando a cultura das regiões conquistadas.

Interessante é verificar que termos como *limma*, *maluco*, *mascáte*, *mete*, *pam*, *párdaos*, *pedir*, *porca*, *rpto*, *pagóde*, inseridos também no campo da onomástica, exceto *párdão*, que era uma moeda da Índia, são homônimos no português brasileiro e, assim, estão registrados nos dicionários.

Salienta-se, ainda, que dos 1.031 elementos identificados como possíveis empréstimos, a maioria não se encontra dicionarizado, o que faz do glossário elaborado no doutoramento um produto inovador ao trazer muitos vocábulos desconhecidos à história do português. Os étimos já identificados são, maior parte do árabe, embora outras línguas orientais tenham sido atestadas em menor proporção.

EPÍLOGO

Foi função deste trabalho discutir as neologias de empréstimos integradas à língua portuguesa, através dos contatos linguísticos, desenvolvidos durante o período esplêndido do Império Português no Oriente. O conhecimento dessas unidades colabora para a depreensão acerca da constituição histórica do léxico e do português como um todo, já que “a criação neológica é parte da história das línguas e constitui uma evidência inequívoca de vitalidade, essencial para suprir as necessidades e as condições de comunicação dos idiomas”. (ALVES, 2002, p. 216)

REFERÊNCIAS

ALVES; M. I. Os conceitos de neologia e neologismo segundo as obras lexicográficas, gramaticais e filológicas da língua portuguesa. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas: USP: Pontes, 2002. p. 203-216.

- BARROS, J. *Asia de Joam de Barros dos factos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1552.
- BARROS, J. *Asia de Joam de Barros dos factos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. [S. l.: s. n.], 1552.
- BARROS, J. *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1540.
- BARROS, J. *Quarta década da Ásia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Lavanha, 1615.
- BARROS, J. *Segunda década da Ásia*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1553.
- BARROS, J. *Terceira década da Ásia*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1778.
- BELCHIOR, A. C. G. Como nossos pais. *Letras*, [s. l.], 1976. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/belchior/44451/>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-européias*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. v. 2.
- CARVALHINHOS, P. J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória: estudo de caso: os sociotopônimo de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, 2003.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GEDEÃO, A. Pedra filosofal. In: GEDEÃO, A. *Poemas escolhidos*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2010. p. 15.
- MACHADO FILHO, A. The history of the lexicon. In: KABATEK, J.; SIMÕES, J.; WALL, A. (ed.). *Manual of brazilian portuguese linguistics*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2022. p. 193-218.
- MACHADO FILHO, A. V. L.; OLIVEIRA, I. G. O léxico furtado do passado, na História do Futuro, de Antônio Vieira. *Revista da ABRALIN*, Aracaju, v. 16, n. 2, p. 87-104, 2017.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Horizonte, 1990.

- MACHADO, J. P. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Horizonte, 1981. v. 3.
- NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1952.
- OLIVEIRA, F. O. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1536.
- PESSOA, F. Mensagem. In: PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- PIEL, J-M. Origens e estruturação histórica do léxico português. *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, p. 9-16, 1976.
- SILVA, J. K. A. *As décadas da Ásia de João de Barros*: edição e estudo linguístico. 2021. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- SILVA, R. V. M. *Caminhos da linguística histórica*. Salvador: Edufba, 2008.
- TELLES, C. M.; CARVALHO, R. B. S. O trabalho filológico: mudança linguística e crítica textual. *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 31/32, p. 82-100, 2005.
- VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPÍTULO 3

**CONSIDERAÇÕES SOBRE
O LÉXICO DO *LIVRO DE
TOMBO DA CASA DA PONTE***

Um glossário em construção
para estudo onomástico

Clese Mary Prudente Correia
Célia Marques Telles

INTRODUÇÃO

A edição conservadora do *Livro de Tombo da Casa da Ponte*,¹ um manuscrito datado de 5 de fevereiro de 1819, revelou a necessidade de inserção de uma etapa fundamental para compreensão de algumas de suas unidades lexicais: o resgate dos usos e acepções remotas em seu contexto sócio-histórico e discursivo. Como comprovação dessa necessidade, toma-se a lexia *bairro*, no topônimo *Bairro-Alto*, que nomeia um dos sítios tombados. Para o estudo linguístico que se desenvolve com base no documento, entender o sentido do signo onomástico é uma condição essencial para se determinar a escolha e a motivação semântica do nomeador no ato de nomeação do lugar.

Em dicionários do período de produção e circulação do texto, a palavra identifica uma “parte da cidade ocupada em geral por povos da mesma esfera ou classe” (SILVA, 1813, p. 306), ou, como a define Domingos Vieira, um “ajuntamento de casas nos arrabaldes de uma cidade” (VIEIRA, 1871, p. 706), ou seja, fora ou nas adjacências de seus limites. Essa identificação de bairro com as cercanias de uma cidade não se manteve na língua em uso, tendo em vista a existência atualmente de estruturas compostas como “bairros centrais” e “bairros de periferia”. No entanto, embora ainda se possa considerar a relação de sentido com uma área urbana ocupada geralmente por pessoas de uma mesma classe social, a lexia *bairro* é mais reconhecidamente definida em um dicionário contemporâneo como “cada uma das partes em que se divide uma cidade para facilitar a orientação das pessoas e possibilitar uma administração pública mais eficaz”. (HOUAISS; VILAR; FRANCO, 2001, p. 380)

Nesse sentido, para não comprometer a leitura do texto atribuindo sentidos não condizentes com suas unidades lexicais, decidiu-se pela criação de

1 Atualmente no acervo do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), o manuscrito *Livro de Tombo da Casa da Ponte*, objeto de estudo da pesquisa *A Toponímia do Sertão do Rio Pardo: edição e estudo onomástico do Livro de Tombo da Casa da Ponte (1819)*, em desenvolvimento no programa de doutorado em Língua e Cultura do PPGLinC-UFBA, sob a orientação da Profa. Dra. Célia Marques Telles, foi previamente recuperado através de uma edição semidiplomática, que procurou conservar as características da língua em que o texto foi lavrado. O documento, assinado por Pedro Francisco de Castro, administrador e procurador geral dos bens e dependências pertencentes ao Conde da Ponte, possui 51 folhas (reto e verso) e registra, para fins de inventário, o tombamento dos sítios e das fazendas de terras de sesmarias ou devolutas no Sertão do Rio Pardo, região que, atualmente, envolve os estados da Bahia e de Minas Gerais.

um instrumento lexicográfico específico para auxiliar a sua compreensão e análise, a partir das acepções que essas lexias apresentavam no período estudado (1819). Com esse propósito, procurou-se inicialmente conhecer as teorias que envolvem a construção de trabalhos lexicográficos, a fim de identificar qual o mais apropriado para a situação em estudo.

Ao avaliar o processo de definição do *corpus* a ser analisado, sentiu-se a necessidade, em um primeiro momento, de estabelecer a diferença entre léxico e vocabulário. Nessa perspectiva, considera-se como Biderman (2001, p. 14) que

[...] o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras.

Assim, entendendo o léxico como um inventário aberto e em constante renovação do saber vocabular de um grupo sociolinguístico-cultural, o vocabulário apresenta-se como uma subdivisão do léxico, como o conjunto ou repertório de palavras e expressões características de uma determinada região, época, autor, grupo social, cultura, área do conhecimento, campo profissional etc. (KRIEGER, 2012) Desse modo, o levantamento do vocabulário utilizado pelo *scriptor* do *Livro de Tombo da Casa da Ponte* configurou-se na etapa inicial do processo de entendimento do texto.

Tomando por base os princípios teóricos que definem o trabalho da Lexicografia, a arte de inventariar as palavras e elaborar dicionários (ZAVAGLIA, 2012), procurou-se definir, em uma próxima etapa, o tipo de instrumento lexicográfico que seria mais apropriado para o tratamento a ser dispensado ao vocabulário recolhido. Para tanto, analisaram-se os tipos mais comumente utilizados: dicionário e glossário.

UM DICIONÁRIO OU UM GLOSSÁRIO?

As primeiras formas de manifestação lexicográfica ocorreram na Grécia Antiga, com a listagem e definição de palavras consideradas de difícil compreensão em obras literárias, organizadas alfabeticamente ao final dos textos. Na Idade

Média, foram utilizadas as glosas, anotações interlineares ou na margem de um texto sobre o sentido de palavras antigas ou obscuras, decorrente do distanciamento entre o latim chamado vulgar e a forma clássica. Ao longo do tempo, a prática lexicográfica fez surgir uma diversidade de obras, “denominadas, nem sempre apropriadamente, de glossários e dicionários”. (KRIEGER, 2006, p. 141)

O dicionário é um instrumento cultural de grande importância, tendo em vista que se configura como “o lugar formal e unitário de registro do componente léxico de um idioma”, exercendo o papel de “código normativo da língua” e de “instância de legitimação do léxico”. (KRIEGER, 2006, p. 142) Apresentando uma variedade tipológica considerável (monolíngue, bilíngue, geral, do tipo *thesaurus*, padrão, escolar etc.), cada uma contendo regras próprias de organização, a elaboração de dicionários exige uma competência do lexicógrafo em relação aos fatos linguísticos e à metodologia desse fazer científico.

O glossário, por sua vez, é definido como o léxico agregado a uma obra, “um elucidário de palavras e expressões de sentido obscuro ou pouco conhecido em um texto”. (HOUAISS; VILAR; FRANCO, 2001, p. 1458) Conforme Maria Aparecida Barbosa (2001, p. 41), “o glossário deve recuperar, armazenar e compilar palavras-ocorrências de um *chronos*, de um *topos*, de uma *phasis*, ou, noutros termos, extraídas de um único discurso concretamente realizado”. Nessa perspectiva, Barbosa (2001) complementa a caracterização do glossário concordando com Maria de Lourdes Crispim (1990) ao afirmar que um glossário é “dicionário de discurso” e não “dicionário de língua”. (BARBOSA, 2001, p. 43)

Comparando esses dois tipos de trabalhos lexicográficos, Barbosa considera que as diferenças se apresentam em relação a: nível de atualização da língua, extensão do léxico trabalhado, tipo de unidade, número de acepções fornecidas e perspectivas que envolvem. A título de sistematização, apresenta-se o Quadro 1, a seguir, destacando apenas as informações que atendem ao propósito aqui definido.²

2 Além de outros aspectos de diferenciação, Barbosa (2001) inclui o vocabulário nos tipos de trabalhos lexicográficos, considerado, a partir da conceituação apresentada, como pertencente ao campo da Terminologia, tendo em vista que envolve o léxico especializado da língua.

Quadro 1: Comparação entre dicionário e glossário

	Dicionário	Glossário
Nível de atualização da língua	Nível do sistema	Nível da fala
Abrangência	Reúne o universo dos lexemas, apresentando, para cada um deles, os vocábulos que representam suas diferentes acepções	Reúne as palavras-ocorrências e as acepções que têm em um texto manifestado
Unidade padrão	Lexema (significado abrangente)	Palavras (significado específico)
Número de acepções	Todas as acepções de um mesmo verbete	Uma única acepção do verbete, em um contexto determinado
Perspectivas	Diacrônica, diatópica, diafásica e diastrática	Sincrônica, sintópica, sinfásica e sinstrática

Fonte: adaptado de Barbosa (2001).

Ciente assim das diferenças estruturais entre o dicionário e o glossário, entende-se que, para o propósito aqui estabelecido, a opção pela construção de um glossário considera o intuito desse instrumento lexicográfico de esclarecer os usos atestados no *corpus* e não uma descrição exaustiva de cada item lexical. Desse modo, após o levantamento do vocabulário a ser trabalhado, passou-se à seleção dos dicionários a serem consultados para a pesquisa.

Com base na data de produção e circulação do manuscrito estudado (1819), as escolhas recaíram sobre os seguintes dicionários, levando em conta o período histórico e os contextos de uso observados:

- i) *Dicionario da lingua portugueza*, de António de Moraes Silva, de 1813, 2^a edição da publicação de 1789, em dois volumes, acrescentada e aumentada.
- ii) *Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portuguesa*, de Frei Domingos Vieira, publicado em 5 volumes entre 1871 e 1874.

O levantamento de palavras de etimologia brasílica, especialmente aquelas originárias do tupi antigo, fez surgir a necessidade de uso de um dicionário do vocabulário brasileiro que apresentasse a forma e o uso dessas unidades lexicais no período estudado. Desse modo, passou-se a utilizar também o seguinte trabalho para a construção do glossário:

- iii) *Diccionario brasileiro da lingua portugueza*, de Antonio Joaquim de Macedo Soares, edição de 1954 da publicação feita nos Anais da Biblioteca Nacional em 1889, que traz como título completo de sua primeira edição: “Diccionario Brasileiro da Lingua Portugueza. Elucidário etymologico-critico das palavras e phrases que, originarias do Brazil, ou aqui populares, se não encontram nos dictionarios da língua portugueza, ou nelles vêm com forma ou significação diferente. 1875-1888”. (SOARES, 1889)

Observou-se ainda no documento um número considerável de unidades lexicais referentes a aspectos geográficos e a espécies vegetais específicas da região analisada. Essa constatação levou à necessidade de informações fornecidas por um tipo específico de dicionário, identificado como terminológico, que se ocupa de um subconjunto do léxico e apresenta um conjunto vocabular próprio de uma ciência, técnica, arte ou atividade profissional. (ALMEIDA, 2012)

Dentro das áreas de estudo do léxico, a Terminologia tem como um dos seus objetivos “organizar e divulgar os termos técnico-científicos como forma de favorecer a univocidade da comunicação especializada”. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 21) Os dicionários terminológicos têm assim a função de assegurar a clareza da comunicação entre especialistas de uma área.

Desse modo, para suprir a necessidade de dicionários que apresentem um vocabulário mais voltado para as áreas de Geografia e Botânica, a relação de instrumentos lexicográficos utilizados para a compreensão do léxico do *Livro de Tombo da Casa da Ponte* foi complementada com os seguintes trabalhos:

- i) *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, de Bernardino José de Souza, a edição de 2004, publicada inicialmente em 1910 (1ª edição), com o título *Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil*, e, mais tarde, em 1927 (2ª edição), nomeada *Onomástica geral da geografia brasileira*.
- ii) *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*, coleção em 6 volumes de autoria do botânico e naturalista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Manuel Pio Corrêa (1984), pesquisador do Museu de História Natural de Paris. A coleção

foi publicada, em primeiras edições, a partir de 1926 pelo Ministério da Agricultura e reimpressa em 1984.

Apresenta-se a seguir um resultado parcial do Glossário do *Livro de Tombo da Casa da Ponte* contendo 20³ unidades lexicais organizadas em ordem alfabética, coerente com a utilidade prática desse instrumento lexicográfico, acompanhadas de abonações⁴ do texto em estudo e conservando as escolhas gráficas do seu *scriptor*. Entre parênteses indica-se o dicionário utilizado em cada verbete:⁵

- i) *Dicionario da lingua portugueza*, de António de Moraes Silva (1813).
- ii) *Grande dicionario portuquez ou thesouro da língua portuguesa*, de Frei Domingos Vieira (1871, 1872, 1873, 1874).⁶
- iii) *Diccionario brasileiro da lingua portugueza*, de Antonio Joaquim de Macedo Soares (1954).
- iv) *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, de Bernardino José de Souza (2004).
- v) *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*, de Manuel Pio Corrêa (1984).

GLOSSÁRIO DO LIVRO DE TOMBO DA CASA DA PONTE: RESULTADO PRELIMINAR

Bairro, s. m. Povoado nas cercanias de uma cidade. (VIEIRA, 1871) “*Bairro-alto*, Sitio de que paga Ren- / da Jozé Vieira, a quantia de quinhentos reis por / anno, [...]” (f.25v; L.2-4).

3 Ressalta-se que, no processo de construção desse glossário, além das aqui presentes, mais 81 unidades foram levantadas.

4 Na transcrição das abonações aqui apresentadas, foram adotados os seguintes critérios: manutenção da grafia, inclusive em relação ao uso de letras maiúsculas e minúsculas, das palavras unidas ou separadas, da pontuação e da acentuação; uso de barra inclinada ascendente (/) para indicar a mudança de linha do documento; desdobramento das abreviaturas, escrevendo-se, entre parênteses, as letras omitidas.

5 Os dicionários indicados fazem parte do acervo da Biblioteca Prof. Nilton Vasco da Gama, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

6 1871 (v.1); 1873 (v. 2, 3, 4); 1874 (v.5).

Barriguda, s. f. *Cavanillesia arborea* Schum. Árvore grande, de 20 metros, da família das Bombacaceas, assim chamada por ter o seu tronco intumescido, mais grosso no meio do que junto ao chão. (CORRÊA, 1984) “[...] o qual se extrema em hu- / ma *Barriguda* que se acha antes de chegar na / Cachoeira [...]” (f.24r; L.16-18).

Boqueiraõ, s. m. Abertura ou garganta nas serras, resultado da erosão das águas, por onde passam rios. (SOUZA, 2004) “[...] Passage dos Cavalos, (Sitio des- / membrado do *Boqueiraõ* do Parreira) de que pa- / ga Renda Jozé Pereira dos Santos, [...]” (f.37r; L.19-21).

Brauna, s. f. *Schinopsis brasiliensis* Engl. Árvore de grande porte da família das Anacardiaceas. Sua casca é utilizada para extração de tintura negra. (CORRÊA, 1984) “[...] donde vertem as agoas pa- / ra o d(itt)o Vicente até o Canto da Rossa do mesmo / em huma *brauna* que está na beira do Rio verde [...]” (f.25r; L.21-23).

Caldeirão, s. m. Tanque natural nos lajedos, onde costuma ajuntar água das chuvas. (SOARES, 1954) “[...] cortando desta direito ao / *Caldeirão* da lagôa a fazer extrema com Joaõ Soares, [...]” (f.26v; L.13-14).

Capamzinho, s. m. Pequena porção de mato virgem, ilhada em grande extensão de capoeira baixa. (SOARES, 1954) “[...] extre- / mando pela parte de cima em hum *Capamzinho* / que tem na dita Vargem, [...]” (f.13v; L.23-25).

Capoeira, s. f. Mato ralo e baixo. (SOARES, 1954) “[...] seguindo pelo veio d’agoa / abaixo té confrontar com o alto que desagoa para as / *Capoeiras* do falecido Manoel do Espirito Santo, [...]” (f.19v; L.5-7).

Carrasco, s. m. Mato baixo, fino, de madeira dura, abaixo da catinga. (SOARES, 1954) “[...] e deste cortando pelo Espigão á / ditta Porteira q(ue) se compoem de Campos, *Carrascos*, e / mattos de Rossa, [...]” (f.12v; L.3-5).

Catinga, s. f. Mato que perde as folhas anualmente e ostenta menos vigor que o mato virgem. O mato do sertão, que está pelo menos afastado vinte léguas do mar. (SOARES, 1954) “[...] a fazer extrema com as *Catingas* do Rio ver- / de grande que se achão ainda por cultivar, [...]” (f.15r; L.24-25).

Caza,⁷ s. f. Raça, geração, família, em relação às famílias nobres. (VIEIRA, 1873) “[...] na livre administração dos bens / Vinculados, e dos Allodiaes

7 Judite Maria Nunes Esteves (2008, p. 1-2), citando Armindo dos Santos, em *Antropologia do parentesco*

propios de sua *Caza* em / rezulta da Carta Regia de 17 de Junho de 1818, [...]” (f.7r; L.3-5).

Devoluto,⁸ adj. m. Não cultivado, em descanso, desocupado. (VIEIRA, 1873) “Que o Adm(inistrad)or e Proc(urad)or geral fazendo extrahir / listas do L(ivro)o (Primeir)o do Tombamento em q(u)e se achaõ escriptu- / rados os Predios arrendados, ou *devolutos* Situados em cada / hum dos Destrictos, [...]” (f.7r; L.20-24).

Extrema, s. f. Rego ou outra divisão que separa as terras de dois donos diversos. (SILVA, 1813) “[...] afazer *extrema* com o Sítio da Barrinha atravessando o Rio verde grande no mesmo Rumo [...]” (f.17r; L.15-16).

Furado, s. m. Canal ou braço que comunica um rio com outro. (SOARES, 1954) “[...] e outra parte do mesmo com / todas as vertentes a elle até o *furado* dos Imbús, [...]” (f.11v; L.21-22).

Hereo, s. m. Herdeiro, proprietário. (VIEIRA, 1873) “[...] e quando obtenha essa licença de mudar o / nome, ou extremas sem prejuizo dos *Hereos* confinantes, / hade passar novo arrendamento no respectivo Livro, [...]” (f.7v; L.14-16).

Picada, s. f. Caminho estreito aberto nas matas e nos campos cerrados. (SOUZA, 2004) “[...] dahi rumo direito á boca da *picada* que entra para / o Jatobá cortando rumo direito ao alto do Imbirussú, [...]” (f.40v; L.8-9).

Predio, s. m. Herdade, fazenda, terra, propriedade inamovível. (VIEIRA, 1873) “[...] á Caza do Ill(ustrissi)mo e Ex(celentissi)mo S(en)ho(r) / Conde da Ponte, consigno este Livro para escripturar o Tomba- / mento dos *Predios* arrendados, ou devolutos Situados no Certaõ / do Rio pardo, Districto de Minas novas [...]” (f.1r; L.3-6).

Sangrador, s. m. Lugar onde o rio se desvia. (SILVA, 1813) “[...] e por este veio / d’agoa acima té donde faz barra o Riachão, epelo / mesmo acima ao primeiro *Sangrador* da Vargem compri- / da, [...]” (f.27r; L.11-14).

e da família – teorias e investigação, considera *Casa* como “entidades que podem ser definidas pelo conjunto das terras e edifícios, direitos, deveres e obrigações, assim como pelo nome do fundador da instituição e, tanto quanto possível, pelo bom-nome da *Casa*; designios aos quais deviam convergir e subordinar-se às vontades individuais dos seus membros para dar continuidade à *Casa* e se possível reforçá-la aumentando-a”.

8 Terras doadas pelo sistema de sesmarias que não atenderam às exigências legais, sendo abandonadas pelos donatários ou seus herdeiros. (NEVES, 2003)

Sítio, s. m. Espaço de terra descoberto, o chão apto para nele se levantarem edifícios. (SILVA, 1813) “[...] e entre tanto fique suspensa a especulação sobre o tal *Sítio* / em duvida até se decidir se hé ou não existente na posse, e / dominio da Caza administrada [...]” (f.8r; L.21-23).

Sorte, s. f. Porção, quinhão que se dá na partilha. (SILVA, 1813) “[...] e dahi pela Serra / abaixo até confrontar com a extrema donde prin- / cipiou na Cruz, cuja *Sorte* de terra se denomina / Vargem [...]” (f.23r; L.9-12).

Termos,⁹ s. m. Terras, herdades demarcadas entre os diversos Senhorios e hereos. (SILVA, 1813) “Tombamento dos Predios si- / tuados no Certoão de Rio pardo, Destricto de Minas / novas, e outros nas extremidades dos *termos* de Caitité / e Urubú, [...]” (f.11r; L.1-4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das lexias relacionadas torna evidente a necessidade de leitura do texto considerando o seu período de produção e circulação. Observam-se mudanças de sentido ao se compararem as unidades apresentadas com o vocabulário contemporâneo, a exemplo das lexias utilizadas em referência à propriedade: *prédio*, *sítio*, *sorte*, *termo*. Entende-se que tais mudanças, resultantes do processo natural de evolução da língua e do caráter excepcionalmente dinâmico do léxico, podem interferir no desenvolvimento do estudo dos signos onomásticos do documento e na compreensão da intencionalidade do nomeador na escolha dos designativos dos sítios tombados.

Tal escolha, marcada, como afirma Dick (1990), por influências externas à língua, expressa necessariamente o contexto sócio-histórico-cultural do ato de nomeação. Nessa perspectiva, destacando a capacidade dos signos onomásticos de se cristalizarem, o que permite que sejam transmitidos a gerações posteriores, às vezes, sem sofrer alterações, acredita-se que a causa nominativa do topônimo *Bairro-alto*, citado inicialmente, esteja expressa na acepção da lexia *bairro* presente no dicionário do século XIX de Domingos

9 Segundo Chaves (2013), nas colônias de Portugal, a denominação termo de vila foi utilizada em detrimento da de município, visto que não se convinha empregar essa última em terras não emancipadas. No Brasil, no período imperial, ambas as denominações foram utilizadas indistintamente.

Vieira, e relacionada à localização geográfica do espaço nomeado: fora dos limites da cidade e em região de maior altitude.

A conclusão do glossário do *Livro de Tombo da Casa da Ponte* possibilitará certamente uma compreensão do conjunto do léxico do manuscrito oitocentista e um entendimento mais seguro e confiável da intencionalidade do nomeador na escolha dos designativos dos sítios e das fazendas de terras pertencentes ao Conde da Casa da Ponte. Espera-se que tal nível de percepção proporcione também uma visão mais criteriosa do momento cultural representado pelo texto e de sua importância para a reconstituição histórica da sociedade da época, por considerá-lo, como Telles (2018, p. 92) “uma representação de natureza social ao tempo em que é documento da memória de um povo”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. B. Terminologia: o que é e como se faz. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 197-229.
- BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, I. M. (org.). *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: CITRAT, 2001. p. 23-45.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHAVES, E. R. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 817-845, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-877520130003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2020.
- CORRÊA, M. P. *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1984.
- CRISPIM, M. L. *O léxico de Christine de Pisan*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ESTEVES, J. M. N. *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/66770/1/TESE%20-%201%c2%aa%20PARTE.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

KRIEGER, M. G. *Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

KRIEGER, M. G. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 4, n. 3, p. 141-147, 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6000>. Acesso em: 8 jul. 2019.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria & prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, E. F. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7313/1/arquivo7676_1.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, A. M. *Dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. v. 2.

SOARES, A. J. M. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=76018>. Acesso em: 8 jul. 2019.

SOARES, A. J. M. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SOUZA, B. J. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

TELLES, C. M. Paleografia e sociolinguística histórica: a análise grafemático-fonética. In: LOSE, A. D.; SOUZA, A. S. (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 92-124.

VIEIRA, F. D. *Grande dicionário português ou thesouro da língua portuguesa*. Porto: Ernesto Chradron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871.

VIEIRA, F. D. *Grande dicionário português ou thesouro da língua portuguesa*. Porto: Ernesto Chradron e Bartholomeu H. de Moraes, 1872.

VIEIRA, F. D. *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ernesto Chradron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

VIEIRA, F. D. *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ernesto Chradron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874.

ZAVAGLIA, C. Metodologia em ciências da linguagem: lexicografia. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. *Ciências da linguagem: o fazer científico*. São Paulo: Mercado da Letras, 2012. v. 1. p. 231-264.

CAPÍTULO 4

SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA EM PORTUGAL E NA BAHIA NOS SÉCULOS XV E XIX

O que nos contam os Manuscritos
604 e *604-1*?

Aldacelis Lima Barbosa Rosa Santos
Alicia Duhá Lose

INTRODUÇÃO

Objetiva-se com este texto, embasado nos pressupostos teóricos da Filologia Textual, responder ao questionamento proposto no título, apresentando sucintamente as informações contidas em dois manuscritos sob custódia do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), a saber: o Maço 604 – *Dôssies sobre a Irmandade, Conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiástico/Santa Casa de Misericórdia da Bahia/Alvarás 1498¹ – 1684* e o Maço 604-1 – *Santa Casa de Misericórdia. Privilégios concedidos à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e da Bahia, pelos Reis de Portugal – 1638-1817*. Os registros desses manuscritos fazem alusão, entre outras coisas, às ações caritativas das Santas Casas de Misericórdia em Lisboa (Portugal) e na Bahia (Brasil), entre os séculos XV e XIX. Esse trabalho representa um recorte da Tese de doutoramento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), cujo objetivo é oferecer os textos dos referidos manuscritos a partir de uma edição conservadora.

Ao oferecer uma edição, é imprescindível considerar o objetivo final do editor. Para tanto, o editor pode recorrer a vários tipos de edição. Contudo, a edição conservadora é a que mais se assemelha, em fidelidade, ao documento. Nela, o editor transcreve página a página do documento, linha a linha, palavra por palavra, mantendo, dessa forma, as características da escrita do manuscrito, conforme Massini-Cagliari, 2007. Partindo desses pressupostos, foi escolhida a edição semidiplomática, em que se respeita a disposição gráfica do texto na página, conserva-se a grafia original do texto, desenvolvem-se as abreviaturas, respeitam-se as separações e/ou ligações de vocábulos, e destacam-se as alterações no texto com o auxílio de alguns operadores que são previamente indicados nos critérios de edição.

1 Vale mencionar que, apesar de aparecer 1498 como data-início dos registros contidos no Manuscrito 604, no referido manuscrito a data-início encontra-se 1501, no traslado de um “Alvará para que os carcereiros não ponhão duvida a que os Mordomos da Confraria da Mizericordia desta cidade vão a cadeia vizitar os prezos nos dias ordenados” (fólio 2v, l. p. 36-41).

Por meio da Filologia, busca-se ler e editar criticamente textos e documentos diversos, a partir de sua materialidade e historicidade, sem esquecer o seu local de produção. (SOUZA, BORGES, 2018)

“O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família”. (MERLO; KONRAD, 2015, p. 27) Tais registros, dispostos de maneira sistemática, tornam-se uma rica fonte de informação, que precisa estar acessível, a qualquer tempo, aos interessados, sejam eles especialistas ou não.

O trabalho com acervo documental, além de representar a preocupação dos estudiosos em protegê-lo, representa a própria preocupação da sociedade em manter e perpetuar a sua história, salvaguardando, assim, a memória. É nesse cenário que se vislumbra as contribuições da Filologia Textual, ao se debruçar sobre o texto, manuscrito, datiloscrito, digitoscrito ou impresso, oral ou escrito, fazendo emergir informações que possibilitem os estudos linguísticos, literários, históricos e os demais relacionados às atividades que envolvam o estudo de um texto.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA: PRESENÇA SECULAR EM PORTUGAL, NO BRASIL E NA BAHIA

A Santa Casa de Misericórdia é uma instituição leiga, com princípios cristãos, que foi fundada com a missão de tratar e sustentar os enfermos e inválidos, além de dar assistência a expostos ou enjeitados – recém-nascidos abandonados na instituição. Sua orientação remonta ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa, constituído por 14 obras de misericórdia – sete delas espirituais – ensinar os simples, dar conselhos, castigar os que erram, consolar os tristes, perdoar as ofensas, sofrer com paciência, orar pelos vivos e mortos – e sete corporais – visitar os enfermos e presos, remir os cativos, vestir os nus, dar de comer aos famintos e de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e enterrar os mortos, conforme Franco Júnior (2014).

“Às terras colonizadas pelos portugueses chegou uma cultura com três vertentes: a da fé no Deus cristão, a da obediência às leis (portuguesas), a do

respeito e acatamento ao rei de Portugal, cultura que ficou simbolizada no FLR (Fé, Lei, Rrei [sic]). (COSTA, 2001, p. 11)

Em terras brasílicas, os valores da cultura Fé, Lei e Rei (FLR), trazidos pelos descobridores, só foram realmente sentidos a partir do Reinado de Dom João III, na época da implantação das capitanias hereditárias em 1534. Essa tríade cultural marcou presença nas terras recém-descobertas por Portugal, entre outros elementos, através das Casas da Santa Misericórdia (denominação inicialmente usada), confrarias responsáveis pela assistência social prestada pela Coroa portuguesa aos seus súditos.

O surgimento das confrarias está intimamente relacionado às mudanças econômicas vivenciadas na Idade Média e a reformulação da Confraria de Caridade da Nossa Senhora da Piedade, que era responsável por enterrar os mortos, visitar os presos e acompanhar os condenados à morte até o local de execução.

As transformações advindas deste momento sócio-histórico reverberaram na fé e alcançaram muito mais leigos do que religiosos, especialmente, os leigos que detinham riquezas. Para Sá (2008, p. 11), “foram os leigos, muito mais do que os eclesiásticos, o motor das grandes mudanças religiosas tardo-medievais”. Assim, surgem as confrarias, uma das organizações religiosas da época especialmente vocacionais para congregar leigos em torno de preocupações escatológicas comuns, de acordo com Sá (2008).

A efervescência religiosa da época, marcada por um “misto de religiosidade mendicante, associada a preocupações devocionais aristocráticas ou dos novos meios possidentes das cidades” (SÁ, 2008, p. 13), teve como lugar central a imitação de Cristo e o culto da Virgem Maria. É nesse contexto que devem ser compreendidas as obras de misericórdia. “As confrarias da Misericórdia, Santas Casas da Misericórdia, ou simplesmente Misericórdias são confrarias de leigos [...]”, que “tornaram-se as mais importantes confrarias portuguesas da época Moderna devido à sua rápida difusão por todo o país e espaço ultramarino” (PINHO, 2012, p. 5), atuando como “eficazes estruturas sócio-assistenciais que respondiam às necessidades desse período”. (PINHO, 2012, p. 5)

Fundada em Portugal, a Confraria da Misericórdia difundiu seus princípios e expandiu suas ações pelas “principais cidades do reino, chegando

também a muitas pequenas vilas e povoações, alcançando igualmente vários espaços ultramarinos atlânticos e orientais” (SOUSA, 1996), incluindo África, Ásia, Europa e América, “assumindo muitas das obrigações do Estado”. (IVAMOTO, 2002 apud SILVA, 2011, p. 4)

Sobre a prática assistencial das Misericórdias, Pinho (2012, p. 89) afirma que

Não podemos esquecer que as Misericórdias são instituições com mais de 500 anos, que ainda hoje permanecem em acção e que sua organização, modo de funcionamento, prática assistencial, se modificou desde a fundação da primeira Misericórdia até à actualidade, em articulação com a evolução política, social, económica e cultural do país e do mundo. E que por isso os ideais evangélicos da caridade deram lugar à filantropia, beneficência e solidariedade, os pobres e cativos aos idosos e crianças, as albergarias às unidades de cuidados continuados e creches, entre outros. Isto não significa que não existam permanências ideológicas e de prática, apenas que se reconhece à situação uma grande complexidade bem patente em alguns estudos que se têm realizado.

A fundação da Misericórdia em cada cidade ou vila do Brasil, onde ela existe, coincide, via de regra, com a cronologia que marca a fundação da mesma cidade ou vila. (SANTIAGO, 1983) Há várias discordâncias em torno dos anos e protagonistas das fundações das Misericórdias, o que gera muito debate na historiografia, mas vale lembrar que a implantação da Santa Casa de Misericórdia em terras brasílicas desempenhou um papel importante na ocupação e demarcação dos elementos religiosos, expansionistas e políticos do reino português.

Em terras baianas, a primeira Misericórdia se estabeleceu no centro da cidade de Salvador, na rua que até os dias de hoje leva seu nome: Rua da Misericórdia. (SANTANA, 2008) Como era costume instalar uma obra religiosa concomitantemente à fundação do lugar, provavelmente “tenha sido esta a mais antiga manifestação da presença da Misericórdia na então colônia, o que situaria a Bahia em posição de primazia, frente às demais das províncias”. (SANTIAGO, 1983, p. 67)

Os empreendimentos assistenciais das Santas Casas de Misericórdia de Portugal e da Bahia, bem como os privilégios concedidos a elas, são, como

já foi dito, o enfoque primordial dos registros contidos nos aqui referidos Manuscritos 604 e 604-1.

O QUE NOS CONTAM OS MANUSCRITOS 604 E 604-1 SOBRE AS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA DE LISBOA E DA BAHIA?

O Manuscrito 604 – *Dóssies sobre a Irmandade, Conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiástico/Santa Casa de Misericórdia da Bahia/Alvarás 1498 – 1684* é um documento encadernado em único volume de grandes dimensões (420mm X 370mm) cujos registros, datados de 1498-1684, trazem um conjunto documental relativo aos conventos, às igrejas, ao pessoal eclesiástico e aos alvarás da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Composto por 150 fólios, com numeração posterior lançada a lápis no ângulo superior direito do recto, o *Maço 604* apresenta apenas 91 fólios com mancha escrita, tendo, em média, 45 linhas no recto e no verso. Nele foram trasladados documentos escritos em Língua Portuguesa, com letra humanística cursiva, inclinada para direita, bem traçada (traçado regular e caligráfico) e organizada na disposição da mancha escrita.

Como era de se esperar, considerando as especificidades do manuscrito em questão e o longo período de seus registros, foram identificadas características de pelo menos sete *scriptores*. As *scriptae* aqui levantadas correspondem apenas às “mãos” dos que trasladaram os registros, desconsiderando, por ora, as dos demais envolvidos na completude do volume.

O volume 604 é constituído de diversas espécies documentais (cartas, assentos, alvarás etc.) – “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2008, p. 27), que trazem informações sobre os diversos serviços prestados à sociedade pelas Santas Casas de Misericórdia, mais especificamente, a da Confraria da Bahia.

O Manuscrito 604-1 – *Santa Casa de Misericórdia. Privilégios concedidos às Santas Casas de Misericórdia de Lisboa e da Bahia, pelos Reis de Portugal – 1638-1817* também é um volume de grandes dimensões (420mm x 370mm), com 96 fólios numerados e rubricados no ângulo superior direito do recto,

tendo escrita em recto e verso em apenas 63, com 42 linhas em cada. Nele foram trasladados 64 documentos escritos em Língua Portuguesa e um escrito em Latim (fl. 29 r. e v.), com letra humanística cursiva, inclinada para direita, bem traçada (traçado regular e caligráfico) e organizada na disposição da mancha escrita. Foi possível identificar 10 “mãos” ao longo do documento.

Na primeira parte do Manuscrito 604, *Dossiês sobre a Irmandade, conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiástico/Santa Casa de Misericórdia Alvarás 1498-1684*, observa-se que há citação e/ou reafirmação de vários atos autorizados pelo poder régio e dos privilégios em diversas épocas. A relação desses atos está elencada já no *Index dos Alvarás*, contido nos fólios iniciais do manuscrito supracitado, por exemplo, “Alvará para que em cada anno a Confraria da Misericórdia por dia de Todos os Santos possa tirar aos justicados da forca e soterrar a ossada no Simiterio da dita Confraria”; “Alvará para que daqui em diante não haja nesta Cidade petições para presos nem entrevados, nem envergonhados porquanto a Misericórdia provê a todos”.

Nos fólios seguintes da primeira parte do Manuscrito 604, obedecendo a uma ordem numérica, disposta em algarismos arábicos, registram-se as benesses concedidas à Santa Casa entre 1498 e 1720. As datas encontradas nos registros diferem das especificadas no invólucro do maço inserido pelo APEB.

Nesse volume há, também, referência às obras assistenciais da Misericórdia, cumprindo assim parte do Compromisso da “Confraria de Nossa Senhora de Misericórdia”. Entre os empreendimentos caritativos da Misericórdia de Portugal, destaca-se o trato com os escravos, registrado no fólio² 14r, linhas³ 7-29.

Governador amigo havemos por bem que quaesquer escravos, captivos que por quaesquer culpas estiverem prezos no Limoeiro a que seos Senhores não quizerem dar de comer que Affonso Valente Carcereiro lhes dê de

2 As transcrições apresentadas aqui seguirão os seguintes critérios: sem uso de barras verticais para sinalização de mudança de linhas do manuscrito; as transcrições dos trechos em análise foram feitas de forma conservadora, mantendo as características linguísticas presentes nos documentos; bem como, a pontuação empregada nos documentos.

3 Doravante adotar-se-á a abreviatura “l.” para referir-se às “linha(s)”.

comer e possa gastar com cada um até quinze reis por dia e morrendo o escravo a que o dito Affonso Valente der de Comer far-lhe heis pagar os dias que houver que lhe deo ao dito respeito por a fazenda do dito digo do Senhor do dito escravo [...].

“A Misericórdia queria fazer jus aos deveres contidos em seu Compromisso ou Estatuto, todo ele lastreado em princípios cristãos, e a criança desvalida foi um de seus alvos de cuidados” (SANTANA, 2008, p. 58), pois para o rei de Portugal “os enjeitados e abandonados” representavam uma mancha na reputação da colonização portuguesa, como afirma Santana (2008). No manuscrito 604, a remissão aos “enjeitados” aparece no fólho 16v, l. 7-20.

[...] Por que a casa do hospital de Todos os Santos não tem tanta renda como lhe é necessaria para as despezas que tem, que são muitas e grandes pelas obrigações que sobre a dita casa carregaõ, assim da cura dos doentes e criação de enjeitados como de outras muitas cousas [...].

A Misericórdia de Lisboa assistia às pessoas que eram presas por alugar vestidos e joias a mulheres solteiras e outras mulheres, cabendo a Confraria alimentá-las, como se lê no fólho 19r, l. 18-35.

Governador amigo eu sou informado que nesta Cidade de Lisboa muitas pessoas alugaõ vestidos e joias a mulheres solteiras e a outras mulheres e por lhe não pagarem seos alugueres as fazem prender e por serem muito pobres a Mizericordia lhe dá de comer nas cadeias e requiere por ellas em seos feitos em que fazem muitas despezas [...].

Outros presos também eram assistidos pela Confraria da Misericórdia de Lisboa. São mencionadas várias formas de beneficiá-los em diversos documentos, por exemplo: “os presos que estiverem degradados não sejaõ retidos nas cadeias pelas custas dos feitos e assignatura das sentenças” (fólho 6r); “isenção dos prezos pobres das suas cartas ou sentenças que passarem pela chancellaria” (fólho 11v); soltura “dos prezos que estavaõ nas cadeias da cidade e erão condemnados em dinheiro sem degredo e as condennações eraõ de pequena quantia” (até quatro mil reis), permitindo que esses ganhassem “com pagar as taes condennações por que muitos pereciaõ nas ditas cadeias

e morrião por não terem por onde pagar e a dita caza fazia nisto muito gasto” (fólios 16v e 17r).

Pinho (2012, p. 114) afirma que “as procissões eram essenciais enquanto devoção, mas também enquanto testemunho público da vivência confraternal e espiritual das Misericórdias”. As Misericórdias realizavam “a procissão de Todos-os-Santos (1 de novembro) com a recolha das ossadas dos condenados e a procissão do dia de S. Martinho (11 de novembro), dedicada ao sufrágio das almas dos defuntos do ano anterior”. A referência a essa prática aparece no Manuscrito 604, no fólio 5r: “alvará para que em cada hũ anno a Confraria da Misericordia por dia de todos os Santos possa tirar aos justicados da forza e soterrar a ossada no Simiterio”.

Nele, também, há informações sobre os privilégios concedidos à Confraria de Lisboa. Entre os privilégios registrados na parte I do Manuscrito 604, fólio 20r, l. 14-26, há referência à “Bulla de indulgencias concedidas aos confrades e bemfeitores da Mizericordia”.

Há outros privilégios registrados nos diversos alvarás contidos no referido volume: “a Confraria da Mizericordia seria dispensada de participar das procissões que pela Cidade forem ordenadas” (fólio 5v); que o “Procurador dos Feitos da Mizericordia seja ouvido nas audiencias primeiro que nenhũ outro” (fólio 6v); “que não tomem as Casas da morada dos Treze da Misericórdia por aposentadoria” (fólio 9r); “alvará para os Almotaceis desta Cidade darem carne para a Mizericordia” (fólio 10v); “que a Confraria da Mizericordia use de todas provisões concedidas por tempo de um anno posto que não sejaõ confirmadas” (fólio 22v); “alvará por que se fas Mercê as Mizericordias deste Reino de não pagarem dinheiro algum aos Provedores e officiaes de lhe tomarem as contas como nelle se declara” (fólio 48v) e dois registros que ratificam os privilégios, fólios 11 e 42 verso.

Além das obras caritativas e dos privilégios, a primeira parte do Manuscrito 604 traz registros das “obrigações” da confraria. Entre eles, destacam-se três documentos que abordam a administração do Hospital de Todos os Santos: “sobre o regimento que se há de ter sobre o Governo do Hospital de Todos os Santos”; “a Carta de El Rey por que comete a Confraria da Mizericordia o governo do seu hospital de Todos os Santos”; “Alvará por que El Rey aprova

os apontamentos que a Misericórdia fez sobre o Governo do dito hospital”. Há uma carta em que “Sua Magestade manda que os médicos e cirurgiões vivão dentro do hospital”.

Na segunda parte do Manuscrito 604, intitulada “Cópias de alvarás Casa da Misericórdia 1644 – 1678”, foram trasladados os assentos e os termos das Confrarias que, via de regra, trazem um panorama da movimentação financeira delas, dos recebimentos por doação em testamentos ou não. As informações contidas no fólho 58 verso, l. 21-29, trazem um exemplo:

Vio-se em Meza um testamento de Manoel Carvalho que falleceo em Matoim, no qual deixava a esta Santa Caza uma crioula por nome Joanna, com a obrigação de concorrer com uma cousa que sobre ella trazia, e mandando-se ver os autos e estado delles e a petição que tinha, se assentou que se aceitasse a dita Crioula a qual aceitou Comparecer o syndico.

Já no Manuscrito 604-1, que trata *dos privilégios concedidos pelos reis de Portugal às Santas Casas de Misericórdia de Portugal e da Bahia*, no período de 1638 a 1817, encontram-se informações sobre as ações assistenciais da Santa Casa de Misericórdia tanto em Portugal como na Bahia, além dos privilégios concedidos às referidas Misericórdias. Em relação a essas atividades, vários fólhos do Manuscrito 604-1 registram-nas, observando, assim, o que rege o Compromisso das Misericórdias. Há menção, por exemplo, no fólho 10r, l. 24-31 da eleição dos 13 oficiais da mesa da confraria na Cidade de Lisboa, especificando as benesses oriundas deste cargo.

Nós El Rey fazemos saber a vós nosso Aposentador mor e a Persival Machado nosso Aposentador e ao juis Thezoureiro Aposentador e Officiaes da Caza da Aposentadoria desta Cidade que a nós praz que as treze pessoas que servem na Confraria da Misericordia desta Cidade não sejaõ tomadas para nenhuã aposentadoria suas casas de morada por que não queremos que com elles pouze ninguem por o serviço continuo que fazem na dita Misericordia.

No que concerne aos hospitais e sua assistência aos desvalidos, presos ou não, existem no documento 604-1 inúmeras referências, totalizando 43 menções, incluindo aí as referências ao Hospital Real ou Hospital de Todos os Santos em Lisboa.

O atendimento aos doentes – doentes pobres, presos doentes e doentes militares – e o cuidado dos “engeitados” também aparecem nos registros contidos no Maço 604-1, como se vê, por exemplo, no fólho 43v, l. 5-11; 16-23. Nesse trecho, é possível verificar a dificuldade enfrentada pela Confraria em manter a referida assistência em Portugal nos idos de 1734.

[...] que vendo o que me representastes sobre não haver na Misericórdia desta Cidade, legado nem applicação alguma, para as despesas dos engeitados, porque o açougue que algum dia tivera a dita Misericórdia concedido pela Camara, que rendia um anno por outro até duzentos mil reis não rende cousa alguma, nem os mais que há emquanto existir a cobrança do donativo, [...].

Além do uso do termo “engeitado” para designar as crianças deixadas e/ou abandonadas pelos pais para serem criadas pelas Santas Casas de Misericórdia, é possível encontrar no Manuscrito 604-1 o termo “exposto”. Este termo aparece nos fólhos finais, em 6 dos 13 artigos da determinação régia que reiteram as ações assistenciais e os privilégios concedidos às Santas Casas de Misericórdia por Portugal, por exemplo, no fólho 54 recto.

As obras beneficentes das Misericórdias incluíam de forma especial o trato com os presos. Segundo Sá (2008, p. 30), “os presos tinham um valor simbólico peculiar dentro das lógicas de salvação existentes na época”. Percebe-se que tal lógica acompanhou as ações das misericórdias ao longo dos séculos. Reitera Sá (2008, p. 30): “as analogias dos encarcerados com as almas dos crentes, presas ao seu próprio corpo corrupto, faziam do preso uma metáfora viva da situação dos cristãos”.

Já no *Index* desse volume são relacionadas diversas provisões que beneficiam os “prezos”, totalizando cinco ocorrências dispostas em fólhos diferentes: “Provisão para se fazer na Cadea audiencia aos prezos da Caza cada 15 dias”; “Para que os prezos da Sancta Caza que são degradados não paguem custas”; “Provisão para os prezos que a Caza livra não pagarem chancellaria das sentenças”; “Provisão para os prezos não pagarem chancellaria”; “Provisão para que os prezos pobres que a casa livra não sejaõ comdennados em penna de dinheiro”.

No fólio 7r, l. 18-24, há menção da prática dos meirinhos de dar dinheiro aos presos degradados em troca dos seus bens. Adverte que esta prática pode levar a perda do cargo.

Governador amigo, temos informação que o meirinho da Relação desta Cidade leva dinheiro aos presos que vão degradados, por os levar da Cadea aos Navios, e assy leva os ferros que os ditos presos tem, ou lhe dão por elles dinheiro o que havemos por mal. Porem vos mandamos que lhe mandeis, que daqui em diante não leve nenhuma das ditas cousas.

Um dos registros sobre os defuntos no Manuscrito 604-1 está no fólio 45r, l. 16-22: “Registo da provisãõ pela qual Sua Magestade que DEUS guarde foi servido mandar sobre os enterros da Mizericordia e ordens 3^{AS} que se praticasse o mesmo que se pratica entre a Mizericordia e ordens 3^{AS} da Cidade de Lisbõa”.

Destaca-se, especialmente, a ação assistencial de recolhimento de mulheres solteiras, casadas, honestas ou não para abrigo ou proteção social, como se vê no fólio 51r.

Copia de huã carta que Sua Magestade Fidilissima mandou a esta Santa Caza da Mizericordia expedida pela Secretaria de Estado em o 1º de Outubro de 1761 para efeito de serem comservados no Recolhimento Dona Antonieta Mauricia Roquete, Dona Anna Brittes Roquete e Dona Francisca Estacia Roquete enquanto não tomarem estado ou de cazados ou de Religiozas, ou não mandar o dito Senhor o contrario.

Os registros das obras assistenciais supracitados, via de regra, dizem respeito à Confraria de Lisboa. No entanto, como foi mencionado anteriormente, o Manuscrito 604-1 trata também dos privilégios concedidos às Misericórdias de Portugal e da Bahia. Entre os privilégios relacionados, destaca-se o da bandeira. “As misericórdias portuguesas e do Brasil tinham o privilégio de cobrir com sua bandeira os condenados à morte que acidentalmente escapassem da punição”. (SANTANA, 2008, p. 46) Assim, “o porta-estandarte podia cobrir a vítima com a bandeira e a sentença era considerada cumprida”. (SANTANA, 2008, p. 46) Esta prática de “salvação” dos condenados não era unanimemente bem-vista. “A libertação do condenado era uma prerrogativa que incomodava a alguns e, por vezes, deu origem a conflitos numa cidade que se estruturava

movida por interesses religiosos e econômicos”. (SANTANA, 2008, p. 46)
A informação acerca da salvação de um condenado pela colocação da bandeira sobre ele após quebra da estrutura da forca encontra-se no fôlio 34v, l. 32-42.

[...] Faço saber a vos Provedor e Irmaãos da Misericórdia da Cidade da Bahia que eu fui informado que na occasião de se fazer execução em dous negros por hum cazo grave e que tendo-se enforcado o primeiro e o segundo ao tempo do algos lhe querer por os pes nos hombros succedera quebrar o pao da forca em que vieraõ ambos abaixo dizendo alguns que o segundo vinha com algus alentos de vida a que acudiraõ os Irmaãos dessa Meza, lançando-lhe a bandeyra em sima para o livrarem.

O volume *604-1* trata também das questões financeiras da Confraria, especialmente, em Portugal. Os seus registros trazem alusão às esmolos, às doações, à cobrança de juros, a empréstimos e demais formas de gerar recursos para as benfeitorias assistenciais das Misericórdias e, para sua própria manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas nos fôlios dos Manuscritos *604* e *604-1* possibilitam conhecer um pouco da atuação das Santas Casas de Misericórdias em Lisboa e na Bahia e, por extensão, nos demais territórios em que se instalaram entre os séculos XV e XIX, funcionando como um braço muito útil ao então Reino português para ocupar e organizar os territórios conquistados. Tal levantamento reitera a importância do trabalho com o acervo documental para (re) construção de parte da história e, conseqüentemente, da memória da sociedade e das instituições nela inseridas nos mais diversos períodos dos séculos XV e XIX.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Manuscrito 604*: dõssies sobre a Irmandade, Conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiástico/Santa Casa de Misericórdia da Bahia/Alvarás 1498-1684. Salvador: APEB, [19--].

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Manuscrito 604-1*: Santa Casa de Misericórdia. Privilégios concedidos à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e da Bahia, pelos Reis de Portugal – 1638-1817. Salvador: APEB, [19--].

BELLOTTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

COSTA, P. S. *Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2001.

FRANCO JÚNIOR, R. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 5-25, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-21862014000100005. Acesso em: 24 abr. 2019.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Cancioneiros medievais galego-portugueses*: fontes, edições e estrutura. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

MERLO, F.; KONRAD, G. V. R. Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informação>. Acesso em: 1 maio 2019.

PINHO, J. M. B. C. *As casas da misericórdia*: confrarias da misericórdia e a arquitectura quinhentista portuguesa. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SÁ, I. G. História breve das misericórdias portuguesas – parte i – de 1498 a 1750. In: SÁ, I. G.; LOPES, M. A. (org.). *História breve das misericórdias portuguesas*: 1498-2000. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 7-64. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12120/1/mis_port_igsa.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

SANTANA, A. C. S. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa*: 1862-1934. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTIAGO, U. Raízes Históricas da Misericórdia da Bahia. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 1, n. 2, p. 61-77, 1983. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/2/raizes_historicas_da_misericordia_da_bahia.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, A. S.; CUNHA, V. A. O olhar do serviço público estadual baiano diante do profissional arquivista. *Biblionline*, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2006. Não paginado. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_4d2ofreceo_0013378.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

SILVA, M. R. G. *A história da fundação da irmandade de misericórdia de Guaxupé – MG*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307647846_ARQUIVO_artigosimposicionacionaldehistoria.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

SOUSA, I. C. Compromisso primitivo das Misericórdias (1498-1500). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 2, n. 13, p. 259-306, 1996.

SOUZA, A. A.; BORGES, R. Acervo digital e memória de dramaturgos baianos. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS – SEF*, 9., 2018, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Memória & arte, 2018.

CAPÍTULO 5

**A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER
NA BAHIA COLONIAL**

Leitura crítico-filológica de
documentos históricos

Rebeca de Jesus Bomfim
Eliana Correia Brandão Gonçalves

INTRODUÇÃO

A proposta deste capítulo é desenvolver uma análise e discussão acerca da violência contra a mulher, utilizando como eixo norteador a práxis filológica em manuscrito do século XVIII que flagra diferentes dinâmicas da dominação masculina calcada nas relações de poder homem/mulher, esposo/esposa e senhor/escrava. Resvalando atenção ao contexto histórico e respeitando a temporalidade do documento e dos indivíduos que compõem a sua narrativa, a proposta é pensar algumas das muitas facetas da violência de gênero, em termos de exploração patrimonial, matrimonial e sexual, mas entrecruzando também com as discussões contemporâneas da violência contra a mulher e trazendo as suas particularidades e recortes racial, cultural e socioeconômico, bem como suas diversas materialidades sejam elas físicas, psicológicas ou simbólicas.

Considerando que a leitura crítico-filológica é um “espaço de produção histórica, linguística, sócio-cultural e política” (BORGES, 2012, p. 47), é inegável a importância do labor filológico para o estudo dos sujeitos pretéritos e suas práticas – sejam de violência, resistência ou (re)existência –, uma vez que o campo atual da Filologia propõe uma historiografia crítica da sociedade e dos indivíduos, realizando uma tarefa de reconfiguração dos fragmentos das histórias sociais, linguísticas e discursivas presente nos textos. (GONÇALVES, 2017) A Filologia em interface com outros campos do conhecimento realiza diversos percursos teórico-práticos para uma leitura ampla e minuciosa dos manuscritos, no qual é possível refletir sobre a condição feminina e as marcas de violência contra a mulher que atravessam as narrativas históricas que compõem a memória, a história e o patrimônio escrito brasileiro.

As considerações aqui expostas são uma amostragem da pesquisa realizada no Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL), com a transcrição, a descrição e o estudo de textos históricos que registram narrativas de violência contra a mulher na Bahia do século XVIII.

FILOLOGIA E PALEOGRAFIA: UM CAMINHO DE LEITURA, CRÍTICA, INTERPRETAÇÃO E (RE)CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

A Filologia reivindica para si, o texto como objeto de estudo. Ele, por sua vez, se constitui como um dos artefatos históricos mais valiosos para análise histórica, cultural e discursiva dos sujeitos pretéritos, pois, inegavelmente, é atravessado pelas forças propulsoras da rede de organização da sociedade, calcado em valores, convenções e códigos políticos e ideológicos no qual é possível flagrar as diversas instâncias de autoridade e as práticas de violência nela exercidas. A partir de um feixe de práticas de leitura, crítica, interpretação e edição, a filologia articula de modo indissociável língua, texto e cultura, a fim de compreender e estudar os processos de produção, recepção e circulação dos textos ao longo da história.

Said (2007, p. 82) pontua que “uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica adentrar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto”. Nesse sentido, a Filologia amplia sua leitura para os fatores históricos, culturais, linguísticos, políticos e discursivos que atravessam a construção do texto, bem como dos agentes históricos que o constituem, esmiuçando-o em toda as suas particularidades, afinal, como assinala Gonçalves (2020, p. 585) “o filólogo entende que a construção linguística e discursiva do texto é resultante da ação do tempo, do espaço e da cultura escrita e, portanto, a história de um texto é complexa, pois sua produção está fundada no sujeito, na linguagem e no discurso”.

Ao valer-se de tal posicionamento crítico, o filólogo-editor compreende que a imensa gama material presente nos arquivos e acervos, se configura, antes de tudo, como espaço de memória dos embates históricos, discursivos e linguísticos dos povos que constituíram a história do país, e que essas fontes nos oferecem, além de um vasto conhecimento da nossa cultura nacional, (re)leituras e (re)construções de um tempo longínquo do Brasil e dos nossos antepassados. Nessa perspectiva, vale pontuar que o documento está em construção permanente (KARNAL; TATSCH; 2011), fato que se afirma

na relação dialógica entre presente e passado e no processo constante de leitura e transformação, ao evocar os tempos pretéritos, as histórias e os agentes da narrativa.

Dessa forma, debruçar-se sobre essa documentação remanescente é também ter acesso às individualidades e às subjetividades dos nossos antepassados, principalmente ao que tange às minorias políticas e sociais –, bem como revisitar suas narrativas, suas lutas, seus medos e seus mecanismos de enfrentamento, uma vez que seus corpos foram postos a situações de opressão, subalternidade e marginalização ao longo dos anos. Para tanto, a mediação filológica aqui proposta se dará a partir de uma busca pelas representações de mulheres em documento histórico do século XVIII, em uma tentativa de evocação de suas vozes e de seus modos de subsistência nas esferas de violência por elas sofridas.

Esse conjunto de operações complexas da Filologia se dá por meio do diálogo com outras áreas do conhecimento e seus diferentes saberes, à exemplo da Paleografia que auxilia no processo de análise dos textos, resvalando atenção específica para o estudo da escrita grafada nos suportes – neste caso o papel – e desenvolvendo um estudo mais aprofundado dos usos linguísticos que se caracterizam em tipos caligráficos distintos. Cambraia (2005, p. 23) afirma que a Paleografia apresenta, modernamente, uma finalidade teórica e pragmática. Em suas palavras:

A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escritas; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

Mas, partindo do princípio que a escrita revela uma sociabilidade, é importante pontuar que além das características formais da escrita e dos documentos, a prática paleográfica também é mediada pelo “estudo global da história dos usos e práticas da escrita” (GÓMEZ; SÁEZ, 2016, p. 165), que se amplia para a função e a extensão social dos signos gráficos, ou seja, hoje a Paleografia se volta tanto para a história das práticas de cultura escrita,

bem como dos usos sociais da escrita em determinada civilização, e, portanto, nunca pode se configurar enquanto uma leitura ingênua e imparcial dos manuscritos históricos.

Nessa perspectiva, a prática filológica caminha *pari passu* com os estudos paleográficos para o processo de decodificação dos manuscritos históricos, sejam eles no âmbito intrínseco quanto extrínseco do texto. E nesse caminho de busca pelos vestígios deixados pelos documentos, (re)constrói-se alguns cenários da mulher brasileira baiana no século XVIII, e o flagrar das relações de poder e seus diferentes desdobramentos carimbados no transcurso do tempo. Pois se os textos “falam”, eles são os únicos testemunhos da língua dos nossos falantes predecessores, e assim a Paleografia se associa a Filologia para que a(s) voz(es) sejam ouvidas e interpretadas segundo o que nos foi facultado pelo tempo. (GONÇALVES, 2017)

Mas, o trabalho de investigação com a documentação histórica apresenta alguns desafios no que se refere ao próprio objeto de análise. Tal ocorrência se justifica na dificuldade em lidar com a documentação histórica, afinal, se a própria memória e o passado estão imersos em um mar de fragmentação e descontinuidades, é provável que seu atestado escrito também apresente lacunas ao pesquisador. Se a história não pode ser reconstruída de forma sequencial e linear, o documento, que “[...] é a base para o julgamento histórico” (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 9), também apresenta lacunas, fragmentações e descontinuidades. Por esse motivo, o terreno no qual se insere as fontes documentais, transforma o labor filológico e paleográfico em uma atividade de leitura das pistas, resíduos e vestígios deixados pelos falantes pretéritos da língua, coadunando com um exercício de busca minuciosa pelo dito e pelo não dito, pelas vozes e pelos silêncios, pelo discurso que emerge à tessitura textual, mas também àquele que se oculta nas reentrâncias do texto.

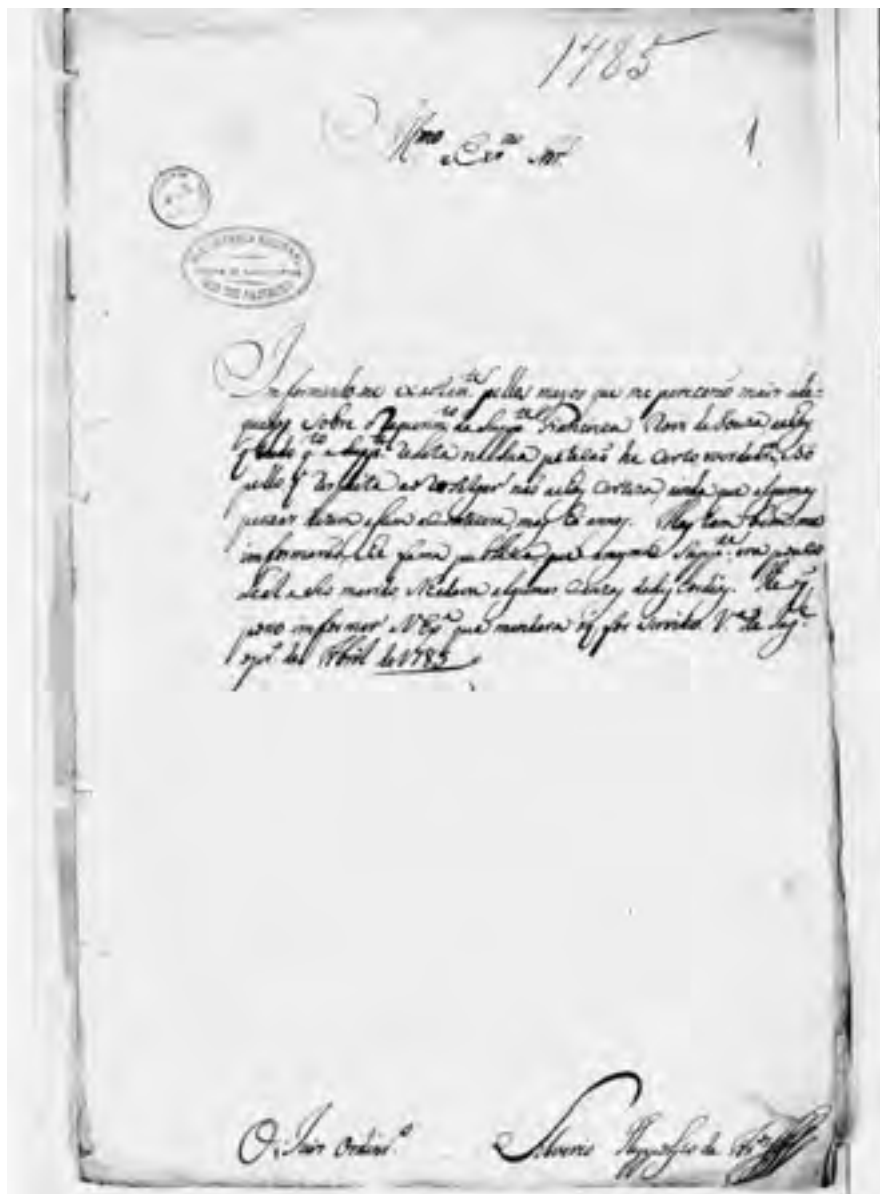
Outrossim, o filólogo depara-se com o ofício de construção de mosaicos, em que cada uma das peças que o compõe refere-se ao que nos foi legado pela história com o decorrer do tempo, e que resta aos sujeitos contemporâneos lê-lo e interpretá-lo crítica e reflexivamente.

Notas sobre a edição

Borges e Souza (2012, p. 7) afirmam que “[...] o trabalho filológico é resultado das ações de ler, interpretar e editar textos”. Nesse sentido, se ramificam, a partir do exercício filológico, diversos tipos de edições, cada qual pautada em um processo de elaboração diferente que serve a propósitos e fins específicos. Neste trabalho apresentam-se os fac-símiles da Informação e do Requerimento, bem como excertos da edição semidiplomática dos documentos.

Uma edição fac-similar, segundo Borges e Souza (2012, p. 33), dá-se a partir da necessidade de conservação e acessibilidade dos textos, no qual “[...] faz-se a reprodução (xerográfica, fotográfica, digital, por meio de scanner e mesa digitalizadora gráfica (imagem ou sinal analógico) dos mesmos”. Os autores ainda apontam que esta é uma opção que utiliza meios mais simples, pois ocorre por meio da “[...] reprodução fotográfica, transferindo-se a imagem do documento para o meio digital, ou convertendo a imagem ou sinal dialógico para o código digital, realizando-se a digitalização dos textos”.

Figura 1: Fac-símile da Informação do Juiz Ordinário da Vila de Jaguaripe, Silvério Hipólito de Araújo, ao governador da Bahia – Jaguaripe, 1º de abril de 1785



Fonte: acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Figura 2: Fac-símile do Requerimento de Francisca Rodrigues de Sousa, contra seu marido. Jaguaripe, 15 de fevereiro de 1785 (anexado à Informação do Juiz Ordinário Araújo, ao governador da Bahia)



Fonte: acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Por outro lado, Gonçalves (2018, p. 160) apresenta uma definição extremamente elucidativa do que vem a ser uma edição semidiplomática:

A edição semidiplomática é um produto editorial que conserva as características linguísticas do texto, como a ortografia e a pontuação, além de sua constituição gramatical e lexical, desdobrando as abreviaturas que se configuram como obstáculos para a leitura dos textos do passado.

Para a edição semidiplomática da Informação e do Requerimento, foram utilizadas, com as devidas adaptações ao *corpus* da pesquisa, as normas sugeridas pela comissão de estabelecimento de normas para transcrição e edição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil, por ocasião do II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão, São Paulo, em 1998. (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999)

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo o seguinte critério:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba;
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original.
7. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada;
8. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se a localização;
9. Intervenções do editor não de ser raríssimas;
10. Letra ou palavra não legível justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].

11. A divisão das linhas do documento original será preservada na edição.
 12. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor.
 13. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas.
 14. Trecho não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas ± quantidade de linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão, mancha de tinta ou rasura, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
 15. As palavras transcritas por conjectura serão marcadas por chaves.
 16. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas.
 17. Serão apresentadas no aparato crítico, ao lado esquerdo da mancha escrita e à direita do leitor, apenas as abreviaturas.
- (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999, p. 23-26)

SENHORAS, CONCUBINAS E ESCRAVAS: VIOLÊNCIA, RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA NO BRASIL COLÔNIA

Para Joan Scott (1995, p. 86) o gênero é uma categoria útil para a análise histórica uma vez que ele é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e “uma forma primeira de significar as relações de poder”. Para analisar todo o contexto no qual está calcada essa produção e transmissão documental de e sobre mulheres, é necessário pensar na estrutura patriarcal que está por trás das narrativas de violência contra a mulher no século XVIII.

Saffioti (2004, p. 44) descreve o patriarcado como o “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Essa organização social, histórica e política hegemônica se materializa nos textos de diferentes formas, se desdobrando em situações de abuso, violência física, psicológica e simbólica, violência patrimonial, enclausuramento, e até morte, a depender de variados recortes. Nesse sentido, Bourdieu (2012, p. 18) afirma que a dominação masculina vai delinear o funcionamento da ordem social, que se configura como uma imensa máquina simbólica. Em suas palavras:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

Ou seja, a divisão das funções e as posições sociais de uma sociedade, vai definir-se com base nas diferenças impostas pelo gênero e mais especificamente, a partir da hierarquia social do sexo masculino em detrimento ao sexo feminino. Essa organização histórica vai resultar em uma imensa massa documental transmitida ao longo dos anos escrita majoritariamente por homens sobre as mulheres, no qual há uma tentativa constante de reafirmar um lugar de subjugação, inferiorização e violências. Assim, a forma como essas mulheres aparecem nesses documentos (quando aparecem), diz muito respeito a forma como eram vistas e como eram tratadas naquelas sociedades.

Nessa perspectiva, a historiadora Del Priore (2009) afirma que, no período colonial do Brasil, ocorreu um longo processo de “domesticação” das mulheres para transformá-las em um modelo estereotipado do que deveria “ser mulher” naquele período, entre eles ser responsável pela casa, pela família, pelo casamento e pela procriação. Engels (2019) também já afirmava que com o surgimento das classes sociais no contexto da propriedade privada, a divisão de trabalho baseada nos sexos implicou desigualdade e opressão sexual. Não é à toa que as narrativas sobre mulheres na documentação histórica, em sua maioria, dizem respeito aos contextos supracitados em Del Priore (2009), como forma de reafirmação do lugar em que as mulheres poderiam estar e o que poderiam fazer.

Os dois documentos escolhidos para a análise se complementam: uma Informação datada de 1º de abril de 1785 emitida pelo Juiz Silvério Hipólito de Araújo, da Vila de Jaguaripe, para o Governador da Bahia, em conjunto com o Requerimento anexado no mesmo arquivo. A Informação vai se

referir ao Requerimento de Francisca Rodrigues de Souza, que relata alguns acontecimentos que se sucederam em seu casamento com seu marido Francisco Monis Gomes. A partir da leitura dos documentos, defrontamo-nos com diversos relatos de violência sofridas por Francisca, mas não somente dela, como também de outras mulheres que surgem em alguns trechos do texto.

Na Informação, o Requerimento de Francisca Rodrigues de Souza passa pelo processo de legitimação até chegar às mãos do Governador da Bahia. O Juiz Silvério Hipólito de Araújo ao relatar sobre os acontecimentos narrados no Requerimento, confere o estatuto de “verdade” e ao depoimento da vítima, sem, contudo, confirmar se o relato de atentado à vida dela por meio do rosalar – um veneno corrosivo conhecido como arsênico (BLUTEAU, 1728, p. 378) –, de fato teria acontecido. Além disso, a própria conduta moral da suplicante é questionada no manuscrito, pois o juiz diz que o informaram “[...] de fama publica, que a mesma Suplicante, era pouco / Leal aSeo marido, elhe dava algumas causas dedis cordias” (Informação, 1 de abril de 1785, f. 1r, L. 7-8). Nesse caso, é necessário refletir no que correspondia necessariamente a deslealdade de Francisca, e quais seriam as “causas de discórdia” que fez com que seu marido a violentasse de variadas formas em seu casamento. Como sinalizado no início do capítulo, aqui a discussão se ramificará no âmbito patrimonial, matrimonial e sexual da violência de gênero.

No primeiro tópico, observamos que a violência no âmbito patrimonial se concretiza uma vez que o marido utiliza dos dotes advindos do próprio casamento para alimentar os seus “maus vícios”: “[...] levando de dote de seus Pays varios trastes de / ouro, moveis, escravos, evestuario, omelhor deSeiscentos milreis” (Requerimento, 15 de fevereiro de 1785, f. 1r, L. 6-7). Há um trecho no texto em que explicitamente a suplicante diz que ele gasta com as alforrias de escravas e ainda tenta vender um da sua própria casa para comprar a liberdade da filha de uma das mulheres em que vivia amasiado: “[...] gastando com-alforrias desuas / amasias, de sorte que agora para Libertar afilha de huá dasditas, intenta ven- / der humá escrava que tem, assuas crias decasa [...]” (Requerimento, 15 de fevereiro de 1785, f. 1r, L. 11-13).

Já no que diz respeito a violência no âmbito matrimonial, a suplicante afirma que “seacha exaurida, etaõ desprezível”, pois o marido “sempre viveo contrario do seu estado” (Requerimento, 15 de fevereiro de 1785, f. 1r, L. 10), e assim, vive em mancebias concubinado com outras mulheres, inclusive escravas. Ou seja, ele frequentava casas em que podia praticar relações sexuais em troca de bens, dinheiro e até alforrias. É importante salientar que é neste âmbito matrimonial que se desenrola também a violência física, uma vez em que:

[...] pelaSuplicante seoppós ase- / melhante procedimentos do Suplicado, eaoutros muitos que são manifestos, usa / este deaespancar combordoadas quando lhe parece sem amenor Lem- / branca delhe dar onecessario sustento, e possivel ornato comque se cubra, / chegando atal auge asua cegueira, ou diabólica pertubação comque / tras juiso, que tem intentado, e posto em execução matar a Suplicante, para / com melhor Liberdade exercitar os seus mãos vicios [...] (REQUERIMENTO, 15 de fevereiro de 1785, f. 1r, L. 13-19)

Por fim, a violência no campo sexual volta-se para outros sujeitos femininos que aparecem no texto. Para além da suplicante Francisca Rodrigues de Souza, é preciso atentar para as outras mulheres que nos são apresentadas na tessitura textual e que, em alguma medida, também sofrem com a violência de gênero a partir de outros recortes. Primeiro fazemos menção as chamadas “amasias” que ficavam nas mancebias que Francisco Monis Gomes frequentava. Nesse sentido, faz-se necessário questionar a condição dessas mulheres e seus corpos que se sujeitavam ao concubinato, resvalando atenção para o significado do trabalho sexual nesse contexto histórico específico, uma vez que “[...] a prostituição foi historicamente constituída, em grande parte, sob condições patriarcais”. (SILVA; BLANCHETTE, 2017, p. 3)

Nessa perspectiva, são mencionadas no texto-documento as mulheres que viviam ou não nessas mancebias e que também eram escravas, e do qual Francisco Monis Gomes mantinha relações sexuais em troca de alforrias, ou seja, da sua própria liberdade. Pinheiro e Maia (2017, p. 3) pontuam que “na sociedade colonial, os escravos estavam sujeitos à mercantilização de seus corpos, entendidos como propriedade para exploração do trabalho” e

na “[...] influência do gênero em relação às vias de acesso à alforria, de usufruto e manutenção da liberdade”. Assim, essas mulheres buscavam o caminho para a sua autonomia nas trocas e acordos das relações sexuais, na “[...] possibilidade, ainda que remota, de conseguir transformar o abuso de seus corpos e de seu “trabalho de mulher” em instrumentos de luta em defesa de seus interesses”. (PINHEIRO; MAIA, 2017, p. 31)

Angela Davis (2016, p. 13), ao afirmar que o sistema escravista definia o povo negro como propriedade, pontua que, ao que tange às mulheres, existia outra instância de violência diferenciada, que estava diretamente ligada ao seu gênero:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

Dessa forma, às escravas existiam diversos graus de violências que se configuravam em relação ao trabalho escravo – dentro ou fora do ambiente familiar senhorial –, mas também eram vulneráveis a todas no âmbito de coerção sexual quando estas eram estupradas nas senzalas e/ou na Casa Grande, ou ainda quando se viam obrigadas a satisfazer os desejos de seus senhores em troca da sua liberdade. E no Requerimento, ainda temos menção da escrava que vivia na casa do casal e que seria vendida para se comprar a alforria da filha de uma das mulheres em que o marido vivia amasiado, comprovando mais uma vez que o abuso de poder senhorial acontecia em diversas camadas, mas que em todas elas se reforça que o corpo da mulher negra é uma propriedade e serve para atender aos interesses dos senhores.

O que podemos aferir ao observar todas essas mulheres que aparecem no documento, é que a violência de gênero acontece em diferentes escalas e com diferentes recortes, pois esses sujeitos femininos apesar de comporem a categoria “mulher”, também se diferenciam em diversos outros aspectos,

tais como a cor da pele e a sua condição socioeconômica. É importante refletir que para além de uma análise das práticas de violência contra a mulher enquanto coletivo, também faz-se necessário atentar-se para as suas particularidades e subjetividades, entender que as engrenagens da dominação masculina faz também na vivência e no pessoal desses sujeitos femininos, e que estas se materializam de diferentes formas no texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na relação dialética presente/passado, os documentos se constituem enquanto valiosos artefatos históricos para o trabalho de reconstrução das narrativas dos sujeitos femininos no Brasil colônia, suas práticas, seus discursos, seus mecanismos de enfrentamento das opressões oriundas do patriarcado, do sexismo e do racismo da nossa sociedade. As edições disponibilizadas através do prisma filológico, em articulação com outras áreas do conhecimento, facilitam no processo de leitura, interpretação e crítica dos textos, seu discurso e construção de sentido; bem como nos modos de produção, circulação e recepção no contexto em que foi elaborado.

Assim, a partir de uma Informação do século XVIII e do Requerimento anexo, foi possível observar o cotidiano, mesmo que parcialmente, de algumas mulheres do Brasil colônia, e também conseguimos apreender algumas das facetas da violência de gênero que se desenrolava no cenário baiano, com seus variados recortes de cunho social, racial e econômico, provando mais uma vez a produtividade dos estudos filológicos e paleográficos.

Destarte, constrói-se uma ponte de acesso ao passado e a uma parcela do patrimônio escrito brasileiro, que mesmo que se apresente fragmentado e inconcluso, nos oferece um olhar de reavaliação da história da Bahia, seu processo de silenciamento e apagamento das vozes dos indivíduos e grupos marginalizados; mas, acima de tudo, também nos faz (re)conhecer o protagonismo e narrativas dos diversos sujeitos femininos com todas as suas particularidades, recortes e individualidades que até hoje marcam e constrói a história da mulher brasileira baiana.

REFERÊNCIAS

- BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonicco*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. v. 8. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edição/1>. Acesso em: 5 out. 2020.
- BORGES, R.; SOUZA, A. S. Filologia e edição de texto. In: BORGES, R.; SOUZA, A. S.; MATTOS, E. D. *et al. Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. II. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, A. G.; MEGALE, H. Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, A. G.; MEGALE, H. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 23-26. (Série Diachronica, v. 1)
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2019.
- GÓMEZ, A. C.; SÁEZ, C. Paleografia versus alfabetização: reflexões sobre a história social da cultura escrita. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 164-187, 2016.
- GONÇALVES, E. C. B. Leitura crítico-filológica de resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-174, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- GONÇALVES, E. C. B. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. *Revista da Abralin*, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 191-218, 2017.
- GONÇALVES, E. C. B. Tradição discursiva, filologia e corpus histórico-diacrônico: análise de requerimentos do século XVIII. *Revista da Abralin*, Brasília, DF, v. 19, n. 3, p. 582-598, 2020.
- INFORMAÇÃO do Juiz Ordinário da Vila de Jaguaripe, Silvério Hipólito de Araújo, ao governador da Bahia, sobre o Requerimento de Francisca Rodrigues de Sousa, contra seu marido. Jaguaripe: [s. n.], 1785. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000035/mssp0000035.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

- KARNAL, L.; TATSCH, F. G. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-27.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- PINHEIRO, F. D.; MAIA, L. S. Cativas do corpo, libertas pelo trabalho: casos de mulheres de cor nas fronteiras entre escravidão e liberdade (Mariana, séculos XVIII e XIX). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017. Não paginado. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200503&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 out. 2020.
- REQUERIMENTO de Francisca Rodrigues de Sousa, contra seu marido. Bahia, 15 de fevereiro de 1785. Salvador: [s. n.], 1785. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000035/mssp0000035.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAID, E. W. *O regresso à filologia: humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. G. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017. Não paginado. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200314&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2020.
- SILVA, R. V. M. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

CAPÍTULO 6

DEVOTAS E SUBMISSAS

Aspectos dos recolhimentos
femininos na Bahia colonial

Manoela Nunes de Jesus
Tássia de Abreu Santos Matos
Rafaela Muniz de Andrade
Carla Carolina Ferreira Gomes Querino
Norma Suely da Silva Pereira

INTRODUÇÃO

Os registros legados pelas sociedades passadas constituem-se em caminhos de que o pesquisador se vale para aproximar-se da herança pretérita, a qual, muitas vezes, está na base de questões que ainda reverberam na atualidade. Conforme assinala Le Goff (2013), a palavra “monumento”, etimologicamente compreendida como um sinal do passado, remete à origem latina *monere* (fazer recordar), função que as fontes cumprem ao apresentar, como prova histórica, testemunhos escritos que trazem a memória de civilizações de outrora.

Para conhecer os meandros das práticas culturais presentes nos manuscritos, o filólogo empreende estratégias para a transcrição dos escritos que, em virtude de características da escrita do período ou da habilidade do escrevente, podem dificultar sua perfeita compreensão. Nesse sentido, a Filologia, ciência interpretativa que se dedica, entre outros objetivos, à decifração e explicação dos documentos, aciona, em diálogo transdisciplinar, competências de outras tantas áreas afins, a exemplo da Paleografia, disciplina que se ocupa da história, estudo das características e dos usos da escrita. Recorre também aos conhecimentos de ciências como a Diplomática e a Codicologia, que viabilizam a leitura dos vários aspectos relativos ao suporte e demais materiais de escrita, bem como dos formulários e espécies documentais necessários ao adequado entendimento das informações que os documentos veiculam. (CAMBRAIA, 2005; DIAS, 2005; DURANTI, 2015; SPINA, 1994)

A fim de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a prática do recolhimento feminino na Bahia colonial, bem como para a difusão de particularidades da escrita do período, analisam-se seis documentos peticionais, redigidos no século XVIII, que foram selecionados no Arquivo Histórico Ultramarino, acervo catalogado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e disponibilizado *on-line* pela Biblioteca Nacional. Mediante a transcrição conservadora do *corpus*, discutiram-se aspectos dessa convenção cultural pretérita, considerando a realidade da sociedade patriarcal na América portuguesa, salientando questões que se refletem na contemporaneidade. Na exposição dos excertos dos documentos e respectivas transcrições, buscou-se evidenciar as principais dificuldades encontradas no processo de leitura de manuscritos.

Segundo a lógica social setecentista, à mulher cabia, em geral, apenas duas opções, aceitas como sendo de vida honrada: casar-se ou seguir o estado de religiosa. Nessa conjuntura, as casas de recolhimento e conventos desempenhavam importante função em uma realidade voltada para os interesses masculinos: conferiam educação e orientação religiosa para jovens originárias de famílias nobres, seja como preparação para o matrimônio ou para a existência devocional; serviam de abrigo e “proteção da dignidade” para órfãs carentes e viúvas de famílias abastadas; ou se configuravam em espaço de segregação compulsória para as mulheres que se rebelavam contra os modelos sociais instituídos. (ALGRANTI, 1993; SOUZA; PEREIRA, 2020b) No exame do *corpus* selecionado, duas motivações para a reclusão são tomadas para a apreciação: a clausura por devoção e por punição.

RECOLHIMENTOS FEMININOS NA BAHIA COLONIAL

Do século XVII até meados do século XVIII, Salvador detém a dianteira do desenvolvimento colonial, período configurado pela historiografia como a época de ouro da Bahia. O fausto desenvolvido graças à produção agrícola, que incluía não só a cultura açucareira e a do algodão, mas em especial o cultivo do tabaco, aliado ao tráfico negreiro, movimentados pelo porto que foi considerado o maior do Atlântico Sul, possibilitou o estabelecimento de conexões entre Salvador e outras cidades da Europa e da América do Sul. Segundo Sousa (2016), o desenvolvimento mercantil oportuniza, da perspectiva política, um pleno desenvolvimento da monarquia portuguesa no território. Em função do sucesso produtivo e comercial interno e externo, conseguido à custa da abominável exploração do trabalho escravo, Salvador assumiu uma posição de ponto de convergência por excelência com a consolidação de um sistema financeiro local, o que conduziu à ampliação da rede urbana. (SOUSA, 2016)

A partir da expansão das conquistas e crescimento do patrimônio da elite local, que se autodenominava como os membros da nobreza da terra, formada principalmente pela oligarquia açucareira, pelos negociantes de grosso trato e membros da administração pública, novas necessidades surgem. Com a consolidação de Salvador como “cabeça do Estado do Brasil”,

proliferam as famílias mais numerosas e prósperas que, ao formarem a elite patriarcal, gozam de privilégios sociais e legais, e dominam a cena política e econômica. (KRAUSE, 2014) Quanto a esses privilégios, Krause (2014) enumera, entre outros, a proteção judicial, o direito de portar armas e a ostentação da posição social em cerimônias públicas. Na formação desse discurso nobiliárquico, é importante a obtenção de honrarias, como os hábitos de ordens militares, frequentemente perseguidos e ostentados pela alta sociedade. Sobrevém então o imperativo de ampliação de vagas para o enclausuramento feminino, como recurso de que se valiam os chefes de família para evitar muitos casamentos entre as suas filhas, o que fatalmente dividiria o patrimônio amealhado. (AZZI; REZENDE, 1983; PEREIRA, 2019)

Devido aos altos custos e à difícil travessia marítima para a Metrópole, e, posteriormente, à proibição formal de saída de mulheres para a clausura no Reino, sem a devida autorização, passaram a ser erguidos, após muita insistência dos colonos, conventos e casas de recolhimento nos domínios ultramarinos para recolher mulheres, de modo a atender à prática de inspiração medieval, conservada na cultura colonial. O enclausuramento feminino dava-se por diferentes motivações, como a educação, entendida como uma maneira de preparar as jovens para a vida devota ou para o matrimônio; a formação religiosa; e a “correção dos costumes”. Tais instituições diferiam apenas quanto ao caráter canônico:¹ enquanto os conventos eram reconhecidos canonicamente, os recolhimentos não possuíam a exigência de votos. No entanto, até certo ponto, ambos serviram mais em suas formas alternativas do que na forma canônica. (ALMEIDA, 2003, 2012)

No século XVII, o rei D. Afonso VI autoriza, finalmente, a Câmara da cidade a dar início à construção do primeiro recolhimento sob a tutela da Igreja na América Portuguesa, o Convento de Santa Clara do Desterro, que recebe as primeiras clarissas,² vindas de Portugal, no ano de 1677. O objetivo principal da instituição era recolher mulheres oriundas de famílias nobres, sendo a lotação máxima estabelecida em 75 religiosas no total, distribuídas

1 Relativo à possibilidade de assumir os votos e o “estado de religiosa”.

2 Assim eram denominadas as religiosas que se vinculavam à Ordem de Santa Clara.

em duas categorias: 50 provenientes de lares abastados, que poderiam fazer os votos solenes e participar do Ofício divino,³ no coro, recebendo o véu preto, e 25 advindas de famílias mais modestas, conforme Azzi e Rezende (1983), intituladas “freiras conversas”, que pagariam um dote menor e exerceriam funções mais humildes, recebendo o véu branco. (AZZI; REZENDE, 1983; SOUZA; PEREIRA, 2020b)

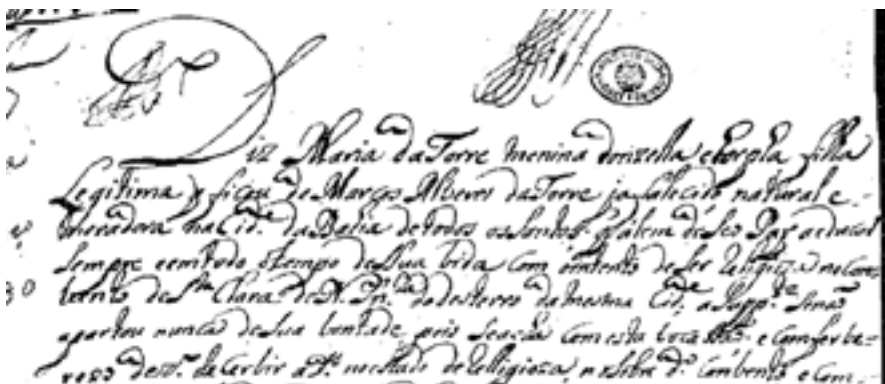
No início do século XVIII, principiou-se a construção de um novo convento em Salvador, inicialmente chamado de Recolhimento da Misericórdia. Posteriormente a sua inauguração em 1716, o local passou a chamar-se Recolhimento do Santo Nome de Jesus. Diferentemente do Convento do Desterro, aqui eram abrigadas, preferencialmente, moças donzelas de origem humilde e mulheres casadas cujos maridos estavam em viagem, além daquelas que fossem consideradas “em risco de desonra”. (SOUZA; PEREIRA, 2020a)

A vida religiosa na América Portuguesa era imposta às mulheres em circunstâncias distintas. As que vinham de famílias mais humildes eram ensinadas, desde cedo, a buscar o caminho da devoção, pois o dote para entrar nas casas assistenciais era mais modesto que aquele para obter um “bom casamento”. Quanto às oriundas da nobreza, por outro lado, era necessário manter o *status quo*, evitando a todo custo um casamento que pudesse levar a um rebaixamento social ou à queda do patrimônio familiar, no caso de lares em que a prole feminina fosse muito grande. Já as mulheres que temiam os possíveis dissabores do matrimônio, como abusos físicos ou psicológicos, preferiam recorrer a tais estabelecimentos como uma maneira de fuga. Em outros casos, depois de terem passado vários anos recolhidas como educandas, muitas pediam para permanecer reclusas como religiosas, uma vez que aquelas que não conseguissem se casar deveriam submeter-se a uma existência conventual ou não seriam bem-vistas socialmente. Nessa época, portanto, apenas duas possibilidades restavam às mulheres brancas e “bem-nascidas”: o estado de casada ou de devota. (AZZI; REZENDE, 1983; SANTOS, 2013)

3 Para a celebração do Ofício divino era necessário o domínio da leitura em língua latina, além de conhecimentos musicais. (SOUZA; PEREIRA, 2020b)

A investigação acerca das práticas culturais que atingiam as mulheres no período colonial permanece com muitas lacunas. As fontes escritas são fragmentárias e os documentos em sua maioria trazem o ponto de vista masculino, sendo o discurso feminino quase sempre relatado e influenciado pela ideologia do patriarcado. Para ilustrar tal contexto, apresenta-se a seguir o fragmento de um requerimento de datação anterior a março de 1730, em que Maria da Torre pede para se tornar religiosa no Convento de Santa Clara do Desterro, especialmente por influência de seu pai, que lhe incutiu, por toda a sua vida, a vocação que ela aceita sem protestar:

Figura 1: Pedido de reclusão por devoção [ant. mar. 1730]



12 Maria da Torre menina donzella e horpha filha
Legitima y ficou de Marcos Alveres da Torre jafalecido natural e
moradora na Cidade da Bahia de todos os Santos; que além de seo Pay a educar | sempre e em todo
otempo de ssua vida com ointento de ser religioza no con=
vento de Santa Clara de Nossa Senhora do desterro da mesma Cidade, a supplicante
senão | apartou nunca de sua vontade, pois se acha com esta vocassão; e
com ferve= | rozo dezejo de cervir a Deos no estado de relligiosa nosobre
ditto convento, e com [...].

Transcrição:

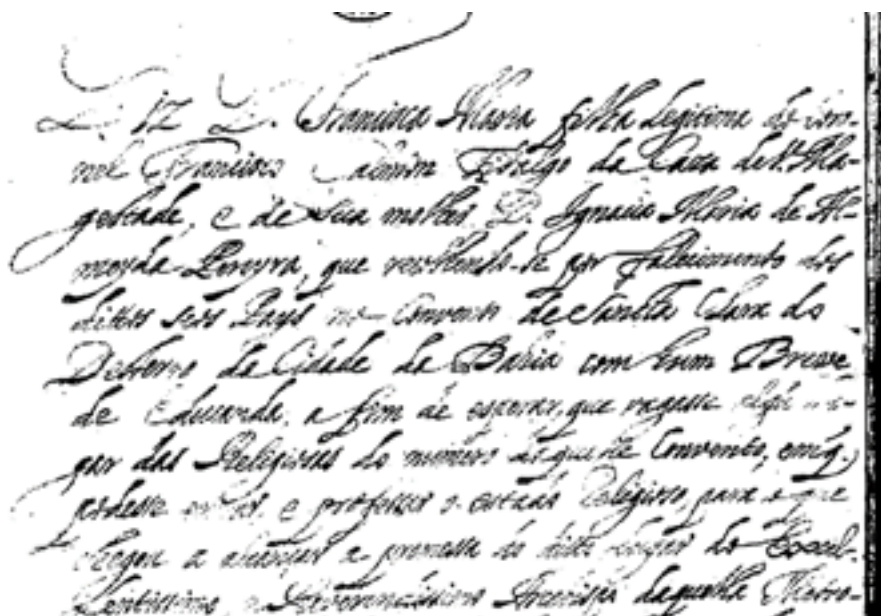
Diz Maria da Torre menina donzella e horpha filha | Legitima que ficou de Marcos Alveres da Torre jafalecido, natural e | moradora na Cidade da Bahia de todos os Santos; que além de seo Pay a educar | sempre e em todo otempo de ssua vida com ointento de ser religioza no con= | vento de Santa Clara de Nossa Senhora do desterro da mesma Cidade, a supplicante senão | apartou nunca de sua vontade, pois se acha com esta vocassão; e com ferve= | rozo dezejo de cervir a Deos no estado de relligiosa nosobre ditto convento, e com [...].

Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. (1730).⁴

4 REQUERIMENTO de Maria da Torre ao rei [D. João V] solicitando recolher-se no convento de Santa

Para a obtenção de uma vaga como educanda em um convento colonial, constituía-se em argumento de peso a descrição da origem e situação social da jovem, sendo de praxe as referências à limpeza de sangue e à condição de fidalguia, bem como a ostentação de títulos militares e nobiliárquicos dos pais ou a menção a cargos públicos, requisitos que demarcavam as diferenças sociais, determinantes para estabelecer quem seria contemplada, como se vê no fragmento a seguir, retirado de um requerimento feito em data anterior a fevereiro de 1747, no qual a educanda “bem-nascida” obtém a promessa do Arcebispo de que ocupará uma vaga para fazer os votos e conquistar o estado de religiosa no referido convento:

Figura 2: Pedido de reclusão por devoção [ant. fev. 1747]



The image shows a handwritten document in cursive script, likely a petition for religious enclosure. The text is written in dark ink on aged paper. The handwriting is fluid and characteristic of the 18th century. The document is a fragment, with some text cut off on the right side. The text is a request for admission to a convent, mentioning the petitioner's noble lineage and her devotion.

Transcrição:

Diz Dona Francisca Maria filha Legítima do Coro- | nel Francisco Calmon
Fidalgo daCaza deVossaMa- | gestade, e desua molher Dona Ignacia Maria

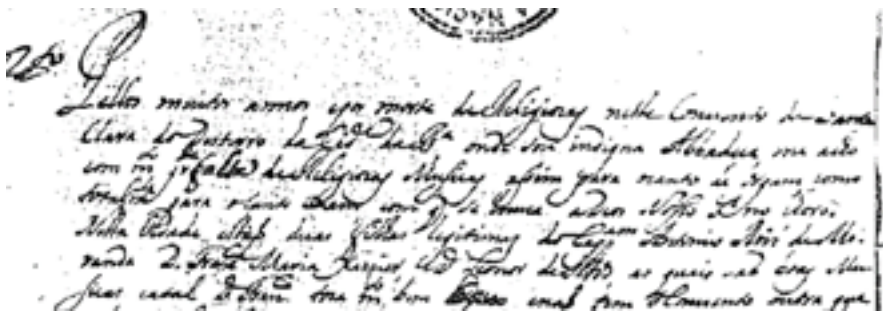
Clara do Desterro da cidade da Bahia. [ant. 02 mar. 1730]. DOC. 3239. Cx. 36. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_ba_av/22528. Acesso em: 2 jun. 2020.

de Al- | meyda Pereyra, que recolhendo-se por falecimento dos | dittos
seos Pays no Convento de Santa Clara do | Desterro da Cidade da Bahia
comhum Breve | de Educanda; afim de esperar, que vagasse algúm Lu- |
gar das Religiosas do numero daquele Convento; em que | podesse entrar,
e professar o estado religioso, para o que | chegou a alcançar a promessa
do ditto Lugar do Excel- | lentissimo, e Reverendissimo Arcebispo daquelle
Metro- [...].

Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. (1747).⁵

Ainda sobre o processo de seleção para a entrada de jovens nas casas assistenciais considerando o seu *status* social, moças que possuíam certas habilidades, como saber tocar instrumentos ou ler e rezar em latim, competências requisitadas para as celebrações e que indicavam o pertencimento a uma classe social elevada, alcançavam benefícios para ingressar em tais instituições, em detrimento daquelas que não preenchiam tais requisitos. É o que se pode constatar na petição redigida em 1716 pela então madre abadessa do Convento do Desterro, que destaca a competência de moças que poderiam tocar o órgão e executar o “canto Xam” ou cantochão, tipo de música litúrgica tradicional que era entoada pelo coro, durante as celebrações:

Figura 3: Pedido de reclusão por devoção (1716)



5 REQUERIMENTO de Francisca Maria ao rei [D. João V] solicitando concessão do lugar supranumerário do Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia. [ant. 08 fev. 1747]. DOC. 7192. Cx. 88. Disponível em: http://resgate.bn.br/doceader/005_BA_AV/55666. Acesso em: 16 ago. 2020.

Transcrição:

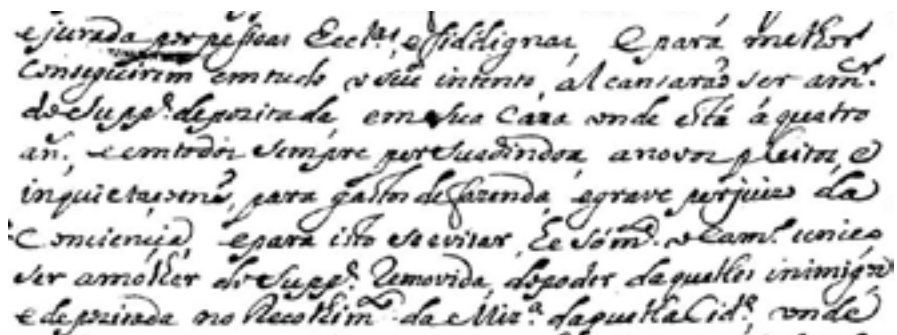
Pellos muitos annos e por morte de Religiozas neste Convento de Santa Clara do Desterro da Cidade da Bahia onde sou indigna Abbadeça, me acho | com muito grande falta de Religiozas Musicas assim para **ocanto de organ** como | totalmente[?] **para ocanto Xam, com que se louva a Deos Nosso Senhor no choro.** | Nesta Cidade estão duas filhas legitimas do Capitam Antonio Rodriguez de Mi- | randa *Dona Francisca Maria Xavier*, e *Dona Leonor de Jesus*, **as quais são boas Mu-** | **sicas**, atal *Dona Francisca* toca muito bem [ilegível] não tem o Convento outra que [...].

Fonte: Petição. AHU. Brasil-Baía. (1716).⁶

Os conventos e recolhimentos também funcionavam como local de castigo para mulheres que não obedeciam às regras estabelecidas pela sociedade patriarcal. Assim, aquelas que eram acusadas do crime de adultério eram enclausuradas não só para “corrigir” os comportamentos divergentes, como para servir de exemplo para que outras não tomassem atitudes semelhantes. Além disso, as mulheres que iniciavam uma ação de divórcio, normalmente para se desligarem de uma relação violenta, eram sujeitadas à clausura para não concluírem o processo de separação, o que implicaria em dividir o patrimônio. Por fim, a parcela do público feminino que se rebelava contra os padrões impostos, transgredindo o perfil de “lucidez” e “moderação” esperado com “desvarios” e “desordens”, também era enviada para essas instituições. (ALGRANTI, 1993; SILVA, 2008) A fim de exemplificar tal conjuntura, expõe-se a seguir o trecho de um requerimento escrito em datação anterior a abril de 1739, em que Francisco Barbosa solicita o enclausuramento de sua esposa no Recolhimento da Misericórdia com o intuito de afastá-la de seus cunhados, que, auxiliados por pessoas ligadas ao clero, supostamente, a persuadiram a libertar um escravo, assim como lhe sugeriram atitudes outras que implicariam em prejuízo para o patrimônio do casal:

6 PETIÇÃO da madre abadessa do convento de Santa Clara do Desterro, em que pede licença para recolher duas filhas do capitão Antônio Rodrigues de Miranda. 1716. DOC. 873. Cx. 10. Anexa à carta do Arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/6922. Acesso em: 28 abr. 2021.

Figura 4: Pedido de reclusão por punição [ant. abr. 1739]



e jurada por pessoas Ecclesiasticas, e fid[e] dignas, e para melhor
consequirem em tudo o seu intento, alcansaraõ ser amolher
dosupplicante depositada, em sua caza onde está á quatro
annos, e em todos sempre persuadindoa, a novos pleitos, e
inquietaçõens, para gastos defazenda, e grave perjuizo da
conciencia, e para isto se evitar, he sómente o caminho
unico, | ser amolher dosupplicante removida, dopoder daquelles inimigos
e depositada no Recolhimento da Mizericordia daquela Cidade, onde [...].

Transcrição:

[...] e jurada por pessoas Ecclesiasticas, e fid[e] dignas, e para melhor | conseguir em tudo o seu intento, alcançará ser amolher | do suplicante depositada, em sua casa onde está á quatro | annos, em todos sempre persuadindo-a, a novos pleitos, e | inquietações, para gastos de fazenda, e grave prejuizo da | consciência, e para isto se evitar, he somente o caminho unico, | ser amolher do suplicante removida, do poder daquelles inimigos | e depositada no Recolhimento da Misericórdia daquela Cidade, onde [...].

Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. (1739).⁷

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS

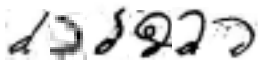


Como pontua Petrucci (2003, p. 7-8, tradução nossa), a Paleografia é uma disciplina que se ocupa “[...] da história da produção, das características formais e dos usos sociais da escritura e dos testemunhos escritos em uma determinada sociedade”.⁸ Nesse sentido, tal ciência mostra-se essencial para a transcrição de fontes primárias, processo dificultado, por vezes, pelo traçado da letra, seja pela sua irregularidade, principalmente na escrita lançada sem

7 REQUERIMENTO de Francisco Barbosa Lima ao rei [D. João V] solicitando recolher sua mulher na Casa da Misericórdia da cidade da Bahia. [ant. 30 abr. 1739]. DOC. 5510. Cx. 65. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/41840. Acesso em: 6 ago. 2020.

8 “[...] de la historia de la producción, de las características formales y de los usos sociales de la escritura y de los testimonios escritos en una sociedad determinada”.

descanso das mãos, seja pela variação na execução do traçado para um mesmo grafema, presente na escrita de um mesmo *scriptor* (MEGALE; TOLEDO NETO, 2006), como demonstram os exemplos:

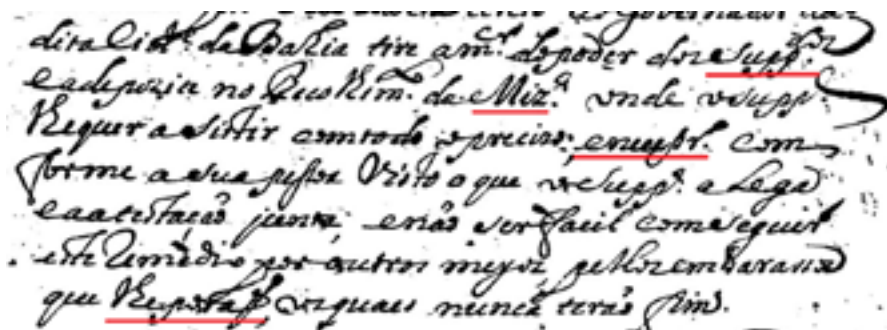
Quadro 1: Variação no traçado dos grafemas <d>, <r> e <s>

GRAFEMA	DATA DO DOCUMENTO	IMAGENS
<d>	[ant. abr. 1757]	
<r>	[ant. mar. 1730]	
<s>	[ant. abr. 1739]	

Fonte: elaborado pelas autoras.

As abreviaturas, a escrita ligeira com muitas ligaduras e, por vezes, a ausência de fronteiras entre palavras são outros aspectos que oferecem grande dificuldade à leitura de manuscritos, exigindo um maior preparo de quem se dedica a tal tarefa. Nas transcrições realizadas para o presente estudo, seguindo parâmetros conservadores já consagrados pela tradição, foram decifradas, sempre que possível, as abreviaturas, desdobrando-as e indicando-se a parte desenvolvida com destaque em itálico, e foram utilizados colchetes para interpolações. No caso de leituras duvidosas, foram informadas com uma interrogação entre colchetes, e as palavras ilegíveis foram indicadas com o termo “ilegível” entre colchetes.

Figura 5: Abreviaturas e leituras duvidosas [ant. abr. 1739]





Transcrição:

[...] ditaCidade daBahia tire amolher dopoder dossupplicadoz | eadepozite no Recolhimento daMizericordia onde osupplicante | lhequer assistir com todo oprecizo; **enecessario**[?] com | forme asuapessoa Visto o que osupplicante alega | eaatestação junta, enaõ serfacil comseguir | este remedio poroutros meyoz, pellosembarassos | que **lheporaetcoetera**[?], osquaes nunca teraõ fim.

Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. (1739).

Outra dificuldade enfrentada durante a transcrição dos registros é a oscilação referente à grafia de certos grafemas, que, como já destacavam os gramáticos no século XVI, são algumas vezes representados por mais de um alógrafo. (FACHIN, 2007) No *corpus*, observa-se, por exemplo, que o grafema <i> é representado pelos alógrafos <i> e <y>, e o grafema <s> é representado, em uma mesma circunstância, pelos alógrafos <s> e <z>, indistintamente. Segundo discute Pereira (2018), a variação observada no uso dos grafemas pode ser atribuída não apenas a um reflexo da interferência da fala, como também ao emprego de uma escrita pseudoetimológica, que se identifica pela busca da utilização, nem sempre adequada, de grafias que remetam à origem no latim.

Quadro 2: Alternância de alógrafos para um mesmo grafema

GRAFEMA	ALÓGRAFOS	DATA DO DOCUMENTO	IMAGENS
<i>	<i>/<y>	[ant. mar. 1730]	
<s>	<s>/<z>	[ant. abr. 1739]	

Fonte: elaborado pelas autoras.

ASPECTOS CODICOLÓGICOS

A Codicologia, que recebeu tal nome devido ao seu interesse em examinar as técnicas do livro manuscrito disposto em códice,⁹ é responsável pela

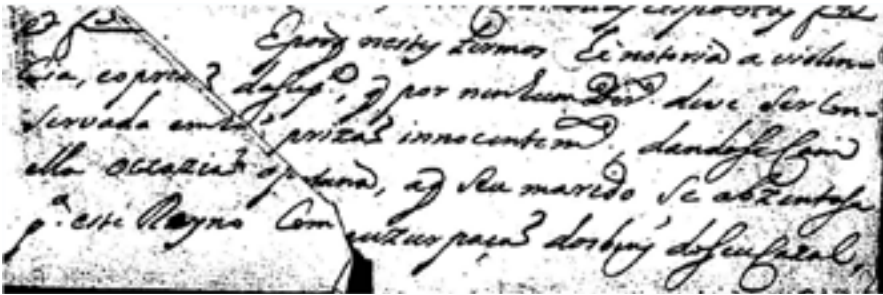
⁹ Nome dado aos documentos manuscritos encadernados em formato de livro.

descrição e interpretação de questões relativas ao suporte, à tinta, à letra, entre outros elementos extrínsecos ao texto. (CAMBRAIA, 2005; DIAS, 2005) Vale ressaltar que para fazer afirmações concretas sobre qualquer aspecto codicológico é preciso analisar o documento original. Contudo, neste trabalho, estão sendo utilizados fac-símiles, isto é, reproduções por meio fotomecânico para a leitura e transcrição dos registros, o que não permite análises muito amplas.

No que diz respeito aos elementos codicológicos, um dos maiores desafios encontrados na leitura de documentos pretéritos é a situação de conservação material dos manuscritos. As tintas, com o passar do tempo, podem ir esmaecendo, graças a sua qualidade ou até mesmo a quantidade que foi utilizada no ato da escrita. O suporte, ou seja, o local onde foi lançada a escrita, pode ser danificado por dobraduras, rasgos, manchas e pela ação de insetos e fungos.

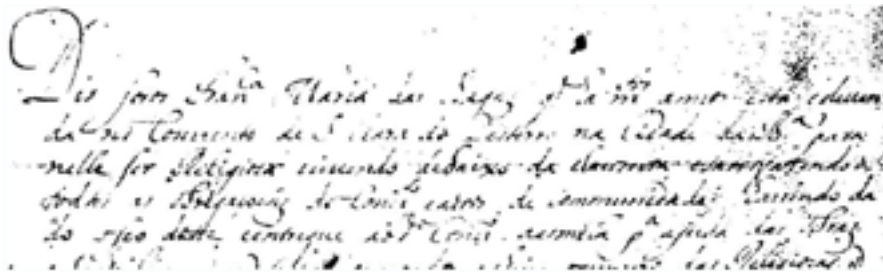
No caso do *corpus* em questão, dois tipos de eventos causaram alguns empecilhos na transcrição: o requerimento redigido em data anterior a abril de 1757 apresenta uma dobradura no seu suporte, possivelmente ocasionada por um manuseio inadequado antes ou durante o processo de digitalização. Já os requerimentos com datação estimada anterior a junho de 1706 (ver Figura 7) e anterior a fevereiro de 1747 (ver Figura 2) apresentam um apagamento da escrita, feita, provavelmente, com uma tinta do tipo orgânica, que tende a desaparecer com maior facilidade no decorrer dos séculos. Nos três casos, como de resto ocorre nos demais manuscritos examinados, a leitura realizada por meio de fac-símiles apresenta ainda um nível maior de dificuldade na decifração dos caracteres, dada a perda de qualidade da imagem nos processos mecânicos de digitalização.

Figura 6: Dobradura no suporte [ant. abr. 1757]



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. (1757).¹⁰

Figura 7: Esmacimento da tinta [ant. jun. 1706]



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. (1706).¹¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou demonstrar, a atividade filológica requer um trabalho integrativo com diferentes ciências, como a Paleografia e a Codicologia, para análise adequada de elementos que podem dificultar a recuperação de qualquer registro histórico, a exemplo da variação na realização do traçado de um mesmo grafema e o estado de conservação dos manuscritos. Além disso, ratifica-se a relevância da adoção de critérios conservadores na decifração

¹⁰ REQUERIMENTO de Teresa Jesus Maria ao rei [D. José] solicitando saída do recolhimento da Casa da Misericórdia da cidade da Bahia. [ant. 01 abr. 1757]. DOC. 10169. Cx. 130. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/81018. Acesso em: 6 ago. 2020.

¹¹ REQUERIMENTO da educanda do convento de Santa Clara do Desterro da Bahia Francisca Maria das Chagas ao rei [D. João V]. [ant. 28 jun. 1706]. DOC. 428. Cx. 5. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/3240. Acesso em: 14 out. 2020.

para preservar, o máximo possível, as características originais dos textos e facilitar o seu acesso para todos que desejam saber mais sobre as questões socioculturais do período em questão, sejam eles familiarizados ou não com a leitura de documentos do passado.

Advinda da cultura europeia, a prática do enclausuramento feminino na América portuguesa submeteu o público feminino à violência física e psicológica, uma vez que as moças eram doutrinadas desde crianças para escolherem a clausura como forma de vida segura fora do casamento. As que se rebelavam, por outro lado, eram tratadas como “loucas”, “ariscas” ou “adúlteras” e encarceradas em instituições leigas e religiosas, às vezes por toda a vida. Parte dessa história sequer é divulgada, seja pela má preservação das fontes primárias, seja porque tais registros foram escritos por homens.

Observa-se, por fim, que os ideais patriarcais e os privilégios da elite, critérios que regulavam a entrada das mulheres em conventos e recolhimentos, não foram abandonados com o passar dos séculos, o que é possível constatar graças ao labor filológico e ao trabalho transdisciplinar que favorece a prática científica. Assim, além de exercer uma função essencial no processo de revisão e ressignificação de ideias já cristalizadas, a Filologia também demarca a sua contribuição política e social ao possibilitar o exame de convenções do passado perpetuadas no presente. Nesse sentido, a pesquisa levou à reflexão sobre como comportamentos e práticas violentas contra mulheres, iniciadas na sociedade medieval e que ganharam novos contornos na América, em virtude da combinação de culturas, ainda reverberam em atitudes machistas na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Brasília, DF: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1993.

ALMEIDA, S. C. C. A clausura feminina no mundo ibero atlântico: Pernambuco e Portugal nos séculos XVI ao XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 18, n. 32, p. 95-113, 2012.

- ALMEIDA, S. C. C. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português -XVI-XVIII*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- AZZI, R.; REZENDE, M. V. V. A vida religiosa feminina do Brasil colonial. In: AZZI, R. (org.). *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 24-60.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DIAS, E. N. A História, a codicologia e os reclames. *Histórica: Revista on-line do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 4, p. 1-9, 2005.
- DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015.
- FACHIN, P. R. M. O grafema “erre” e seus alógrafos na representação das vibrantes em manuscritos do século XVIII. *Estudos Linguísticos*, Araraquara, v. 36, n. 2, p. 230-239, 2007.
- KRAUSE, T. N. De homens da governança à primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahia seiscentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 170, p. 201-232, 2014.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. (org.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- PEREIRA, N. S. S. Fontes primárias e o estudo de práticas culturais na Bahia colonial: dificuldades de leitura. In: LOSE, A. D.; SOUZA, A. S. (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte: Edufba, 2018. p. 218-231.
- PEREIRA, N. S. S. Recolhimentos femininos na Bahia colonial: interfaces entre filologia e história cultural. In: TEIXEIRA, M. C. R.; QUEIROZ, R. C. R. (org.). *Língua, cultura e sociedade: abordagens filológicas, lexicais e discursivas*. Salvador: Ed. UNEB, 2019. p. 17-33.
- PETRUCCI, A. *La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SANTOS, G. S. Devoção, disciplina e preconceito: a construção da santidade em conventos e recolhimentos da América portuguesa. *Lusitânia Sacra*, Lisboa, v. 28, p. 153-172, 2013.
- SILVA, M. B. N. Mulheres brancas no fim do período colonial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 75-96, 2008.

SOUSA, A. P. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. *In*: SOUZA, E. S.; MARQUES, G.; SILVA, H. R. (org.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: Edufba; Lisboa: CHAM, 2016. p. 99-125.

SOUZA, R. M. S.; PEREIRA, N. S. S. Edição de uma carta das internas do recolhimento do Santo Nome de Jesus: abreviaturas e outros aspectos paleográficos. *Travessias Interativas*, São Cristóvão, v. 10, n. 20, p. 232-251, 2020a.

SOUZA, R. M. S.; PEREIRA, N. S. S. Recolhimento de mulheres do véu preto: estudo do léxico e das práticas culturais na Bahia colonial. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 9., 2018, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Memória & Arte, 2020b. p. 620-637.

SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Ars poética: Ed. USP, 1994.

CAPÍTULO 7

TESTEMUNHOS DE VIOLÊNCIA

Os documentos de censura
de *Apareceu a Margarida*

Emerson Ribeiro Maia Júnior
Fabiana Prudente Correia

INTRODUÇÃO

É sabido que as narrativas históricas que permeiam as sociedades são frutos de seleções, silenciamentos e apagamentos múltiplos de registros de violência que põem em dúvida o “heroísmo” dos “vencedores” que as contam, como constatou o ensaísta inglês George Orwell (2003). Nesse aspecto, quando estudadas as práticas de escrita e de censura do teatro brasileiro das décadas de setenta e oitenta, demarcadas pelo regime civil-militar, fazem-se necessárias a leitura e crítica filológica dos documentos que circularam entre os órgãos federais responsáveis pela censura prévia, de modo que se possibilite o reconhecimento, no espectro da dramaturgia brasileira, de uma fase da história da política conhecida como “liberdade vigiada”. Nessa perspectiva, tomaram-se os documentos de censura provenientes do Arquivo Nacional, em Brasília, referentes à peça teatral *Apareceu a Margarida*, do escritor e dramaturgo carioca Roberto Athayde, para leitura filológico-arquivística.

A obra, que consiste em um monólogo tragicômico desenvolvido por uma professora portadora de sintomas de esquizofrenia,¹ foi considerada uma das produções de sucesso do teatro brasileiro, traduzida para diversos idiomas e montada incontáveis vezes, até os dias atuais.² Dentre essas várias montagens, as realizadas no período concernente a 1971 e 1983 geraram uma massa documental de tipologias diversas que indicam como atuavam as instituições legais de censura prévia, amparadas pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Atuando como mediadores culturais, os censores produziram alterações significativas no texto, vetando o título, menções ao hino nacional, palavras, expressões, gestos, cenas inteiras e, ainda, retirando a peça de cartaz logo após a sua estreia. Tais ações repressoras constituem-se em gestos de leitura que foram documentadas em diversos processos registrados no Arquivo Nacional.

1 As primeiras versões do texto, encaminhadas para avaliação censória em 1971 e 1973, registravam-se pelo título *A esquizofasia didática ou Do que aterra, Margarida*, fazendo alusão ao sintoma de esquizofrenia apresentado na fala confusa da personagem, que apresenta medo de perseguição e alterações súbitas de humor.

2 No ano de 2020, com o distanciamento social provocado pela pandemia da covid-19, *Apareceu a Margarida* foi montada remotamente por Abílio Tavares.

Ler *Apareceu a Margarida* através dos documentos de censura, à luz da Crítica Filológica, é promover descentramentos das perspectivas nas quais as narrativas históricas são contadas. É nesse exercício de descentramento que a Equipe de Textos Teatrais Censurados (ETTC) se empenha. Fundada e coordenada pela professora Rosa Borges dos Santos, há 15 anos, e composta por diversos professores que desenvolvem projetos ligados ao tema, a Equipe tem como produto de suas pesquisas a composição do Acervo Textos Teatrais Censurados (ATTC), para o qual se estabeleceu um quadro de arranjo (BORGES et al., 2016) com métodos de arquivamento e edição de documentos provenientes da censura ao teatro. Neste ínterim, destaca-se o projeto *Hiperedição da dramaturgia censurada de Roberto Athayde: interface Filologia, Arquivo e Humanidades Digitais*, desenvolvido pela professora Fabiana Prudente Correia, com participação de pesquisadores de iniciação científica, dentre os quais situa-se o autor do trabalho aqui apresentado.

Adota-se aqui, para promover o trabalho de ler e catalogar os documentos de censura, a relação interdisciplinar entre a Filologia, também enquanto Crítica Textual, e as noções práticas da Arquivística. Dessa feita, para utilização da episteme filológica, conciliou-se a sua potência de identificar os fragmentos (GUMBRECHT, 2007), o seu caráter de ampla relação disciplinar (SAID, 2007) e a finalidade de estudo do texto histórico e dos fatores que o circundam. (BORGES; SOUZA, 2012) Para o estudo da relação filologia-arquivística, amparou-se na noção de arquivo, acervo e memória social (BORDINI, 2005) e nos princípios da práxis arquivística aplicada aos documentos diplomáticos, não diplomáticos e suas tipologias. (BELLOTTO, 2002) Metodologicamente, considerou-se o quadro de arranjo de Borges e demais autores (2016), adaptado por Prudente (2018) para organizar a massa documental da série documentação censória em subséries tipológicas e propondo a composição do dossiê arquivístico de *AM*, a ser divulgado no acervo digital e hiperedição *Roberto Athayde: dramaturgia censurada*.³

3 Ver: <http://www.acervorobertoathayde.com>.

UM ENREDO DE TEATRO E CENSURA: O CONJUNTO DOCUMENTAL ESTUDADO

Montada no Brasil pela primeira vez em 1973, *Apareceu a Margarida* foi submetida repetidamente a procedimentos de censura prévia, gerando um conjunto de sete testemunhos da tradição direta que foram tomados por Correia (2013) para edição. O primeiro encaminhamento do texto foi em 1971, período demarcado pelas disputas políticas de controle da censura entre as secretarias dos estados do Sudeste e a polícia federal. O ano em que *AM* foi escrita é caracterizado por uma instabilidade dos processos de institucionalização, que se acalmaria no ano subsequente com a transformação do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) em Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e a consecutiva centralização e federalização dos processos de censura prévia.

No conjunto documental, identificam-se 308 fólios em 60 documentos, gerados dos processos de censura que referenciavam a peça. Pode-se afirmar que a série documentação censória possibilita entendimentos e narrativas sobre os instrumentos de censura de sua época, como se pode notar no ofício de nº 329 do ano de 1973, em que ainda se tem vestígios de uma política de censura descentralizada no ato em que a DCDP solicita ao Departamento de Polícia Federal (DPF) de Guanabara a 2ª via do certificado relativo à montagem de 1971, cancelada pelo autor devido ao acidente com o primeiro ator cotado para encenar Dona Margarida, Luis de Lima, e o falecimento da sua substituta, a atriz Leila Diniz.

Pelas datas dos documentos, observa-se que a primeira montagem de *AM* no Brasil data de 1973 e teve Marília Pêra como atriz. A massa de documentos é composta por diversas tipologias voltadas tanto para trâmites burocráticos entre os órgãos de censura – tais quais ofícios, pareceres, despachos, relatórios e fichas de protocolos – quanto para a comunicação entre órgãos e produtores como certificados e solicitações, o que permite a flagra do momento de “vigia” e mediação das manifestações artísticas da época.

É válido considerar que o sucesso de *AM* em sua época, e nas remanescentes, foi o principal solavanco na carreira do autor Roberto Athayde. Sobre ele, Correia (2013, p. 43-45, grifo nosso) destaca:

Nascido no conhecido casarão da família Athayde, em Cosme Velho, solo carioca, a 25 de novembro de 1949, Roberto Austregésilo de Athayde carrega não somente o nome de seu pai, o cronista imortal Austregésilo de Athayde (Presidente da Academia Brasileira de Letras entre os anos 1958 e 1993), mas, sobretudo, sua vocação literária. Além do seu pai, outros parentes seus são reconhecidos por suas produções literárias e por seus posicionamentos políticos de resistência, como sua tia, a poetisa Ana Amélia Carneiro de Mendonça, e a sua prima, Bárbara Heliadora, considerada uma das mais expressivas estudosas do teatro na década de 1970 [...] foi criado, portanto, em uma família de intelectuais e escritores que influenciaram, desde cedo, as suas ambições artístico-literárias. Já criança, o jovem autor de *AM* expressava seu desejo de seguir o caminho do pai [...] *desejo do reconhecimento intelectual de sua família, nasceu, em RA, não somente no interesse pela literatura portuguesa, mas também o proporcional desinteresse pelo ensino convencional das escolas, tema que será trazido à cena aos seus 21 anos, em AM. No texto dramático em questão, a própria Dona Margarida afirma, em mais de um momento do espetáculo, que 'biologia é um saco, colégio é um saco, a vida é um saco'.*

Foi dessa influência literária e acadêmica familiar e da crítica à pedagogia tradicional (o que, na mesma década, Paulo Freire chamou de educação bancária), que nasceu a inspiração de Athayde para o teatro de resistência que culminou na peça *Apareceu a Margarida*.

Na Bahia, *AM* foi montada e encenada pela “dama do teatro baiano” Yumara Rodrigues, que assinava por produção como Lygia Quintella Lins. A produção de Lygia foi dirigida por Manoel Lopes Pontes e utilizou da Portaria nº 17/78-DCDP para pedido da liberação provisória do certificado de censura, pautando-se na rapidez procedimental da censura em relação a *AM*.

Ainda sobre o aspecto literário da peça, Correia (2013), no exercício da edição sinóptica, destaca que, para além da massa documental, as diversas montagens de *AM* (consideraram-se as montagens de 73, 75, 80 e 83) geraram distinções substanciais do enredo proposto por Athayde, tais quais o desfecho da tragicomédia e muitas das falas de D. Margarida, o que revela uma forte relação de mediação editorial tanto dos responsáveis pela adaptação, quanto dos censores ao realizarem os cortes nos textos teatrais.

FILOLOGIA E ARQUIVO: UMA ASSOCIAÇÃO TEÓRICA NECESSÁRIA

Compreendendo os documentos de censura de AM como fragmentos históricos, buscar-se-á desenvolver uma leitura crítico-filológica destes a fim de interpretar a história do texto no itinerário da censura. Esse objetivo aponta a necessidade de associação transdisciplinar entre Filologia e Arquivística, para fins de guarda e atualização do texto histórico. Sobre leitura filológica, Said (2007, p. 32) discorre: “Uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica adentrar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós [...]”.

Quando aplicado aos documentos de censura de *Apareceu a Margarida*, o exercício de leitura ativa do qual discorreu Said pode ser identificado na forma pela qual são analisados de acordo com sua tipologia, promovendo-se reflexões sobre como e porque os censores redigiram seus pareceres, conduziram os processos de corte e liberação das peças, e perpassaram as formações ideológicas de sua época de maneira a dar a compreender a realidade neles contida e fragmentada. Assim, ler os documentos de censura implica uma tarefa política de desmistificar discursos negacionistas sobre a ditadura militar no Brasil, chamando-a de revolução e afirmando, veementemente, que não houve censura prévia como instrumento de privar a liberdade de expressão.

Sobre a leitura dos documentos enquanto fragmentos, Hans Ulrich Gumbrecht (2007, p. 25, tradução nossa) ensaia:

Como sabemos que algo é um fragmento? O termo aplica-se a qualquer objeto que possamos identificar como parte de um total sem implicar, no entanto, que parte de uma totalidade maior é totalmente sentida como uma metonímia, uma representação do todo. E como conheceremos essa totalidade a que o fragmento pertence? Não podemos perceber isso, por definição, porque, por definição, não pode estar presente ao lado do fragmento. No início deve haver a intuição de uma carência, que surge na nossa a partir da contemplação de um objeto que está presente [...] Uma vez que imaginamos, com base em um fragmento, uma gestalt que achamos corresponder (ainda que de forma suficiente) à intenção primá-

ria de quem o produziu, podemos começar a estabelecer uma tipologia de diferentes classes de fragmentos, distinguindo diferentes princípios que podem ter interferido no produto da intenção original do produtor.⁴

Em relação à carência percebida através da intuição a que Gumbrecht se refere, quando pensada no âmbito do tratamento filológico dos documentos censórios de *Apareceu a Margarida*, faz-se possível o trabalho arquivístico-filológico de classificação, organização, descrição e disponibilização dos documentos em acervo. Eis que a Filologia, enquanto disciplina de saber humanístico e também enquanto Crítica Textual, consiste em tentar compreender os processos de produção das práticas de cultura escrita, de transmissão histórica dos textos e de sua circulação social (BORGES; SOUZA, 2012), ou, em palavras de Edward Said (2007, p. 44):

Para sermos capazes de compreender um texto humanista, devemos tentar entendê-lo como se fôssemos o autor desse texto, vivendo a realidade do autor, passando pelo tipo de experiências intrínsecas à vida do autor, e assim por diante, tudo pela combinação de erudição e simpatia que é a marca da hermenêutica filológica.

Compreender e ler o texto humanista, que também pode ser tomado por fragmento histórico (quando considerado Gumbrecht) ou testemunho-documento-monumento, quando tomado o termo cunhado por Borges (2019) através da perspectiva histórica proposta por Le Goff (2003), consiste em dialogar diferentes áreas dos saberes, o que fornece à Filologia a possibilidade de pertencer a alguns campos humanísticos e interdisciplinares de investigação.

4 “¿Como sabemos que algo es un fragmento? El término se aplica a cualquier objeto que podamos identificar como parte de una totalidad sin implicar, sin embargo, que parte de una totalidad mayor se entienda como una metonimia, una representación de la totalidad. ¿Y como llegaremos a conocer esa totalidad a la que pertenece el fragmento? No podemos percibirla, por cierto, pues por definición no puede estar presente junto el fragmento. Al principio tiene que existir la intuición de una carencia, que surge en nosotros a partir de la contemplación de un objeto que está presente [...] Una vez que hayamos imaginado, sobre la base de un fragmento, una gestalt que pensemos corresponda (aunque sea de un modo basto) a la intención primaria de quien lo produjo, podemos comenzar a establecer una tipología de diferentes clases de fragmentos, distinguiendo diferentes principios que pueden haber interferido en el producto de la intención original del productor”.

Ao buscar estabelecer “una tipología de diferentes classes de fragmentos, distinguiendo diferentes principios que pueden haber interferido en el producto de la intención original del productor” (GUMBRECHT, 2007, p. 25), para a devida compreensão social e trâmites de circulação social e burocrática dos documentos de censura, conciliaram-se disciplinas do campo da Filologia para tentar entender os textos. Assim, adotaram-se as noções de arquivo, acervo e memória social próprias da Arquivística, que segundo a professora Maria da Glória Bordini (2005, p. 17): “[...] procurará insensivelmente a sistematização, com os documentos agrupados por ordens de semelhança e sucessão temporal, devidamente identificados e fichados, pois isso está nele implícito: a necessidade de achar de volta, de encontrar o semelhante, de expandir setores [...]”.

No contexto em que se insere a organização e o tratamento filológico dos documentos censórios *Apareceu a Margarida*, e a consecutiva organização do acervo em arquivo,⁵ levam-se em consideração princípios que, como ressalta Bordini, vão além da seleção autoral e que muitas vezes partem de proveniência distinta à do seu acervo (no caso, o Arquivo Nacional, em Brasília), urgindo, portanto, a necessidade de uma organização criteriosa, procedimental e parametrizada, que é a catalogação seguindo os princípios da Arquivística⁶ e da Diplomática.

Dessa forma, para classificar os documentos de forma a compreender os aspectos formais expressos nas lições, consideraram-se as funcionalidades administrativas de cada um em sua época para que fossem possíveis suas respectivas análises históricas, fazendo assim da ordenação dos documentos um processo intelectualizado e, portanto, uma classificação, como propôs Heredia Herreira (1988). Para Bellotto (1989, p. 9), a análise da tipologia documental consiste no “estudo do documento como componente de conjuntos

5 Aqui, considera-se a definição proposta por Bellotto (2002) e que toma por arquivo o conjunto documental produzido, recebido ou acumulado pelas entidades públicas ou privadas no exercício de suas funções, ou seja: conjuntos de documentos sobre os quais a arquivística vai aplicar sua teoria, metodologia e praxis para chegar a seus objetivos. (BELLOTO, 2002, p. 5)

6 Segundo Bellotto (2002), tais princípios seriam: organicidade, cumulatividade, indivisibilidade, proveniência e unicidade.

orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade”.

Essa leitura do arquivo aplicada aos documentos de censura de AM tem possibilitado a leitura social do comportamento burocrático dos censores e dos órgãos em diferentes momentos de institucionalização da censura. Uma vez que AM foi submetida à censura diversas vezes entre os anos 1971 e 1983, é possível perceber, pelas tipologias documentais, uma breve história das práticas de censura ao teatro. De fato, AM possui processos que se enquadram tanto na implementação da centralização da censura em Brasília, quanto na fase de redemocratização, testemunhando a gestão dos dois principais diretores da DCDP, aqui identificados por R.N. e S.H.,⁷ a fim de preservar a identificação desses.

Dessa maneira, fica evidenciado, na classificação dos documentos de censura de AM, o estabelecimento da relação entre a Filologia e Arquivo, de maneira a situar todo o trabalho no âmbito da atuação do filólogo no arquivo, o que para Borges (2019, p. 191):

[...] se concretiza para além da edição de textos. São os comentários, em uma abordagem crítico-hermenêutica, que costumam as leituras construídas a partir da materialidade, avançando-se pela discursividade dos textos, restituindo os sentidos que foram modificados ao longo do tempo, em cada tradição textual, trazendo à cena temas, como: os sujeitos arquivados, os sujeitos (autor, escritor e leitor) que se constroem no arquivo [...] [e] demanda organização dessa massa documental e seu manuseio para estudo e edição do texto teatral censurado (texto teatral e documentação acessória ou paratextual e documentos da gênese textual).

Considerando a organização do arquivo um processo criterioso, utilizou-se o método proposto por Mabel Meira Mota (2017), adaptado por Fabiana Prudente (2018). Mota (2017), em sua tese de doutorado *Filologia e Arquivística em tempos digitais: o arquivo hipertextual e as edições filológicas de A Escolha ou o*

7 O cantor Leo Jaime nos idos de 1985 escreveu e compôs a música Solange a fim de retratar os duros cortes assinados pela Chefe do DCDP, mesmo em época de suposta flexibilização da censura. A música era composta de versos como: Você é bem capaz de achar/ Que o que eu mais gosto de fazer/ Talvez só dê pra liberar/ Com cortes pra depois do altar/ Solange, Solange, Solange, Solange (1985).

Desembestado de Ariovaldo Matos, apresentou o procedimento de constituição do arquivo hipertextual e esse era caracterizado pela classificação dos documentos de acordo com o quadro de Borges e demais autores (2016), edição fac-similar dos documentos e sua disponibilização no Sistema Informatizado de Gerenciamento de Documentos (SIGD).

No ano seguinte, Prudente (2018), também em tese de doutorado de título *Filologia e humanidades digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde: acervo e edição de Os Desinibidos*, fez uso da metodologia de arquivamento adotada por Mota (2017), realizando adaptações para constituição do que chamou de arquivo hipermídia ao alinhar a noção de arquivo como resultado de uma produção de leituras sobre textualidades diversas que se interconectam no espaço digital de múltiplas maneiras. (PRUDENTE, 2018) A escolha da consideração à metodologia adaptada por Prudente (2018) foi dada pelo fato do trabalho de catalogação dos documentos censórios de AM poder ser também entendido como um trabalho de Filologia do autor e ter por uma das etapas a composição do acervo *Roberto Athayde: dramaturgia censurada*.

RESULTADOS DE PESQUISA

A série que contém os documentos censórios de *Apareceu a Margarida* e tem como procedência o Arquivo Nacional é composta por 60 itens documentais e 308 fólios. Os resultados de reflexões e leituras críticas tirados do processo de catalogação são: i) a formulação da hipótese de constituições e ordenamento do dossiê, por parte do Arquivo Nacional; ii) a identificação dos itens, bem como dos processos que se referem e as relações que possuem entre si; iii) a composição da série 03b, documentação censória de *Apareceu a Margarida*, por práxis do exercício de guarda e atualização do texto histórico.

Quanto às motivações da composição do Arquivo Nacional, levou-se em consideração a forma como os processos eram organizados. Identificou-se que todo processo de censura, quando arquivado, era ordenado, tipologicamente, da seguinte forma: capa de processo, solicitação, texto teatral, pareceres, certificados e ofícios. Quando utilizada a comunicação de telegrama,

o radiograma usualmente é apresentado antecedendo ou sucedendo a capa de processo.

Nessa análise estrutural, percebeu-se que itens do processo de liberação da montagem de 1971 foram copiados e inseridos no processo de 1975 da Sra. L. Q. L., bem como o processo de 1973 estava incluso entre as papeladas da atriz Yumara Rodrigues, que fez uso da Portaria nº 17/78-DCDP para que se liberasse o certificado provisório, verificando-se também a presença de arcontes na ordenação do Arquivo Nacional e que contaram todos os documentos em ordem crescente. Notou-se que o arconte 1 contou até o fólio 03 e o arconte 2 os demais, sendo que o primeiro contabilizou somente os itens (não considerou as demais páginas de um mesmo documento, senão a primeira) e o segundo, os fólios.

Curiosamente, o primeiro documento de toda a série é contabilizado a partir do item 03, o que, se pensada a estrutura regular de ordenação dos processos, declara a ausência dos dois primeiros itens. Supõe-se por conjectura que sejam referentes às tipologias capa de processo e solicitação. Visto isso e tomando a hipótese como um dos prováveis resultados de pesquisa das humanidades, formularam-se as seguintes propostas para motivação de seleção e ordenamento da massa documental: levantamento para fins arquivísticos e de preservação da memória, se considerado que a datação do último item disponível, 1983, corresponde ao período de abertura política no Brasil, além do processo de enfraquecimento dos mecanismos de censura, e se a espécie do primeiro item for de natureza administrativa e distinta da capa de processo e solicitação, ou um levantamento para fins de expedição de certificado de uma montagem datada após 1983, caso a espécie do primeiro item seja uma capa de processo ou um encaminhamento, assim evidenciando uma única estrutura em todo o dossiê.

Os processos puderam ser identificados como:

- a) *O processo de 1971*

Referente à primeira submissão de AM à censura, composto por 10 itens documentais, sendo eles: (02 cópias) texto teatral; (04) parecer; (02) certificado de censura; (01) despacho; (02) encaminhamentos; (01) minuta;

(01) solicitação. Ocorrido em época de descentralização da censura em que o título original da peça foi autorizado.

b) *O processo de 1973*

Processo da primeira montagem de *AM* no Brasil, em que esteve no palco Marília Pera, sob produção de Nelson Mota e direção de Aderbal Júnior. Ocorrido em época de centralização da censura pelo DCDP, possui uma expressiva quantidade de itens documentais, dentre eles a solicitação de mudança de título e de retirada de cartaz de *AM*. É composta por: (01) texto teatral; (01) parecer; (05) ofício; (02) certificado de censura; (01) despacho; encaminhamento; (01) radiograma; (03) relatório; (02) ficha de protocolo; (01) capa de processo; (01) portaria; e (03) solicitação.

c) *O processo de 1975*

Processo da primeira montagem de *AM* na Bahia, aberto por solicitação de Yumara Rodrigues (que assinou como Lygia Quintella Lins). Utilizou-se da Portaria nº 17/78-DCDP para emissão do certificado provisório. A primeira montagem na Bahia somente ocorreu em 1977. É composto por: (01) solicitação; (02) ofício; (01) texto teatral; (01) parecer; (04) radiograma; (01) certificado; e (02) capa de processo.

d) *O processo de 1980:*

Processo aberto pela Universidade Estadual de Feira de Santana através do professor Luis Alberto Barboza de Oliveira. É o processo com a menor quantidade itens. É composto por: (01) solicitação; (01) ofício; (01) texto teatral; e (01) parecer.

e) *O processo de 1983:*

Processo da segunda montagem de *AM* na Bahia, aberto por solicitação de Yumara Rodrigues (Lygia Quintella Lins). Ocorrido em suposto período de flexibilização da censura, é assinado pela diretora do DCDP S.H. É composto por: (01) solicitação; (01) ofício; (01) texto teatral; (01) parecer; (01) ficha de protocolo; (01) certificado; (01) capa de processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o comportamento dos textos literários em suas próprias historicidades, Chartier (2009) declara que, apesar de produzidas em uma ordem específica, as obras fogem delas e adquirem existência ao receber as significações que seus diferentes públicos lhes atribuem, às vezes em muito longa duração. Sendo assim, o labor filológico, quando conciliado à análise da história das práticas culturais de escrita, através da leitura do arquivo, tem por intuito evocar as múltiplas tentativas de ressignificação das produções literárias em períodos históricos demarcados por instabilidades, violências e tensões abafadas ou negadas, como a ditadura civil-militar no Brasil.

Ilmo. Sr.
Dr. Rogério Nunes
Departamento de Censura Federal
Brasília

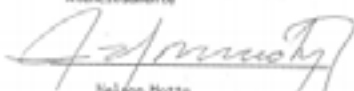
Rio, ¹⁶ de outubro de 1973,

De acordo com entendimentos ocorridos no dia ¹⁵ 25/10/73 em Brasília com V. Excia. quando requeremos a liberação do espetáculo teatral "Apareceu a Margarida", de Roberto Austregálio de Athayde, comprometemo-nos pelo presente documento a ceder os cortes essenciais pelo DCF no texto original (o que nunca deixamos de ser cumprido), bem como resgatar os cortes por nós mesmos ocasionados no "script" anexa.

Comprometemo-nos, outrossim, a zelar para que o Hino Nacional Brasileiro não seja cortado em cena, resguardando-se que os palcos de sua letra poderão ser ditos como texto para melhor compreensão do personagem e de acordo com nossos entendimentos ocorridos em reunião em Brasília.

Resguarda-se também que poderemos, se levés de dizer as palavras do Hino Nacional na parte "do que a terra margarida..." substituí-los eventualmente por trecho de canção popular "Apareceu a Margarida".

Certos do atendimento de nossos justos pretensões

Subscrevemo-nos
Atenciosamente

Nelson Motta

Dessa feita, pode-se dizer que o potencial histórico dos documentos de censura de *AM* é deveras revelador, pois denuncia e evidencia uma série de burocracias e instrumentalizações do poder público para silenciamento da arte e que, por isso, são dignos do trabalho de guarda e atualização que a relação filológica-arquivística possibilita. Assim, o tratamento e preservação do texto histórico, atividade a que se debruça a Filologia, vai além do trabalho de edição e rompe com as concepções positivistas sobre a própria definição da Crítica Textual. Dessa forma, entende-se que o ato de ler, ordenar, catalogar e classificar os documentos de censura referentes a um marco do drama brasileiro, *Apareceu a Margarida*, nada mais é do que a promoção de narrativas históricas, comprovadas, descentradas e alternativas daquelas que são contadas pelos vencedores, que, segundo Orwell (2003), se põem como heróis.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Cadernos BAD* (Portugal), n. 2, 1989.
- BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 2002.
- BORDINI, M. G. Acervos de escritores e o descentramento da história da literatura. *O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v. 11, p. 15-23, 2005.
- BORGES, R.; PRUDENCE, F.; SOUZA, D. *et al.* Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC). Salvador: UFBA, 2016.
- BORGES, R. Diálogos entre filologia e arquivística: acervos de dramaturgos baianos. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 180-195, 2019.
- BORGES, R.; SOUZA, A. S. Filologia e edição de texto. In: BORGES, R.; SOUZA, A. S.; MATOS, E. D. *et al.* *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-31.
- CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CORREIA, F. P. *O desabrochar de uma flor em tempos de repressão*: edição e crítica filológica de *Apareceu a Margarida* de Roberto Athayde. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- GUMBRECHT, H. U. *Los poderes de la filología*: dinámicas de una práctica académica del texto. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007

HERRERA, A. H. *Archivística general: teoria y practica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1988.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MOTA, M. M. *Filologia e arquivística em tempos digitais: o arquivo hipertextual e as edições filológicas de a escolha ou o desembestado de Ariovaldo Matos*. 2017.

Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ORWELL, G. 1984. São Paulo: IBEP, 2003.

PRUDENTE, F. *Filologia e humanidades digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde: acervo e edição de Os desinibidos*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

REIS FILHO, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAID, E. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTOS, R. B. Texto e memória: edição e estudo de textos teatrais. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 88-102, 2008.

SOLANGE. Intérprete e Compositor: Leo Jaime. In: SESSÃO da tarde. Intérprete e Compositor: Leo Jaime. Brasil: Epic Records, 1985. 1 CD, faixa 8 (35 min).

CAPÍTULO 8

**A LÍNGUA DE ANGOLA E
O TRABALHO MISSIONÁRIO
NO SÉCULO XVI**

Estudo filológico do catecismo *Gentilis
Angollae Fidei Mysteriis* do padre
Antonio Maria da Montepandone (1661)

Lívia Eduarda Oliveira de Araújo
Lílian Teixeira de Sousa

INTRODUÇÃO

Segundo Rosa (2017), no final do século XVI a Companhia de Jesus instituiu a ação missionária em Angola, dando início ao processo de conversão religiosa em território africano. As atividades de evangelização, ao expandir as doutrinas do catolicismo, garantiram a formação discursiva destinada à organização simbólica do projeto colonizador. Assegurando, desse modo, a unidade religiosa que subsidiou, por séculos, os interesses socioeconômicos dos empreendimentos coloniais europeus na África e no tráfico transatlântico de sujeitos escravizados.

O processo de expansão marítima pelos portugueses a partir do século XV e a montagem do aparato colonialista em África para exploração na costa atlântica do continente, buscou, sobretudo, incorporar os autóctones à visão eurocêntrica de mundo e verdade, principalmente no que se refere às práticas religiosas cristãs. Ainda assim, o processo de cristianização não se estabeleceu de modo homogêneo e verticalizado, esteve integrado às relações mercadológicas e não significou o controle político e cultural desses povos, uma vez que, o contato entre o colonizador com as autoridades locais instituiu um sistema complexo de negociação e disputas de poder, no qual existiam tanto processos de resistências como construções de alianças. Essas práticas legitimaram, ao longo de quase quatro séculos, o comércio escravagista nas colônias das Américas.

Nesse contexto, as empreitadas coloniais missionárias tiveram impacto na produção de conhecimento e discursos sobre o universo cultural e material das populações originárias, substanciando um intenso processo de epistemiocídio, aculturação e violência simbólica, submetendo-as à ordem social das colônias através do ofício de catequese. Nessa organização, os jesuítas justificaram as práticas de servidão sob viés teológico, no qual fizeram uso da ideia cristã de pecado e castigo, cuja escravização consagrava um caminho para a salvação das almas pagãs, argumentando que “os escravos eram fruto de um sistema prévio de escravidão local ou de uma *guerra justa*” (SEVERO, 2019, p. 210) na África e conceberam uma narrativa em que os africanos: “associados aos descendentes de Canaã, filho de Cam que, ao ver seu pai Noé nu e

embriagado, teria sido amaldiçoado por ele. A maldição lançada implicava que os filhos de Cam se tornariam “servos dos servos”. (SEVERO, 2019, p. 252)

Em vista disso, o trabalho missionário instituiu uma série de políticas linguísticas nos territórios ocupados, voltando-se para o desenvolvimento de estudos que pretendiam conhecer a língua dos povos contatados e dispor de recursos instrumentais que facilitassem a comunicação nas línguas locais e o ensino religioso, de modo a encontrar na língua o suporte fundamental para inscrever significações socioculturais ocidentais e cristã em um repertório desconhecido de crenças e valores dos povos africanos.

Assim sendo, os jesuítas do século XVII produziram um conjunto de textos de cunho religioso com o objetivo de descrever, traduzir e sistematizar, segundo tradição gramatical greco-latina, línguas africanas – como o quicongo e o quimbundo – faladas por povos bantos da área onde o tráfico de escravizados foi mais intenso, da qual uma parcela significativa veio para o Brasil no período colonial. Essas obras organizadas se configuram na atualidade como fontes de grande interesse histórico e linguístico, tendo em vista o registro documental de línguas, que muitas vezes, não eram representadas através de um sistema de escrita. Essa articulação entre a propagação da fé católica e a necessidade de superar as barreiras linguísticas para uma doutrinação verbal promoveu uma vasta produção de catecismos, gramáticas e dicionários sobre as línguas locais durante o período das missões na África e no Brasil.

Dentre esses materiais, destaca-se a primeira obra em quimbundo e português, o catecismo *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mystérios de nossa Santa Fé*, obra de publicação póstuma do italiano Francisco Pacconio (1589-1641), adaptado e finalizado pelo jesuíta Antonio de Couto (1614-1666). O livro teve sua impressão na oficina de Domingos Lopes Rosa, em Lisboa, no ano de 1642. Lima (2017) conta que Pacconio chegou a Angola em 1623, participou de expedições religiosas e foi o responsável pela catequese e batismo do rei do Ndongo (Are), tornando-o aliado dos portugueses, período esse que possibilitou a tradução da doutrina católica. Já o padre Antonio de Couto, nasceu no Congo em 1614 e entrou na Companhia de Jesus em 1631, estudou Ciências Escolásticas em Coimbra, atuando como reitor do Colégio de São Salvador no ano de 1651, onde desenvolveu seus trabalhos religiosos.

Conforme Angenot, Kempf e Kukanda (2011) o documento foi redigido no dialeto angolano que se falava no século XVII na missão de Santo Antonio de Cahenda, no Concelho de Ambaca, localizada no leste da atual província do Kwanza Sul, entre as províncias de Bengo e Malanje. Os missionários buscaram catequizar em uma única variedade linguística comunidades que falavam dialetos distintos do quimbundo, elegendo a variante sub-dialetal do kimbundu-mabaka, o Kimbundu-Kahenda, como forma normativa. O quimbundo é uma língua nigero-congolesa do subgrupo banto, ainda em uso no território angolano.

De acordo com Xavier (2010), o radical da palavra *-mbúndù*, com o prefixo *kì-*, forma o nome da língua e com o prefixo *mù-*, forma a palavra *mùm-búndù*, cujo plural, *àmbúndù*, nomeia os seus falantes. Lima (2017) explica que o quimbundo não se impôs no Brasil apenas pela quantidade de falantes escravizados que foram sequestrados de África, mas pelo quimbundo ser “uma ‘língua geral’ na história de Angola, uma língua de contato e relações de comércio” entre os diferentes povos, tratava-se então de uma língua veicular, isto é, língua adotada para facilitar o entendimento entre pessoas que não têm a mesma língua vernácula.

O catecismo é composto por orações e diálogos que dão a conhecer os dogmas e preceitos da doutrina católica, destinado “aos *amantissimos padres da nossa Companhia de IESV em Angola, e Brasil, ocupados na instrução e doutrina dos Negros em os mysterios de nossa santa fé*”, como descrito no prólogo. O que põe em relevo a dinâmica da produção de materiais para ensino religioso tanto no território africano como nas terras brasileiras, evidenciando os fluxos transatlânticos e a importância que o quimbundo ocupou nesses espaços. Para tanto, os missionários apontam as “*Advertencias para se ler a língua de Angola*”, sistematizando dez regras sobre como ler e pronunciar o quimbundo.

Em 1661, o missionário capuchinho Antonio Maria de Monteprandone (1607-1687) elabora a segunda edição do catecismo, intitulada *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis Lusitano olim idiomate per Reuerendum Padrum Antonium de Coucto, nunc autem Latino per Frei Antonium Mariam Prandomontanum, Concionatorem Capucinum, ... instructus, atque locupletatus*. Ampliada, a versão conta com acréscimo das correspondências em latim e diferentes observações linguísticas. A obra foi editada pela Sacra Congregatio de Propaganda

Fide e publicada pela Biblioteca Nacional Central de Roma. O livro foi digitalizado pelo Google, encontra-se com acesso livre por estar no domínio público. É considerada uma edição mais completa, tanto por apresentar a doutrina em latim, português e quimbundo, como pelo trabalho desenvolvido ter como foco um leitor mais especializado, ao propor, nas páginas finais do documento, reflexões mais tradicionais sobre os aspectos gramaticais.

Figura 1: Folha de rosto do catecismo *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis*



Fonte: elaborada pelo autor.

Uma terceira edição do catecismo, a qual possui um campo mais restrito de pesquisa, data de 1855. Foi realizada por Francisco Salles Ferreira, escrita em português e quimbundo, tem como título *Explicações de doutrina cristã em português e angolense: para uso das missões do interior de Angola*. Os estudos acerca desse material histórico revelam que o catecismo foi acrescido de um guia de conversação, todavia carecem de investigações mais objetivas para informações seguras sobre esta versão.

Cinquenta e cinco anos depois da primeira edição do catecismo, em 1697, na oficina de Miguel Deslandes em Lisboa, publica-se a primeira gramática do quimbundo sob o título *Arte da língua de Angola*, escrita na Bahia pelo missionário

jesuíta Pedro Dias (1622-1700). Trata-se de um impresso que desenvolve, em 48 páginas, as “*Advertencias de como se hade ler, e escrever esta Lingua*” já apontadas no catecismo dos padres Paconnio e Couto, fazendo uso de exemplos do texto religioso para explicitar as regras gramaticais que compõem o dialeto mbaka-kahenda, variante adotada pelos jesuítas na missão em território africano. Lima (2017) relata que Pedro Dias nasceu em Portugal, no entanto, viveu a maior parte da sua carreira religiosa no Brasil, onde desempenhou cargos importantes nos colégios jesuítas do Rio de Janeiro, Olinda, Porto Seguro, Espírito Santo e Bahia, chegando a falecer em 1700. De acordo com Lima e Azevedo (2015) essa obra é um importante registro das formas de circulação e uso do quimbundo no espaço atlântico, o que se configura como um suporte interessante para investigações acerca da produção de conhecimento sobre línguas africanas.

Dada a importância que esses registros detêm tanto na história colonial que atravessa os territórios de África e do Brasil, pelo resgate que eles promovem do contato intercultural entre povos, como na história da língua falada por eles, o presente trabalho propõe-se a reconstituir e conservar a edição trilingue (latim, quimbundo e português) do catecismo *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis*. Nesse sentido, pretende-se discutir a elaboração da edição digital, de modo a facilitar a produção de pesquisadores que desejem trabalhar com dados históricos – da variante cristã – de uma língua africana. Tal estudo integra-se às atividades do projeto “As línguas do Brasil colônia: Um estudo sobre as descrições de línguas indígenas e africanas faladas no Brasil durante o período colonial” do grupo de pesquisa Interfaces Linguísticas, que investiga os diferentes contextos de contato linguístico no Brasil colônia, bem como a importância que as línguas indígenas e africanas tiveram no desenvolvimento da língua portuguesa.

METODOLOGIA

Tendo em vista que a elaboração da edição digital intenciona preservar o estado de língua do catecismo e facilitar o acesso ao documento por estudiosos, espera-se do trabalho um grau médio de interferência/mediação para tornar a leitura mais inteligível, auxiliando o público leitor a decodificar e interpretar o

material. Por tratar-se de uma pesquisa no campo da filologia textual, tomamos como referência estudiosos da área, os quais afirmam que “os pesquisadores de documentos históricos prescindem de edições criteriosas, quer seja para possibilitar a leitura dos registros da história inscritos no suporte textual, quer seja para proceder a análise dos dados linguísticos”. (SOUZA, 2018) Desse modo, a transcrição adotada neste trabalho é a diplomático-interpretativa, visto que se busca a produção de um texto que preserve as características do original para oferecer a especialistas dados linguísticos genuínos e completos, a fim de basilar futuras investigações. Conforme explica Spina, em *Introdução à Edótica*, a edição semidiplomática amplifica as possibilidades interpretativas do original, já que “representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas (trazendo as letras, que não figuram no original, colocadas entre parênteses)”. (SPINA, 1977, p. 34)

Em virtude disso, a atividade filológica, que ora se apresenta, define critérios para uma transcrição conservadora do texto impresso, argumentando as mediações e apontando os limites entre o texto e as intervenções editoriais, uma vez que se preocupa em “não propor leituras equivocadas dos documentos históricos, pois essas podem criar dados novos sobre o texto, inclusive dados de língua”. (SOUZA, 2018) Dessa forma, toma-se como ponto de partida as premissas da filologia como crítica textual, que, consoante Borges (2018), investiga o texto na sua materialidade, os processos de produção e publicação, no intuito de compreender as suas formas de transmissão histórica, circulação social, recepção, bem como os sujeitos envolvidos nas edições realizadas.

Assim, ao preparar a edição semidiplomática do texto, em função dos objetivos estabelecidos, vários critérios foram fixados conforme necessidades surgidas ao longo das transcrições. A seleção dos critérios foi orientada pelas *Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português do Brasil* (1998).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado desta pesquisa recai no desenvolvimento da Edição Semidiplomática do catecismo em meio digital, seguindo os critérios estabelecidos. O trabalho de edição não pôde aqui ser fixado, por apresentar aproximadamente

200 páginas. Em vista disso, as Figuras 2 e 3 ilustram o resultado final da edição digital do documento, publicado no ano de 1661, resgatado e conservado na presente pesquisa.

Figura 2: Edição digital do catecismo – fólhos iniciais do documento

1r.	capa
2v.	Ex Bibliotheca majori Collegii Rom(ani) Societ(atis) Iesu
3r.	[em branco]
4v.	[em branco]
5r.	
	GENTILIS
	ANGOLLAE
	FIDEI MYSTERIIS
	Lusitano olim idioma per
5	REUERENDUM PATRUM ANTONIVM DE COVCTO SOC(IETATIS) IESV
	Theologum,
	Nunc autem Latino per
	FR(EI) ANTONIVM MARIAM
	Prandemontanum, Concionatorem Capucinum, Admod(um)
10	Reu(erend) Patris Procuratoris Generalis Commissarij Socium,
	Instructus, atque locupletatus.

Fonte: elaborada pelo autor.

A edição digital buscou manter a organização e disposição textual do impresso. Para tanto, a transcrição foi realizada em quadro, fazendo uso de recursos disponíveis no editor de texto em formato de arquivo.docx. Preserva-se, desse modo, a introdução e os elementos pós-textuais em latim dispostos em página única e as traduções divididas em três colunas: à esquerda apresenta a doutrina em latim, ao centro na língua de Angola (o quimbundo) e à direita em português. Essa disposição ocupa a maior parte da transcrição do catecismo,

no entanto, como a língua de Angola possui uma estrutura gramatical mais extensa, em algumas páginas a tradução em latim e português findam e estende-se a tradução em quimbundo sem divisórias, acompanhando o original.

Figura 3: Edição digital do catecismo, texto organizado em quadro

21r.	Latin.	Angol.	Portugues. 1
	DIALOGI	MACA	DIALOGOS
300	MYSTERIORVM	AMILONGA	DOS MYSTERIOS
	Quae Deus nobis prae-	Tutuma Nzambi cu-	Que Deos nos man-
	cipit credere, e	chiquina, ne ya yu-	da crer, e dos pre-
	Praeceptorum, quae	ma ya tutuma cu-	ceitos que nos man-
	nobis mandat obser-	yáluca mo ubi-	da guardar em a
305	uari in sua san-	ca úae.	sua santa
	cta Lege.	[espaço]	ley.

Fonte: elaborada pelo autor.

A tipografia do texto é humanista, sendo os grafemas alfabéticos pertencente ao conjunto latino, com estilos gráficos em que os caracteres são do tipo romano redondo na língua quimbundo, destacando-se na parte central, e romano itálico em português e latim. Tal recurso gráfico foi empregado na tradução para a língua africana, possivelmente, para focalizar a língua “desconhecida” e prender a atenção do leitor. Nesse contexto, a escolha de alguns caracteres se diferencia, por exemplo, o tipo itálico da transcrição em latim e português fizeram uso do <f> e do <s>, já o tipo redondo <f> e <s> em quimbundo, tais grafemas foram todos normalizados em <s> nesta edição. As ligaduras não foram incluídas na transcrição, portanto, o glifo único foi desassociado, separando os dois caracteres sequenciais. No que se refere a títulos, recursos gráficos (itálicos, letras maiúsculas ou minúsculas), erros de escrita, acentuação, uso dos hífens, pontuação, fronteiras de palavras, foram transcritos conforme apresentadas na edição fac-similar.

Figura 4: Disposição do texto impresso em 1661, catecismo *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis*

Latin.	Angol.	Portugues. I.
DIALOGI MYSTERIORVM	M A C A A M I L O N G A	DIALOGOS DOS MYSTERIOS
Quæ Deus nobis præcipit credere, & Præceptorum, quæ nobis mandat oblectuari in sua sancta Lege.	Tutuma Nzambi chiquina, no ya yuma ya tunima cuyaluca mo ubi-caſſac.	Que Deos nos manda crer, & dos preceitos que nos manda guardar em a sua fanta ley.
I N I S T I S Dialogis sunt interlocutores duo: Discipulus, qui interrogat: & Magister, qui docet.	M O M A G A A A amba atu ayfri: o Bámبالа uybulá, o Dónguixi ſſlonga.	N E S T E S Dialogos ſunt interlocutores dous: o Discipulo que pergunta, & o Mestre que ensina.

Fonte: elaborada pelo autor.

O catecismo possui 142 fólhos, sendo que 115 estão com numeração de página por tratar-se da apresentação do conteúdo da doutrina, iniciando com “*Dialogi Myſteriorvm*” “*Maca Amilonga*” “*Dialogos dos Myſterios*”. Cada fólho contém, em média, 35 linhas escritas. A propagação da fé cristã é feita por meio de diálogos, em que há “o discípulo que pergunta, e o mestre que ensina”, o que facilita a organização do documento de forma didática. As frases do diálogo são numeradas a cada alocação, permitindo o leitor acompanhar as traduções de modo síncrono. As perguntas são precedidas pelas maiúsculas D. B., que se referem a Discipulus em latim, Bámبالа em quimbundo, Discipulo em português, e as respostas M. D., Magister em latim, Dónguixi em quimbundo, Mestre em português, abreviaturas desenvolvidas na edição. Há uma anotação em grafite escrita na capa, que se relaciona ao nome do padre Antonio Coucto, autor da primeira edição deste catecismo. O documento possui uma falsa folha de rosto com o selo da biblioteca de Roma e informações impressas identificando a “*EX Bibliotheca majori Coll(e)gii Rom(ani) Societ(atis) Iesu*”.

Os textos iniciais consistem em “*eminentissimis et reverendissimis dedicat propagandæ fidei cardinalibus*”, “*lectori benevolo*” e “*observationes in legendo idiomate angolæ*”. Esse último, segundo Fernandes (2015, p. 51), é acrescido de informações gramaticais, totalizando 11 observações, modificando as de número

3, 6, 7, 10, as quais são adicionadas descrições fonéticas, atestando que “[...] Monte Prandone não é um mero tradutor latino do catecismo português de Pacconio e Couto, mas deve ser considerado também seu coautor, uma vez que tem reflexões linguísticas (e religiosas) particulares sobre a língua de Angola”.

Quanto ao conteúdo do catecismo, é constituído das orações mais frequentes como o Pai Nosso, a Ave Maria, a Salve Rainha, o Credo, seguido pelo Ato de Contrição, a Confissão, e 14 diálogos, os quais declaram as doutrinas da igreja e versam sobre os sacramentos, os mandamentos da lei de Deus, os mandamentos da Santa Igreja. Essa edição conta com uma seção, nas páginas finais, intitulada *Articuli deseruientes Casibus nominum pro lingua Angolla*, que especifica, de modo sistemático, questões da gramática do quimbundo pelo viés da gramática greco-latina, há também uma lista de numerais na língua de Angola. Por fim, destaca ações da liturgia, como os modos para responder o sacerdote nas missas e as bênçãos e as ladainhas; apresenta as orações de São Francisco, Santo Antonio e Santo Tomás de Aquino, bem como organiza um índice com o conteúdo da obra.

Figura 5: Seção gramatical elaborada por Monteprandone



Fonte: elaborada pelo autor.

Existem reclames para facilitar o ordenamento das páginas do catecismo. Palavras, ou partes delas, tanto em quimbundo, latim em português são sinalizadas na margem inferior de todas as páginas para indicar como começa a página seguinte. Nota-se ainda, que alinhada à margem esquerda da terceira coluna na parte inferior existe uma sequência alfanumérica, começando na letra A e havendo continuidade no documento até a letra P acompanhada do número 2. Essas marcações, segundo Dias (2014), eram inseridas em manuscritos para informar a ordem dos cadernos, poderiam ser alfabéticas ou alfanuméricas, desse modo, acredita-se que as demarcações foram empregadas durante a organização e edição do catecismo, como seguem sinalizadas abaixo:

Figura 6: Reclames e marcações alfanuméricas na margem inferior do catecismo





Fonte: elaborada pelo autor.

De acordo com a discussão estabelecida no desenvolvimento deste trabalho, a escolha da edição semidiplomática é realizada para facilitar as possibilidades interpretativas do texto original por estudiosos de língua. Nesse sentido, é indispensável o reconhecimento e desenvolvimento das abreviaturas para auxiliar o leitor não especializado na interpretação do texto e investigações futuras, desse modo, as letras que não figuram no original, foram colocadas entre parênteses no documento, de acordo com orientações de estudiosos da área Segismundo Spina (1977), sendo elas organizadas em lista na edição digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da Edição Semidiplomatica do catecismo *Gentilis Angollae Fidei Mysteriorum*, traduzido para o latim por Antonio Maria da Monteprandone, publicado no ano de 1661, em Roma, apresentada como cerne do presente trabalho, será *corpus* no estudo da língua quimbundo no projeto “As línguas do

Brasil colônia: Um estudo sobre as descrições de línguas indígenas e africanas faladas no Brasil durante o período colonial”, na UFBA. O projeto se propõe a entender os diferentes contextos de contato linguístico no Brasil colônia, bem como o papel desse contato na formação do português brasileiro. Os estudos acerca da língua de Angola são escassos, por questões sociopolíticas e históricas, como também por tratar-se de uma língua representada de modo tardio através de um sistema de escrita e normatizada. Todavia, as investigações contemporâneas partem de materiais históricos, como esse editado. Assim, o registro documental dessa língua possui um relevante papel de resgate da história colonial que atravessa os territórios de África e do Brasil, por recuperar as situações de contato intercultural entre povos e a história da língua falada por eles. Portanto, além das análises filológicas desenvolvidas, o produto que resulta desta investigação poderá ser publicado de modo independente, uma vez que a investigação contribuiu com a elaboração de um novo documento, tornando-se um material a ser editorado e publicado em diversos meios de divulgação acadêmica, facilitando, pois, o acesso de pesquisadores que desejem trabalhar com dados históricos de uma língua africana.

REFERÊNCIAS

ANGENOT, J.-P.; KEMPF, C. B.; KUKANDA, V. Arte da língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da dialetologia Kimbundu. *Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 231-252, 2011. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1707>. Acesso em: 3 ago. 2020.

BORGES, R. Saberes em diálogo na prática filológica editorial. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 7-27, 2018.

DIAS, E. N. A interessante estrutura e organização dos livros manuscritos. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, Goiânia, v. 10, n. 1, 2014. Não paginado. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/32521>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FERNANDES, G. Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 43-67, 2015. Disponível em: <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/88/73>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

LIMA, I. S. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 109-121, 2017. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/123456789/2000>. Acesso em: 4 ago. 2020.

LIMA, I. S.; AZEVEDO, E. D. F. *Língua ambunda em foco: nos rastros de Bernardo Maria de Cannecattim*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/123456789/1928>. Acesso em: 4 ago. 2020.

MEGALE, H. (org.). Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português do Brasil. In: SEMINÁRIO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, 2., 1998, Campos do Jordão. *Anais* [...]. Campos do Jordão: Fapesp, 1998. Disponível em: www.researchgate.net/publication/232227403_Normas_para_transcricao_de_documentos_manuscritos_para_a_historia_do_portugues_do_Brasil. Acesso em: 24 ago. 2020.

ROSA, M. C. *E se tivesse de ler em voz alta, numa língua desconhecida, não ouvida antes?* Rio de Janeiro: [Autores Associados], 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1236>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SEVERO, C. G. *Os jesuítas e as línguas: contexto Colonial Brasil-África*. Campinas: Pontes Editores, 2019.

SOUZA, A. S.; LOSE, A. D. *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26224>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix: Ed. USP, 1977. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/34723/mod_resource/content/1/SPINA_Introdu%C3%A7%C3%A3oEdotica.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

XAVIER, F. S. *Fonologia segmental e supra-segmental do Quimbundo: variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange*. São Paulo: Ed. USP, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-20102010-091425/publico/2010_FranciscodaSilvaXavier.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

CAPÍTULO 9

ESCRITA E ORALIDADE NOS ESTUDOS FILOLÓGICOS

Gérsica Alves Sanches
Alícia Duhá Lose

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta parte dos resultados parciais obtidos pela pesquisa que se desenvolve no curso de pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo um caráter epistemológico e realizando-se no âmbito dos Estudos Filológicos. O objetivo principal desta nossa pesquisa é compreender como seria possível propor uma teoria filológica afetada pelo contexto pós-colonial e diaspórico em que se insere. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa basicamente bibliográfica, buscando rastrear os projetos de saber que estão subjacentes às teorias que orientam as práticas filológicas.

Um dos movimentos analíticos que possibilitou refletir a esse respeito foi a busca pela identificação das noções basilares que ordenam a filologia como campo disciplinar e notamos que uma das suas noções centrais é o texto. Percebemos que refletir sobre o que viria a ser o texto filológico apontaria para tais projetos subjacentes. Por meio da análise de alguns manuais de Crítica Textual, especialmente aqueles que estão mais associados à Crítica Textual Tradicional e à Crítica Textual Moderna (BLECUA, 1990; CAMBRAIA, 2005; DUARTE, 2019; REYNOLDS; WILSON, 1991; SPINA, 1972; TAVANI, 1988; WEST, 2002), notamos que há uma opção epistêmica pelo texto escrito.

Neste artigo, pretendemos realizar um exercício analítico que nos permita mobilizar as noções de texto com as quais lidam as principais teorias de edição de texto no âmbito da Crítica Textual, querendo fazer notar a centralidade que tais noções assumem para a configuração das mesmas. Espera-se, a partir desta discussão, ponderar sobre como tais teorias, a partir dos seus constructos, desconsideram, sistemática e deliberadamente, patrimônios textuais de determinadas tradições culturais que não veem na escrita um lugar primordial de produção, transmissão, circulação e/ou recepção de texto.

Para tanto, abordaremos brevemente as seguintes teorias de edição de texto: 1. Crítica Textual Tradicional e Moderna, 2. Crítica Sociológica e 3. Crítica Genética, atentando para como as suas propostas editoriais são gestadas com base na forma como compreendem *texto*.

A princípio, vale a pena aqui ponderar de que maneira estamos compreendendo a Crítica Textual. Spina (1972), em *Introdução à Ecdótica*, considera

que a Crítica Textual seria o ponto de chegada de todo labor filológico, que corresponderia ao estabelecimento do texto (escrito e, normalmente, literário), após o estudo do processo de produção, transmissão e recepção de sua tradição textual, almejando uma edição fidedigna, em consonância com a vontade do autor, extirpada dos erros e das contaminações decorrentes da transmissão. Além disso, Spina (1972) acrescenta que a Crítica Textual tem como propósito primeiro e mais básico a canonização dos textos literários.

Cambraia (2005, p. 19, grifo do autor) entende que “com certeza a contribuição mais evidente e importante da Crítica Textual é a *recuperação do patrimônio escrito* de uma dada cultura”. E mais, “considerando que, após se ter restituído a forma genuína de um texto escrito, ele é, via de regra, publicado novamente, contribui-se também, assim, para a *transmissão e preservação* desse patrimônio [...]”.

Marquilhas (2009), fazendo ecoar as palavras do professor Ivo Castro (1984), no Dicionário Eletrônico de Termos Literários, propõe que a Crítica Textual, em uma acepção estrita, seja compreendida como uma disciplina “[...] concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é a de preparar a edição do texto”. (MARQUILHAS, 2009, p. 1)

Spina (1972), Cambraia (2005) e Marquilhas (2009) parecem convergir para o entendimento da Crítica Textual tomada, metonimicamente, como Filologia, sinalizando ainda a relação intrínseca que a mesma mantém com a constituição e retroalimentação de imaginários (neste caso o ocidental), com o estabelecimento de cânone literário e com o agenciamento de memórias – voltaremos a esta questão mais adiante.

Então, é deste lugar que partiremos para elaborarmos as reflexões que seguem.

TEORIAS DE EDIÇÃO E NOÇÕES DE TEXTO

Para pensarmos a respeito da Crítica Textual Tradicional, entendida como aquela atividade filológica que se dedica à reconstituição de textos antigos e medievais, dos quais só temos acesso por testemunhos já bastante afastados

temporalmente do período de produção da obra em sua versão primeira, nos dirigimos a Martin West (2002), em seu livro *Crítica Textual e Técnica Editorial: aplicável a textos gregos e latinos*, em que buscou dar orientações gerais aos críticos de texto, filólogos, que têm como alvo de suas atividades editoriais e filológicas o texto antigo e clássico, buscando instrumentalizá-lo, especialmente, para o trabalho estemático, ou seja, genealógico, das tradições entendidas como contaminadas pelos erros de transmissão, buscando, por meio disto, o estabelecimento de um arquétipo mais próximo do original ausente.

Assim, West (2002, p. 8, grifo nosso), considerando o labor do classicista, indicou como é tomado o texto:

[...] esses textos sobreviveram – se é que sobreviveram mesmo – apenas através de cópias distanciadas em muitos graus dos originais, cópias essas das quais nem sequer uma está livre de *erro*. Frequentemente os erros são tão grandes que *já não é possível entender o que o autor pretendia dizer*.

Reverberando este entendimento, Reynolds e Wilson (1991), em *Scribs and Scholars: a guide to the transmission of greek and latin literature*, oferecem uma visão panorâmica do processo de transmissão do patrimônio textual greco-latino, com grande ênfase no literário, descrevendo o que consideram os “perigos” a que esteve exposto na época do livro manuscrito, com os processos de transliteração, tradução, mudanças de suporte, movimentação de grandes massas textuais em virtude das contingências históricas, até criação da imprensa e a difusão de cópias consideradas “impuras”, chamando a atenção para até que ponto e de que forma os leitores e estudiosos antigos e medievais estavam comprometidos com a preservação e transmissão dos textos clássicos. Além disso, os referidos autores afirmam que um estudo genealógico e histórico de tais textos não está apartado da história da educação e da erudição; eles endossam que o estudo do processo de transmissão de tal patrimônio é inseparável da história cultural da Idade Média e do Renascimento.

As percepções trazidas a partir das exposições desses reconhecidos classicistas permite-nos cogitar que, para a Crítica Textual Tradicional, é associado ao texto uma noção de rigidez, pureza, originalidade e completude, ao passo

que o autor é entendido como detentor das significações do texto. A busca pela elaboração de um arquétipo com bases nas etapas de recensão, estemática, colação e correção, evidencia um entendimento do texto como “[...] um *produto* – lógico – do pensamento (representação mental do autor), nada mais *cabendo ao leitor* [crítico de texto] senão “captar” essa representação mental, juntamente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo *um papel passivo*”. (KOCH, 2006, p. 10, grifo nosso)

Quando passamos a observar as práticas editoriais e filológicas exercidas no âmbito da Crítica Textual Moderna, percebemos que estas noções associadas ao objeto de estudo alvo das atividades não apresentam grandes alterações, conquanto se dedique ao processo de leitura com o texto original disponível. Nesta esfera, Cambraia (2005, p. 63) estabelece uma distinção entre *obra* e *texto*, entendendo a primeira como “[...] qualquer produto do engenho humano, com finalidade pragmática ou artística [...]” e o segundo como “[...] obra fundada na linguagem verbal, podendo existir em forma sonora (*texto oral*) e/ou gráfica (*texto escrito*)”, sinalizando a opção que se faz pelo escrito, uma vez que

[...] constitui um testemunho, que pode ter sido fixado pelo próprio autor (*testemunho autógrafa*) por outra pessoa mas com supervisão do autor (*testemunho idiógrafo*) [...] nos dois primeiros casos, podemos dizer ainda que se trata dos originais, pois registram efetivamente a vontade do autor em função do controle exercido pelo próprio [...]. (CAMBRAIA, 2005, p. 63-64, grifo do autor)

Modernamente, ainda segundo o referido autor, seria preciso pontuar que as categorias de testemunhos nomeadas de datiloscrito e digitoscrito, em virtude das suas diferentes formas de fazer grafar o texto, demandam ajustes do método filológico especialmente quanto ao estudo do processo de produção, atentando para a forma como os erros podem ser percebidos/lidos na transmissão. Sendo assim, o “[...] objetivo fundamental da crítica textual é o de restituir a forma genuína de um texto, ou seja, o de eliminar todos os erros que foram paulatinamente incorporados a um dado texto [...]”. (CAMBRAIA, 2005, p. 78)

Blecu (1990), em seu *Manual de Crítica Textual*, apresenta logo na parte inicial da obra o problema ao qual se dedica a crítica textual e o pensa à luz do seu objeto de estudo, o *texto*. Na sequência, o autor introduz o método filológico e passa a demonstrar como ele pode ser adequado ao texto com o qual se lida, considerando as tradições politemunhais, pensando desde a transmissão manuscrita à transmissão impressa, apontando para os diferentes fatores intervenientes que produzem erros e variações no processo de transmissão dos patrimônios textuais de diferentes momentos históricos.

Uma mensagem verbal pode ser transmitida oralmente ou por meio da escrita. *Quando a mensagem oral se fixa na escrita, converte-se em texto*. A crítica textual, de fato, pode trabalhar com tradições orais, *mas só quando estão fixadas em forma de texto*. Os textos podem ser de dois tipos: originais ou cópias. O texto original é, genericamente, todo aquele que alguém escreveu diretamente, ditando a si mesmo. A distinção afeta o processo dos erros, porque no original é eliminada alguma das operações que têm lugar no processo de cópia [...]. (BLECUA, 1990, p. 17, tradução nossa, grifo nosso)¹

De acordo com este filólogo, a atividade filológica e editorial tem como objetivo principal a apresentação, por meio do processo de leitura, de um texto depurado de todos aqueles elementos estranhos ao autor.

É possível, então, ponderar que, ainda para os estudos filológicos que se realizam na esfera da Crítica Textual Moderna, o entendimento do *texto* como algo acabado e autônomo permanece, cabendo à leitura editorial/filológica, por meio do processo de depuração do texto para restitui-lo à sua forma primeira, capturar as intenções e as ideias pretendidas pelo autor, uma percepção de que o *texto* teria um sentido imanente e a língua, ali, parece ser compreendida ora como uma representação do pensamento ora como código/

1 “Una mensaje verbal puede transmitirse oralmente o por médio de la escritura. En cuanto el mensaje oral se fija em la escritura se convierte em texto. La crítica textual, en efecto, puede trabajar sobre tradiciones orales pero sólo cuando quedan fijadas em forma de texto. Los textos pueden ser de dos tipos: originales o copias. Texto original es, em términos generales, todo aquel que alguien escribe directamente dictándose a sí mismo. La distinción afecta al proceso de los errores porque en el original se elimina alguna de las operaciones que tienen lugar en el proceso de la copia [...]”.

sistema, cabendo ao leitor [filólogo] ainda um lugar passivo de recepção e decodificação/decifração.

Tanto Blecua (1990) quanto Cambraia (2005) consideram que o texto filológico é aquele que tem materialidade linguística e escrita; a oralidade parece ser percebida como uma expressão de linguagem efêmera, que, nas palavras de Blecua (1990), só assumiria *status* de texto quando fixada para a escrita. O texto oral, para Cambraia (2005), não seria passível de estudo filológico em virtude da inviabilidade de depreender o seu processo de produção, transmissão, circulação e recepção – algo que é revisto no artigo “Perspectivas para a Crítica Textual no Brasil: ultrapassando fronteiras”, em que Cambraia (2012) sugere que o processo de transmissão de textos orais seja investigado pelo crítico de texto em interação com os estudos de folclore.

Distanciando-se um pouco dessa perspectiva, a crítica sociológica insere no âmbito da crítica textual a noção de instabilidade do texto. Segundo Mckenzie (2005, p. 20, tradução nossa), “[...] Pretender fazer hoje uma edição definitiva está se mostrando um ideal impossível e, tendo em vista os vários testemunhos que demonstram que os autores revisavam suas obras, existe uma instabilidade textual [...]”.² Deslocam-se as ideias de completude, pureza e originalidade em relação ao texto. A noção de erro também é ressignificada, passando a ser percebida como índices desta instabilidade textual.

Entendo por *textos* os dados verbais, visuais, orais e numéricos em forma de mapas, impressos e música, arquivos de registros sonoros, de filmes, de vídeos e a informação computadorizada; de fato, tudo desde a epigrafia às últimas formas de discografia. Não é possível ignorar o desafio que supõem essas novas formas. (MCKENZIE, 2005, p. 31, tradução nossa)³

2 “[...] pretender hacer hoy una edición definitiva ha venido a convertirse en un ideal imposible a la vista de los muchos testimonios que demuestran que los autores revisaban sus obras y que, por tanto, existe una instabilidade textual [...]”.

3 “Entiendo por <<textos>> los datos verbaes, visuales, orales y numéricos en forma de mapas, impresos y música, archivos de registros sonoros, de películas, vídeos y la información computerizada; de hecho, todo desde la epigrafía a las últimas formas de discografía. No es posible ignorar el reto que suponen esas nuevas formas”.

Uma prática editorial e filológica orientada por esta perspectiva desestabiliza a centralidade do texto escrito e também a ideia de autoria, levanta o olhar para patrimônios textuais ainda não estudados e reverberados amplamente, além de demandar gestos de leitura mais plurais que deem conta de pensar os textos tramados em diferentes linguagens, incluindo o processo de transmissão, circulação e recepção. Por este viés, o texto é visto como um produto social, linguístico, histórico e cultural, cada testemunho tem reconhecida a sua historicidade. (MCKENZIE, 2005) Deixando de ser entendido como expressão do pensamento ou da vontade do autor para ser compreendido como resultado das condições culturais, históricas e sociais de produção, aparece subjacente ao entendimento de texto uma noção pós-estruturalista de linguagem como fenômeno social e também como sistema simbólico, assim, o leitor (filólogo) passaria a exercer um papel mais ativo, de reconhecimento dos sentidos e estruturas do texto tomado com inconcluso e suscetível a um constante refazimento por parte do leitor – o principal diferencial aqui é o deslocamento do foco do autor para o texto e para o leitor.

Com abordagem genética baseada numa concepção dialógica da linguagem, insere-se nas práticas filológicas uma noção de texto como processo. Mesmo estando centrada na gênese, é preciso

[...] considerar o texto não como um dado, mas como um processo; não como uma entidade estável, mas como uma variável; não como um elemento estático, mas como um elemento dinâmico cujas facetas sincrônicas – as que conhecemos como variantes ou redações sucessivas – são definidas por acidentes extratextuais e não por exigências do texto. (TAVANI, 1988, p. 58, tradução nossa)⁴

Nesta perspectiva, se estabelece uma interação entre autor, texto e leitor (filólogo), sendo o *texto* o lugar desta interação, onde se realiza um trabalho de leitura ativa e plural, que busca mobilizar, a um só tempo, as diferentes

4 “[...] considerar lo texto no como un dato sino como un proceso, no como una entidad estable sino como una variable, no como un elemento estático sino como un elemento dinámico, cuyas facetas sincrônicas – las que conocemos como variantes o redacciones sucesivas – vienen a ser definidas por accidentes extratextuales, y no por exigencias del texto”.

materialidades textuais, delineando gestos de leitura que apontem para efeitos de sentido possíveis, conforme demonstra Genette (2010) ao propor a noção então de hipertextualidade, que não está condicionada ao meio digital, mas antes aos gestos de leitura engendrados – usando alegoricamente imagem do palimpsesto para explicar esta proposição.

A hipertextualidade, à sua maneira, é do domínio da *bricolagem*. [...] a arte de ‘fazer o novo com o velho’ tem a vantagem de produzir objetos mais complexos e mais saborosos do que os produtos ‘fabricados’: uma função nova se superpõe e se mistura com uma estrutura antiga e a dissonância entre esses dois elementos co-presentes dá sabor ao conjunto. (GENETTE, 2010, p. 144)

As perspectivas sociológica e genética, de forma convergente, contribuem para um exercício de leitura editorial e filológica que busca uma hiperleitura, no sentido de que se quer entender o *texto* filológico como hipertexto, ou seja, lembrando aqui Pierre Lévy (1993), como um processo não linear e não hierarquizado que, com a leitura, se elaboram as conexões que um dado texto pode estabelecer.

IMPLICAÇÕES DAS NOÇÕES DE TEXTO PARA A CRÍTICA TEXTUAL

Nesta seção, levantaremos algumas implicações das noções tracejadas aqui para pensarmos algumas questões importantes de serem ponderadas no âmbito filológico contemporaneamente.

No ensaio *Filologia da literatura mundial*, Auerbach (2012, p. 357) reflete sobre a relação que a atividade filológica vem mantendo com a constituição, a preservação e a difusão de um cânone literário identificado, segundo ele, “com culturas europeias ou fundadas por europeus, acostumadas a um longo e frutífero intercâmbio entre si, além disso apoiadas pela consciência de seu próprio valor e modernidade [...]”. Mais adiante, neste ensaio, Auerbach (2012, p. 359) sugere que “ela [a filologia] atraiu para si a história das artes, a história religiosa, jurídica e política, associando-se a elas a partir de princípios sistemáticos e do estabelecimento de metas comuns”.

Neste sentido, Reynolds e Wilson (1991) também sinalizam que a filologia tem acompanhado a cultura escrita e não poderia ser estudada sem considerar a história da erudição e da educação, num viés eurocêntrico, sendo indissociável da história cultural. Por meio dos seus estudos dos patrimônios textuais transmitidos pela escrita, auxiliou no processo de agenciamento e perpetuação de memórias e narrativas.

Seria importante, então, lembrar quão circunscrita era a cultura escrita desde os tempos remotos até a sua vagarosa, paulatina e, por vezes, descontínua difusão ao longo do tempo histórico. Através da opção pelo patrimônio textual escrito produzido e lido por determinados agentes sócio-históricos, é possível indagar a(s) episteme(s) filológica(s) e o(s) projeto(s) de saber que se constituíram e se constituem nas e pelas práticas editoriais.

Vale lembrar as palavras de Lose e Telles (2017), no artigo “Qual edição e o que editar”, ao sinalizarem que as atividades filológicas têm se debruçado, historicamente, sobre textos que compõem acervos documentais, literários e religiosos que estão sob a salvaguarda de instituições sociais que são entendidas como lugares de memória (e de esquecimento). (NORA, 1993)

Através do rastreamento de noções de texto para crítica textual como filologia, pode-se notar uma coexistência de práticas filológicas com orientações distintas que põem em tensão posicionamentos político-científicos, em certa medida, divergentes quanto às repercussões que promovem nos estudos de linguagem e na própria sociedade.

Essas palavras insinuam que, dedicadas ao trabalho de reconstituição, preservação e difusão de determinados patrimônios textuais escritos, determinadas práticas filológicas orienta(ra)m-se para a formulação e perpetuação de cânones, que, por sua vez, colaboram na tessitura de imaginários – sem se colocar numa postura crítica diante disto.

Queremos notar que alguns dos exercícios empreendidos na esfera da Crítica Textual Tradicional e Moderna, pautados em princípios positivistas, estão vinculados a experiências socioculturais e históricas de grupos hegemônicos. Lidando com textos, constituem cânones e retroalimentam narrativas fundantes e imaginários coletivos, há práticas da crítica textual como filologia que põem em ação projetos de saber-poder que se orientam pelo que

Boaventura de Sousa Santos (2008), em *Um discurso sobre as ciências* reconheceu como paradigma dominante.

A busca pela restituição do texto à sua forma *original*, por extirpar as contaminações sofridas ao longo da sua transmissão e os *erros* a ele impingidos, por estabelecer o arquétipo de um original ausente pode insinuar também uma busca pela constituição de narrativas únicas e hierarquizantes. Quanto à opção pela linguagem verbal escrita em detrimento das demais, pode ser também uma opção pelas tradições culturais que por meio dela se enuncia.

Orientadas por uma ótica pós-estruturalista ou ainda sociointeracionista, as abordagens sociológica e genética do texto filológico abrem espaço para uma desautomatização, ou ao menos, um estranhamento dessas práticas. Ao perceber o *texto* como inconcluso e aberto, que se atualiza e se ressignifica no ato da leitura (filológica), pondo em interações os aspectos linguísticos, históricos, simbólicos, sociais e culturais dos contextos de produção e de recepção, tais abordagens parecem favorecer a um exercício filológico que foi compreendido por Boaventura de Sousa Santos como “uma das analogias matriciais com que se constituirá no paradigma emergente o conhecimento sobre a sociedade e a natureza”. (SANTOS, 2008, p. 44) Por isso, fazem-se necessárias reinterpretações histórico-epistemológicas da Filologia, para que sejam revisitados, ressignificados ou transformados os seus constructos, seus objetos teóricos e suas finalidades.

As referidas abordagens sugerem que o *texto*, contemplado em toda sua materialidade, repercute nas práticas e em suas formulações, pois o objeto teórico e o recorte imprimido são determinantes dos percursos e meandros pelos quais serão gestados atos de leitura e serão acionados efeitos de sentido.

Então, mostra-se de extrema importância pensar sobre qual texto tem se dedicado a filologia e que implicações causa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que, em virtude de se dedicar ao estudo dos processos de produção, transmissão, circulação e recepção de patrimônios textuais, as atividades filológicas reverberam na formulação e perpetuação de cânones,

narrativas fundantes e tessituras de imaginários. E, por isso, dadas as especificidades das tradições textuais provenientes de patrimônios textuais em circulação em nosso contexto sócio-histórico, notadamente marcado por tradições culturais indígenas e afro-brasileiras, seria proveitoso pensar práticas filológicas que, ainda dedicadas a estudar o processo de produção, transmissão, circulação e recepção de textos (em diferentes linguagens), desestabilizassem esta perspectiva etnocêntrica e que percebessem como, em tais patrimônios textuais, estão em ação os processos de colonialismo/neocolonialismo, de dominação, de hierarquização e assimilação, deixando entrever as ligações bastante íntimas entre os códigos linguísticos e culturais e os aspectos sócio-históricos.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, E. *Ensaio de literatura Ocidental: filologia e crítica*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012.
- BLECUA, A. *Manual de crítica textual*. Madri: Castalia, 1990.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMBRAIA, C. N. perspectivas para a crítica textual no Brasil: ultrapassando fronteiras. In: TELLES, C. M.; SANTOS, R. B. (org.). *Filologia, críticas e processos de criação*. Curitiba: Appris, 2012. p. 137-146.
- CASTRO, I. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- DUARTE, L. F. *Os palácios da memória: ensaios de crítica textual*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LOSE, A. D.; TELLES, C. M. Qual edição e o que editar. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 271-293, 2017.

- MARQUILHAS, R. Filologia. In: CEIA, C. (org.). *E-Dicionário de termos literários*. Lisboa: [s. n.], 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/filologia/>. Acesso em: 8 set. 2021.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y sociología de los textos*. Madrid: Ediciones Akal, 2005.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- REYNOLDS, L. D.; WILSON, N. G. *Scribs and scholars: a guide to the transmission of greek and latin literature*. 3. ed. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos: ensaio sobre a dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 16. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- TAVANI, G. *Ensaio português: filologia e lingüística*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.
- WEST, M. L. *Crítica textual e técnica editorial: aplicável a textos gregos e latinos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CAPÍTULO 10

LATIM NOS BRASÕES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Alguns modelos de inscrições

Maria Alice Santos Ribeiro
Zélia Gonçalves dos Santos

INTRODUÇÃO

A *universitas* surge entre os séculos XI e XIII e o termo em latim remete à noção de universalidade aplicada às corporações eclesiásticas *Universitas magistrorum et scholarium*- *universidade*. Nesta instituição, ensino compunha-se do *curriculum* do *Trivium* (artes liberais e arte da lógica) e pelo *curriculum* do *Quadrivium* (artes dos números e da música), os quais tiveram a contribuição do filósofo romano *Anicius Manlius Torquatus Severinus Boethius*, fundador da educação escolástica e tradutor dos textos gregos de caráter didático para a língua latina. Esses *Curricula* serviriam de base à educação e foram ensinados em latim até o início do século XIX, nas universidades.

A heráldica medieval assim como a origem e os valores das *litterarum universitas* são condizentes, ou seja, a grandeza dessa instituição está vinculada com a simbologia da índole heráldica. A tradição de adotar brasões para representar as universidades confere nobreza à instituição e constitui-se na sua imagem mais sintética, aquela que os olhos primeiro captam e que registra na memória, o seu vínculo com a universidade. (ALMEIDA FILHO, 2011)

O capítulo apresenta uma síntese histórica sobre o surgimento das *Universitas*, no início do período medieval, quando o latim era a língua oficial nessas instituições, assim como tece breves comentários sobre as inscrições nos brasões de algumas universidades federais brasileiras. Com base na pesquisa descritiva, se reconhece a importância didática do ensino de latim na academia e, como objeto de estudo, sua colaboração para o avanço da pesquisa científica na área de Linguística. De modo igual, apresenta sua contribuição para a parte cultural de uma sociedade, assim como demonstra a relevância desta língua para a representação da identidade institucional das universidades, cuja inscrição em seus brasões traduz o ideal da instituição vinculado à missão, à visão e aos valores que se propõem para o ensino, a pesquisa e a extensão.

UNIVERSITAS MAGISTRORUM ET SCHOLARIUM (COMUNIDADE DE MESTRES E ESTUDIOSOS)

A universidade é um espaço de produção e socialização de conhecimento. Essa instituição de ensino, pesquisa e extensão criada nos primeiros séculos

da Idade Média possuía tanto poder e influência na sociedade que, para Sucupira (1972), a estrutura social da época se assentava sobre três pilares: o *Sacerdotium*, o *Imperrium* e o *Studium*. Com igual compreensão, Loureiro (1960, p. 33) afirma ser a universidade, desde sua gênese, a “[...] única potência que poderia se comparar ao papado (poder religioso) e ao governo (poder político), no que se refere ao poder do conhecimento”, por ter sido o maior centro de ensino de toda a cristandade.

O surgimento da universidade¹ entre os séculos XI e XIII foi propiciado pelo Renascimento e, a partir desse movimento, surge a nova visão de mundo e de homem, que contesta o ensino e a ciência. O princípio de livre acesso à universidade naturalmente era condizente com o termo em latim *universitas*, cujo significado, segundo Bastos (1957), remete a noção de conjunto de universalidade e comunidade. Do ponto de vista de Loureiro (1960, p. 31), a palavra *universitas* foi “[...] originalmente aplicada às corporações eclesiásticas dentro do *Studium*”. Logo, essas corporações retratavam o conjunto integral do que constituía determinada coletividade, cuja expressão era *Universitas magistrorum et scholarium*.

Com referência ao ensino nas *Universitas* resgata-se a contribuição do filósofo Anício Mânlio Torquato Severino Boécio (*Anicius Manlius Torquatus Severinus Boethius*) reconhecido como fundador da educação escolástica, cujo ‘método’ de ensino e de aprendizagem foi implantado nas universidades do século XI ao início do século XVI. Boécio foi o primeiro dos escolásticos a traduzir textos gregos de caráter didático para a língua latina, relativos aos campos da aritmética e da música que compunham o *curriculum* do *Quadrivium*, com os quais produziu manuais que serviriam de base à educação, durante muitos séculos. (LAUAND, 1998)

Os jovens da Idade Média tinham como base a aprendizagem com dois *Curricula*: o *curriculum* do *Trivium* composto pelas artes liberais e arte da lógica que englobava retórica, dialética e noções de prosódia ensinadas nas escolas monacais e episcopais. O *curriculum* do *Quadrivium* ou artes dos números

1 Bolonha (1088), Oxford (1096), Paris (1200), Salamanca (1243), Nápoles (1224) Cambridge (1284), Coimbra (1288).

que compreendia aritmética, geometria (Euclides), astronomia (Ptolomeu) música (Pitágoras) e artes ministradas no *Studium Generale*. Os *Curricula* foram ensinados em latim, língua oficial das ciências e artes até o início do século XIX nas universidades modernas.

No que se refere ao ensino de latim no Brasil este teve início com a chegada dos padres da Companhia de Jesus, em 1549, como membros da expedição de Tomé de Souza. Durante mais de três séculos o latim ocupou o papel no cenário intelectual, cultural e literário, prevalecendo como língua oficial do ensino. Porém, no fim do século XIX, os estudos clássicos sofreram declínio no ensino básico e superior que culminaram na supressão do latim como disciplina obrigatória, sendo excluída do ensino a partir da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no período.

O LATIM NA HISTÓRIA E NA CULTURA

O Latim pertence ao grupo itálico da família linguística indo-europeia - o sabélico, o úmbrio, o volsco, o osco e o falisco. Falado, primeiramente, pela população de Roma e do Lácio, absorveu todos os ramos linguísticos oriundos do itálico. Esta circunstância, provavelmente, foi fomentada em razão das conquistas territoriais² e da prosperidade do Império Romano que contribuiu grandemente para o desenvolvimento do direito, arte, literatura, arquitetura, tecnologia, religião, governo, e da linguagem que dominou todas as províncias do vasto império, tornando o latim uma das principais línguas do mundo antigo. (POGGIO, 2005)

O latim ao longo do tempo passou por sucessivas mudanças. Havia o latim popular (*sermo vulgāris*), o latim puro ou clássico (*sermo eruditus*) e o latim castrense usada nos acampamentos militares. Mais tarde, surgiu o latim eclesiástico, um misto de latim clássico e adaptações próprias aos ritos litúrgicos da Igreja Católica. Contudo, em Roma e nos centros provincianos, a

2 Entre os territórios conquistados destacam-se a Grécia, o Egito, a Macedônia, a Gália, a Germânia, a Trácia, a Síria e a Palestina.

nobreza, as autoridades, os políticos e os escolarizados falavam e escreviam o *sermo eruditus*. (AMARANTE, 2015)

Comumente a história do latim é dividida nos períodos: arcaico (entre o século III a.C. e o início do século I a.C.), clássico (entre o século I a.C. e o século I d.C.); pós-clássico (entre o século I d.C. e o século V d.C.) e; cristão (a partir do século III de nossa era, aproximadamente). Vale acentuar que ao lado da língua escrita ou literária existia uma língua falada. E, nesse contexto, o latim a partir do período pós-clássico começa a perder a pureza, diminuindo as diferenças entre a língua falada e a literária. Por esse ângulo, Amarante (2015, p. 30) reitera que

[...] o latim que dará as origens românicas não será o latim clássico, uma língua literária, trabalhada artisticamente pelos grandes escritores que nos legaram uma literatura que até hoje influencia o mundo ocidental. O latim que deu origem às línguas românicas é o chamado vulgar, ou latim falado pelos diversos estratos sociais, em diferentes situações, tempos, lugares e que não deve ser pensado como uma língua uniforme.

Conhecida pelo uso, sobretudo, nos textos não literários e nas inscrições *lapidaris*, a língua falada (*sermo vulgāris* – latim popular) deu origem às línguas neolatinas ou românicas – português, espanhol, catalão, provençal, francês, italiano, romeno – uma vez que o latim levado às mais distantes regiões do império romano, aos poucos foi se adaptando a cada região, por força das circunstâncias.

A despeito da dissolução do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., o latim e a cultura clássica gozaram por muito tempo de privilegiado estatuto no mundo intelectual, sendo considerados basilares para a formação do homem erudito. Durante muitos séculos, até 1961, o latim foi considerado a língua oficial da Igreja Católica Romana, o que contribuiu com a manutenção de seu prestígio e difusão. O uso do idioma na realização de cultos e cerimônias religiosas eram obrigatórios e, até os dias atuais no Vaticano, os documentos oficiais são escritos em latim. (PAVANETTO, 2020) Portanto, mesmo não havendo falantes nativos de latim, o idioma ainda permanece em constante uso, principalmente, nas congregações religiosas.

O latim, até o século XVIII, se configurava como a língua da ciência e da cultura. A comunicação de pensadores e filósofos, dos mais diferentes países, era realizada através da veiculação de textos escritos em latim, língua que era compreendida por grande parte dos intelectuais. A ciência, portanto, até o início do século XX reconhece o latim como uma língua universal e com a qual foram escritos os basilares tratados filosóficos e científicos que foram produzidos ou publicados na época.

BRASÃO E INSCRIÇÃO: SÍMBOLOS DA HISTÓRIA E DAS TRADIÇÕES

Os brasões, na tradição europeia medieval, eram um ícone de *status*, conferido às famílias nobres e aos heróis, cujo símbolo poderia transmitir a seus descendentes. Era pintado ou costurado sobre as cotas de malha, o vestuário de proteção usado pelos guerreiros medievais. No intuito de simbolizar o grau de *status*, cada desenho do brasão era especificamente criado, obedecendo às leis da heráldica. Originária da Europa do século XII, a heráldica é a arte e a ciência que determina, produz e estuda brasões e outros símbolos.

Comuns, sobretudo nos séculos XIV e XV, os brasões a partir desta época passam a ser criados com a finalidade não só de identificar indivíduos, famílias, clãs, mas também corporações, regiões e nações. No que se refere ao desenho representativo, especificamente, o brasão possui elementos internos que traduzem os feitos de uma família ou instituição, e externos que traduzem seu cargo, honrarias e posição.

Em relação à frase lapidar, classificada no gênero de divisa, ela é parte integrante do simbolismo heráldico e deve ser invariavelmente escrita em latim, língua oficial da heráldica. No atual contexto, os tipos de gêneros de divisas mais utilizados de inscrição em latim são:

- divisa eclesiástica – gênero da esfera religiosa cujo tema, estilo e composição são centrados em ensinamentos de conduta cristã;
- divisa política – gênero de esfera institucional estampado em bandeiras e brasões de uma cidade ou estado, cujo tema enfatiza ideais, fatos históricos e grandeza cívica;

- divisa institucional – gênero também da esfera institucional, porém gravado em brasões e fachadas de prédios de instituições culturais, educacionais, governamentais, agremiações artístico-culturais etc.

Notadamente, cada inscrição produzirá variados sentidos, uma vez que mudam os sujeitos, a época e o lugar, dando ressignificação – histórico, ideológico, sociocultural – em cada elemento, nela implícita. Neste sentido, Leite (2014, p. 90) afirma que a divisa “é o nome dado ao gênero que tem a característica geral de ocorrer gravado em brasão, bandeira ou fachada de instituição, normalmente, citando um lema de algo ou alguém, como uma espécie de assinatura identificatória”. Com essa perspectiva e, baseado nos resultados da pesquisa, pode-se afirmar que o brasão de uma universidade é um texto- verbo visual em que todas as linguagens (as cores, os desenhos, os símbolos e a divisa em latim) formam um todo significativo, participando da construção de sentido e do contexto apresentado no brasão.

BRASÕES: IMAGEM SIMBÓLICA DE UNIVERSIDADE

As imponentes universidades ostentam brasões. Com efeito, o uso da heráldica atribui nobreza à instituição que a ela é conferida. A tradição de adotar brasões para representar universidades remete às primeiras *Universitas magistrorum et scholarium* surgidos no mundo ocidental, a partir do século XI. Por conseguinte, a heráldica e as primeiras universidades que nasceram na Europa medieval adotaram idênticos sistemas de valores.

Esses centros acadêmicos e corpos coletivos, de interesse público com plena autonomia, tinham na ciência heróica uma convenção formal que continha em sua essência, valores que representavam a excelência, a disciplina e a exclusividade. Portanto, a origem e o caráter orgânico das universidades das letras (*litterarum universitas*) europeias sugerem um ordenamento rigoroso, eminentemente corporativo, condizente com a grandeza dessa instituição e com a simbologia de índole heráldica.

É, neste sentido, que existem elementos indispensáveis no brasão de uma universidade. As tochas, por exemplo, representam conhecimento,

luz e saber. A frase lapidar, como parte integrante do simbolismo heráldico deve ser invariavelmente escrita em *latim*, identificando, entre outros conceitos, a missão, os valores, os fundamentos e a imagem institucional da universidade. Para tal fim deve contextualizar não apenas seu caráter de universidade como também seu aspecto social, enquanto instituição formadora de cidadãos comprometidos com a sociedade. Por fim, incluem-se as folhas ornamentais, elementos relevantes no brasão, com forte presença histórica e muito utilizada na cultura greco-romana. O brasão, símbolo de uma universidade, constitui-se na sua imagem mais sintética, aquela que os olhos primeiro captam e a memória regista, associando com a instituição. (ALMEIDA FILHO, 2011)

LATIM NOS BRASÕES DE ALGUMAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: NORDESTINAS

Até o início do século XIX, na condição de colônia de Portugal, não existiam cursos superiores no Brasil. Em 1808, com a chegada de D. João VI, foi criada a Escola de Cirurgia da Bahia, em 18 de fevereiro, em Salvador e pouco depois, em 2 de abril, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, que era abrigada no Hospital da Misericórdia. No século XX, foram surgindo instituições que tiveram o título “universidade” no país, sendo a primeira a Escola Universitária Livre de Manaus, criada em janeiro de 1909. Mas, a instituição pioneira a estabelecer as bases do tripé de ensino-pesquisa-extensão foi a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934. (SUCUPIRA, 1972)

Em um grupo de 20 universidades alvo desta pesquisa, este texto por restrição editorial, se limitará nas descrições dos brasões de seis universidades federais da região do Nordeste do país: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Imprescindível assinalar a criatividade e competência do heraldista e monge beneditino Irmão Paulo Lachenmayer (Ernst Lachenmayer – nome civil – 1903-1990) como criador e idealista dos brasões da maioria das universidades nordestinas brasileiras.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

O brasão da UFBA, desenhado originalmente por Vitor Hugo Carneiro Lopes e brasonado em 1956, pelo Irmão Paulo Lachenmayer (VEIGA, 2019), notabiliza a identidade visual da maior universidade da Bahia. Em 2008, o brasão foi modificado com a inclusão do ano 1808, abaixo do timbre, referindo-se ao ano de fundação da Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira a ser criada no Brasil.

O brasão apresenta-se fendido com dois campos triangulares. O campo da esquerda em prata simboliza pureza, integridade e obediência; o da direita na cor azul marinho simboliza a lealdade, justiça e perseverança. O escudo é composto por dois ramos de oliveira entremeados que significa a vida e a sabedoria. No topo do timbre estão três tochas douradas que correspondem à nobreza e ao poder. A queima de um fogo natural caracteriza a luz e a vitória. O emblema também exibe uma fita azul com inscrição em latim *Virtute Spiritus* de cor prata cuja frase inspira a ideia de que a universidade é um ambiente de virtudes e abaixo desta, o número “1808”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2021)

Figura 1: Brasão UFBA



Virtute Spiritus
Pela força do Espírito

Fonte: Universidade Federal da Bahia (2021).

Universidade Federal do Ceará (UFC)

O brasão da UFC, criado em 1965, pelo religioso alemão Paulo Lachenmayer, contém uma banda com bordas denticuladas, carregadas de três folhas de carnaubeira, a palmeira regional. Os entalhes lembram as ameias de uma fortaleza, simbolizando a força do saber e da cultura regional paraibana. Nas insígnias há três fachos de ouro e três tochas que na época de concepção do brasão representavam as áreas do conhecimento da universidade: Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências da Saúde. O lema, em latim, *Virtus unita fortior* indica a universidade como lugar de virtude, mas que uma virtude sozinha não realiza. O corpo universitário é importante quando unido. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021)

Figura 2: Brasão UFC



“Virtus Vnita Fortior”
A virtude unida é mais forte.

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2010).

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Elaborado por Irmão Paulo Lachenmayer, o brasão da UFPB apresenta elementos simbólicos da história, geografia e tradições paraibanas, em letras de ouro, sobre um mistrel azul. Campo de azul, disperso de bezantes de

prata e sobre ele três filetes ondados de prata. A flor-de-lis é o símbolo da pureza e da riqueza do conhecimento humano, conseguidos por meio da universidade. A inscrição *Sapientia Edificat*, em latim, de autoria do professor Afonso Pereira alude aos benefícios do conhecimento na formação dos indivíduos e na construção da sociedade. Inspira-se na antiga inscrição existente na fachada do prédio do Curso Regular de Humanidades, onde posteriormente funcionou a Faculdade de Direito. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2021)

Figura 3: Brasão UFPB



Sapientia Edificat
A sabedoria constrói (edifica).

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2021).

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) marcou os 100 anos de fundação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento – célula-*mater* da Instituição – com novo projeto de identidade visual baseado na remodelação do seu brasão. A nova logo foi desenhada a partir dos elementos essenciais – o semeador, o Cruzeiro do Sul e a inscrição *Ex Semine Seges*, em latim. (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, 2021)

A ideia central tem como foco o semeador iluminado pelo Cruzeiro do Sul, cuja construção do conhecimento está representada pelas sementes,

complementando a ideia de colherás (conhecimento) a partir da semente que semear. A simbologia do pode retratar a origem da UFRPE, mas também remete tanto ao campo rural quanto ao planeta, tipificando o caráter universal do conhecimento.

Figura 4: Brasão UFRPE



Ex Semine Seges
Colherás a partir da semente.

Fonte: Universidade Federal Rural de Pernambuco (2021).

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

O brasão da Universidade foi confeccionado pela Academia Brasileira de Arte, Cultura e História (ABACH). Para subsidiar o projeto, foram enviadas as informações sobre os fundadores da universidade, data da fundação, riquezas do estado etc.

Instituição de ensino de agricultura, situada no Semiárido, o brasão da UFERSA apresenta os seguintes elementos no símbolo: “a tocha – símbolo de luz, conhecimento e saber; a serpente mordendo a cauda – símbolo da ciência, da prudência, da astúcia e da eternidade”. No lado superior à direita do escudo há uma roda de moinho que significa poder, sabedoria, acuidade no investigar e governar. A frase latina *Per Scientia Aridam Terram Floret* no brasão refere-se ao antigo sonho de decifrar a Caatinga e preconiza que a

ciência floresce através da terra seca. (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, 2018)

Figura 5: Brasão UFRSA



Per Scientiam Aridam Terram Floret
A ciência floresce através da terra seca.

Fonte: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2018).

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Idealizado por Paulo Lachenmayer, na década de 1970, as cores do escudo fazem alusão às límpidas do Rio Sergipe para cujas margens a capital do Estado foi transferida. O sentido simbólico das águas do rio atribui nome ao estado e aos seus primeiros habitantes, a tribo dos siris. No escudo da Universidade, a fluência do rio, que cresce até diluir-se na plenitude dos mares, representa o estímulo aos que procuram sabedoria seja pela de suas águas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2021)

Representativa também é a fecundidade do crustáceo, cujas larvas flutuam no rio e nele se desenvolvem (*fluendo crescit*). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2021) No escudo eles são representados pelo torneado em barra com o contorno frontal do siri. É preciso fluir/caminhar/estudar para obter crescimento/conhecimento. São assim suficientes os dois símbolos para

expressar o lema que enobrece tanto a cátedra docente como os discentes da universidade sergipana.

Figura 6: Brasão UFS



Fluendo Crescit
Flutuando cresce.

Fonte: Universidade Federal de Sergipe (2021).

CONSIDERAÇÕES

O latim pode ser até considerado uma língua “morta”, mas o seu *status* continua vivo. Extremamente lógica e organizada em sua estrutura, o seu estudo e as vantagens advindas dessa língua estão mais vigentes do que nunca. Este texto apresenta uma síntese histórica sobre importância do latim e a relevância desta língua para a representação da identidade institucional das universidades, cuja inscrição em seus brasões expressa a personalidade, traduz o ideal da instituição vinculado à missão, à visão e aos valores que constituem a base do que se propõem para o ensino, a pesquisa e a extensão. As inscrições em latim nas divisas institucionais também demonstram a atualidade de uso na contemporaneidade.

A língua latina, décadas atrás, era presença constante nas grades curriculares, principalmente nas instituições acadêmicas, e sua importância não se dava apenas pela presença maciça na história e na literatura das civilizações antigas. É notório, sobretudo, que a língua latina permite cultivar o raciocínio

e aguçar a mente para o pensamento crítico. Por conseguinte, pode-se compreender o valor didático do ensino da língua latina como parte da formação na academia e como objeto de estudo para o avanço das pesquisas científicas não só na Linguística, mas em áreas interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. *A universidade clássica: aula ministrada no Mestrado Interdisciplinar sobre Universidade*. Salvador: Edufba, 2011.
- AMARANTE, J. *Latinitas: leitura de textos em língua latina*. Salvador: Edufba, 2015. v. 2.
- BASTOS, J. P. *A missão das universidades na investigação científica*. Salvador: Imprensa Vitória, 1957. v. 1.
- LAUAND, L. J. *Cultura e educação na Idade Média: textos do século V ao XIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEITE, F. F. *Inscrições em latim sob uma abordagem dialógica: um estudo no contexto do Cariri cearense*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- LOUREIRO, M. A. S. *História das universidades*. São Paulo: Estrela Alfa, 1960.
- PAVANETTO, C. *Parvum Verborum Novatorum Léxicum: apparavit. Latinitas Opus Fundatum in Civitate Vaticana*, Vatican, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/institutions_connected/latinitas/documents/rc_latinitas_20040601_lexicon_it.html. Acesso em: 22 ago. 2020.
- POGGIO, R. M. G. F. *Iniciação ao estudo do latim*. Salvador: Edufba, 1996.
- SUCUPIRA, N. (org.). A condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira. In: ENCONTRO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, 1., 1972, Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1972. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26723. Acesso em: 16 maio 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Manual de identidade visual*. Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://www.ufba.br/manual-de-identidade-visual>. Acesso em: 12 maio 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Brasão D'armas da Universidade Federal da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 2021. Disponível em: <http://www.ufpb.br/antigo/content/brasao-da-universidade-federal-da-paraiba>. Acesso em: 28 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Brasão e marcas da UFS. Aracaju: UFS, 2021. Disponível em: <https://divulgacoes.ufs.br/pagina/3217>. Acesso em: 26 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Manual de identidade visual*. Fortaleza: UFC, 2010. Disponível em: https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/identidade_visual/manual-de-identidade-visual-da-ufc.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. *Manual de identidade visual*. Recife: UFPE, 2021. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/marca-e-identidade-visual>. Acesso em: 28 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. *Manual de identidade visual da UFERSA*. Mossoró: UFERSA, 2018. Disponível em: <https://assecom.ufersa.edu.br/identidade-visual/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

VEIGA, P. *Irmão Paulo Lachenmayer: um artista alemão no Mosteiro Beneditino da Bahia no Brasil*. Salvador: Edufba, 2019.

CAPÍTULO 11

ATITUDES LINGUÍSTICAS DE FALANTES DO QUILOMBO SÃO BRAZ - BAHIA¹

Daisy Cordeiro dos Santos
Jacyra Andrade Mota

¹ Os resultados apresentados neste capítulo são desdobramentos da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado *Sambando na cara da sociedade: a resistência na atitude e nos usos linguísticos no contexto do Samba Chula de São Braz*, defendida em 2019 (Universidade do Estado da Bahia).

INTRODUÇÃO

A língua é um fenômeno social e está sujeita ao curso da história, às mudanças e transformações socioculturais. Segundo Sapir (1969, p. 27), “a língua é, antes de tudo, um produto cultural ou social, e assim deve ser entendida”. Assim, língua e cultura são indissociáveis, não se pode trabalhar com uma prescindindo a outra. Desse modo, ser falante de uma língua não se limita a questões linguísticas, é um processo de pertencimento socio-cultural no qual o indivíduo não só é usuário da língua, mas também dos modos de viver dessa cultura.

Este estudo é orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e em pesquisas que abordam as atitudes linguísticas e tem por objetivo observar e descrever as atitudes linguísticas dos moradores do Quilombo São Braz. Conforme Bortoni-Ricardo (2014, p. 42), atitudes linguísticas são “[...] sentimentos positivos ou negativos que os falantes nutrem em relação a línguas ou variedades”. O ato de falar representa muito mais que transmissão e recepção de signos. Somos avaliados, admirados ou odiados dependendo da forma como uma língua ou variedade linguística é julgada. Esse julgamento está além das questões gramaticais: o fator social condiciona as atitudes linguísticas. Com isso, não apenas a língua, a variedade ou a variante é avaliada, mas também o seu falante.

A metodologia adotada se pautou na pesquisa qualitativa e empregou uma abordagem direta para análise das atitudes linguísticas, por meio da aplicação de um questionário. As questões elaboradas para a pesquisa tinham o propósito de verificar a consciência linguística dos informantes acerca da própria fala, da variação diatópica e da diageracional. Para a entrevista, foram selecionados informantes nascidos e radicados no Quilombo São Braz, que responderam sobre o próprio modo de falar e o de falantes de outros locais.

São Braz foi, inicialmente, um engenho, construído entre os séculos XVII e XVIII que, após passar por vários proprietários e sucumbir ao declínio do mercado açucareiro na Bahia, foi abandonado e se tornou quilombo, servindo de moradia para os antigos escravizados do engenho e seus descendentes e segue como território de resistência, visto que parte das suas terras hoje é

ocupada pela plantação de bambu de uma empresa de papel; e o depósito de lixo a céu aberto da Prefeitura Municipal de Santo Amaro, próximo à área de trabalho dos pescadores e marisqueiras. Em 2009, São Braz recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares em 2009 e encontra-se em processo de regularização fundiária.¹ A comunidade fica a aproximadamente 12 quilômetros da sede do município de Santo Amaro, no Território de Identidade Recôncavo, no estado da Bahia. É uma região socioeconomicamente desfavorecida e as principais fontes de renda dos moradores são a pesca artesanal e a mariscagem, além da produção de palitos de bambu para churrasco, do comércio e da agricultura. (CORDEIRO, 2019)

A comunidade quilombola tem cerca de 196 grupos familiares, totalizando mais de 742 moradores, segundo Carvalho (2016). O quilombo permanece como território de resistência, visto que parte das suas terras hoje é ocupada pela plantação de bambu da empresa de papel Penha, responsável ainda por danos ambientais e à saúde da população; e o depósito de lixo a céu aberto da Prefeitura Municipal de Santo Amaro, próximo à área de trabalho dos pescadores e marisqueiras. (FERNANDES, 2014)

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Sociolinguística estuda fenômenos linguísticos analisando a sua relação com fatores sociais, como idade, sexo/gênero, escolaridade, aspectos históricos e étnico-culturais, situação de interação e o contexto externo em que ocorrem os fatos linguísticos. O estudo da língua como fenômeno social desfaz, portanto, a crença da homogeneidade linguística. A perspectiva sociolinguística se opõe às posições teóricas que consideram que o objeto de estudo da linguística é a língua isolada de seu contexto social. O termo Sociolinguística foi usado pela primeira vez por Currie nos anos 1950 e, desde então, esse campo da linguística vem se consolidando ao longo do tempo como responsável por estudar a relação entre língua e sociedade. Conforme Hernández-Campoy

1 Foi aberto processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2009 e em dezembro de 2019, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), documento necessário para a titulação coletiva das famílias do quilombo de São Braz, foi publicado no Diário Oficial da União.

(2014), a base disciplinar da Sociolinguística é constituída pelos estudos de Dell Hymes e sua formação em antropologia e folclore; de John Gumperz e seus estudos de etnografia interacional; de Joshua Fishman com a sociologia da linguagem; e de William Labov com a linguística da variação. Além da Etnografia, Antropologia e da Sociologia, a Dialetologia também contribuiu para o patrimônio epistemológico da Sociolinguística, que também foi uma reação contra os paradigmas chomskyanos e saussureanos, além das práticas dialetológicas tradicionais.

Hernández-Campoy (2014) alerta que a Sociolinguística não se resume à laboviana, pois há outras perspectivas. Com isso, Labov não foi o primeiro estudioso a perceber a importância do fator social na língua. A Sociolinguística beneficiou-se das ciências sociais vigentes na época, tanto teórica como metodologicamente por meio da pesquisa de campo. Assim sendo, a pesquisa sociolinguística orienta-se por procedimentos metodológicos adequados ao trabalho de campo escolhido, a depender de temas e interesses do pesquisador. O campo, no caso, pode se referir a uma comunidade, que pode ser um local urbano ou rural, e seus contextos sociais específicos de interação verbal, como o contexto familiar, escolar ou religioso. Entretanto, a Sociolinguística não inaugurou o método de entrevista de campo, já que na Dialetologia Tradicional² os pesquisadores já entrevistavam pessoas para obter dados linguísticos, mas sem realizar a categorização dos informantes.

Os estudos sobre as atitudes linguísticas foram iniciados na área da Psicologia Social. Posteriormente, os linguistas desenvolveram estudos nessa área. A pesquisa sobre atitudes tem sido conduzida de acordo com duas abordagens psicológicas: a visão behaviorista (ou comportamentalista) e a visão cognitiva (ou mentalista). Ambas as teorias consideram que os indivíduos não nascem com atitudes, mas sim que aprendem, principalmente durante a socialização durante a infância e a adolescência. A visão behaviorista das

2 As pesquisas na área da Dialetologia Tradicional concentram-se em uma variedade falada por apenas um tipo social de informantes (ou grupo social). Portanto, elas seguem uma abordagem monodimensional, priorizando a diatopia, com informante topoestático, focando principalmente na produção linguística dos chamados "NORMs (nonmobile, older, rural males)" (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 57), ou seja, homens mais velhos, sedentários e rurícolas.

atitudes argumenta que elas podem ser inferidas por meio das respostas que um indivíduo dá a situações sociais. No entanto, esta abordagem é muito criticada por considerar a atitude como a única variável dependente e, portanto, o único determinante do comportamento de um indivíduo (ou seja, que existe uma correlação perfeita entre atitude e comportamento). Outros fatores como idade, sexo/gênero, procedência etc. também podem influenciar o comportamento. Portanto, assim como o behaviorismo, a visão behaviorista das atitudes foi amplamente desacreditada. A maioria das pesquisas de atitude adota a visão cognitiva. Uma abordagem cognitiva vê as atitudes como um “estado interno de prontidão”, que quando despertado por estimulação de algum tipo afetará as respostas do indivíduo. Nessa perspectiva as atitudes não são diretamente observáveis, só podem ser obtidas pelos relatos dos informantes sobre suas percepções. (MCKENZIE, 2010)

A primeira pesquisa realizada para analisar as atitudes linguísticas ocorreu no Canadá, na década de 1960, e envolveu dois grupos de estudantes universitários canadenses, um composto por francófonos e outro por anglófonos. Lambert e outros pesquisadores utilizaram a técnica *matched-guise*, que consiste em apresentar a alguns sujeitos, os juízes, um áudio com a leitura de um texto feita por uma mesma pessoa, mas em línguas diferentes. Aos ouvintes cabe julgar sobre as características do leitor, como inteligência, confiabilidade, caráter ou aparência. Sem saber que se tratava da mesma pessoa realizando a leitura em inglês e em francês, os dois grupos de estudantes avaliaram mais favoravelmente quem leu em inglês que quem leu em francês. (LAMBERT; LAMBERT, 1975) Segundo Labov (2008, p. 290) “se dado grupo de falantes usa uma variante particular, então os valores sociais atribuídos a esse grupo serão transferidos a essa variante linguística”. A atitude que um sujeito tem em relação ao seu grupo social e a outros ele terá em relação à língua ou variedade do seu grupo e a de uso de indivíduos pertencentes a outras comunidades. De acordo com Moreno Fernández (1998, p. 179-180, tradução nossa):

A atitude linguística é uma manifestação da atitude social dos indivíduos distinguida por centrar-se e referir-se especificamente tanto à língua como ao uso que dela se faz na sociedade, e ao falar de “língua”

incluímos qualquer tipo de variedade linguística: atitudes em relação a estilos diferentes, socioletos diferentes, dialetos diferentes ou línguas naturais diferentes.³

É por meio das atitudes dos falantes que determinada língua ou variedade linguística pode ser estigmatizada ou prestigiada. Além disso, se a atitude linguística for extremamente negativa, pode acontecer a “morte” de uma língua, outrora usada por antepassados e negada pelas gerações mais novas (AGUILERA, 2008); e tem ainda a importância de prever se determinada variação tenderá à mudança, levando-se em conta seu *status* de prestígio, conforme Moreno Fernández (1998, p. 179, tradução nossa):

Uma atitude favorável ou positiva pode fazer com que uma mudança linguística cumpra-se mais rapidamente, que em determinados contextos predomine o uso de uma língua em detrimento de outra, que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira seja mais eficaz, que certas variantes linguísticas restrinjam-se aos contextos menos formais e outras predominem nos estilos monitorados. Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística.⁴

Assim, o estudo sobre atitudes linguísticas é fundamental para a compreensão da percepção linguística dos falantes, que contribui para a dinâmica dos processos sociocognitivos de variação e mudança linguísticas.

3 “La *actitud lingüística* es una manifestación de la actitud social de los individuos, distinguida por centrarse y referirse específicamente tanto a la lengua como al uso que de ella se hace en sociedad, y al hablar de ‘lengua’ incluimos cualquier tipo de variedad lingüística: actitudes hacia estilos diferentes, sociolectos diferentes, dialectos diferentes o lenguas naturales diferentes”.

4 “Una actitud favorable o positiva puede hacer que un cambio lingüístico se cumpla más rápidamente, que en ciertos contextos predomine el uso de una lengua en detrimento de otra, que la enseñanza-aprendizaje de una lengua extranjera sea más eficaz, que ciertas variantes lingüísticas se confinen a los contextos menos formales y otras predominen en los estilos cuidados. Una actitud desfavorable o negativa puede llevar al abandono y el olvido de una lengua o impedir la difusión de una variante o un cambio lingüístico”.

ANÁLISE DOS DADOS

Na presente pesquisa, buscamos identificar as atitudes linguísticas dos moradores de São Braz em relação à língua portuguesa e suas variedades. Para isso, foram analisadas as respostas dos participantes de modo a verificar suas atitudes em relação à própria fala, à fala da comunidade e à variação linguística. A metodologia adotada para este trabalho foi participativa e incluiu visitas à comunidade de São Braz para observação e entrevistas gravadas. As questões da entrevista foram elaboradas pela pesquisadora (CORDEIRO, 2019), sendo algumas baseadas na pesquisa de Labov (2006), e incluiu perguntas como “O que você acha da sua própria fala?”, “Você já tentou mudar sua fala?”, “Você acha que existe um modo de falar mais correto ou mais bonito que outro?” e “Como você caracteriza a fala de São Braz?”. Neste capítulo, selecionamos as respostas de quatro informantes, RNS, ZMPS, MS e AOB,⁵ tendo como principal critério de escolha o fato de serem nascidos e radicados em São Braz.

RNS é mulher, 65 anos e cursou até a quarta série do ensino fundamental. Nasceu e mora em São Braz, onde trabalha como pescadora artesanal. Sobre a fala na comunidade, a moradora respondeu:

Doc. *Como a senhora caracteriza a fala do povo de São Braz? A senhora percebe alguma diferença?*

Inf. *Eu não acho diferença nenhuma.*

Doc. *Nenhuma, né?*

Inf. *Eu acho a... apesar de ser um interior as pessoas aqui tem um português...*

Doc. *É?*

Inf. *[inint] uma ou outra pessoa que dá uma pedradazia assim, mas... [risos] é de leve*

[risos]

A informante RNS afirma ainda que todos(as) “falam bem”, tendo assim uma atitude positiva quanto à fala do seu grupo social.

5 A transcrição das falas procura reproduzir alguns fatos fonéticos documentados, utilizando os recursos do sistema ortográfico.

RNS considera de forma positiva sua fala, embora também deseje ter domínio do português culto:

Doc. *E sobre o seu modo de falar, o que a senhora acha?*

Inf. *Ah, eu acho muito legal [risos].*

Doc. *Tem orgulho?*

Inf. *Eu procuro pesquisá, eu vejo as pessoa falá e eu vou [inint] tá entendeno?*

Sobre a variação linguística, RNS acredita que há um modo mais correto de falar que outro:

Doc. *A senhora acha que existe um modo de falar mais correto, mais errado?*

Inf. *Ah é. Algumas pessoas falam mais errado... como é que chama mêmo, “laje” tem pessoas que fala “laixe”; “foice” chama “fôça” e... entendeno? [risos]*

Para RNS, a escolaridade não é o principal fator para obter domínio do português culto:

Doc. *Você acha que pode distinguir um rico de um pobre só pelo jeito de falar?*

Inf. *Não, muitas veze o pobre sem estudo fala até muito mais, fala muito mais bonito que o que tem estudo e que é rico.*

Doc. *É?*

Inf. *Porque aqui mesmo tinha um que tinha um português... sensacional! [inint] ele tinha um português... não sabia lê, mas falava muito bem. Mas já faleceu. Deus o tenha.*

ZMPS é mulher, 69 anos e estudou até o primeiro ano do ensino fundamental. É sambadeira e marisqueira, nasceu e mora em São Braz. Trabalhou por um tempo em Salvador, mas nunca morou na capital. A respeito da fala no quilombo de São Braz, a informante não percebe modos diferentes de falar entre os moradores:

Doc. *Como a senhora caracteriza a fala do povo de São Braz? A senhora percebe alguma diferença?*

Inf. *Não [inint] eu não pecebo puque eu tombém eu falo a merma coisa deles.*

Doc. *Entendi.*

Inf. *Eu acho que num tem é diferença nenhuma.*

A informante ZMPS considera que sua fala é diferente da fala ensinada na escola e demonstra interesse em ter acesso à norma padrão:

Doc. *E sobre o seu modo de falar, o que a senhora acha?*

Inf. *Eu falo é assim mesmo... [risos]*

Doc. *Acha que é bonito, gosta, queria falar de outra forma...?*

Inf. *É, puque é bom a gente aprendê mais, falá melho, né?*

Doc. *E o que é falá melhor?*

Inf. *[inint] melho puque tem coisa que a rente fala errado, né? Puque a gente... nós brasilêro, a gente fala muitas... muitas coisas errado. Não fala não? Fala, a gente sente [inint] vê.*

A respeito da variação linguística, a informante ZMPS não só tem percepção da sua existência como a considera natural:

Doc. *Você... a senhora acha que existe um modo de falar correto, bonito ou é tudo a mesma coisa?*

Inf. *Tem gente que fala bonito, cê tá entendeno?*

Doc. *Tô.*

Inf. *Tem gente que fala bonito, tem uns que... mas é assim mermo, ser humano é assim memo, né minha fia?*

Doc. *É...*

Ao ser perguntada se gostaria de falar da mesma forma que outra pessoa, ZMPS cita o jornalista William Bonner, por falar “bonito”:

Inf. *Ah, sim... Esse o Willian Bonni fala bonito, Willian Boni fala muito bonito.*

Contudo, ZMPS identifica que nem sempre os profissionais de comunicação seguem a norma padrão e dá como exemplo o apresentador de televisão Carlos Roberto Massa, conhecido como Ratinho, que em algumas situações “escapula”, ou seja, faz uso de variantes não padrão:

Inf. *Ratinho tem hora que ele escapula.*

Doc. *É?*

Inf. *É, cê tá entendeno? Que até eles mermo, acho que ele... tá entendeno? Ratinho...*

ZMPS demonstra ainda ter percepção das diferenças linguísticas entre membros de diferentes classes sociais e do uso da fala pelos dominantes para depreciar, oprimir a classe dominada:

Doc. *A senhora acha que pode distinguir uma pessoa rica de uma pessoa pobre só pelo jeito de falar?*

Inf. *É, puque tem gente... tem gente rico que gosta de... somente ni falá já tá homilhano a gente. É.*

Doc. *Então a senhora acha que só pela fala...*

Inf. *Só pela fala... é. Só pela fala [...]*

O participante MS tem 63 anos, gênero masculino, estudou até o segundo ano do primário (ensino fundamental), nasceu e mora na comunidade negra São Braz, onde é pescador.

O informante MS não percebe diferenças na fala dos quilombolas de São Braz:

Doc. *Ahn: como o senhor caracteriza a fala de São Braz? Aqui... as pessoas daqui falam de forma diferente ou...*

Inf. *Não, fala igual.*

Doc. *Todo mundo?*

Inf. *Todo mundo [risos].*

Doc. *Não tem nada de especial?*

Inf. *Não tem não.*

A respeito da própria fala, MS confirma sentir orgulho:

Doc. *E sobre o seu modo de falar, o que o senhor acha?*

Inf. *[risos] Acho bem, acho bom, né?*

Doc. *Acha bom? Tem orgulho?*

Inf. *Tem orgulho é, ixato.*

MS também acredita que um modo mais correto de falar que outro, conforme podemos conferir:

Doc. *Ahn: o senhor acha que existe um modo de falar mais correto ou mais bonito que outro?*

Inf. *Quem estuda mais, fala melhó, né?*

Doc. *E o que é falar melhor?*

Inf. *É tê a língua mais solta, não falá as palavra errada [risos].*

Doc. *Das pessoas que moram aqui em São Braz, quem o senhor poderia dizer que fala bem?*

Inf. *F meu primo.*

Doc. *F? Por que o senhor acha isso?*

Inf. *Eu não sei, ele fala bem, exprica as coisa bem, eu acho ele uma pessoa muito sábia nisso aí.*

MS acredita que quanto menor a escolaridade, maior o uso de variantes não padrão:

Doc. *Na sua opinião, pessoas que não vão à escola falam errado?*

Inf. *Falam errado, falam errado.*

O informante acredita ainda que o fator classe social influencia na fala dos sujeitos:

Doc. *Ahn: o senhor acha que pode distinguir um rico de um pobre pelo modo de falar?*

Inf. *Acho.*

Doc. *Acha? Acha que vai ter o quê de diferente?*

Inf. *O estudo, né?*

Doc. *O estudo?*

Inf. *O rico estuda mais que o pobre.*

AOB é mulher, tem 40 anos, nasceu e mora em São Braz, onde vive como marisqueira. Estudou até o sexto ano do ensino fundamental.

A respeito da fala na comunidade onde vive, a informante AOB respondeu:

Doc. *Como você caracteriza a fala do povo de São Braz?*

Inf. *(risos) normal...*

Doc. *Acha que o pessoal daqui fala bem?*

Inf. *Pra mim é normal, é...*

Sobre a própria fala, AOB tem uma atitude positiva:

Doc. *E sobre o seu modo de falar, o que você acha?*

Inf. *Ah... Eu acho bom.*

Doc. *Acha bom?*

Inf. *Eu acho.*

Doc. *Mudaria alguma coisa [na sua fala], queria falar igual a alguém?*

Inf. *Não: aprenderia mais, né?*

Doc. *E esse aprender mais seria como? Na escola ou fora?*

Inf. *Também. Quando a gente lida com pessoas a gente aprende, né? Coisas boas [...] a gente aprende com a vida, com as pessoas que convive.*

AOB tem atitude positiva em relação à sua fala, mas gostaria de aprender mais, sendo esse aprendizado obtido tanto por meio da escolarização quanto por interação social.

AOB não acredita em maneiras mais corretas de falar que outras, conforme seu depoimento:

Doc. *[...] Você acha que existe um modo de falar mais correto, mais bonito que outro?*

Inf. *Não sei... porque cada um tem seu jeito de falar... é... todos os lugares tem seu modo de falá, né? De se expressá... então não tem como dizê assim que é errado, né? Porque às vezes você fala uma palavra, você acha que tá certo, mas outra pessoa acha que tá errado, do jeito que você se expressa...*

A informante AOB além de reconhecer a existência da variação diatópica (“todos os lugares tem seu modo de falá, né?”), valoriza a fala do seu grupo social e com isso valoriza sua cultura, sua identidade. Do contrário, “ao rejeitar sua identidade linguística, mudando seu modo de falar para sugerir origens sociais ou regionais que na verdade não possui, o falante está revelando uma

deslealdade linguística”. (BOTASSINI, 2015, p. 122) Desse modo, AOB tem uma atitude positiva tanto em relação à sua variedade linguística quanto ao grupo social ao qual pertence. Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 33):

Essas crenças sobre a superioridade de uma variedade ou falar sobre os demais é um dos mitos que se arraigaram na cultura brasileira. Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo, um instrumento identitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social. Ser nordestino, ser mineiro, ser carioca etc. é um motivo de orgulho para quem o é, e a forma de alimentar esse orgulho é usar o linguajar de sua região e praticar seus hábitos culturais.

Ademais, alguns informantes afirmaram que existe um modo de falar “bonito” e conseqüentemente, há modos “feios” de falar. A crença de existir uma variedade linguística ou uma língua mais “bonita” que as outras não é exclusividade dos entrevistados. Segundo Alkmim (2001, p. 42), “[...] os julgamentos sociais ante a língua – ou melhor as atitudes sociais – se baseiam em critérios não linguísticos: são julgamentos de natureza política e social. Não casual, portanto, que se julgue feia a variedade dos falantes de origem rural, de classe baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas”. O curioso é que os informantes não apontam a fala local ou a própria fala como “errada” ou “feia”, pelo contrário, afirmam que não identificam diferenças relevantes e que gostam, sentem orgulho. Ainda que todos tenham baixa escolaridade e sejam de uma comunidade de poucos recursos socioeconômicos, eles apresentaram atitudes linguísticas positivas.

CONCLUSÃO

Conforme exposto, os resultados apontaram que os falantes têm percepção da variação linguística, acreditam que não há diferenças na fala do povoado e almejam dominar a variedade culta da língua, mas também apresentam atitude positiva quanto à própria fala e à da comunidade, demonstrando valorização da identidade do grupo social. Os participantes acreditam ainda que é preciso ter acesso à escola para adquirir segurança linguística e que pessoas

menos favorecidas economicamente têm mais dificuldade para estudar e dominar a norma padrão da língua.

A crença sobre falar “errado” ou falar “feio” também está presente nos comentários dos informantes, o que pode evidenciar uma atitude negativa em relação à variação linguística. Apenas uma entrevistada afirmou que falar diferente não é errado. Com isso, percebemos que é preciso difundir mais os estudos linguísticos sobre a variação linguística e realizar mais pesquisas sobre atitudes linguísticas de modo que o falante não especialista no estudo da língua seja capaz de perceber as diferenças, mas sem preconceitos, sem julgamentos de “feio”, “errado”, “melhor” ou “pior”. Ademais, é preciso que o ensino de Língua Portuguesa siga uma abordagem sociolinguística, a fim de que os indivíduos desenvolvam uma atitude linguística positiva sobre a variação linguística.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos linguísticos*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 105-112, 2008.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: 1ª parte. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. v. 1. p. 21-47.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Manual de sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- BOTASSINI, J. O. M. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a sociolinguística. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, n. 18, p. 102-131, 2015.
- CARVALHO, A. P. C. Comunidades remanescentes de quilombos do Recôncavo da Bahia: conflitos territoriais e articulações identitárias. In: OLIVEIRA, R.; CARVALHO, A. P. C.; MÜLLER, C. B. (org.). *Territorialidades negras em questão: conflitos, lutas por direitos e reconhecimento*. Cruz das Almas: Ed. UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 13-28.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *La dialectología*. Madrid: Visor Libros, 1994.

- CORDEIRO, D. *Sambando na cara da sociedade: a resistência na atitude e nos usos linguísticos no contexto do Samba Chula de São Braz*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.
- FERNANDES, M. B. (coord.). *Relatório antropológico de contextualização histórica e geográfica do território da comunidade quilombola São Braz - município de Santo Amaro/BA*. Salvador: INCRA, 2014.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. Research methods in Sociolinguistics. *AILA Review*, Winterthur, v. 27, p. 5-29, 2014.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, W. *The social stratification of english in New York City*. Cambridge: University Press, 2006.
- LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. *Psicologia social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MCKENZIE, R. M. *The social psychology of english as a global language: attitudes, awareness and identity in the Japanese context*. Dordrecht: Springer, 2010.
- MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.
- SAPIR, E. Língua e ambiente. In: SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62.

CAPÍTULO 12

ELA MORA EM TEXÊRA ~ ELA MORA NI TEXÊRA

A variação do uso da preposição
em/ni no português rural
afro-brasileiro da Bahia

Angelo Gabriel Almeida Silva Freitas
Ramon Arend Paranhos

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, descrevemos os fatores sociais e linguísticos que favorecem o uso das preposições EM e NI em 48 amostras de fala de informantes do português afro-brasileiro (PAB) do estado da Bahia, sendo 12 de cada comunidade, a saber: Helvécia, no município de Nova Viçosa; Cinzento, no município de Planalto; Sapé, no município de Valença; e as comunidades de Barra e Bananal, localizadas no município de Rio de Contas. O acervo faz parte do banco de dados do projeto Vertentes, coordenado pelo Prof. Dr. Gredson Santos e pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi. Para realização deste estudo, fazemos uso dos pressupostos da abordagem teórica da Sociolinguística Variacionista, verificando a existência de processos de variação e de mudança bem como contribuindo na identificação de relações que são estabelecidas entre sociedade e linguagem. (LABOV, 2008; PAIVA; DUARTE, 2003; TARALLO, 1985; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006)

Esta investigação é norteada pela análise de que a existência da variação entre EM e NI no português brasileiro (PB) é um dos tantos fenômenos que o diferencia do português europeu (PE), sendo um fenômeno resultante da situação do contato linguístico que houve com línguas africanas e, desse modo, concordamos com as discussões feitas na literatura sobre o tema. (ALBUQUERQUE; NASCIMENTO, 2013; PAES, 2013; RIBEIRO, 2019; SOUZA, 2015)

Partimos da hipótese de que o uso do NI, em termos quantitativos, deve apresentar considerações relevantes, tendo em vista os processos de formação dessas comunidades que mantiveram contato com falantes de línguas africanas. Com relação aos fatores linguísticos, tínhamos como hipótese que o uso de NI seria favorecido: i) ao anteceder vogais, porque antes delas seria possível manter contexto “consoante-vogal”, mesmo diante de outra vogal; ii) ao anteceder artigos indefinidos, pois esses resultados já tinham sido apresentados em estudos anteriores, como o de Souza (2015); iii) em construções locativas, que tendem a ser menos abstratas (ARAÚJO; SOUSA, 2015); iv) em sintagma nominal (SN) com traço [+ animado], considerando o uso do nome de pessoas (“vou ni Rita”) para indicar lugares, antes dos quais não se

faz uso de artigo definido nos falares baianos; v) em sintagma preposicionado (SPREP) em posição inicial da frase, sob a hipótese de que a posição interna à frase favoreceria o uso do EM; e vi) em SPREP que sucede verbos, tendo em vista a hipótese de que complementos locativos favorecem o uso de NI.

Ao analisar os dados, concluímos que o fenômeno está em variação e não demonstra processo de mudança, o que é importante para afirmar que NI faz parte da gramática dessas comunidades, não sendo uma influência da urbanização ou da ampliação dos meios comunicativos. Algumas hipóteses relacionadas aos fatores linguísticos foram corroboradas, enquanto outras não demonstraram ser relevantes para a descrição do fenômeno em estudo, como a posição do SPREP e a classe que antecede o SPREP.

Este texto é subdividido em três partes. Na primeira, apresentamos brevemente alguns estudos sobre o fenômeno da variação de NI e EM. Em seguida, expomos e descrevemos os dados coletados mais relevantes com base em fatores sociais e linguísticos. Na terceira parte, discutimos sobre a importância desses dados para o quadro das teorias de contato linguístico.

NI RIBA DE ALGO ~ EM RIBA DE ALGO: A VARIAÇÃO ENTRE EM E NI

As gramáticas normativas caracterizam que há possibilidade da preposição EM ser contraída com artigo (*em + a = na; em + o = no*), atribuindo o sentido de definição da entidade a qual se refere, enquanto a ausência atribui leitura genérica, como nos exemplos e (1) e (2):

- (1) a. Eu adoro ir *EM* festa.
- b. Eu adoro ir *NA* festa.
- (2) a. Ele tem sorte *EM* jogos.
- b. Ele tem sorte *NOS* jogos.

Essa generalização incorre em problemas quando se faz um estudo de descrição de usos concretos da língua, pois descarta as possibilidades de SN sem determinantes terem leitura definida ou específica (MULLER, 2002; OLIVEIRA; MEZARI, 2012), projeta que a ausência de artigo leva

necessariamente a uma interpretação genérica e, principalmente, não leva em consideração as possibilidades de variação que existem no uso concreto da língua. Neste estudo, assumimos que, em contextos como em (1^a) e (2^a), conforme discussões de Castilho (2010), a preposição locativa EM pode variar com NI, sem que haja mudança de significado, como nos exemplos em (3):

- (1) a. *EM* Planalto, nesse dia nós num vêi embora não (CZ-01).
- b. Eu tava, tava *NI* Texêra com ele (HV-03).

Para investigar processos de variação e de mudança das preposições locativas EM e NI como resultado do contato entre línguas na formação do PAB, foram analisadas amostras de fala das quatro comunidades rurais do estado da Bahia supracitadas, compostas majoritariamente por afrodescendentes. As comunidades têm suas origens ligadas ao passado escravocrata da sócio-história brasileira, sendo formadas ou por antigos quilombos – como Cinzento e, provavelmente, as comunidades de Barra e Bananal – ou por ex-escravizados que receberam doações de terras com declínio das produções agrícolas escravagistas – como Helvécia e Sapé. (LUCCHESI et al., 2009)

EM ~ NI: FATORES DA VARIAÇÃO NO PAB DA BAHIA

Após a coleta e audição das amostras de fala para a confirmação das ocorrências, foi feita a codificação dos dados, comparando com variáveis extralinguísticas e linguísticas. Os dados codificados foram submetidos ao Goldvarb X¹ para verificação de peso relativo. No total, foram quantificadas 1.131 ocorrências, sendo 866 da variante EM, 76,6% do total, e 265 da variante NI, equivalente a 23,4% do total.

1 Programa estatístico que analisa fenômenos variáveis. O uso desse programa possibilita obter: as frequências em que ocorrem as variantes, a partir dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos selecionados; os contextos que possivelmente favorecem o uso de uma variante; e, entre outros, a probabilidade de ocorrência das variantes, por meio do seu peso relativo e do nível de significância considerado na escolha dos contextos relevantes. A partir da observação desses fatores, é feita a análise quantitativa dos dados em que o pesquisador investiga se o fenômeno estudado está em variação ou se está ocorrendo um processo de mudança. (FIGUEIREDO, 2004)

Os dados de variação de EM e NI são descritos aqui em dois subtópicos: no primeiro apresentamos os resultados da quantificação por grupo de fatores sociais, como comunidade, sexo, estadia fora da comunidade e faixa etária; no segundo, expomos os resultados das variáveis linguísticas consideradas significativas pelo programa Goldvarb X na ordem em que foram selecionadas: classe de palavras do termo que sucede a preposição; contexto fonológico subsequente à preposição; animacidade do SN e, por fim, função sintática SPREP.²

Fatores sociais

Com base na frequência dos dados da comunidade de Cinzento, observamos maior ocorrência da preposição NI com 33,4%, seguida da comunidade de Rio de Contas, onde foram registrados 24,2% das ocorrências, e das comunidades de Helvécia e de Sapé, que apresentam quantitativos próximos, respectivamente 18,6% e 17,3%. De acordo com o programa a que se submeteram os dados, essa variável foi considerada a segunda mais significativa, com os seguintes pesos relativos: .671, .547, .413 e .374 (Log likelihood = -527.238 Significance = 0.012), respectivamente. Salienta-se que, como a preposição NI é a variante considerada não padrão no português, os pesos relativos foram calculados colocando-a em evidência.

Tabela 1: Uso de EM e NI por comunidade

Comunidade	Variante	Em	Ni	Total
		Ocor/%	Ocor/%	
Helvécia		267 / 81,4%	61 / 18,6%	328
Rio de Contas		147 / 75,8%	47 / 24,2%	194

2 Foram descartadas, nesta etapa do projeto, orações em que: os falantes utilizam a preposição sem ela ser requerida, como em (I); existe uma hesitação na fala do informante, exemplo em (II); e apresentam expressões cristalizadas na língua, como em (III), em que dificilmente encontraríamos ocorrência da variante NI.

I. "Agora, eu mesmo *em* pessoalmente, graças a Deus, não." (HV-01);

II. "Eu vô lá... lá *ni*... no Posto da Mata." (HV-01);

III. "[...] hoje *em* dia, as coisa tá tudo deferente." (RC-22).

Comunidade	Variante	Em	Ni	Total
		Ocor/%	Ocor/%	
Cinzento		213 / 66,6%	107 / 33,4%	320
Sapé		239 / 82,7%	50 / 17,3%	289
Total		866 / 76,6%	265 / 23,4%	1131

Fonte: elaborada pelos autores.

A diferença entre esses resultados nos possibilita supor que exista alguma relação entre a sócio-história de Cinzento e o uso recorrente da preposição NI, mas, para que essa hipótese seja testada, é necessário fazer um estudo específico dessa comunidade, atentando para as línguas africanas que serviram de base para sua formação linguística.

O fator “sexo” possibilitou identificar que o uso da variante inovadora EM é mais frequente entre as mulheres do que entre os homens, como se pode observar a frequência dos fatores na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Uso de EM e NI por sexo

Sexo	Variante	EM	NI	Total
		Ocor / %	Ocor / %	Ocor / %
Masculino		418 / 81,3%	96 / 18,7%	514 / 45,4%
Feminino		448 / 72,6%	169 / 27,4%	617 / 54,6%
Total		866 / 76,6%	265 / 23,4%	1131

Fonte: elaborada pelos autores.

Segundo Lucchesi e demais autores (2009), os informantes residem em comunidades rurais que se mantiveram em “relativo isolamento até a segunda metade do século XX” e seus papéis se resumem a trabalhos domésticos e à agricultura de subsistência, com raríssimos contatos com a zona urbana. Apesar do relativo isolamento, Lucchesi (2009) propõe que, em comunidades como Helvécia, os homens tendem a ter maior contato com o mundo exterior. Sendo eles, por exemplo, que, com maior frequência, vão às feiras vender os excedentes da lavoura. Essa pode ser a razão pela

qual as mulheres tenham um desempenho diferente dos homens, já que esses têm uma maior rede de relacionamentos e de contato com falantes de outras comunidades.

Dois fatores não demonstraram ser relevantes estatisticamente para corroborar com a hipótese de um quadro de mudança: faixa etária; e estadia fora da comunidade. Esperava-se que a faixa 3 apresentasse um quadro maior de ocorrências e esse quantitativo decrescesse nas demais faixas, levando em consideração a hipótese do contato entre o português e as línguas africanas para emergência da preposição NI. No entanto, conforme exibimos na Tabela 3, a seguir, a diferença entre as frequências por faixa apresenta índices próximos, 26%, 21%, 23%, desse modo, as duas formas se mantêm em variação e, conseqüentemente, não apresentam um quadro de mudança linguística.

Tabela 3: Uso de EM e NI por faixa etária

Variante	EM	NI	Total
	Ocor / %	Ocor / %	Ocor / %
Faixa etária*			
Faixa etária 1	248 / 77%	74 / 23%	322 / 28,5%
Faixa etária 2	351 / 78,3%	97 / 21,7%	448 / 39,6%
Faixa etária 3	267 / 74%	94 / 26%	361 / 31,9%
Total	866 / 76,6%	265 / 23,4%	1131

*Faixa etária dos informantes: 1, entre 20 e 40; 2, de 40 a 60 anos; 3, com mais de 60 anos.
Fonte: elaborada pelos autores.

Com relação ao fator estadia fora da comunidade, constatamos uma diferença quase irrelevante de uso de NI: 23% para aqueles que saíram da comunidade; e 24% para aqueles que nunca saíram da comunidade, corroborando com as ideias de que: (i) nas comunidades observadas a forma inovadora se encontra em variação com a forma canônica; (ii) o uso de NI pode ser observado também em cidades, como observou Paes (2013) ao analisar dados de Vitória da Conquista; (iii) o uso de NI, conforme defende Souza (2015), teria se difundido no português brasileiro através do êxodo rural e do contato interdialetoal entre falantes da zonal rural e da zona urbana. Os dados desse fator foram sintetizados na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Uso de EM e NI por estada fora da comunidade

Variante Estada fora da comunidade*	EM	NI	Total
	Ocor / %	Ocor / %	Ocor / %
Sim	436 / 77%	130 / 23%	566 / 50%
Não	430 / 76%	135 / 24%	565 / 50%
Total	866 / 76,6%	265 / 23,4%	1131

*Estada fora da comunidade por mais de três meses seguidos.

Fonte: elaborada pelos autores.

FATORES LINGÜÍSTICOS

Como dito anteriormente, os resultados serão apresentados levando em consideração a ordem de significação obtida pelo programa de quantificação.

A primeira variável que demonstrou ser significativa para entender a variação entre EM e NI foi a classe palavra que sucede a preposição, como exemplificado em (4)³ por: nomes próprios, (4a); nomes comuns, (4b); numerais, (4c); pronomes, (4d); advérbio, (4e); e artigo indefinido, (4f).

- (1) a. “Eu tava, tava *NI* Texêra com ele.” (HV-03);
- b. “Trabalhano *EM* casa de família.” (CZ-08);
- c. “Ele morreu *EM* oitentê ôtcho” (RC-07);
- d. “Ela num tem valô, aí ele vem botá isso *NI* eu, só que nunca pega.” (SP-05);
- e. “Sim, que minha divisa é *NI* riba da serra.” (CZ-12);
- f. “peço a Jesus Cristo que bote ela *NI* um bom lugá.” (SP-11);

Nessa variável, quando o artigo indefinido segue a preposição favorece significativamente o uso de NI, como no exemplo em (4f), com peso relativo igual .832; seguida pelo fator pronome, como no exemplo (4d), com .767 de peso relativo. Esses resultados parecem ratificar os números obtidos na

3 Dezessete ocorrências foram descartadas nesse critério para que se pudesse obter o peso relativo das demais variáveis, pois geraram *knockout*. Entre essas estavam as possibilidades de a preposição ser sucedida por verbo e por conjunção. Por essa razão não são apresentados os seus resultados.

variável contexto fonológico subsequente à preposição, em que se verifica que o contexto fonológico vocálico favorece o uso de NI, conforme Tabela 5. Próximos à média, estão os resultados referentes às classes dos nomes próprios e comuns, com peso relativo igual a .455 e .474, respectivamente, além dos dados seguidos por numeral, com .514. Já os contextos em que ocorrem um advérbio desfavorecem significativamente o uso NI, resultados que apontam para variação. A quantificação dos resultados foi sistematizada na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5: Classes de palavras que sucedem o uso de NI

Variante	Ocor / total	Frequência	Peso relativo
Classe da palavra			
Artigo indefinido	8 / 10	80%	0.832
Pronomes	67 / 117	57,3%	0.767
Numeral	6 / 46	13%	0.514
Nome comum	74 / 391	18,9%	0.474
Nome próprio	105 / 521	20,2%	0.455
Advérbio	4 / 29	13,8%	0.310
Total	264 / 1114	23,7%	-

Fonte: elaborada pelos autores.

A hipótese de que NI seria favorecido diante de artigos indefinidos foi confirmada pelos resultados. Souza (2015) encontrou resultados semelhantes e argumenta que uma das possíveis motivações para existência desse favorecimento é o fato de que SN normalmente tende a ser iniciado com determinantes. Acrescentamos também a análise de que determinantes são vogais, tendo, portanto, possível relação com o contexto fonológico subsequente, que também demonstrou ser um fator relevante (terceiro de acordo com Goldvarb X) para uso dessas preposições. Os resultados confirmam a hipótese inicialmente estipulada de que a variante NI é favorecida diante de vogal, tendo peso relativo igual a .749, como no exemplo em (5a), em detrimento da preposição EM, em (5b).

- (1) a. “Só estudei *NI* escola quinze dia.” (CZ-05);
 b. “Na casa de minha irmã, ali *EM* Caxias” (HV-01).

Com relação ao peso relativo, esse fator demonstrou favorecer o uso de *NI* antes de vogais, conforme sintetizamos na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6: Uso de *NI* de acordo com o contexto fonológico subsequente

Variante	Ocor/total	Frequência	Peso relativo
Contexto fonológico			
Vogal	64/139	46%	0.749
Consoante	201/992	20,3%	0.462
Total	265/1131	23,4%	-

Fonte: elaborada pelos autores.

O quarto grupo de fator selecionado foi o traço semântico do SN complemento da preposição: [+ animado] ou [- animado], conforme exemplos em (6) e (7), respectivamente:

- (1) a. “cê ia passano aqueles pingo d’água garrá *NI* você.” (CZ-08);
 b. “eu tinha uns negóço *EM* mim.” (CZ-11).
 (2) a. “[...] tá todo mundo na roça, aí *EM* casa.” (HV-04);
 b. “Eu vô mais assim *NI* festinha.” (HV-01).

Os resultados apontam para a confirmação da hipótese inicialmente prevista, pois *NI* foi favorecido ao ter como complemento um SN com o traço [+ animado], com peso relativo igual a .671, enquanto SN com traço [- animado] teve peso relativo igual a .484, conforme Tabela 7, a seguir:

Tabela 7: Uso de NI de acordo com o traço semântico do SN

Variante	Ocor/total	Frequência	Peso relativo
Animacidade do SN			
+ animado	41/95	43,2%	0.671
- animado	224/1036	21,6%	0.484
Total	265/1131	23,4%	-

Fonte: elaborada pelos autores.

Por fim, a última variável linguística selecionada pelo programa estatístico, funções sintáticas do SPREP, podem variar entre adjuntos e complementos, como podemos observar nos exemplos em (8):

- (1) a. *Adjunto adverbial locativo*
 “Ela trabaiô *NI* Ituberá.” (SP-05).
- b. *Complemento locativo*
 “[...] Ele mora *NI* Nanuque.” (HV-07).
- c. *Complemento oblíquo*:
 “[...] eu penso *EM* sê muito feliz ainda na minha vida” (HV-03).
- d. *Adjunto adverbial de tempo*
 “*EM* setenta e cinco abriu a estrada pro Cinzento” (CZ-01).
- e. *Adjunto adverbial não locativo*
 “[...] eu criei fi foi *NI* sofrimento” (CZ-11).

Selecionamos como hipótese para essa variável que as construções locativas, sejam elas adjuntos ou complementos, favoreceriam o uso da preposição NI. Após análise dos dados, constatamos que a função sintática do SPREP favorece o uso da preposição NI em detrimento à forma canônica, EM, apenas em dois contextos, justamente naqueles em que o SPREP expressa um locativo: em construções com adjunto adverbial locativo, com .539 de peso relativo, e complemento locativo, com .532, ambos próximos à média. Os demais contextos, como se pode verificar na Tabela 8, a seguir, favorecem o uso da preposição EM.

Tabela 8: O uso de NI de acordo com varável função sintática do SPREP

Função sintática	Variante	Ocor/total	Frequência	Peso relativo
Adjunto adverbial locativo		143/565	25,3%	0.539
Complemento locativo		98/401	24,4%	0.532
Complemento oblíquo		10/51	19,6%	0.352
Adjunto adverbial de tempo		9/86	10,5%	0.236
Adjunto adverbial não locativo/não temporal		5/28	17,9%	0.446
Total		265/1131	23,4%	-

Fonte: elaborada pelos autores.

Nesta seção, apresentamos dados e descrevemos os contextos favorecedores do uso de EM e de NI. Na próxima, discutimos os resultados deste estudo, tendo em vista a literatura sobre as interferências do contato linguístico para a formação do PAB e do PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas pesquisas apontam para a relação entre o uso do NI em variantes do PB e as línguas africanas, no entanto não se tem um consenso sobre suas origens. Albuquerque e Nascimento (2013) propõem que o uso variável das preposições locativas EM ~ NI tem sua gênese em línguas do grupo bantu, sendo “um resquício de uma variedade crioula ou pidginizada do português falada em regiões específicas do Brasil”, como a costa da Bahia e de Sergipe. Souza (2015) também defende que o uso do NI está associado à interferência de línguas africanas, mas como uma influência do yorùbá, no entanto defende que não se trata de uma consequência de um substrato, mas de uma “sobreposição semântica entre elementos mórficos locativos das línguas que estiveram em contato na formação do PB”.

Neste estudo, descrevemos os usos, as frequências e pesos relativos das preposições locativas EM e NI. Com relação às variáveis sociais, constatou-se

a existência de um quadro de variação, sem evidências que demonstrem processo de mudança, tanto por conta dos fatores estadia fora da comunidade e faixa etária. Ao mesmo tempo, as informantes do sexo feminino realizaram estatisticamente mais uso de NI, demonstrando que o fenômeno já existia na comunidade e não se configura como inovação. Parece que o uso de EM tem sido mais amplamente realizado, o que se pode explicar pelo acesso a meios comunicativos ou a alfabetização.

Quanto aos fatores linguísticos, prevalece, em quase todos os contextos, o uso de EM ao invés de NI, que é favorecido, em ordem de relevância, quando: (i) é sucedido de artigos indefinidos e de pronomes; (ii) é sucedido por vogais; (iii) tem SN complemento [+ animado]; e (iv) faz parte de construções locativas adverbiais e de complemento verbal.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, ainda que parciais, corroboram com a hipótese de que se trata de um fenômeno que pode ser explicado por contato linguístico com línguas africanas, pois: i) está presente em comunidades reconhecidamente oriundas de quilombos, como Cinzento e Rio de Contas, e em comunidades formadas por ex-escravizados, como Helvécia, Barra e Bananal; iii) não se demonstra mudança como se fosse um fenômeno inovador, demonstrando que já estava na comunidade, principalmente entre os informantes mais conservadores; iv) o uso de NI tem frequência relevante, principalmente quando se compara com estudos de outras variantes do PB, como o de Souza (2015) e o de Ribeiro (2019) com percentual menor que 5%.

Acreditamos que, em estudos subsequentes, será possível comparar os dados aqui obtidos com estudos de outras variantes do português falado no Brasil e também em outros locais, como foi o estudo de Baxter e Lopes (2006) que identificam, no português dos Tongas, um quadro de mudança linguística em curso, principalmente quando se observa os fatores faixa etária e sexo. Pretende-se também observar os dados da faixa etária 4 de Helvécia, a fim de buscar evidências sobre um processo de mudança e sobre a possibilidade de interferência das línguas africanas na formação do português brasileiro e buscar elementos para desvendar se no passado, assim como no português dos Tongas, o uso da variante NI foi categórico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, D. B.; NASCIMENTO, A. M. F. O locativo ni na fala sergipana: uma interpretação à luz do contato de línguas. *Revista da edição especial ABRALIN/SE*, Itabaiana, SE, v. 8, n. 17, p. 99-110, 2013.
- ARAÚJO, E. F. C.; SOUSA, V. V. análise linguística do Ni como variante da preposição Em. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 11., 2015, Candeias. *Anais* [...]. Candeias: UESB, 2015.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIGUEIREDO, C. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LOPES, N. S.; BAXTER, A. NI no dialeto português dos Tongas de São Tomé (África). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CRIoulos E SIMILARES, 4., 2016, Goiânia. *Anais* [...]. Goiânia: UFG, 2006.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. *et al.* O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 75-100.
- LUCCHESI, D. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 295-318.
- MULLER, A. Nomes nus e parâmetro nominal no português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, p. 325-337, 2002.
- OLIVEIRA, R. P.; MEZARI, M. (org.). *Nominais nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- PAES, M. B. G. *A preposição ni em Vitória da Conquista: usos e avaliação do falante*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudo da Linguagem) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.
- PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Contra Capa, 2003.
- RIBEIRO, C. C. S. *Deslocamento geográfico e padrões de uso linguístico: a variação entre as preposições locativas em ~ ni na comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe*. Sergipe. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

SOUZA, E. S. *A preposição “ni” no continuum rural-urbano de comunidades baianas*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

SOUZA, E. S.; OLIVEIRA, J. M.; ALMEIDA, N. L. F. Minha mãe mora ni feira: o uso da preposição ni no Brasil e sua relação com as línguas africanas. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão, v. 24, p. 89-102, 2016.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CAPÍTULO 13

**AS CONSTRUÇÕES
RELATIVAS NO PORTUGUÊS
INDÍGENA SATERÉ-MAWÉ**

Jéssica Carneiro da Silva
Cristina Figueiredo
Dante Lucchesi

INTRODUÇÃO

Há um consenso na literatura linguística a respeito do afastamento entre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal. Logo tem sido delineadas pesquisas que atestem as diferenças entre essas duas variedades e as inovações estruturais que emergiram no português brasileiro (PB) através do intenso contato linguístico entre indígenas, africanos e portugueses. São diversas as mudanças sintáticas e estruturais que surgiram no PB e que o distanciam do português europeu (PE). O contato linguístico surge como o responsável pela mudança linguística e, se é a interação entre diferentes idioletos, dialetos e línguas que a propulsiona, as causas iniciais de qualquer mudança são externas à estrutura das línguas. (MUFWENE, 2008) Sendo assim, seja no micronível dos idioletos ou no macronível da língua de uma comunidade (NEGRÃO; VIOTTI, 2012), o contato linguístico é a resposta para a neutralização de uma (socio)linguística histórica interna e externa que busque o claro entendimento das mudanças das línguas.

Desse modo, as mudanças linguísticas ocorridas no PB podem ser explicadas pelo intenso contato linguístico entre falantes do português e falantes de línguas africanas e indígenas durante o período colonial e imperial (LUCCHESI, 2009; SILVA, 2004), o que justifica a realização de pesquisas em comunidades em que se observa a presença de indígenas e afrodescendentes. Tem-se considerado que as mudanças ocorridas no PB se devem a um processo de transmissão linguística irregular (TLI) (BAXTER, 1995; LUCCHESI, BAXTER, 2009), que se configura como “um contínuo de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma língua segunda (L2), adquirida massivamente, de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos”. (LUCCHESI, 2003, p. 104)

Assume-se a posição de que o contexto multilinguístico e a nativização de uma L2 existentes na época da colonização foram os desencadeadores de estratégias inovadoras do PB. Uma dessas inovações estruturais no PB é o caso das construções relativas (CRel) e, conseqüentemente, da ascensão da cortadora e da queda de uso da estratégia *pied piping*. (TARALLO, 1983; SILVA, 2018) Ora, se houve a implementação de uma mudança sintática no

PB, no que diz respeito às CRel, a partir da TLI (BAXTER, 1995; LUCCHESI, BAXTER, 2009) da língua portuguesa falada pelos colonizadores ao ser transmitida no Brasil, pressupõe-se que o português falado pelos povos indígenas também tenha sofrido mudanças em sua estrutura.

Apoiando-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008, 2001; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), objetivou-se descrever o comportamento dos fatores sociais nas CRel preposicionadas do português indígena falado pelo grupo Sateré-Mawé e se o contato entre as variedades linguísticas desencadeou a estratégia inovadora. Além disso, este estudo buscou: i. fazer um levantamento das CRel no português falado pelos indígenas Sateré-Mawé; ii. verificar quais estratégias são mais frequentes; iii. descrever o uso das relativas preposicionadas, a partir da análise dos dados com base nas variáveis sociais: sexo, faixa etária e escolaridade. Especificamente, delinea-se a hipótese de que surgem mudanças específicas da língua portuguesa nas comunidades de fala indígenas, possivelmente motivadas por fatores de aquisição em condições emergenciais do português e por influência da língua materna dos povos indígenas sobre o português.

AS CONSTRUÇÕES RELATIVAS

Encontram-se no PB, no mínimo, quatro tipos de construções relativas que se dividem em relativas não preposicionadas e preposicionadas. Como estratégias de CRel não preposicionadas, verificam-se: i. a relativa com lacuna – nomenclatura cunhada por Tarallo (1983) –, que tem uma lacuna na posição original do sintagma relativizado, exemplificada em (1a); e ii. a relativa com lembrete, em que se verifica o preenchimento da lacuna com um pronome anafórico ou lembrete, representada em (1b).

- (1) a. Tenho uma amiga [*que* ____ é viciada em chocolate].
b. Tenho uma amiga [*que ela* é viciada em chocolate].

Apesar de apresentarem uma relação distintiva de preenchimento ou não da lacuna na posição relativizada, as construções em (1a) e (1b), apresentam uma neutralização dessa distinção formal, uma vez que seriam construídas

com um relativizador neutro, com natureza de complementizador. (RIBEIRO, 2009; LUCCHESI, 2015) Por sua vez, as relativas preposicionadas são: i. a relativa *pied piping*, como em (2a), em que se verifica a presença de uma preposição antes do pronome relativo, abonada pela tradição gramatical como uma relativa padrão; ii. a relativa cortadora, em (2b), denominada assim devido ao apagamento da preposição precedente ao pronome relativo; e iii. e a relativa com lembrete (2c), em que a preposição rege o pronome lembrete.

- (2) a. O rapaz [com *quem* eu trabalho] entende muito de informática.
- b. O rapaz [*que* eu trabalho] entende muito de informática.
- c. O rapaz [*que* eu trabalho *com ele*] entende muito de informática.

Apesar de poder ocorrer em todas as posições sintáticas, as relativas com pronome lembrete têm se mostrado uma CRel marginal no PB. Da mesma forma, as relativas *pied piping* também têm caído em desuso. Assim, predominam atualmente no PB as relativas com lacuna, nas posições não preposicionadas, e as relativas cortadoras, nas posições preposicionadas. (LUCCHESI, 2015; RIBEIRO, 2009; SILVA, 2018; TARALLO, 1983)

Os resultados dos estudos diacrônicos de Tarallo (1983) revelaram, considerando as sincronias (1725, 1775, 1825, 1880), a ascensão da cortadora com o passar do tempo (0,9%, 4,0%, 7,5%, 59,5%), e a queda das relativas *pied piping* (89,2%, 88,1%, 91,3%, 35,4%), apontando para um processo de mudança linguística.

Ao observar e comparar o comportamento dos relativizadores (pronome relativo vs complementizador) entre diversas línguas e comunidades rurais afro-brasileiras, Ribeiro (2009) propõe que, devido ao processo de TLI como consequência do contato do português com as línguas africanas, esse morfema teria passado por um processo de mudança em relação ao português europeu. Para os contextos em que Brito (1991) propõe que esse morfema tem o *status* de pronome relativo para o PE, Ribeiro (2009) afirma que, no dialeto do português rural afro-brasileiro, esse morfema é um complementizador.

Lucchesi (2015) fez um estudo sociolinguístico da variação na forma das CRel no português afro-brasileiro e analisou um *corpus* constituído de 28 entrevistas de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas

de diferentes regiões do interior da Bahia. A análise contou com 1.249 ocorrências, sendo que, destas, foram computadas 917 (73%) ocorrências da estratégia com lacuna ou *estratégia neutra* (denominação cunhada pelo autor). Das relativas preposicionadas, a análise computou 328 ocorrências que se subdividem em 308 (25%) da estratégia cortadora, 15 (4%) da estratégia padrão ou *pied piping* e 6 (2%) da estratégia resumptiva. Em concordância com Ribeiro (2009), o autor conclui que o estudo revela a perda de pronomes relativos morfologicamente marcados, os quais são empregados nas relativas *pied piping*, como o efeito mais notável do contato entre línguas sobre as estratégias de relativização.

Silva (2018) analisou a covariação entre a *pied piping* e a cortadora, tendo como *corpus* dados reais de fala extraídos de 12 entrevistas da norma culta e 12 da norma popular do projeto *A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase 3: amostras da língua falada em Feira de Santana-BA*. A autora conclui que os resultados (97% de cortadoras e 3% de *pied piping*) confirmam a mudança sintática atestada por Tarallo (1983), ao evidenciar uso majoritário da relativa cortadora pelos falantes feirenses, tanto na norma culta quanto na norma popular, permitindo constatar que há uma aproximação das normas no português feirense, ratificando o que dizem Lucchesi (2001) e Mattos e Silva (2004) sobre o PB.

AS COMUNIDADES DE FALA, O CORPUS E AS VARIÁVEIS (DEPENDENTE E SOCIAIS)

A análise quantitativa e qualitativa da variação nas CRel no português indígena Sateré-Mawé seguiu os princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista. (LABOV, 2008; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006) A abordagem do contato linguístico adota o enquadramento já desenvolvido no Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, para o estudo das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) Nas subseções seguintes, descrevem-se brevemente as comunidades de fala e apresentam-se o *corpus* e as variáveis dependente e sociais.

As comunidades de fala

Para a Sociolinguística Variacionista, a mudança linguística deve ser compreendida considerando-se a vida social da comunidade de fala. Afirma-se, pois, que a mudança não é proveniente de uma deriva natural, mas resultante da variação inerente na comunidade de fala, motivada pelo encaixamento linguístico e social das variáveis linguísticas. A partir dessa perspectiva, descreve-se aqui o lócus do estudo em questão.

As duas comunidades indígenas Sateré-Mawé onde foram gravadas as entrevistas que compõem a amostra de fala vernacular estão situadas no município de Parintins, estado do Amazonas. São elas: as comunidades Vila Batista e Nova Alegria, ambas localizadas no rio *Uaicurapá*, zona rural de Parintins. Parintins, localiza-se no extremo leste do Amazonas, a 372 km em linha reta da capital Manaus. De acordo com Simas e Lucchesi (2020, p. 1087), o acesso às duas aldeias Sateré-Mawé não é simples, sendo “necessário realizar viagem em barco de linha, com duração de 5 horas, ou realizar viagem de voadeira fretada, com duração média de 2 horas”. A autora informa também que a população de Vila Batista é composta por 331 habitantes e Nova Alegria é formada por 181 pessoas. As duas comunidades compartilham aspectos socio-culturais, educacionais e de subsistência semelhantes, já que

[...] há, em cada aldeia, uma escola municipal de educação escolar indígena, responsável pela educação da pré-escola ao ensino médio; este, à distância. A comunidade recebe abastecimento de luz e de água, apesar desses serviços não serem regulares, ocorrendo bastante a falta de abastecimento de água e de energia elétrica, segundo os moradores. Além da plantação do waraná, a comunidade sobrevive com a economia de subsistência, fazendo roças, nas quais seus membros plantam mandioca, cará, banana, laranja, maniva etc. Produzem farinha, beiju, tucupi, criam galinha, caçam e pescam. (SIMAS; LUCCHESI, 2020, p. 1087)

O grupo indígena Sateré-Mawé é constituído por 13.310 indivíduos, que são falantes bilíngues na língua sateré-mawé e em português. (IBGE, 2010; SIMAS; LUCCHESI, 2020) Os estudos apontam alguns fatos a respeito dos contextos de uso da língua sateré-mawé: 95,9% fazem uso dessa variedade

nas aldeias e apenas 54,9% a utilizam no contexto urbano. No que concerne as diferenças linguísticas entre homens e mulheres, observou-se que não há distinção no uso da língua indígena.¹ Porém, ao considerar o uso da língua portuguesa, esse equilíbrio se perde: 72,2% dos homens falam português e 54,4% das mulheres utilizam essa língua. (TEIXEIRA, 2005 apud SIMAS; LUCCHESI, 2020) A seguir, são descritos o *corpus* e as variáveis dependente e sociais.

O corpus e as variáveis (dependente e sociais)

O *corpus* de análise constitui-se de 16 inquéritos com amostras da língua portuguesa falada pelos indígenas das comunidades Sateré-Mawé de Nova Alegria, Vila Batista (Parintins-AM). Essa amostra de fala vernácula está estratificada, considerando as seguintes variáveis sociais: sexo, idade e língua(s) materna(s) do indivíduo. A amostra foi distribuída pelos dois sexos e por quatro faixas etárias, como se pode visualizar no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Estratificação social dos informantes

FAIXAS ETÁRIA	LÍNGUA INDÍGENA L ₁ E PORTUGUÊS L ₂ OU BILÍNGUES
I – 15 a 25 anos	2 homens e 2 mulheres
II – 35 a 45 anos	2 homens e 2 mulheres
III – 55 a 65 anos	2 homens e 2 mulheres
IV – Mais de 65 anos	2 homens e 2 mulheres

Fonte: adaptado de Simas e Lucchesi (2020).

Divididos em 8 homens e 8 mulheres, os 16 informantes entrevistados apresentam uma escolaridade pouco equilibrada e estão divididos em três grupos: a) aqueles sem escolaridade; b) aqueles que cursaram até o ensino fundamental I e II; e, c) aqueles que cursaram até o ensino médio.

A faixa etária é um fator extralinguístico central nos estudos sociolinguísticos na abordagem da mudança em tempo aparente. O princípio básico

1 Usam a língua sateré-mawé 95,9% das mulheres e 96,1% dos homens.

é o de que as diferenças observadas, sincronicamente, no comportamento linguístico das diferentes gerações refletiriam a implementação da mudança na comunidade, no plano diacrônico. Assim, os resultados da variável faixa etária são cruciais para vislumbrar as mudanças da relativização ocorridas no português indígena Sateré-Mawé.

Caso se verifique a presença das CRel preposicionadas no *corpus*, lança-se a hipótese de que estas podem ser mais frequentes na fala dos mais jovens, devido ao tardio processo de escolarização e à TLI. (BAXTER, 1995; LUCCHESI, BAXTER, 2009) Paralelamente, acredita-se que a fala dos mais idosos restrinja-se ao uso das relativas de termos não preposicionados, sabendo-se que as posições à esquerda (sujeito, objeto) da Hierarquia de Acessibilidade (HA) (KEENAN; COMRIE, 1977) são mais fáceis de relativizar do que as posições localizadas à direita (genitivo, oblíquo) e considerando uma aquisição tardia e/ou emergencial da língua portuguesa pelos falantes mais idosos numa situação de contato.

Para análise interna do fenômeno, fez-se o levantamento dos dados com base na variável linguística dependente que apresenta as seguintes variantes: 1) Relativa Padrão/*Pied piping* – Ex.: A loja [*em* que encontrei o presente] estava fechada para reformas; 2) Relativa Cortadora – Ex.: A loja [Ø que encontrei o presente] estava fechada para reformas; 3) Relativa Resumptiva – Ex.: As alunas [que *elas* estudaram] tiveram notas boas; 4) Relativa com lacuna/*estratégia neutra*² – Ex.: As alunas [*que* estudaram] tiveram notas boas.

Depois de levantadas as CRel na amostra com base nas variantes indicadas, as ocorrências foram tabuladas no *Excel* e estatisticamente quantificadas na plataforma R. (R CORE TEAM, 2018)

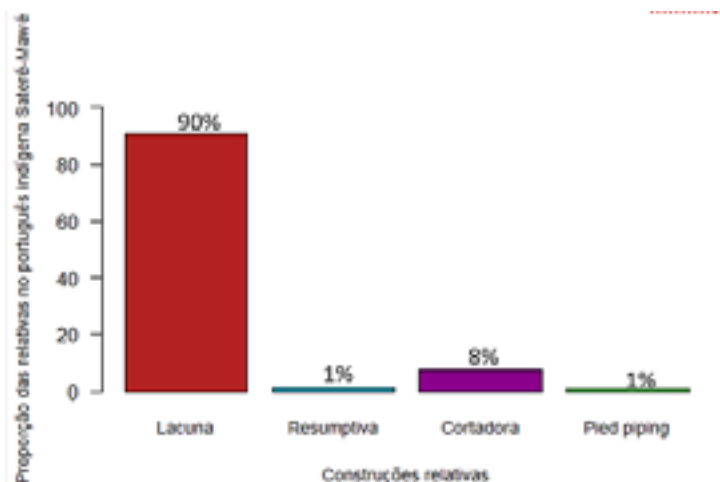
A ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A quantificação da amostra do português indígena falado nas comunidades Sateré-Mawé apresentou um total de 391 construções relativas, das quais 90%

2 Termo cunhado por Lucchesi (2015) para a identificação da relativa com lacuna de sujeito (SU) e objeto (OD) que são construídas com um relativizador neutro e que possui a natureza de complementizador. (RIBEIRO, 2009)

eram de relativas com lacuna (ou estratégia neutra), 8% de relativa cortadoras, 1% de *pied piping* e 1% de resumptivas, conforme ilustra o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1: Proporção de uso das construções relativas no português indígena Sateré-Mawé



Fonte: elaborado pelos autores.

Os resultados do Gráfico 1, podem ser melhor visualizados a partir da distribuição apresentada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Proporção de uso das construções relativas no português indígena Sateré-Mawé

Termo relativizado	Const. Relativas	Oc./Total	Percentual
Não preposicionado	Lacuna/Neutra	355/391	90%
	Resumptiva	4/391	1%
Preposicionado	<i>Pied piping</i>	3/391	1%
	Cortadora	29/391	8%

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Tabela 1, verifica-se que a relativa com lacuna (3a) é a estratégia mais frequente no *corpus*, com 90% de proporção de uso. A resumptiva (3b) não foi produtiva, com apenas 4 ocorrências em 1% dos dados. Também se observa a não produtividade da estratégia *pied piping* (3c), considerada padrão, em que

o sintagma preposicionado é relativizado. São apenas três ocorrências, 1% dos dados. Por outro lado, a estratégia cortadora (3d) é a segunda mais frequente, com 29 ocorrência e uma frequência de 8% dos dados. Ao visualizar que a estratégia com lacuna ou estratégia neutra é a mais frequente nas ocorrências, parece ser possível que a relativização no português indígena tenha sido um fenômeno motivado por fatores de aquisição em condições emergenciais do português, através de uma transmissão linguística irregular (BAXTER, 1995; LUCCHESI; BAXTER, 2009), já que esta é uma construção não marcada morfológicamente e parece ser introduzida por um relativizador neutro que possui a natureza de complementizador (RIBEIRO, 2009), como se observa em (3).

- (3) a. INF: Os jovens [QUE metem a mão na luva] não realizam o ritual. [INF1.D.M]
- b. INF: Um dia chegou um pastor por nome Norino [QUE *ele* falava português] e nós escutava mais ninguém compreendia palavra dele. [INF14.L.M]
- c. INF: Estamos tentando promover um evento da comunidade [NO QUAL o tuxaua teve a honra de parabenizá a comunidade]. [INF1.D.M]
- d. INF: Não é que eu quero vi prá cá porque eu tenho meus filho [QUE eu dô assistência]. [INF15.M.F]

São apresentados, a seguir, os resultados referentes à covariação entre a relativa cortadora e a *pied piping* , nas construções relativas preposicionadas do português indígena, para se identificar os condicionamentos da variação nesse contexto.

Tabela 2: Proporção das relativas preposicionadas no português indígena Sateré-Mawé

Termo relativizado	Const. Relativas	Oc./Total	Percentual
Preposicionado	Relativa <i>pied piping</i>	3/32	9%
	Relativa cortadora	29/32	91%

Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre as construções relativas de termos preposicionados, a estratégia cortadora predomina no português indígena falado pelo grupo Sateré-Mawé

com 91% de proporção de uso, em detrimento da *pied piping*, com apenas 9%. Esses números estão em consonância com resultados encontrados em estudos sobre outras variedades do PB. (LUCCHESI, 2015; RIBEIRO, 2009; RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009; SILVA, 2018; TARALLO 1983) Verifica-se, também, uma regra semicategórica (LABOV, 2003) do uso da cortadora.

Ainda tendo em vista os resultados da Tabela 2, constata-se que a relativa canônica (*pied piping*) quase não existe na fala dos falantes indígenas de português (seja como L2 ou bilíngues). Ao procurar as ocorrências de *pied piping* no *corpus*, observou-se que 2 destas foram realizadas pelo mesmo falante do ensino fundamental II: uma figura de liderança na comunidade indígena e que está sempre em contato com diversos grupos políticos e administrativos. A outra ocorrência de *pied piping* foi realizada por um informante do ensino médio. Esses fatos estão de acordo com a afirmação de Lucchesi (2015) sobre as relativas *pied piping* estarem totalmente ausentes na fala dos segmentos sociais mais marginalizados socioeconomicamente (exceto as construções com *onde*) e, quando são encontradas, estão relacionadas ao desempenho dos falantes de escolaridade mais alta, em decorrência da ação da escola. (CORRÊA, 1998) Exibe-se, na Tabela 3, a distribuição das variáveis sociais controladas e sua significância obtida por meio do teste Qui-Quadrado (*Chi-squared* χ^2) para a aplicação do uso da relativa cortadora, na covariação cortadora vs *pied piping*.

Tabela 3: Distribuição das variáveis sociais e sua significância na aplicação da cortadora

VARIÁVEIS SOCIAIS		Cortadora		<i>Pied piping</i>		Significância
		%	N/Total	%	Valor-p	
SEXO	Masculino	16/19	84%	3/19	16%	>0.5775
	Feminino	13/13	100%	-	-	
FAIXA ETÁRIA	Faixa I	11/12	92%	1/12	8%	>0.1168
	Faixa II	10/10	100%	-	-	
	Faixa III	4/6	66%	2/6	34%	
	Faixa IV	4/4	100%	-	-	

VARIÁVEIS SOCIAIS		Cortadora		Pied piping		Significância
		%	N/Total	%	Valor-p	
ESCOLARIDADE	Sem escolaridade	3/3	100%	–	–	<0.0318
	Fundamental	13/15	87%	2/13	13%	
	Médio	13/14	93%	1/14	7%	

Fonte: elaborada pelos autores.

Visualizando os resultados das variáveis sociais na Tabela 3, após a aplicação do teste Qui-Quadrado (*Chi-squared* χ^2) para as probabilidades obtidas com as tabelas de proporção na plataforma R, a variável *escolaridade* demonstrou-se significativa para a aplicação da cortadora com o valor-p de <0.0318, resultado significativo conforme o valor estatístico de referência: *p-value* < 0,05. (OUSHIRO, 2017)

A Tabela 3 indica outras interpretações: i. nenhuma informante mulher realizou a estratégia canônica; ii. as relativas cortadoras são encontradas em maior quantidade nos informantes das faixas mais jovens, o que, mais uma vez, comprova seu caráter inovador; iii. os informantes sem escolaridade apresentaram um número de ocorrências significativamente baixo para as estratégias preposicionadas, o que indica, novamente, a influência da escolarização para este tipo de relativização. Dessa forma, os informantes sem escolaridade aplicam, em sua maioria, as estratégias de relativização primárias, aplicadas ao SU e ao OD, aquelas localizadas à esquerda da Hierarquia de Acessibilidade (KEENAN; COMRIE, 1977) e mais acessíveis no processamento linguístico das estruturas relativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as construções relativas no português indígena falado pelo povo Sateré-Mawé de duas comunidades do município de Parintins-AM, este estudo verificou que as relativas com lacuna são as mais frequentes no *corpus*, seguidas das relativas cortadoras. Em sua maioria, os informantes aplicam com frequência as CRel primárias, nas posições de SU e OD, aquelas localizadas à esquerda da HA. (KEENAN; COMRIE, 1977)

A análise da proporção de uso das relativas de termos preposicionados indicou que a relativa *pied piping* quase não existe no português indígena, comprovando, novamente, a preferência pelo uso da relativa cortadora e a mudança linguística atestada por Tarallo (1983) e confirmada por estudos que investigaram outras variedades do PB. (LUCCHESI, 2015; RIBEIRO, 2009; RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009; SILVA, 2018)

A análise das variáveis sociais, a partir das tabelas de proporção e, principalmente, do teste estatístico de Qui-Quadrado atestou a variável *escolaridade* como significativa para a aplicação da relativa padrão no português indígena do grupo Sateré-Mawé. Este fato comprova a influência da escolaridade para o processamento de relativas mais à direita da HA em comunidades que passaram pelo processo de nativização de uma L2, transmitida e adquirida massivamente, de forma mais ou menos irregular, em uma situação de contato linguístico, como é o caso das comunidades Sateré-Mawé.

REFERÊNCIAS

- BAXTER, A. N. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa, Lisboa*, n. 14, p. 72-90, 1995.
- BRITO, A. M. B. *A sintaxe das orações relativas em português*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- CORRÊA, V. R. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. 1998. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- IBGE. *O Brasil indígena: censo demográfico de 2010*. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf. Acesso em: 2 maio 2021.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 63-99, 1977.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. (Social factors, v. 2).

- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (org.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.
- LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.
- LUCCHESI, D. Contato entre línguas e mudança linguística: as orações relativas no português afro-brasileiro. In: FIGUEIREDO, C.; ARAÚJO, E. (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramáticas e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015. p. 77-119.
- LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-73.
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras, 2003. p. 272-284.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 101-124.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.
- MUFWENE, S. *Language evolution: contact competition, and change*. London: Continuum Press, 2008.
- MUFWENE, S. S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge, 2006.
- NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Em busca de uma história linguística. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 20, p. 309-342, 2012.
- OUSHIRO L. Introdução à estatística para linguistas. *RPubs*, [s. l.], 2017. Disponível em: <http://rpubs.com/oushiro/iel>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- R CORE TEAM. *R. A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, 2018.
- RIBEIRO, I. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 185-208.
- RIBEIRO, I.; FIGUEIREDO, C. Relativas. In: OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: Edufba, 2009. p. 208-240.

SILVA, J. C. *As orações relativas no português falado em Feira de Santana-BA*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual da Bahia, Feira de Santana, 2018.

SILVA, R. V. M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SIMAS, H. C. P. *Português indígena: análise do português falado pelo grupo Sateré-Mawé de Parintins, Amazonas*. Manaus, 2019. (Projeto de Pós-Doutorado).

SIMAS, H. C. P.; LUCCHESI, D. O português indígena Sateré-Mawé: um projeto de pesquisa sociolinguística. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1076-1096, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/18735>. Acesso em: 3 jan 2020.

TARALLO, F. L. *Relativization strategies in brazilian portuguese*. 1983. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade da Pensilvânia, Philadelphia, 1983.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

CAPÍTULO 14

DAR + N-ADA E FAZER + N-ÇÃO/N-MENTO/N-ADA

Construções com verbos leves?¹

Daniela Almeida Alves
Cristina Figueiredo

1 Este trabalho reúne discussões preliminares acerca de uma pesquisa maior, a pesquisa de doutoramento de Daniela Alves, desenvolvida na perspectiva da teoria da Gramática Gerativa, em seu modelo mais recente, o Programa Minimalista. (CHOMSKY, 1995) Assim, aqui, apresentamos uma descrição de dados que serve de suporte para esse projeto maior.

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos uma proposta de classificação de construções com verbos leves (CVLs) no português brasileiro (PB). Tal proposta é motivada pela diversidade de sentenças que recebem essa nomeação no PB e toma como base o estudo desenvolvido por Kearns (2002) no inglês. Segundo a autora, nessa língua, sentenças que são, tradicionalmente, denominadas CVLs podem ser subdivididas em dois grupos tendo em vista o tipo de nominalização que se combina com o verbo leve (VL). No PB, nossa hipótese é que as CVLs também são divididas em, no mínimo, dois grupos a depender do estatuto do nome, porém isso decorre da presença/ausência dos valores referencial e/ou definido do elemento nominal que compõe o predicado complexo que é a CVL e não, exatamente, do tipo de nome.

Para tanto, será descrito o comportamento de construções formadas pelo VL *dar* combinado às nominalizações em *-ada* e pelo VL *fazer* combinado às nominalizações em *-ada*, *-ção* e *-mento*, que compõem o *corpus* de dados escritos, construído a partir de sentenças coletadas em variados sítios digitais, por exemplo, *blogs* jornalísticos e redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, com o auxílio da ferramenta de busca Google. Para a constituição do *corpus*, fizemos a busca pelas formas pretéritas de 1ª e 3ª pessoas dos verbos *dar* e *fazer*.¹

A escolha desses verbos se deve ao fato de serem os mais produtivos em suas versões leves no PB e em outras línguas naturais. (ALBA-SALAS, 2002; SCHER, 2004) Já a delimitação dessas nominalizações ocorre porque, além de serem os sufixos mais produtivos da nossa língua (ROCHA, 1999), CVLs com nominalizações em *-ção* e *-mento* foram pouco exploradas. Embora CVLs com *dar* mais nominalizações em *-ada* já tenham sido discutidas (MEDEIROS, 2010; SCHER, 2004), não se verificam na literatura estudos que abordem tais construções tendo como foco o DP.²

1 Eventualmente, apareciam construções com a forma verbal no presente, no infinitivo, no futuro etc.

2 Siglas apresentadas no texto: DP = *Determiner phrase* ou sintagma determinante; NP = *Noun Phrase* ou sintagma nominal; PP = *Prepositional phrase* ou sintagma preposicional.

O texto que se segue apresenta a seguinte organização: na seção “Construção com verbos leves: PB *versus* inglês”, apresentamos a definição de CVL, algumas de suas propriedades e os testes utilizados por Kearns (2002) para afirmar que no inglês as CVLs se dividem em dois grupos, comparando com o PB, a fim de mostrar que os comportamentos são distintos e que as diferenças entre as CVLs, em ambas as línguas, decorrem de outros fatores; na seção “As noções de referencialidade e de (in)definitude”, trazemos as noções de referencialidade e de definitude de expressões nominais; na seção “A subdivisão de CVL no PB: análise descritiva dos dados do *corpus*”, descrevemos os dados do *corpus* construído, tendo como foco o papel do determinante³ na atribuição dos valores (não)definido e (não)referencial para a diferenciação entre as CVLs do PB; já na última seção, fazemos as considerações finais.

CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES: PB *VERSUS* INGLÊS

As CVLs são constituídas por um verbo semanticamente vazio, portador de marcas de tempo e pessoa, associado a um elemento nominal, considerado atribuidor do principal conteúdo semântico da construção. (ALBA-SALAS, 2002; MOURA NEVES, 1996) Sobre as suas propriedades características, uma delas, segundo Scher (2004), é obedecer à restrição de definitude, que limita a ocorrência de expressões definidas em CVLs a ambientes relativizados (*A arrumada que Maria deu na casa não me agradou*), pois oblitera o seu efeito de definitude. Para a autora, a nominalização associada ao VL deverá ser indefinida (*Maria deu uma arrumada na casa*). Assim, para Scher e também para Medeiros (2010), a tentativa de formação de CVL mais nominalização definida, fora do contexto das orações relativas, falha no PB (**Maria deu a arrumada na sala*, **Maria deu cada arrumada na sala*). Contudo, Alves e

3 Para clareza do texto, estamos chamando de determinante todos os elementos que compõem com o nome o sintagma em posição de complemento do VL. Porém, temos consciência de que, a depender do tipo de CVL em que se encontram, esses elementos têm naturezas distintas. Esta pesquisa busca revelar essas diferenças.

Scher (2020) pontuam que, se houver uma pronúncia marcada desses determinantes, a formação da CVL pode acontecer.

Outra propriedade que caracteriza as CVLs é a impossibilidade de combinação do VL com um nome referencial. Moura Neves (1996) e Castilho (2010) argumentam que o VL apresenta uma forte solidariedade com o nome que o segue, e apontam que esse nome deve dispor de baixa referencialidade: ou seja, quanto mais referencial for o nome, mais ele se afastará da função que caracteriza os nomes que, geralmente, entram nas construções prototípicas de VLs.

A formação de CVLs é um fenômeno bastante produtivo no PB, onde um variado número de sentenças, como em (1),⁴ tem recebido essa denominação.

- (1) a. Eu até gostaria de *fazer ginástica*...
- b. O fogo *deu uma amarelada* no papel.
- c. João *deu aquela resposta* que todos esperavam.
- d. A menina *fez a denúncia* do roubo.
- e. O sistema *fez um arredondamento* na rescisão creditando o valor da diferença.

Conforme a afirmação de que o elemento nominal de uma CVL é seu principal atribuidor de conteúdo semântico, inicialmente, tem-se a tentação de tratá-las todas como tal, visto que se fala de uma ginástica em (1a), de um papel que foi amarelado em (1b), de uma resposta em (1c), de uma denúncia em (1d) e de um arredondamento em (1e). Contudo, supondo que as afirmações de Scher (2004) e Medeiros (2010) estejam corretas, nem todas as sentenças podem ser consideradas como CVLs, pois há construções com nominais não precedidos por determinantes, como em (1a), ou precedidos por determinantes definidos, como em (1d). Ademais, em (1a), (1c), (1d) e (1e), têm-se nomes que podem ser bastante referenciais e, segundo Moura Neves (1996) e Castilho (2010), quanto mais referencial for um nome, menor será a possibilidade de ele compor esse tipo de construção.

4 Os exemplos são, respectivamente, de Moura Neves (1996, p. 202), Scher (2004, p. 206), Davel (2009, p. 39), Resende (2016, p. 75) e Alves (2016, p. 127).

No inglês, Kearns (2002) argumenta que muitas construções são, erroneamente, unificadas como CVLs, e que elas podem ser divididas em dois grupos, a saber: a) construção com verbo leve verdadeiro (CVLV), como *give the floor a sweep* ‘dar uma varrida no chão’; e b) construção com verbo de ação vaga (CVAV), como *make an inspection* ‘fazer uma inspeção’. Para tal afirmação, a autora submeteu as CVLs a alguns testes, tais como passivização e definitude.⁵ Vejamos, primeiramente, os testes sobre a passivização.

- (2) a. **A sweep was given (to) the kitchen floor this morning.* (CVLV)
‘Uma varrida foi dada no chão da cozinha esta manhã’.
- b. *An inspection was made some time last week.* (CVAV)
‘Uma inspeção foi feita na semana passada’.

(KEARNS, 2002, p. 2)

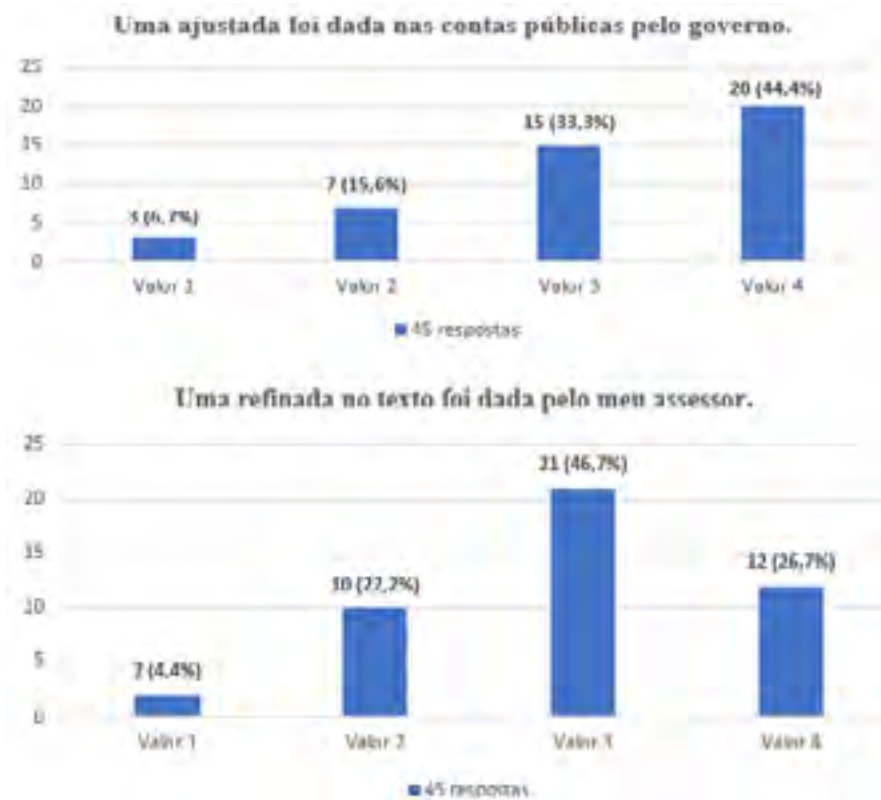
Em (2a), Kearns ressalta que a agramaticalidade resulta do fato de o nome de uma CVLV não poder ser transformado no sujeito de uma sentença passiva, uma vez que é um predicador. Já em (2b), a gramaticalidade se dá, porque o nome de uma CVAV é um argumento e passivas operam sobre esses elementos.

No PB, no entanto, uma sondagem⁶ indicou que o nome complemento do verbo, que constitui construções incluídas na classe CVL, pode ser transformado no sujeito de uma sentença passiva, como é possível verificar nos Gráficos 1 e 2.

5 Por questões de espaço, aqui, apresentaremos apenas esses dois testes, mas Kearns (2002) realizou outros que podem ser consultados no original da autora.

6 Aplicamos, através do Google Forms, teste de aceitabilidade a dois grupos com 50 falantes nativos de PB cada, os quais deveriam atribuir valores que correspondiam à impressão que tinham de algumas sentenças: valor 1 – totalmente inaceitável; valor 2 – estranha, mas não é de um todo inaceitável; valor 3 – boa, mas ainda causa um pouco de estranhamento; e valor 4 – totalmente aceitável. Do total de informantes que receberam os testes, 45 do grupo 1 responderam e, do grupo 2, apenas 38 responderam. Os links para acesso aos testes foram enviados aos nossos contatos via redes sociais e são os que seguem: https://docs.google.com/forms/d/1g8SPM2LJFHog_1RcV7XD CoPw11ZliA_cuxEaX-zGZk/edit#responses e https://docs.google.com/forms/d/1_Yld8VXaX8n-loejvHcw17fqiqrmeY1NuqXb49FT1x1k/edit#responses.

Gráfico 1: Resultado dos julgamentos das CVLs com *dar*



Fonte: elaborado pelas autoras.

Como se nota, nas sentenças do Gráfico 1, *Uma ajustada foi dada nas contas públicas pelo governo*, *Uma refinada no texto foi dada pelo meu assessor*, e nas sentenças do Gráfico 2, *Uma arrumação foi feita na casa por Maria*, *Uma arrumação no quarto foi feita por Lúcia*, o nome complemento do verbo pode ser sujeito de uma sentença passiva, independentemente do tipo de nome e do tipo de verbo, haja vista que a maioria dos respondentes julgou as sentenças como totalmente aceitáveis (valor 4) ou boas (valor 3). O alicramento do nome para a posição de sujeito de uma sentença passiva é possível tanto sem o PP (cf. as primeiras sentenças dos Gráficos 1 e 2) quanto com o PP (cf. as segundas sentenças dos Gráficos 1 e 2).

Com relação ao teste de definitude, como em (3), Kearns (2002) afirma que a CVLV, em (3a), apresenta agramaticalidade, pois o nome complemento do verbo deve ser indefinido, devido ao seu estatuto de predicador. Já a CVAV, em (3b), não apresenta esse mesmo comportamento, já que, tendo o estatuto de argumento, o nome complemento do verbo pode ser definido.

Gráfico 2: Resultado dos julgamentos das CVLs com *fazer*



Fonte: elaborado pelas autoras.

- (3) a. *The bike looks terrific. *Who gave it the polish?*
 ‘A moto está ótima. Quem deu a polida/o polimento?’
 b. *I can't find the report and I don't know who made the inspection.*

‘Não consigo encontrar o relatório e não sei quem fez a inspeção’.

(KEARNS, 2002, p. 3)

No PB, no entanto, a partir das traduções dos exemplos, é possível perceber que tanto (3a) quanto (3b) são gramaticais.

Em suma, para Kearns, os resultados dos testes estão relacionados ao tipo de nome que compõe essas sentenças. Em CVLV, o nome: a) é base e formalmente idêntico a um verbo; b) é categorialmente ambíguo, ora se comporta como verbo, ora como nome; e c) é limitado a essas construções; não ocorre livremente em outros ambientes sintáticos. Já em CVAV, o nome: a) não é categorialmente ambíguo, sendo apenas substantivo; e b) ocorre livremente em outros ambientes sintáticos.

Por outro lado, no PB, nossa impressão é que: os tipos de nome e/ou de verbo não interferem nos resultados, uma vez que, em termos de traços semânticos,⁷ foram utilizados nomes formados a partir de diferentes sufixos (-ada e -ção), associados a diferentes verbos (*dar* e *fazer*) e não houve diferenças significativas, por exemplo, no teste da passivização. Todavia, considerando o número variado de sentenças que são nomeadas de CVLs e os problemas observados (cf. (1)), procuraremos investigar o que pode assegurar que as sentenças incluídas na classe CVL são de subtipos diferentes. Vamos atentar para a natureza do elemento nominal em posição de complemento do VL, focando, principalmente, nos papéis que a definitude dos determinantes e a referencialidade dos nomes que integram esse sintagma podem ter na definição do tipo de CVL que constituem.

7 De acordo com Duarte e demais autores (2010), o VL *dar* se define por sua subespecificação para os traços [durativo] e [instantâneo] e por sua não subespecificação para o traço [dinâmico], e o VL *fazer* é definido por meio de sua subespecificação para o traço [durativo], porém por sua especificação com o valor [-] para o traço [instantâneo] e com o valor [+] para o traço [dinâmico]. Já sobre as nominalizações, conforme Rodrigues (2013), o sufixo -ada é marcado com o valor [+] para o traço [repentino] e o sufixo -mento, com o valor [+] para os traços [processo] e [durativo]. Dessa forma, uma palavra como *beliscada* significa um evento rápido, mas uma palavra como *beliscamento* expressa o curso do processo em si. Por sua vez, o sufixo -ção, segundo Rocha (1999), é marcado com o valor [+] para o traço [durativo], pois, das nominalizações com esse sufixo, se depreende uma leitura de repetição e/ou duração prolongada de um evento, como em *falação*.

AS NOÇÕES DE REFERENCIALIDADE E DE (IN)DEFINITUDE

A referencialidade costuma ser relacionada à presença de determinantes, os quais, segundo Chierchia (2003), qualificam ou determinam o elemento nominal. Isso significa dizer que um nome comum precisa estar especificado por um determinante para poder fazer referência a algo, pois isso constrói sua referencialidade e, conseqüentemente, sua argumentabilidade. (ALEXIADOU; HAEGEMAN; STAVROU, 2007)

De acordo com Chierchia (2003), muitos elementos podem ser considerados determinantes, por exemplo, artigos, pronomes demonstrativos e possessivos, numerais etc. Os artigos e os pronomes demonstrativos, para Longobardi (1994) e Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007), são portadores naturais de referencialidade e de definitude, todavia, segundo Giusti (2002), nem sempre essa relação entre artigo definido e referencialidade se confirma. Para a autora, enquanto pronomes demonstrativos implicam referencialidade, uma vez que eles são responsáveis pela interpretação dêitica e, portanto, indiretamente pela referencialidade do sintagma nominal (doravante, SN), o artigo definido não implica necessariamente referencialidade, pois pode coocorrer com nomes próprios que são inerentemente referenciais. Giusti assume que essa é uma evidência de que o artigo definido não possui nenhuma informação semântica ou descritiva.

Diferentemente, Leonetti (1999) aponta que é justamente o conteúdo semântico do artigo definido que permite que ele seja usado em uma série de contextos, por exemplo, genérico (*O baiano é acolhedor*) e anafórico (*Chomsky chegou em Salvador. O famoso linguista participará de uma conferência na UFBA*). Além desses usos, Leonetti (1999) ressalta que, no espanhol, o artigo definido pode ser utilizado com valor enfático, isto é, um operador, denotando intensificação como *Es increíble [las deudas que tiene]*. Para o autor, em casos em que o artigo definido ocorre como operador enfático, o SN carece das propriedades referenciais e anafóricas próprias das descrições definidas. Ademais, salienta que, no entanto, “Efectivamente, el artículo no es el único factor responsable de la interpretación enfática, ya que es preciso tener en cuenta también [...] la curva melódica”. (LEONETTI, 1999, p. 831)

A referencialidade, de modo geral, está relacionada a entidades definidas e específicas como *Maria comeu o bolo*. Porém, Lyons (1977) argumenta que há expressões nominais indefinidas e específicas, como *Todas as noites às seis horas uma cegonha sobrevoa a nossa casa*, em que o SN *uma cegonha* é referencial, visto que pode ser identificável pelo falante. Assim, neste estudo, estamos entendendo, junto a Lyons (1977), que referencialidade é a capacidade de os nominais fazerem referência a algo definido e particular do mundo, mas também a algo indefinido e específico, já que o referente pode ser identificável pelo falante.

Sobre a *definitude*, Heim (1982) ressalta que ela é responsável por distinguir SNs como *the cat* e *it* daqueles como *a cat*, enquanto a descritividade, ou seja, a presença ou ausência de conteúdo descritivo, diferencia SNs como *a cat* e *the cat* de formas pronominais como *it*. Em outras palavras, a definitude coloca SNs indefinidos de um lado e descrições definidas e pronomes de outro, pois *the*, por exemplo, indica que o falante está se referindo a um gato familiar, isto é, conhecido, e não a qualquer gato.

Todavia, conforme Lyons (1999), essa é uma noção vaga, pois, quando alguém diz *Eu comprei um carro esta manhã*, não está se referindo a qualquer carro, mas a um carro específico que, na mente de quem disse, é distinto de todos os outros carros. Porém, se o falante disser *Eu comprei o carro esta manhã*, o SN *o carro* é mais definido e específico. A diferença, portanto, é que em *o carro* a referência é clara tanto para o falante quanto para o ouvinte, isto é, ambos compartilham da consciência sobre o que é referido; já em *um carro*, o falante deve ter consciência do que é referido, mas o ouvinte, provavelmente, não.

Lyons (1999) apresenta, ainda, quatro noções, consideradas básicas para compreender a ideia de definitude. A primeira delas é a *familiaridade*, a qual aponta que falante e ouvinte têm consciência do que se fala, sugerindo o uso do artigo definido (*O gato correu atrás do rato*). A segunda é a *identificabilidade*, na qual o uso dos artigos definidos direciona o ouvinte ao referente do SN, sinalizando que, mesmo que ele não saiba, de imediato, qual é, tem condições de identificá-lo (*Passe-me o martelo, você faria isso?*). A terceira noção é a de *unicidade*, em que o artigo definido indica que apenas uma entidade satisfaz a descrição usada (*Eu acabei de ir a um casamento. A noiva usava azul*).

No entanto, para o autor, a unicidade não é absoluta e deve ser compreendida a partir de um contexto particular. Ademais, a unicidade se encaixa em ocorrências de definidos que envolvem nomes singulares contáveis. Todavia, o fato de o artigo ocorrer também com nomes plurais contáveis e massivos torna impossível a unicidade de seu referente. Dessa forma, para esses casos, Lyons assume que a definitude envolve uma quarta noção, a de *inclusividade*, visto que a referência é em relação à totalidade dos objetos (*Nós acabamos de ver João correr. A rainha deu todos os prêmios*) ou massas (*Nós fomos para o pub local na hora do almoço. Eles já tinham começado a gelar a cerveja*) no contexto que satisfaz a descrição.

Em síntese, para Lyons (1999), a *familiaridade* é subjacente à *identificabilidade*, pois a identificação de um referente implica que ele seja familiar; e a *unicidade* é um caso especial da *inclusividade*, resultante da *particularidade* do SN. Contudo, para o autor, essas propriedades são independentes. Desse modo, junto a Lyons (1999), estamos compreendendo definitude como a capacidade que os determinantes definidos têm de indicar que o referente de uma expressão nominal é familiar e/ou identificável não só para o falante, mas também para o ouvinte; ou de indicar que uma expressão nominal corresponde à totalidade dos possíveis referentes.

Na próxima seção, descrevemos sentenças que são, geralmente, nomeadas de CVLs, buscando verificar se os SNs são, de fato, descrições referenciais e definidas e a implicação que isso tem sobre a determinação do que é CVL no PB.

A SUBDIVISÃO DE CVL NO PB: ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DO CORPUS

Na investigação de que as CVLs do PB não fazem parte de um único grupo, consideramos dois aspectos. São eles: 1) as propriedades de (não)referencialidade e de (in)definitude do elemento nominal; e 2) o traço [intensificador] do determinante marcado.

Os valores não referencial e não definido observados no SN de uma CVL podem ser tomados como uma propriedade que, de modo geral, caracteriza

esse tipo de construção. Logo, o esperado é que essas construções não se formem a partir de nomes que expressem referencialidade e/ou definitude. (CASTILHO, 2010; MEDEIROS, 2010; MOURA NEVES, 1996; SCHER, 2004) No entanto, no *corpus*, foram verificadas construções em que a expressão nominal apresenta essas propriedades. Vejamos, primeiramente, as construções do *corpus* com o verbo *dar* mais nominalizações em *-ada*.

- (4) a. *O bebê estava dormindo na hora em que o colega deu as mordidas.*⁸
- b. *Participante deixa cicatriz de mordida em marido e Christina não se aguenta: “tatuagem”? Tatiane afirma que deu a mordida para se defender do marido.*⁹
- c. *Vocês estão ouvindo isso? Eles estão sofrendo também. E isso é por causa do que EU estou fazendo com ELES – e aí a mamãe deu aquela risada de bruxa de novo, e a voz dela também não parecia a mesma.*¹⁰

Em (4a), o nominal *mordida*, acompanhado pelo artigo definido *a*, trata-se de uma expressão referencial e definida, uma vez que é familiar e identificável por ambos os participantes do discurso. Além disso, a ideia de *inclusividade* pode ser verificada, pois a referência é sobre a totalidade dos eventos. Em (4b), o nome também acompanhado pelo artigo definido *a* se relaciona anaforicamente à expressão *mordida* da primeira parte do exemplo, por isso são coreferenciais. Em (4c), a expressão nominal, acompanhada pelo determinante *aquela*, permite que o ouvinte identifique ou recupere o referente em questão, dado o comportamento dêitico desse item. (ALEXIADOU; HAEGEMAN; STAVROU, 2007; CERQUEIRA, 2019) Ainda nesse exemplo, a referencialidade também é fortemente percebida pela modificação pelo PP *de bruxa*, que torna o SN ainda mais claramente referencial. (AGUIAR, 2007; LYONS, 1977) Em (4a), (4b) e (4c), portanto, já se nota referencialidade e definitude, uma vez que o nominal tanto é definido e particular, quanto é familiar e identificável por

8 Disponível em: <https://www.1news.com.br/noticia/545384/noticias/bebe-de-seis-meses-leva-varias-mordidas-em-creche-e-caso-vai-parar-na-policia-22032019>.

9 Disponível em: <https://www.sbt.com.br/auditorio/casos-de-familia/fiquepordentro/135612-participante-deixa-cicatriz-de-mordida-em-marido-e-christina-nao-se-aguenta-tatuagem>.

10 Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=TKeWDwAAQBAJ&pg=>>.

falante e por ouvinte. Assim, tendo em vista que não estamos diante de um verbo *dar* pleno, já que não se trata de um bitransitivo prototípico, expressando transferência de posse material (BARROS, 2018), nossa sugestão é que as sentenças com esse tipo de nome sejam tratadas como CVLs, mas, nos moldes de Kearns (2002), do tipo CVAV, considerando que o nome é definido e referencial e, por conseguinte, tem o estatuto de argumento.

Construções com o verbo *fazer* também ocorrem, no *corpus*, associado a nominais expressando referencialidade e definitude, como se vê em (5), abaixo.

- (5) a. *Prefeito Gervásio Uhlman fez um esclarecimento ao povo de Itaiópolis.*¹¹
- b. *Na abertura do evento, a Diretora do Centro de Estudos Marialva de Sena Santos fez a acolhida dos sete novos defensores públicos.*¹²
- c. *Você nos entregou de bandeja quando fez aquela ligação para o seu superior.*¹³

No exemplo com o artigo indefinido *um*, em (5a), a nominalização em *-mento* pode ser tomada como referencial, porém não como definida, haja vista que o falante deve ter consciência do que é referido, mas o ouvinte, talvez, não. Diferentemente, em (5b), com a nominalização em *-ada*, o artigo definido *a* indica que uma acolhida foi realizada e o ouvinte pode identificar qual foi; por conseguinte, tem-se um nome com o valor definido e referencial. Em (5c), com a nominalização em *-ção*, também se observa a ocorrência de nome referencial e definido, já que o pronome demonstrativo *aquela*, dado o seu comportamento dêitico, está funcionando como uma espécie de apontamento para algo mencionado ou que ocorreu anteriormente, permitindo que o referente do nominal seja conhecido, logo, identificável pelos interlocutores. Para as sentenças em (5), portanto, sugerimos o mesmo tratamento apontado para (4), uma vez que *fazer* não está em sua versão plena, pois não indica a realização/construção de algo concreto (ALVES, 2016; CASTILHO, 2010) e o nome, sendo referencial e/ou definido, tem o estatuto de argumento.

11 Disponível em: <http://www.cidade1380.am.br/author/ranieri/page/210/>.

12 Disponível em: <http://dp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/2172518/>.

13 Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=_5CnDwAAQBAJ&pg.

No *corpus*, observamos também que algumas construções não contam com SNs em que o determinante contribui para a leitura referencial e definida do elemento nominal; antes, as sentenças parecem indicar uma interpretação de evento intensificado, como vemos em (6).

- (6) a. *Ainda não me convenci totalmente da ausência de um plástico de acabamento nisso; mexi hoje e deu uma melhorada.*¹⁴
- b. *Eu não quis beijar ninguém, ele deu uma encarada, eu dei a encarada, e aí encostou. Acabou rolando.*¹⁵
- c. *Ver meu irmão @leo_vinicius_ casar com @biancat2301, celebrando o amor, deu aquela renovada na esperança de dias melhores.*¹⁶
- d. *Ontem na festa não peguei ninguém, mas dei cada olhada!*¹⁷

Em (6a), em que a nominalização ocorre com o determinante *uma*, a leitura que se tem não é de um nome referencial, mas de um evento que foi realizado de forma não intensificada. Em (6b), a presença do artigo definido *a* também não assegura a definitude do nominal. Nota-se que este caso, que tem uma luta de UFC como contexto, apresenta dois eventos diferentes: um em que, primeiro, um lutador encara, e outro em que, depois, outro lutador encara também, de forma intensa, numa tentativa de mostrar ao seu adversário, a pessoa que encarou primeiro, que ele não se intimidou com a sua atitude. Assim, o nominal não é referencial e nem definido, visto que denota um evento com leitura especial.

De modo semelhante, em (6c), o pronome demonstrativo *aquela* não aponta para algo já conhecido pelos interlocutores com base em discurso anterior, e, em (6d), embora o quantificador *cada* denote leitura distributiva, em que *cada* percorre um conjunto de elemento por elemento (LEGROSKI, 2015), ao elemento nominal não pode ser atribuído os valores referencial e

14 Disponível em: <https://www.nissanclube.net.br/t697-acabamento-plastico-do-banco>.

15 Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/boxe/ultimas-noticias/2013/07/13/lutadora-repete-anderson-silva-e-perde-cinturao-apos-beijo-em-rival-na-pesagem.htm>.

16 Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKJ3XetMZv_/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=loading.

17 Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/614952524105034439/>.

definido; nesses casos, já se notam uma leitura de evento mais intensificado. Essa interpretação é ainda mais visível em (6d) que parece ser agramatical sem uma leitura de evento intensificado: ou seja, sem que o determinante seja marcado com o valor [+] para o traço [intensificador]. Para Legroski (2015), em casos assim, *cada* é um item focal ou escalar; uma espécie de adjetivo.

Em razão desses comportamentos, nossa proposta é que, nas construções em (6), os determinantes têm o traço [intensificado] marcado com o valor [-], para *uma*, em (6a), e com o valor [+], para *a*, *aquela* e *cada*, em (6b), (6c) e (6d), respectivamente. São sentenças que exibem a combinação *dar* + *N-ada*,¹⁸ que pode ou não ser intensificado. Para esses casos, sugerimos que sejam tratadas como CVL, mas do tipo CVLV (KEARNS, 2002), uma vez que a nominalização não tem o estatuto de argumento, haja vista que não há um nome referencial e não há um determinante propriamente dito, mas um operador enfático, nos termos de Leonetti (1999).

Cumprido salientar, portanto, que nossas sugestões refletem o estatuto sintático do nome complemento do verbo, e, por isso, assumindo Chierchia (1998), estamos sugerindo preliminarmente¹⁹ que, nas CVLVs, como em (6), a categoria D não está projetada o que implica que o operador enfático não ocupa a posição de determinante. Por esse motivo, o SN é um NP, um predicador. Nesse caso, como sugere Gomes e Sudré (2021) para os adjetivos de grau, talvez, tenhamos a projeção DegP (um sintagma de grau), com um operador enfático ocupando sua posição de núcleo, dominando NP. Já, nas CVAVs, como em (4) e (5), o elemento que encabeça o nome ocupa a posição de determinante e, por isso, tem-se um DP argumental.

Em síntese, estamos assumindo que sempre que o elemento nominal for definido e/ou referencial, e não couber para o evento uma leitura mais ou menos intensificada, conforme demonstrado em (4) e (5), haverá um determinante propriamente dito introduzindo o nome em posição de complemento. Por essa razão, teremos uma sentença que estamos nomeando de CVAV. Por

18 No *corpus*, não há construções com o verbo *fazer* denotando leitura de evento mais ou menos intensificado.

19 Estamos em fase de ampliação da pesquisa e, portanto, buscando mais evidências em favor do que estamos propondo.

outro lado, sempre que o nominal não desencadear leituras referenciais ou definidas e o evento puder ser interpretado como mais ou menos intensificado, não haverá na parte nominal da sentença um determinante propriamente dito; logo, a expressão nominal dessa sentença será introduzida por um operador enfático, e, em razão disso, teremos uma sentença que estamos denominando CVLV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostramos, neste trabalho, que os determinantes que compõem, juntamente com o nome, o SN de uma CVL nem sempre lhes conferem referencialidade e/ou definitude, o que levou à constatação de que, em algumas construções, esses elementos correspondem a um determinante propriamente dito e, em outras, a um operador enfático, portador do traço [intensificador], marcado com os valores [+] ou [-]. Essa diferença na natureza dos determinantes resultou na divisão das CVLs em dois tipos: 1) CVLVs, compostas por *dar* + *N-ada* com leitura não referencial e não definida; e 2) CVAVs, constituídas por *dar* + *N-ada* referencial e definido e *fazer* + *N-ção/N-mento/N-ada* referencial e/ou definido.

Destacamos que se faz necessário verificar se outras construções, por exemplo, com a combinação *dar* + *N-ção/N-mento*, introduzidas ou não por um determinante foneticamente realizado, *dar* + *N-ada* sem determinante foneticamente realizado e *fazer* + *N-ada/N-ção/N-mento* sem determinantes foneticamente realizados, também tratadas como CVLs no PB (ALVES, 2016), se incluem nesses grupos ou caracterizam outra(s) classe(s) na tipologia das CVLs.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. C. N. *Da estrutura de expressões nominais quantificadas em posição de tópicos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, DF, Brasília, 2007.
- ALBA-SALAS, J. *Light verb constructions in romance: a syntactic analysis*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Cornell University, Ithaca, 2002.

- ALEXIADOU, A.; HAEGEMAN, L.; STAVROU, M. *Noun phrase in the generative perspective*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2007.
- ALVES, D. A. *Construções de verbo leve: o elemento nominal e a leitura final*. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- ALVES, D.; SCHER, A. P. O papel dos determinantes nas construções de verbo leve. *In: FIGUEIREDO, C.; GAYER, J. L.; SOUSA, L. T.; PINTO, C. F. et al. Língua em movimento: história e funcionamento das línguas naturais*. Salvador: Edufba, 2020. v. 1. p. 82-102.
- BARROS, I. J. F. *As preposições introdutoras de dativo em verbos ditransitivos dinâmicos no português rural da Bahia: evidências do contato entre línguas*. 2018. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- BASÍLIO, M. Padrões de configuração estrutural de unidades lexicais. *In: DUARTE, L.P. (org.). Para sempre em mim: homenagem à professora Angela Vaz Leão*. Belo Horizonte: Ed. PUC, 1999. p. 205-212.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CERQUEIRA, F. O. *O pronome pleno de terceira pessoa: estrutura interna e relações referenciais*. 2019. (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*, Dordrecht, v. 6, n. 4, p. 339-405, 1998.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- DAVEL, A. P. C. *Um estudo sobre o verbo-suporte na construção dar + SN*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- DUARTE, I.; GONÇALVES, A.; MIGUEL, M. et al. Light verbs features in european portuguese. *In: INTERDISCIPLINARY WORKSHOP ON THE IDENTIFICATION AND REPRESENTATION OF VERB FEATURES AND VERB CLASSES, 2., 2010, Pisa. Anais [...]*. Pisa: Verb, 2010.
- GIUSTI, G. The functional structure of noun phrases: a bare phrase structure approach. *In: CINQUE, G. (ed.). Functional structure in DP and IP: the cartography of syntactic structures*. Oxford: Oxford University Press, 2002. v. 1. p. 54-90.

- GOMES, A. P. Q.; SUDRÉ, T. G. Entre a modificação e a quantificação: adjetivos como determinantes plurais em português brasileiro (PB). *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 7-40, 2021.
- HEIM, I. *The semantics of definit and indefinit noun phrases*. 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Massachusetts, Boston, 1982.
- KEARNS, K. *Light verbs in english*. Cambridge: MIT, 2002.
- LEGROSKI, M. C. *Todo, qualquer, cada: uma proposta de análise semântica*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- LEONETTI, M. El artículo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: sintaxis básica de las clases de palabras*. 1999. v. 1. p. 787-890.
- LONGOBARDI, G. Reference and proper names: a theory of n-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 25, p. 609-665, 1994.
- LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: University Press, 1999.
- LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Martins Fontes, 1977.
- MEDEIROS, A. B. Aspecto e estrutura de evento nas nominalizações do Português do Brasil: revendo o caso das nominalizações em -ada. *Revista Letras*, Curitiba, n. 81, p. 99-122, 2010.
- MOURA NEVES, M. H. Estudo das construções com verbo-suporte em português. In: KOCH, I. V. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. v. 6. p. 201-229.
- RESENDE, M. *Derivação regressiva e construções com verbos leves: um estudo sobre aspecto lexical*. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- ROCHA, L. C. A. A nominalização no português do Brasil. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 8, p. 5-52, 1999.
- RODRIGUES, A. S. *Semantic affix rivalry: the case of Portuguese nominalisers*. Bragança: Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança, 2013.
- SCHER, A. P. *As construções com o verbo leve “dar” e as nominalizações em -ada no português do Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

CAPÍTULO 15

A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Uma abordagem sócio-histórica em
estudos variacionistas

Juliete Bastos Macêdo
Silvana Silva de Farias Araújo

INTRODUÇÃO

A concordância verbal é uma variável que fornece evidências para discussões em torno da formação do português brasileiro (PB), de modo que têm sido realizados alguns estudos nesse sentido. A correlação do tema a questões de ordem social reforça que a variabilidade da concordância verbal (CV) se entrelaça com questões econômicas e sociais, que perpassam a realidade sociolinguística brasileira, destacando o caráter da língua não somente em sua perspectiva comunicativa, mas social.

Em relação à variabilidade da CV, percebemos que alguns estudos (ANJOS, 1999; LEMLE; NARO, 1977; MONGUILHOTT, 2001; NARO, 1981; NARO; SCHERRE, 1993) analisaram a regra numa perspectiva variável. Posteriormente, outras pesquisas (ARAÚJO, 2012; BORTONI-RICARDO, 2008; GRACIOSA, 1991; LUCCHESI, 2009; MATTOS, 2013; OUSHIRO, 2014; RODRIGUES, 2004; SILVA, 2003) associaram a variabilidade do fenômeno ao contexto sócio-histórico. Nestes últimos estudos, notamos que a participação de outros povos é fator que fomenta o processo de mudança linguística, sobretudo quando se trata da regra de concordância verbal do PB. O português brasileiro teve em seu processo de formação linguística, por exemplo, intensa presença de africanos escravizados. Esses aprenderam o português como segunda língua, em fase adulta e de oitiva, fato este que pode ter intensificado a diversidade linguística do PB, principalmente, a variabilidade das regras de concordância.

Compreender o contexto sócio-histórico de determinada comunidade de fala, direciona-nos a indagar, quanto aos estudos que analisam a regra somente em sua estrutura, quais são os principais fatores recorrentes? Tais fatores também se encontram latentes nos estudos de abordagem sócio-histórica? Estes são alguns questionamentos que nos direcionam a compreensão das pesquisas selecionadas para o estudo deste texto.

Os estudos foram selecionados por ordem cronológica de publicação. Observamos os que buscaram descrever a estrutura da regra variável e os estudos que associaram a variabilidade do fenômeno em seu contexto sócio-histórico. Como filtro de seleção, recortamos as pesquisas de quatro regiões

brasileiras: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A região Norte não foi selecionada por seu contexto de formação sócio-histórica.

Justificamos este texto pela necessidade de uma abordagem comparativa dos resultados das pesquisas sobre CV nas quatro regiões brasileiras citadas, dialogando com a proposta de periodização da história sociolinguística do Brasil. (LUCCHESI, 2017) Portanto, busca-se comparar as perspectivas dos estudos da análise estrutural da regra variável e a análise de cunho sócio-histórico com o objetivo de compreender a participação de outros povos, principalmente a presença de africanos, no processo de formação da variabilidade da regra de concordância verbal, atrelada à periodização sociolinguística.

Desse modo, este capítulo está organizado em duas seções. A primeira apresenta os trabalhos que se dedicaram a análise da regra em sua estrutura e aqueles que analisaram a regra de CV sob um viés sócio-histórico. Nessa seção, apresentamos uma tabela com os percentuais de aplicabilidade da regra de CV e dois gráficos que comparam os resultados entre duas normas linguísticas: a norma culta e a norma urbana intermediária. Na segunda seção, buscamos analisar a frequência de aplicabilidade da regra nos trabalhos apresentados nesse texto, associando com a proposta de periodização da história sociolinguística do Brasil. (LUCCHESI, 2017)

A CONCORDÂNCIA VERBAL NUMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA ESTRUTURA DA REGRA VARIÁVEL E EM UM CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

O conceito de concordância verbal abordado nas gramáticas tradicionais apresenta-se como uma extensa lista de regras a serem aplicadas. Atribuem-se a CV como a regra em que o verbo se adapta ao número e pessoa do sujeito. As gramáticas tradicionais propõem um modelo conceitual direcionado à variedade padrão do português (BECHARA, 2009; PERINI, 2010), sem levar em consideração a variabilidade da CV na língua falada.

Um dos primeiros trabalhos que contribuíram para a compreensão da regra de CV em sua estrutura variável é o de Lemle e Naro (1977), que

analisaram o uso da regra de concordância verbal (CV) na fala de indivíduos do Mobral – RJ. A partir desse estudo, com base nos moldes labovianos, os autores focalizaram o fenômeno como regra variável, sendo que a presença da CV depende de fatores que servem como base para o uso ou não da norma padrão. Lemle e Naro (1977) e Naro (1981) consideraram o fator de saliência fônica. Desse modo, partiram do pressuposto de que, na 3ª pessoa do plural, a crescente saliência fônica da oposição entre singular e plural está relacionada à probabilidade crescente de aplicabilidade da regra de concordância. Portanto, quanto mais saliente for a diferença fônica entre singular e plural, mais provável será o uso da regra de concordância.

Os níveis mais baixos de hierarquia da saliência favorecem menos a concordância do que em níveis mais altos. “Os verbos como *bater*, no presente do indicativo (*bate/batem*), tendem a ser pronunciados com menos concordância do que, por exemplo, o verbo fazer no pretérito perfeito do indicativo (*fez/fizeram*)”. (BENFICA, 2016, p. 52) No primeiro exemplo, ocorre o processo de nasalização ao serem conjugados no plural enquanto, no segundo exemplo, há mudança da vogal do radical e acréscimo de segmentos. Tais resultados podem ser comprovados em diversos outros estudos.

Scherre e Naro (1993) estudaram a concordância verbo e sujeito na fala de cariocas, com o *corpus* do Programa de Estudos sobre Uso da Língua (PEUL). O que é evidente neste estudo é que, quando o sujeito aponta marcas de plural, o verbo exibe também marcas de plural, portanto, levando-os a postularem o princípio “marcas conduzem marcas”. Quanto ao verbo isolado (não marcado pelo sujeito), há o favorecimento da ausência da marca de concordância na ocorrência verbal. Naro e Scherre (1998) propuseram uma análise da regra de CV focando nas variáveis linguísticas *saliência fônica* e *posição do sujeito*, além de variáveis sociais, em *corpus* do PEUL. Tal análise demonstrou que a oposição não acentuada desfavorece a concordância, independente da escolarização, que é fator determinante na escala de saliência fônica. Os autores citaram o efeito do traço humano no sujeito e a interação do traço de número no controle da concordância de dados analisados na década de 1990 e em dados do século XIII e XVI. Observaram que os dados com traços humanos exercem influência nos dados de fala e

escrita do PB e em dados do português antigo, confirmando a hipótese de que a regra de concordância verbal é uma regra variável que se configura como inerente no PB.

Anjos (1999) delimitou sua análise em variáveis linguísticas e variáveis extralinguísticas, utilizando amostras do projeto de Variação Linguística do estado da Paraíba (VALPB), considerando falantes sem escolaridade e com até 11 anos de escolaridade. Confirmou hipóteses aventadas e concluiu que os fatores linguísticos condicionantes como *saliência fônica*, *posição do sujeito*, *paralelismo linguístico* e *sujeito [+ humano]* revelaram-se pertinentes na amostra. Em relação as variáveis sociais analisadas, notou que há duas formas convivendo dentro de um mesmo sistema linguístico: (i) a forma inovadora (ausência de variante explícita de plural) e (ii) a permanência da forma conservadora (presença da variante explícita de plural), levando em consideração a coleta de dados em tempo aparente. (ANJOS, 1999)

Monguilhott (2001) – análise de CV em Florianópolis – identificou um percentual significativo para o uso da regra de concordância verbal, além de confirmar a hipótese de Naro e Scherre (1997, 1998) sobre a questão de traço [+ humano] em que há maior frequência de concordância, e o [- humano] favorece a não concordância. Concluiu que a posição do sujeito antes do verbo e o fator de saliência fônica fazem-se determinantes quanto à aplicabilidade da regra de concordância verbal, como demonstraram os estudos citados anteriormente.

As pesquisas mencionadas tomam a análise do fenômeno preocupando-se em descrever a regra variável em seus limites de estrutura, mesmo reforçando a importância das variáveis sociais. Confirmaram hipóteses para os fatores condicionantes encontrados na primeira pesquisa de Lemle e Naro (1977), como *saliência fônica*, *posição acentuada do sujeito*, *paralelismo linguístico* e *sujeito [+ humano]*. Demonstravam, de certo modo, a importância de um estudo levando em consideração o contexto de formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Os resultados apontaram que os falantes sofriam pelo fato de o uso da variedade não padrão ser marginalizada frente aos padrões sociais vigentes, bem como, diante do contexto da mudança linguística. O uso dessa variedade recai também sobre o problema da avaliação. Tal fato ocorre

devido ao processo histórico de formação da sociedade brasileira, visto que a política colonizadora forjou de maneira abrupta a proibição das línguas gerais, bem como com qualquer traço de representação simbólica, cultural e linguística que compunha as populações não europeias. Diante dessa perspectiva, algumas pesquisas sobre a variabilidade da concordância verbal no PB passaram a levar os fatores sócio-históricos em consideração.

O estudo de Silva (2003), realizado nessa vertente, investigou a concordância verbal com sujeitos de terceira pessoa do plural em três comunidades no interior da Bahia e atribuiu a presença ou não do uso padrão, em cada comunidade, aos fatores históricos que participaram do processo de formação linguística nessas regiões. Quanto às questões de análise morfossintática, ressaltou um contexto diferenciado em relação ao percentual de uso da regra, em que ocorre uma maior marcação com o sujeito posposto ao verbo. Quanto a análise do traço e saliência fônica, confirmou hipóteses anteriores. (ANJOS, 1999; LEMLE; NARO, 1977; MONGUILHOTT, 2001; NARO 1981; NARO; ESCHERRE, 1998; SCHERRE; NARO, 1993)

Os estudos de Benfica (2016), com a pretensão de descrever o quadro variável que a concordância verbal, constituiu na fala de Vitória/Espírito Santo uma análise a 1ª e 3ª pessoa do plural em dados de fala do Portvix – português falado em Vitória e amostra gravada por Calmon (2010) – fala casual. Ressaltou que o percentual de marcação da regra de CV é maior na zona urbana. Em consonância a esta afirmação, citou os estudos de Mattos (2013) que pesquisou a aplicabilidade da regra em Goiás.

As análises apontadas por Benfica (2016) apresentaram resultados pertinentes para os estudos de mudança acerca do fenômeno analisado, partindo da hipótese de que a localização da região analisada influencia em relação ao uso da regra. A exemplo dos estudos realizados no RJ nos anos 1980, que apontaram um número elevado de marcação da regra e posteriormente, nos anos 2000, a frequência de aplicabilidade da regra aumentou. Este resultado se deve aos fluxos migratórios da região que favoreceram a mudança em questão. (BENFICA, 2016) A pesquisa de Oushiro (2014), em São Paulo, cidade equiparada ao fluxo migratório do Rio de Janeiro, também apresentou a frequência equivalente na variação. Estes resultados confirmam a hipótese

de que a participação de outros povos influenciou a formação linguística de determinada região.

Alguns estudos (ALMEIDA, 2006; ANJOS, 1999; ARAÚJO, 2012; BENFICA, 2016; BORTONI-RICARDO, 2008; GRACIOSA, 1991; LUCCHESI, 2009, 2015) deixam evidente que, em relação ao nível de escolaridade, há uma frequência maior do uso da variedade padrão para aqueles que frequentaram a escola por mais tempo. Soma-se a essa hipótese os resultados encontrados por Lucchesi (2009) que traçou um estudo contrastivo com algumas pesquisas. (MONGUILHOTT, 2001; MONGUILHOTT; COELHO, 2002; SCHERRE; NARO, 1997) Reforça que a escolaridade e as questões sociais que alimentam esta variável são fatores que condicionam a presença ou ausência da regra de concordância verbal. Diante disso, as pesquisas de Graciosa (1991) e Almeida (2005) em contraste aos estudos desenvolvidos em comunidades rurais baianas (SILVA, 2003), na qual os falantes possuem o nível de escolaridade mais baixo, apresentaram uma maior frequência para a marcação da regra, comprovando as hipóteses sobre escolaridade apontadas nesta mesma direção.

Araújo (2012), em seu estudo sobre *a concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro*, mencionou que o PB traz traços bem expressos da não realização das marcas de número nas formas verbais, ao contrário do que se dava no português arcaico, que apresentava tendência quanto à aplicação da regra de concordância. Os estudos de Araújo (2014) sobre a concordância verbal na fala de moradores de Feira de Santana – BA, demonstraram que os percentuais obtidos em sua pesquisa, com os dados dos participantes com ensino superior completo, possuem uma similaridade com os resultados de análises realizadas por Graciosa (1991), que analisou a fala culta carioca.

Essas pesquisas (ARAÚJO, 2012; BENFICA, 2016; BORTONI-RICARDO, 2008; GRACIOSA, 1991; LUCCHESI, 2009; MATTOS, 2013; OUSHIRO, 2014; RODRIGUES, 2004; SILVA, 2003) associaram o percentual da regra variável aos fatores linguísticos e sociais que fomentam a CV. Apontaram os processos de industrialização e urbanização como fatores que influenciam a diversidade linguística do PB, pois em regiões mais urbanizadas o processo

de escolarização ocorreu primeiro do que em comunidades rurais interiores. (LUCCHESI, 2009, 2015, 2017) Desse modo, compreendemos que para análise da variabilidade da regra de concordância verbal devemos levar em consideração o processo de formação sócio-histórica de uma determinada região estudada.

A ANÁLISE DO PERCENTUAL DE APLICABILIDADE DA REGRA DE CONCORDÂNCIA VERBAL

A partir dos estudos mencionados neste trabalho, é evidente a necessidade de compreendermos os percentuais de aplicabilidade da regra. Tal necessidade surge a fim de abonarmos as principais hipóteses suscitadas nos estudos discutidos. A primeira delas se a norma urbana pelo fato de sua comunidade de fala estar situada nos grandes centros urbanos tende a concordar mais devido ao processo de industrialização e fácil acesso à escolarização. Quanto a sua influência sócio-histórica, entendemos que os grandes centros urbanos, no período colonial, tiveram uma maior participação de colonos portugueses, fato este que fomentou também uma maior proximidade em relação à norma culta do português. Diante disso, observamos o Quadro 1¹ a seguir, bem como as discussões propostas.

Este quadro está organizado a partir de uma estratificação regional evidenciando o percentual de marcação da regra de concordância verbal.

1 Vale salientar que este quadro não abarca todas as pesquisas sobre a concordância verbal no português brasileiro. Os estudos selecionados condizem com a pretensão das autoras deste trabalho de realizar um recorte entre as regiões Sudeste e Nordeste – descrevendo as propostas de periodização (LUCCHESI, 2017) – para que, a partir disso, pudesse construir uma proposta de interiorização do fenômeno no estado da Bahia.

Quadro 1: Percentual de marcação da regra de concordância verbal em algumas regiões brasileiras

Autores	Região	Norma sociolinguística	Frequência geral de aplicação da regra
REGIÃO SUL			
Monguilhott (2001)	Florianópolis – SC	Norma urbana intermediária ²	79%
REGIÃO SUDESTE			
Graciosa (1991)	Rio de Janeiro – RJ	Norma urbana culta	94%
Naro e Scherre (1997) ³	Rio de Janeiro – RJ	Norma urbana intermediária	73%
Rodrigues (2004)	São Paulo – SP	Norma popular	53%
Benfica (2016)	Vitória – ES	Norma urbana – Portvix	78,8%
		Norma urbana – Fala casual	70,3%
REGIÃO CENTRO-OESTE			
Sgarbi (2006)	Mato Grosso do Sul – MS	Norma popular rural	27%
		Norma urbana	77%
Mattos (2013)	Goiás – GO	Norma urbana	75%
REGIÃO NORDESTE			
Anjos (1999)	João Pessoa – PB	Norma popular urbana	54%
Silva (2003)	Cinzento/Planalto – BA	Norma popular rural	13%
	Morrinhos/Poções – BA	Norma popular rural	17%
	Poções – BA	Norma popular urbana	26%
Oliveira (2005)	Vitória da Conquista – BA	Norma urbana popular	51%
Lucchesi (2009)	Rio de contas – BA	Norma popular rural	24%
	Helvécia – BA	Norma popular rural	16%

2 Classificamos como norma linguística intermediária devido ao nível de escolaridade – 11 anos de escolarização.

3 Este quadro utiliza alguns dados da pesquisa de Lucchesi (2015, p. 251). Segundo o autor, os resultados foram “arredondados”.

Autores	Região	Norma sociolinguística	Frequência geral de aplicação da regra
Borges (2009)	Salvador – BA	Norma urbana culta	92%
		Norma urbana intermediária	65%
Araújo (2014)	Feira de Santana – BA	Norma popular	24,5%
		Norma urbana culta	93,9%
Silva e Santos (2014)	Vitória da Conquista – BA	Norma popular rural	17,2%
Pereira (2016)	Fortaleza – CE	Norma popular urbana	65,4%
Silva (2017)	Manuma – MA	Norma popular rural	12%
	Itamatiuia – MA	Norma popular rural	16,5%
Silva (2019)	Serra Talhada -PE	Norma popular rural	73%
	Afogados de Ingazeira – PE	Norma popular rural	67%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Como salientamos na segunda seção, nem todos os estudos citados no quadro levaram em consideração as características sócio-históricas de cada comunidade analisada. A partir da leitura do quadro, propomos uma discussão embasada sobre as normas linguísticas urbana culta e urbana intermediária. Notamos que a norma urbana apresenta percentuais próximos, podendo ser verificados nos estudos de Sgarbi (2006), Mattos (2013), Pereira (2016) e Benfica (2016). Segundo a proposta de periodização da história sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2017), compreendemos que estas pesquisas foram desenvolvidas na quarta fase – fase de nivelamento linguístico. Para Lucchesi (2017), esta fase teve início em 1930 e permanece até os dias atuais. O nivelamento linguístico ocorreu a partir dos processos de industrialização e urbanização que promoveram a difusão da norma urbana culta apagando as marcas de contato na norma popular. (LUCCHESI, 2017)

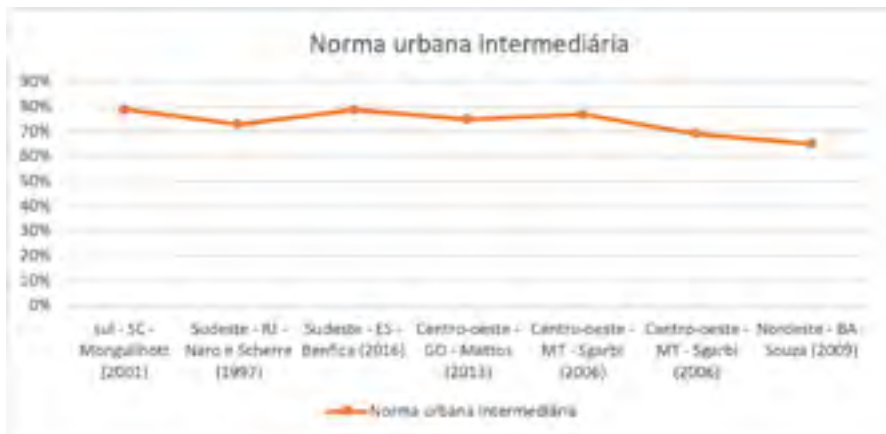
Embora, estejamos frente ao processo de nivelamento, como aponta Lucchesi (2017), na proposta de periodização, observamos que o fenômeno ainda apresenta variabilidade com percentuais muito distantes entre normas. A exemplo das pesquisas de Silva (2017) e Lucchesi (2009) *versus* resultados encontrados em Pernambuco. (SILVA, 2019) Tal realidade pode suscitar

hipóteses de que a variabilidade do fenômeno seja intensificada pelo contato dos fluxos migratórios e do processo de urbanização que ocorreu no século XX em determinadas regiões. Hipótese esta ratificada nos estudos de Rodrigues (2004), que analisou falantes da periferia de São Paulo e atrelou o percentual da variável ao fato de os participantes da pesquisa terem vindo de diversas regiões, inclusive de comunidades rurais.

Ainda em relação ao processo de variação, os estudos de Benfica (2006) e Oushiro (2014) ressaltaram a importância da localização geográfica da comunidade analisada e as influências dos fluxos migratórios nos processos linguísticos. Benfica cita os estudos de Scherre e Naro (1977) realizados no Rio de Janeiro, os resultados confirmam as hipóteses aventadas. Lucchesi (2017) ressalta que este foi o estado mais beneficiado com o tráfico de escravos, pois promoveu uma rede de comércios ligando o Rio de Janeiro às diversas províncias do Brasil.

Lucchesi (2017) esclarece que a sociedade brasileira se encontra a caminho de uma homogeneização. Ao analisarmos os percentuais da norma urbana intermediária, dispostos nos estudos do quadro 1, percebemos que mesmo rumo ao nivelamento, encontra-se, ainda uma variabilidade, como observamos abaixo:

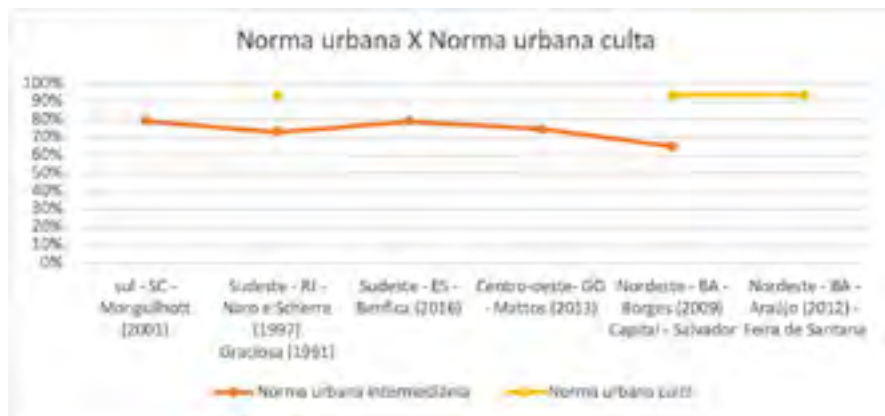
Gráfico 1: Percentual de aplicabilidade da regra de CV na norma urbana intermediária em quatro regiões brasileiras



Fonte: elaborado pelas autoras.

Assim, compreendemos que diante dos estudos realizados nas regiões de maior intensificação dos processos de urbanização e industrialização, a variável na norma urbana intermediária caminha ainda sob os condicionamentos do processo sócio-histórico. O Gráfico 1 aponta dados análogos entre os estudos das diferentes regiões, o que nos permite corroborar a hipótese sobre o fator escolaridade para esta norma. Quanto ao encaixamento social do fenômeno, notamos que o fator escolaridade se encontra latente em relação ao uso da regra. Observamos que nas camadas da norma urbana culta, o fenômeno se encontra em um processo avançado para a homogeneização do uso da regra, resultado do processo de fácil acesso à escolarização, visto que a sociedade brasileira tende a normatizar a regra de concordância verbal. (ARAÚJO, 2014) Assim, as hipóteses a respeito do processo de escolarização se confirmam a partir dos percentuais do uso da regra com falantes de nível superior encontrados por Graciosa (1991) em São Paulo, Borges (2009),⁴ em Salvador- Bahia, e por Araújo (2014) em Feira de Santana – Bahia. Embora em regiões diferentes, apontam percentuais próximos quanto à aplicabilidade da regra, como observa-se no Gráfico 2:

Gráfico 2: Percentual de aplicabilidade da regra de CV na norma urbana X norma urbana culta



Fonte: elaborado pelas autoras.

4 Borges (2009) apresenta um percentual médio de 92% de marcação da regra de CV com participantes de nível superior em Salvador/Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise e discussão proposta, observamos que os estudos que detêm o processo de formação sócio-histórica na análise da variabilidade do fenômeno levam em consideração tanto as variáveis sociais, quanto linguísticas, além de reforçar as variáveis linguísticas encontradas nos estudos que se dedicam a análise estrutural da regra. O que nos chama a atenção é a não consideração do processo sócio-histórico que influenciou na formação do Português Brasileiro em muitos estudos sobre o uso variável da concordância verbal. A sócio-história do PB é fator que alimenta o processo de variação e mudança do fenômeno de concordância verbal. A concordância verbal “é a manifestação mais objetiva do fosso sociolinguístico que divide a sociedade brasileira”. (LUCCHESI, 2015, p. 173) Em relação às variáveis linguísticas do fenômeno, observamos que as hipóteses traçadas demonstram que a *saliência fônica, posição do sujeito, traço semântico de sujeito e paralelismo linguístico* tendem a ser comprovadas. Quanto à *posição do sujeito*, na maioria das análises, há um favorecimento da concordância com o sujeito anteposto.

Os fatores mencionados nas análises apresentadas fomentam a distância entre a norma de prestígio e a norma estigmatizada. Dentro dos limites desse processo, temos a norma popular rural que se refere às comunidades rurais e se encontram mais distantes dos grandes centros. Diante dessa realidade, destacamos a precariedade do sistema de educação pública na zona rural que favorece a ausência de marcação da regra. (LUCCHESI, 2009) Essas evidências se justificam por meio da hipótese levantada por Lucchesi, que devemos considerar dentro do processo a difusão da mudança linguística, os modelos de prestígios que emanam os centros urbanos. Além de terem perpassado pela evolução tecnológica dos meios de comunicação e fácil acesso à escolarização, tem um maior número de centros universitários e universidades. A esta realidade urbana, somamos o fator de redes sociais que também condicionam a mudança do fenômeno.

Com base nesta discussão, compreendemos que as comunidades tradicionais tendem a ser mais isoladas com redes de relações restritas em oposição às comunidades dos centros urbanos que possuem um leque de possibilidades

que os direcionam a oferta de um uso da língua próximo a sua normatização. Por isso, salientamos a necessidade de uma análise do fenômeno de CV voltada para a análise de seu contexto sócio-histórico, elucidando a perspectiva do contato linguístico com outros povos, sobretudo com africanos escravizados.

Este trabalho confirma as hipóteses suscitadas no início dessa discussão, pois os dados da norma urbana culta, diante de sua realidade de fácil acesso à escolarização dos seus usuários, tendem a aplicar mais a regra de CV, algo que não ocorre com o percentual encontrado com as demais normas, deixando evidente o quanto o processo sócio-histórico de uma comunidade de fala é fator caracterizador das possíveis variedades linguísticas encontradas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgletas/defesas/2005/alessandrapreusslerdealmeida.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ANJOS, S. E. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala pessoense*. 1999. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999. Disponível em: https://issuu.com/valpb/docs/um_estudo_variacionista_da_concord. Acesso em: 3 mar. 2021.

ARAÚJO, S. S. F. A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro. *PAPIA*, São Paulo, p. 91-110, 2012.

ARAÚJO, S. S. F. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BECHARA, E. Concordância. In: BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 441-459.

BENFICA, S. A. *A concordância verbal na fala de Vitória*. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BORGES, C. M. *A concordância verbal na fala de Salvador: duas realidades sociolinguísticas*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

- BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal no português: um estudo de sua significação social. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (org.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil – uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 363-380.
- CALMON, E. N. *Ponte da passagem: você e cê transitando na fala de Vitória (ES)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- GRACIOSA, D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Brasília, DF: MOBREAL, 1977. (Relatório final).
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 33, p. 347-382, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C. R.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003. p. 272-284.
- MATTOS, A. A. *Concordância verbal, mercado de trabalho ensino médio: um olhar sociolinguístico sobre a fala e escrita de mulheres de comunidades populares de Salvador*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.
- MATTOS, S. E. R. *Goiás na primeira pessoa do plural*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- MONGUILHOTT, I. O. S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFSC_281742871e6dd35be2d3b9842d038od 9. Acesso em: 3 mar. 2021.
- MONGUILHOTT, I. O. S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PE e no PB*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

- MONGUILHOTT, I. O. S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: http://bdt.ibict.br/vufind/Record/UFSC_281742871e6dd35be2d3b9842d0380d9. Acesso em: 20 jan. 2021.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 20, p. 9-16, 1991.
- NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, p. 437-454, 1993. Número especial.
- OLIVEIRA, M. S. *Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: variação estável ou mudança em progresso?* 2005. Dissertação (Mestrado em Linguísticas) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.
- OUSHIRO, L. Tratamento de dados com R para análises sociolinguísticas. In: FREITAG, R. M. K. (ed.) *Metodologia de coleta de dados e manipulação de dados em Sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014.
- RODRIGUES, A. C. S. Concordância verbal, sociolinguística e história do português brasileiro. *Publicado no Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 115-145, 2004.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- SANTANA, J. H.; ARAÚJO, S. S. F.; FREITAG, R. M. K. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos. *PAPIA*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 219-237, 2018.
- SANTOS, D. S.; SILVA, J. A. As variáveis sociais e o uso da concordância verbal: dados do português popular de Vitória da Conquista – Ba. *Fólio: Revista de Letras*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 145-165, 2014.
- SCHERRE, M. M. P. Paralelismo linguístico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.
- SCHERRE, M.; NARO, A. J. A. Concordância de número no Português do Brasil – um caso típico de variação inerente. *Diversidade linguística no Brasil*, João Pessoa, p. 93-114, 1997.
- SGARBI, N. M. F. Q. *A variação na concordância verbal entre os falantes do Mato Grosso do Sul*. 2006. Tese (Doutorado em Letras, Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Curitiba, 2006.
- SILVA, J. A. A. da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do estado da Bahia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CAPÍTULO 16

TRABALHADOR DE ENXADA EM ROÇA ALHEIA

Processos morfológicos

Fernanda Oliveira

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca descrever os padrões morfológicos (palavra primitiva, *peão*, *macaco*; derivação, *pataqueiro*, *lavrador*; composição, *ganhador de enxada*) de expressão de agentivos referentes ao *trabalhador de enxada em roça alheia* encontrados nos dados de fala do estado da Bahia e de Sergipe, registrados no *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963), na carta 23, e no *Atlas Linguístico de Sergipe* (1987), na carta 24.

Nesta investigação, são abordados os processos de formação de palavras utilizados na denominação desses sujeitos numa perspectiva morfológica, elencando as formas derivadas e compostas que surgiram nas cartas, sem perder de vista a distribuição dos tipos de formação no espaço geográfico de Bahia e Sergipe, definido por Nascentes (1953) como parte do *falar baiano*, para, em seguida, verificar a possibilidade de processos formativos ou morfemas estarem variando.

Por meio da pesquisa qualitativa, se realizou a fundamentação teórico-metodológica, em seguida levantamento de cada uma das formas que ocorreram nas cartas citadas, logo após realizou-se a segmentação mórfica das designações encontradas para posterior exame dos dados, classificando-os de acordo com os conceitos teóricos, com vistas a realizar a descrição de; quais tipos de processos formativos são recorrentes para a designação do agente de atividade referido; as acepções que as formas denotam; as características das bases envolvidas nos formativos; se a partir da verificação da área geográfica em que aparecem, é possível apontar diferenças nos processos formativos ou entre os sufixos utilizados, e ainda se essas peculiaridades poderiam dar indícios de uma variação morfológica.

A partir da análise dos dados, os processos mais utilizados foram: derivação sufixal (*roceiro*, *cavouqueiro* etc.) ou composição (*ganhador de aluguel*, *trabalhador de aluguel* etc.), sendo os mais produtivos os sufixos *-dor* (*lavrador*, *ganhador*, *trabalhador*), *-eiro* (*pataqueiro*, *macaqueiro*, *jornaleiro*), *-ista* (*jornalista*, *diarista*). O sufixo *-nte* que, de acordo com as descrições do português, também são capazes de formar agentes, por exemplo, *andante*, não foi encontrado no *corpus*.

O trabalho encontra-se organizado em três seções: na primeira, faz-se uma breve revisão teórica acerca da formação de agentivos por derivação e composição no português brasileiro (doravante, PB); na segunda, contempla-se de modo sucinto as características dos mapas de onde se extraíram os dados do *corpus* deste trabalho; na terceira, são apresentadas as ocorrências encontradas, elencadas de acordo com o processo morfológico. Por fim, as reflexões finais.

A FORMAÇÃO DE AGENTIVOS NO PB, ALGUNS ASPECTOS

Nomes de agente, de acordo Basilio (2004), são substantivos que se caracterizam por expressarem uma atividade ou ação, exercida por uma pessoa ou objeto, que se correlaciona com a sua base formadora. E, segundo Rio-Torto e demais autores (2016, p. 99), quando deverbal, “é parafraseável pela expressão *aquele ou aquilo que V*, em que V significa a base verbal”. No português, conforme as gramáticas tradicionais, os agentivos são formados, principalmente, pelo processo de derivação, isto é, a adjução de um sufixo a uma base, podendo formar um vocábulo com categoria distinta, como no exemplo do nome deverbal em (1), ou pela adjução de um sufixo a uma base substantiva, sem que se observe a mudança categorial, como em (2). Além disso, o agentivo pode ser expresso pelo processo de composição, que pode ser classificado em: morfológico, como em (3); morfossintático, como em (4), e, ainda, sintagmático, como em (5).

- (1) Lavr_V(a)_{VT} + -dor = lavrador_{N/ADJ}
- (2) Verdur_N + -eiro = verdureiro_{N/ADJ}
- (3) Franco-atirador (Rad + N)
- (4) Baba-ovo (V + N)
- (5) Catador [de lixo] (N + SP)

Uma peculiaridade dos agentivos é que podem atuar como nomes ou como adjetivos, dependendo do contexto sintático em que ocorrem, como nos exemplos a seguir:

- (6) [...] uma *lavradora*_{SUBST} pode usar a certidão de casamento.
- (7) [...] naquele ano o requerente era *lavrador*_{ADJ}.
- (8) Outra questão que devemos ponderar é a das *mulheres lavradoras*_{ADJ} [...]¹

O conceito de palavra composta adotado neste trabalho leva em conta a definição proposta por Rio-Torto e demais autores (2016), de que a composição é a formação de uma palavra a partir da concatenação de radicais, complementando com o que propõe Nóbrega (2014, p. 21), ou seja, “a composição é considerada um processo de formação de palavras capaz de criar unidades complexas sintaticamente inseparáveis e que carregam quase sempre novos significados”. Na estrutura de uma palavra composta não é possível introduzir qualquer elemento, pois suas partes só têm valor no todo, por exemplo, em *bolsa família*, que designa valor pago na forma de auxílio às famílias carentes com filhos menores. Incluindo-se um modificador ao substantivo, primeiro elemento do composto, tem-se *bolsa verde família*, obtendo uma semântica distinta, bolsa, um adorno, com uma cor específica.

Outra característica dos compostos, já atestada por diversos pesquisadores, diz respeito à impossibilidade de alternância de seus elementos constitutivos. A alternância acarreta uma mudança no significado. Por exemplo, *seguro-desemprego*, auxílio concedido pelo poder público ao trabalhador desempregado, conforme Houaiss Digital,² perde-se esse significado se a ordem dos elementos for invertida, como se verifica em *desemprego seguro*. Neste trabalho, a seleção dos dados nos Atlas referentes às formações compostas levou-se em consideração os critérios relacionados anteriormente.

As formas compostas são classificadas de acordo com a estrutura composicional: (i) *morfológicas*, como em (3), em que há pelo menos um radical estrangeiro relativamente preso, geralmente, um grecolatino, envolvido na formação da palavra; (ii) *morfossintáticas*, como em (4), na qual a estrutura de composição se dá em desacordo com a estrutura prototípica da morfossintaxe da língua, combinando duas formas livres, que podem ser inclusive dois

1 Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/a-dificuldade-do-trabalhador-rural-em-comprovar-a-sua-condicao-de-ruricola-para-a-concessao-de-aposentadoria/>.

2 Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#1.

verbos; e (iii) *sintagmáticas*, como em (5), na qual a combinação das duas formas do composto segue os padrões da sintaxe da língua, um sintagma preposicionado especifica o primeiro elemento do composto. (RIO-TORTO et al., 2016)

Assim, se pode afirmar que, como a derivação, a composição é capaz de gerar um agente de atividade, e é possível observar na composição regras, diferentes das verificadas nos derivados, mas que interagem de forma a criar elementos novos a partir de conceitos preexistentes reinterpretando-os, sendo que a nova acepção do produto linguístico pode estar nas próprias formas base da palavra composta, endocêntricos, ou ser completamente distinta do denotado nas bases envolvidas, exocêntricos, portanto sendo ambos processos formativos possíveis para formação de agentivos nos dados estudados.

ALGUNS ASPECTOS DOS ATLAS

O *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), de 1963, e o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS), de 1987, que constituem o *corpus* deste trabalho, foram atlas regionais elaborados com o intuito de compor a descrição do PB, após o decreto de Getúlio Vargas para a criação de um atlas nacional, delineando as características linguísticas regionais do país. Pela dimensão continental do Brasil foi acordado entre os pesquisadores que atlas de menor porte seriam utilizados para cumprir o decreto, sendo que o APFB foi o primeiro a ser publicado no país, estando a Bahia na vanguarda dos estudos dialetológicos, conforme informa Cardoso (1999, p. 243), “o primeiro atlas linguístico produzido em terras brasileiras, o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), tem como autor Nelson Rossi e co-autoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee e foi feito e publicado entre 1960 e 1963”.

Os pesquisadores envolvidos na criação do APFB e ALS optaram por aplicar semelhante questionário nos dois estados, o que torna os dois trabalhos um excelente método comparativo para os estudiosos de variação. O APFB foi composto de 182 questões, já o ALS conta com 686, destas, 181 foram retiradas do APFB, e, por fim, sendo publicado com 182 cartas, porém nem todas as questões são capazes de gerar cartas linguísticas, por isso o número de questões é distinto do de cartas.

As cartas selecionadas para dar corpo a este trabalho, 23 do APFB e 24 do ALS, possuem a mesma questão semântico lexical como provocadora, e, portanto, dizem respeito ao mesmo referente, o *trabalhador de enxada em roça alheia*. Como definido por Antenor Nascentes (1953), esses estados fazem parte do *falar baiano* de acordo com a sua segunda edição de *O linguajar carioca* (1922). Essa obra estabelece que o *falar baiano* abrange na totalidade as áreas de Bahia e Sergipe, parte dos territórios de Minas e de Goiás, caracterizado por manter um mesmo padrão de produção das vogais, utilizando assim um critério fonético, mas que é corroborado por estudos linguísticos de outros campos. Espera-se que os Atlas, por neste *corpus* representarem o falar de dois estados, que, segundo Nascentes, pertencem em aspectos fonéticos à mesma área dialetal, possamos encontrar evidências dessa delimitação no nível da morfologia.

As questões lexicais dos Atlas foram aplicadas em 50 localidades no estado da Bahia e mais 15 no estado de Sergipe. As localidades são identificadas numericamente, são na Bahia as de 1 a 50 e em Sergipe a partir do número 51, um *continuum* do atlas baiano. Os locais foram selecionados de acordo com os critérios de densidade demográfica, antiguidade, região dos estados e possibilidade de acesso (estradas, portos etc.), tendo em vista que nem todos os municípios dos estados poderiam ser contemplados.

O QUE REVELAM OS DADOS

Os dados encontrados revelam que, na nomeação do *trabalhador de enxada em roça alheia*, tanto o processo de derivação quanto o de composição são utilizados. Na Bahia e em Sergipe foram encontradas 21 formas distintas, sendo 17 formas derivadas e 4 compostas, além de 2 formas derivadas lexicalizadas e 2 duas formas primitivas.

As formações derivadas

Nesta seção, descrevem-se as formações agentivas formadas pelo processo de derivação. Quanto aos sufixos empregados nas formas derivadas, têm-se os

seguintes números: *X-eiro*, com 11 formas; *X-ário*, com 1 forma; *X-ista*, com 2 formas; *X-dor*, com 3 formas.

Quadro 1: Formações derivadas em *-eiro*

FORMAÇÕES	ESTRUTURA	PONTOS/LOCALIDADES
Beiradeiro	Beirad _{SUBS} + SUF	49
Cavouqueiro	Cavouc _{VERBO} + SUF	48, 49
Enxadeiro	Enxad _{SUBS} + SUF	25, 59
Jornaleiro	Jornal _{ADJ.} + SUF	8, 6
Jornazeiro	Jorna _{SUBS} - + SUF	6
Jornadeiro	Jornad _{SUBS} - + SUF	9
Macaqueiro	Macac _{SUBS} - + SUF	3, 7, 9, 10, 17, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 43
Pataqueiro	Patac _{SUBS} - + -eiro	11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 51, 53, 58, 59, 60, 63, 64
Rendeiro	Rend _{SUBS} - + SUF	3
Roceiro	Roc _{VERBO} + SUF	9, 16, 26, 39
Zonadeiro	Zon _{SUBS} - + -ad- + SUF	22

Fonte: elaborado pela autora.

Observando o Quadro 1, nota-se que, dentre os sufixos formadores de vocábulos agentivos no PB, o sufixo *-nte* não é produtivo na denominação do trabalhador de enxada. No Quadro 1, constata-se a recorrência do sufixo *-eiro*, que se adjunge a bases diversas com acepção relacionada a: o local onde se exerce a atividade, *beirad-*, *zona-*, *jornad-*; a forma de pagamento, *patac-*, *rend-*, *jorn-*; a ferramenta de trabalho, *enxad-*; a atividade desenvolvida, *cavouc-*, *roç-*; ou, ainda, a posição em que se encontra ao desempenhar a atividade, *macac-*, uso metafórico. Quanto à categoria da base, *-eiro* pode se adjungir a substantivos, formas no participípio passado e a verbos (com menor produtividade).

As formas *macaqueiro* e *pataqueiro* são as que apresentam um número maior de ocorrências, portanto as mais produtivas, ambas formadas a partir de base substantiva; a segunda é encontrada nos dois estados, 14 localidades distribuídas equitativamente; a primeira, falada em um número maior de pontos (20), é encontrada apenas no estado da Bahia. Esse comportamento

pode ser explicado em termos extralinguísticos, ou seja, por meio dos aspectos sócio-históricos, geográficos e culturais das localidades em que ocorrem as formas, e ainda as variáveis da estratificação social, faixa etária, sexo e demais elementos identitários que são denotados no comportamento linguístico dos falantes.

A forma *macaqueiro* tem como base *macac-*, a mesma do substantivo *macaco*, utilizado em algumas regiões do estado como nos pontos 14 e 15 “para designar o trabalhador de uma atividade que paulatinamente lhe tiraria o vigor e lhe acarretaria inúmeras doenças pela posição física em que se encontra nesse tipo de trabalho” (ALMEIDA; PAIM; OLIVEIRA, 2019, p. 42), considerando que trabalha agachado. Assim, a formação derivada mais recorrente, *macaqueiro*, concorre com a forma primitiva *macaco*, que aparenta ser desprestigiada nas comunidades, o que parece demonstrar que a derivação sufixal reduz a carga pejorativa da forma base. Já na forma *pataqueiro*, segunda mais recorrente, que também possui um substantivo em sua gênese, verifica-se a mesma base morfológica que dá nome à moeda corrente no século XIX, *pataca*, que era muito desvalorizada, denotando a leitura de trabalhador mal pago.

O processo morfológico que compõe a forma *rendeiro* é semelhante ao de *pataqueiro*, porém, neste caso, o nome denominal tem em sua base o objetivo da atividade, que é gerar renda, tal qual ocorre nos formativos de base *jorn-*, que ocorre em uma única localidade no centro do estado e próxima ao litoral da Bahia.

Ainda observando as formações em *-eiro* no Quadro 1, é possível depreender que a base *jorn-* aparece em três formações, *jornadeiro*, *jornazeiro* e *jornaleiro*, pouco produtivas, mas muito interessantes sob o ponto de vista de sua estrutura. Na análise estrutural apresentada na terceira coluna do Quadro 1, propus que *jornadeiro* deriva do substantivo *jornada*, cuja estrutura é *jorn-* + *-ada*; *jornaleiro*, tem como base um adjetivo, formado pelo acréscimo do sufixo adjetivador *-al* à base *jorn-*, significando aquilo que é diário; e *jornazeiro* se constitui de tema + consoante de ligação (z).

É importante ressaltar que o fato de se considerar *jorn-* como a base dessas formações se deu também por conta de informações dadas pelos inquiridos, que afirmam que essas formações se referem à pessoa que “trabalha a

jorna”, de acordo com Informante A do ponto 9 (ROSSI; ISENSEE; FERREIRA, 1963, p. 126), “realiza qualquer trabalho por dia”, não só de enxada, assim sendo, *jorn-* que compõe a base de *jornaleiro* e *jornalista* tem sentido correlato à remuneração ser dada por dia de trabalho, aquele que não é assalariado mensal. Esse valor semântico está presente em várias formações para este agente. As formas ocorrem cada uma delas uma única vez e em três localidades distintas geograficamente próximas, ao sul litorâneo do estado da Bahia.

Quanto às formas *zonadeiro* e *beiradeiro*, é possível verificar que são formações que têm como base elementos físicos do local onde o trabalho é realizado, na beirada de rio, dos morros etc., e numa determinada zona. Ocorrem em um único ponto cada, 22, próximo ao litoral, e 49, no centro-oeste, respectivamente. Essas formas denominais são bastante recorrentes e encontradas apenas no território baiano, o que pode evidenciar que a escolha deste tipo de campo semântico para formações com o sufixo é mais difundida na Bahia.

Entretanto, com relação à última formação, *zonadeiro*, uma questão fica em aberto: qual o estatuto fonológico ou morfológico de *-d*? Não se configura como consoante de ligação, uma vez que a literatura sobre o tema registra apenas que as consoantes /l/ e /z/, no português, são empregadas em formações que requerem uma consoante a fim de manter o padrão consoante-vogal, como em: *paulada, chaleira, cafezal, forrozeiro*. Uma possibilidade de análise para essa consoante seria morfema de participio, caso o verbo *zonar* fosse atestado no PB. Há a possibilidade, ainda remota, de que este seja um tipo distinto de morfema, pois “existem autores de morfologia do português que, ainda, atualmente consideram a existência do sufixo *-deiro(a)*, sendo esse aspecto motivo de controvérsias e debates”. (SIMÕES NETO; SOLEDADE, 2014, p. 96) Parece acertado, então, afirmar que o *-d-* é um constituinte que não transporta nenhuma informação semântica, sendo assim um “constituinte genolexical”. (SANTOS LOPES, 2013, p. 72) Pode-se, inclusive, inferir que tenha sido uma formação esporádica, possivelmente analógica às palavras *beiradeiro, jornadeiro* e, até mesmo, a *enxadeiro*, em que o segmento em questão faz parte do radical.

Para os nomes *roceiro* e *cavouqueiro*, admite-se que são formados por base verbal, *cavouc-* e *roç-*, que podem ser lidos como *aquele que cavouca/roça a terra*. Essas formações ocorrem somente no oeste do estado da Bahia: a

primeira, em quatro pontos distintos do território, ao norte, ao sul, ao centro e próximos ao litoral, e a segunda, em dois locais na fronteira com Sergipe.

A denominação *enxadeiro* consta em sua base a *enxada*, que é o principal instrumento de trabalho do agente de atividade em questão, um tipo de campo semântico bastante recorrente quando se forma um agentivo em *-eiro*, ocorre em duas localidades, uma na Bahia, outra em Sergipe.

Com o sufixo *-ista*, apenas duas palavras foram encontradas, *diarista* e *jornalista*, cujo significado é distinto do comumente utilizado de pessoa que realiza trabalho de redator, repórter, conforme Houaiss Digital registra. A estrutura proposta e as localidades onde foram encontradas podem ser vistas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Formações derivadas em *-ista*

FORMAÇÕES	ESTRUTURA	PONTOS/LOCALIDADES
Jornalista	Jornal _{ADJ} - + -SUF	10
Diarista	Diari _{ADJ} + SUF	7, 9, 12, 58

Fonte: elaborado pela autora.

No que tange às construções com o sufixo *-ista*, que assim como o *-eiro* pode se adjungir a bases substantivas, adjetivas, dentre outras, foram encontradas apenas duas formações, contrariamente ao esperado, uma vez que este é bastante produtivo na língua. Foram duas deadjetivais com acepção de atividade remunerada por dia trabalhado, *jornalista*, e outra com mesma acepção e base distinta, *diarista*, e estão de acordo com padrão formativo prototípico do sufixo. A forma com base *jornal-* ocorreu em apenas um ponto do mapa, porém a segunda forma é mais produtiva, ocorrendo em ambos os estados em quatro pontos distintos.

A forma *jornalista* ocorre em localidade vizinha àquelas em que há outras formações a partir dessa mesma base, no sul da Bahia. Essa distribuição parece apontar para a existência de uma variação entre os sufixos *-eiro* e *-ista*, pois selecionam a mesma base (*jorn-*) formando agentivos. Essa variação entre *-eiro* e *-ista* se revela interessante também, visto que, ao contrário

do que afirma Fábregas (2010), para o espanhol, não há rivalidade entre esses morfemas. De acordo com o autor, há rivalidade entre os morfemas quando dois com a mesma função categorial e semântica competem em distribuição complementar na seleção das bases as quais se adjungem. Embora tenham o mesmo valor semântico, selecionam bases verbais com características distintas. No caso do espanhol, segundo o autor, os sufixos *-cion* e *-miento* selecionam bases verbais tendo em vista o aspecto lexical que expressam. Nos exemplos deste trabalho, essa rivalidade não ocorre, os dois morfemas (*-eiro*, *-ista*) não estão em distribuição complementar, ou seja, uma forma não bloqueia morfologicamente a outra no que diz respeito à formação de agentivo a partir da base *jorn(al)-*.

Aparenta ser mais aceitável, diante do exposto neste caso, a conceptualização de Simões Neto e Soledade (2014) de que há morfemas que, apesar de possuírem origem e formas distintas, concorrem em um mesmo contexto formativo por atribuírem semântica semelhante a um mesmo tipo de base, gerando palavras com aceção similar, senão idêntica, o “sinmorfismo”, e considerando que as formas *jornaleiro* e *jornalista* estão designando um mesmo profissional, assim tem a mesma aceção, em áreas geograficamente não distantes, utilizando-se da mesma base para tanto, podendo ser esse dado um exemplo do processo.

Passando às formações em *-dor*, o Quadro 3, a seguir, registra a estrutura e as localidades onde foram encontradas as três formações deverbais: *ganhador*, *trabalhador* e *lavrador*. Levando em consideração a semântica de suas bases, expressam pelo menos dois significados: a primeira pertence ao campo semântico de remuneração por uma atividade realizada, *aquele que ganha*, enquanto as demais se referem às atividades propriamente ditas *aquele que lavra*, *aquele que trabalha*. Das três, *ganhador* foi a terceira mais produtiva, com ocorrências em 13 localidades de ambos estados (Bahia e Sergipe), seguindo o primeiro e segundo lugar no número *macaqueiro* e *pataqueiro*, que, como supracitado, ocorreram em 20 e 14 localidades, respectivamente. O sufixo *-dor*, que só se adjunge a verbos, é bastante frequente, porém diferente do sufixo *-eiro* não ocorre com bases de diversos campos semânticos.

Quadro 3: Formações derivadas em *-dor*

FORMAÇÕES	ESTRUTURA	PONTOS/LOCALIDADES
Ganhador	Ganha _{VERBO} - + SUF	1, 2, 4, 5, 10, 12, 42, 51, 52, 54, 55, 57, 62
Lavrador	Lavra _{VERBO} - + SUF	6, 10, 12, 21, 24, 28, 31, 38, 40, 41, 44
Trabalhador	Trabalha _{VERBO} - + SUF	61

Fonte: elaborado pela autora.

Quanto às outras duas formações, *lavrador*, cujo significado está estreitamente relacionado ao trabalho de campo, *lavar*, portanto relacionado ao trabalho com enxada, ocorreu em 11 localidades do estado da Bahia. Já a forma *trabalhador*, cujo significado é mais abrangente, pois refere-se àquele que trabalha em qualquer setor, apareceu apenas em uma localidade do estado de Sergipe.

Formações compostas

As formações compostas são menos recorrentes que as derivadas e foram encontradas apenas no estado de Sergipe. Não surgiram dados de composto morfológico, apenas de compostos sintagmáticos e morfossintáticos, conforme Quadro 4.

Quadro 4: Os agentivos compostos

COMPOSTOS SINTAGMÁTICOS		
Composto	Estrutura	Pontos
Ganhador da pataca	N[V+dor] +SP	61
Ganhador de enxada	N[V+dor] +SP	56
Trabalhador de aluguel	N[V+dor] +SP	61
COMPOSTOS MORFOSSINTÁTICOS		
Trabalhador alugado	N[V+dor] + Adj	62

Fonte: elaborado pela autora.

Observando o Quadro 4, é possível notar que não há muitas designações para *trabalhador de enxada em roça alheia* criadas a partir do processo de

composição. Verifica-se que todas as ocorrências se encontram no estado de Sergipe, pois os pontos a partir de 51, como dito anteriormente, referem-se a localidades desse estado. Além disso, ocorrem em apenas três pontos: 56, 61 e 62, todas situadas ao norte do estado, que é área limítrofe do falar baiano.

Do ponto de vista morfológico, em todas as formações, o primeiro elemento do composto é uma forma derivada, em que se verifica o sufixo deverbais *-dor*, a base dessas formações ora se refere ao campo semântico de remuneração, ganhar, ora de realização de atividade remunerada, trabalhar, dando-lhe um caráter mais generalista.

Assim, os compostos que constam representados nos dados se dão em três grandes tipos: de estrutura (i) *ganhador de X*, (ii) *trabalhador de X*, sendo esses sintagmáticos, já que exibem a mesma característica de um sintagma, formados por NpreN e mais uma forma de composto morfossintático com a estrutura (iii) *trabalhador* + forma de particípio, um substantivo modificado por uma oração reduzida de particípio, cuja versão desenvolvida seria *trabalhador que é alugado*, ou seja, não registrado.

O núcleo da composição nas três formações é uma palavra derivada em *-dor*, e, em suma, pode-se perceber que a agentividade das palavras compostas deste recorte do *corpus* está sendo expressada a partir da formação com este sufixo, pois, nos dados de compostos, não há concorrência com nenhum outro sufixo. Por haver três ocorrências com estas formas, pode ser levantada a discussão de que são ou não de fato formas compostas, todavia por surgirem mais de uma vez, com os elementos nesta mesma ordem para o mesmo referente no mapa, em localidades circunvizinhas, e ainda por conta dos próprios falantes dos pontos informarem que se referem à pessoa que *trabalha em roça alheia*, se encontram indícios dos aspectos de idiomaticidade semântica e fixação (relativa) dos elementos, justificando, assim, esta classificação.

Outras formas de expressão de agente

Foram encontradas ainda duas formas derivadas, cujo significado final não reflete a base, são, portanto, lexicalizadas ou não composicionais. Essas formas estão registradas no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5: Palavras não composicionais

FORMAÇÃO	ESTRUTURA	PONTOS
Alugado	Alug _{VERBO} VT + -do	6, 63, 64, 65
Operário	Oper _{VERBO} + -ário	29, 32

Fonte: elaborado pela autora.

Como se observa no quadro, *alugado* e *operário* apresentam uma estrutura interna compatível com um processo derivacional, porém seu significado como *trabalhador de enxada em roça alheia* parece não recuperar totalmente o significado da base. *Alug-*, de acordo com o Houaiss Digital, é algo cedido ou tomado em locação, embora se registre que, regionalmente, seja possível ter o significado de assalariar, uma acepção tomada por metonímia. A única forma em que se encontra o morfema *-ário*, o qual exprime a noção de agentividade, também não permite recuperar o significado de sua base *oper-*, a mesma encontrada no verbo *operar*. De acordo com o Houaiss Digital, *operário* é o indivíduo assalariado que exerce qualquer tipo de trabalho (manual ou mecânico).

O uso da palavra *alugado* é bastante intrigante, visto que foge ao processo prototípico de formação de agentes. Apesar de corresponder à forma do particípio passado do verbo *alugar*, que expressa a noção de paciente, denotando um indivíduo que aluga seu dia de trabalho, contrariamente às demais formas encontradas, cujo valor semântico é o de agente. *Alugado* ocorreu em quatro pontos, um do estado da Bahia e três de Sergipe. É ainda interessante sobre esse uso o fato de ocorrer na forma composta *trabalhador alugado*. Seu uso parece ser uma redução dessa construção, um fenômeno muito comum na língua, inclusive nas formas nos compostos como em *moto* de *motocicleta*, *foto* de *fotografia*.

Por fim, registra-se que duas formas primitivas são empregadas para nomear o *trabalhador de enxada que trabalha em roça alheia*: *macaco*, em duas localidades, como já mencionado anteriormente, e *peão*, em dois pontos (3 e 49), ambas encontradas apenas no estado da Bahia.

REFLEXÕES FINAIS

No que diz respeito à distribuição dos processos de formação, verificou-se que a derivação sufixal é o principal processo formativo mais utilizado para designação do *trabalhador de enxada em roça alheia*, predominante no estado da Bahia, enquanto o processo de composição, menos produtivo, só ocorreu em Sergipe. Nas formações derivacionais, verificou-se maior produtividade do sufixo *-eiro*, ocorrendo com 11 bases de valores semânticos distintos, contudo do campo semântico de *trabalhador de enxada em roça alheia*: atividade, lugar, instrumento, remuneração, moeda e a postura física na realização do trabalho. Dentre as 11 denominações encontradas em *-eiro*, 9 são denominais e 2 deverbais.

Verificou-se, ainda, formações derivadas com o sufixo *-ista*, 2 formações, e 3 com o sufixo *-dor*, além de 2 formas primitivas e 2 derivadas, cujo significado é opaco a sua estrutura. As formações, considerando a base, expressam: o trabalho que se realiza no período de um dia, lugar onde se realiza a atividade, que pode ser parafraseada por *indivíduo que trabalha em X*, em que X representa um lugar, a finalidade da sua atividade e ainda o modo como a desempenha.

Foi observado que a semântica dos agentivos mais produtivos do *corpus* perpassa pelas mesmas classes conceptuais, (i) o trabalhador que recebe por dia trabalhado e (ii) aquele que cede sua força de trabalho por uma remuneração. Sendo a estas bases anexados sufixos que, geralmente, se associam para formar agentes de atividades desprestigiados socialmente, o que também ocorre na formação dos compostos, levando-se em consideração a formação destes expressar agentividade pelo *-dor*.

É possível notar, ainda, que ao norte de Sergipe, área limítrofe do estado de Sergipe com Alagoas, se apresenta um tipo distinto de processo formativo do encontrado na Bahia, a composição, este é também o limite entre o *falar baiano* e o *falar nordestino*, que pode dar indícios de uma variação dia-tópica no nível da morfologia quanto aos processos de formação de palavra, o que corrobora, no nível morfológico, com os limites definidos fonologicamente por Nascentes entre os falares em questão, porém algo que só pode

ser melhor estabelecido com um estudo mais longo e aprofundado, com a análise de um volume maior de dados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. C.; PAIM, M. M. T.; OLIVEIRA, J. M. Trabalhador de enxada em roça alheia: o léxico dos estados da Bahia e de Sergipe na década de 1960. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 30-51, 2019.
- BASILIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARDOSO, S. A. M. A dialectologia no Brasil: perspectivas. *DELTA*, São Paulo, v. 15, p. 233-255, 1999. Número Especial.
- FÁBREGAS, A. A syntactic account of suffix rivalry in Spanish. In: ALEXIADOU, A.; RATHER, M. (org.). *The syntax of nominalisations across languages and frameworks*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010. p. 67-91.
- FERREIRA, C.; ROSSI, N.; FREITAS, J. et al. *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: UFBA, 1987.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- NÓBREGA, V. A. *Tópicos em composição: estrutura, formação e acento*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A. S.; PEREIRA, I. et al. *Gramática derivacional do português*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- ROSSI, N.; ISENSÉE, D. M.; FERREIRA, C. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SANTOS LOPES, M. *A prefixação na primeira fase do português arcaico: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV*. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. O morfema –eir– no português contemporâneo. *Linguística y Literatura*, Medellín, v. 1, n. 65, p. 87-111, 2014.

SOBRE OS AUTORES

ORGANIZADORAS

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora do Instituto de Letras da UFBA e atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL/UFBA) e está vinculada ao grupo de pesquisa Nova Studia Philologica. Desenvolve pesquisa nas áreas de Filologia, Estudos Lexicais e Paleografia, em interface com a História, considerando a edição e o estudo de textos históricos, os discursos de violências e os movimentos de resistência das minorias.

Norma Suely da Silva Pereira

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora associada do Instituto de Letras da UFBA, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Coordena o Grupo de Estudos Escrita e Práticas Culturais (GEEPCult), vinculado ao grupo de pesquisa Nova Studia Philologica. Atua nas áreas de Filologia, Paleografia, Lexicografia, Terminologia e Onomástica em interface com as práticas culturais na América portuguesa.

Isabela Santos de Almeida

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora do Instituto de Letras da UFBA na área de Filologia, atua no PPGLitCult, vinculada à linha de pesquisa “Crítica e processos de criação em diferentes linguagens” e é mãe de Bento Augusto. Desenvolve pesquisa na área de Crítica Textual, dedicando-se especialmente à interface desta com as humanidades digitais no processo de edição e estudo de textos teatrais censurados no período da ditadura militar na Bahia.

Tereza Pereira do Carmo

Mãe, doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora de língua e literatura latinas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisa e se interessa pelos seguintes temas: literatura greco-latina, mitologia, teatro, recepção da cultura clássica, tradução e performance. Coordena o projeto de extensão AdMithos e, eventualmente, é diretora e atriz de peças teatrais realizadas com seus alunos.

AUTORES

Aldacelis Lima Barbosa Rosa Santos é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb). Atua como docente na educação básica na Rede Pública do Município de Salvador, pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

E-mail: aldacellisbarbosa@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8385642852785984>

Alícia Duhá Lose é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora associada do Instituto de Letras/UFBA e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). É bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: alicialose@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0964619379855440>

Américo Venâncio Lopes Machado Filho é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor titular de Língua Portuguesa do Instituto de Letras/UFBA e docente credenciado no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA).

E-mail: americo.venancio@ufba.br

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8835296574416420>

Angelo Gabriel Almeida Silva Freitas é graduando em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb).

E-mail: gabriel.varjao39@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4945914615414928>

Carla Carolina Ferreira Gomes Querino é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb).

E-mail: carolinaquerino@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0848314793173431>

Célia Marques Telles é professora emérita da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). É bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: cmtelles@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4961505951749379>

Clese Mary Prudente Correia é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: cleseprudente@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5321790275833391>

Cristina Figueiredo é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora associada do Instituto de Letras da UFBA e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA).

E-mail: macrisfi@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2829404519123105>

Daniela Almeida Alves é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: danisagitariana@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3512945188167323>

Daisy Cordeiro dos Santos é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

E-mail: daisy_cordeiro@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0514202686182836>

Dante Lucchesi é doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense (UFF) e docente credenciado no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: dante.lucchesi@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7530569358334953>

Eliana Correia Brandão Gonçalves é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora adjunta do Instituto de Letras/UFBA e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA).

E-mail: elianabrand7@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2864195573613178>

Emerson Ribeiro Maia Júnior é graduando em Letras na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: emermaia@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4983883270013688>

Fabiana Prudente Correia é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora adjunta do Instituto de Letras da UFBA.

E-mail: fabiana.prudente@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4315065331902864>

Fernanda Oliveira é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: nanda_o.silva@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4144606547724907>

Gérsica Alves Sanches é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora de Comunicação da Fundação Visconde de Cairu e professora de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Salvador.

E-mail: gersicasanches@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6610050362751624>

Jacyra Andrade Mota é professora emérita da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). É bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: jacymota@gmail.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2882439742195871>

Jane Keli Almeida da Silva é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: janekelialmeida@gmail.com

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0008413239684613>

Jéssica Carneiro da Silva é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora substituta de Língua Inglesa e Linguística da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* II.

E-mail: jessxcs@gmail.com ou jecsilva@uneb.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6848009828364114>

Juliete Bastos Macêdo é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e professora substituta na educação básica na rede de ensino do estado da Bahia.

E-mail: juliettmacedo@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2855259449194368>

Lílian Teixeira de Sousa é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA).

E-mail: liliantsousa@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2387178456233881>

Lívia Eduarda Oliveira de Araújo é graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: liviaeduarda0505@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7634511311016050>

Mailson dos Santos Lopes é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da (UFBA), egresso do PPGLinC/UFBA, professor adjunto do Instituto de Letras/UFBA e docente credenciada no PPGLinC/UFBA.

E-mail: mailson.lopes@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3934127267162346>

Manoela Nunes de Jesus é graduanda em Letras Vernáculas com uma Língua Estrangeira Moderna (Inglês) no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb).

E-mail: manolanunesdejesus@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3186024115083895>

Maria Alice Santos Ribeiro é graduanda em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), bibliotecária do Sistema de Bibliotecas Universitária da UFBA (SIBI/UFBA) e coordenadora do Lugares de Memória da UFBA.

E-mail: maliceribeiro@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6861432488723167>

Matheus Machado Pinto é graduando em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista de iniciação científica Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb).

E-mail: matheusmp@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8492610395946406>

Norma Suely da Silva Pereira é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora associada do Instituto de Letras da UFBA e docente credenciada no pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA).

E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6685590594527900>

Rafaela Muniz de Andrade é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: rafaelamuniz@outlook.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9248245953294651>

Ramon Arend Paranhos é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: ramon.arend@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4731497380255440>

Rebeca de Jesus Bomfim é graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista de iniciação científica do programa Permanecer/UFBA.

E-mail: bekabonfim99@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0404451254554795>

Silvana Silva de Farias Araújo é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS).

E-mail: silvana.uefs.2014@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0441614104812969>

Silvana Soares Costa Ribeiro é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora associada do Instituto de Letras da UFBA e docente credenciada no PPGLinC/UFBA.

E-mail: silvanar@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9842550682161250>

Tássia de Abreu Santos Matos é graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: tassiasmatos@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2724464596846904>

Zélia Gonçalves dos Santos é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora adjunta do Instituto de Letras da UFBA.

E-mail: zeliagoncalves@uol.com.br

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1966581673826950>

Formato: 17 x 24 cm


Fontes: TT Norms, Calluna

Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²

Capa: Cartão Supremo 300 g/m²

Impressão: Gráfica 3

Tiragem: 300 exemplares



Eliana Correia Brandão Gonçalves é mãe, doutora em Letras e Linguística (PPGLL/UFBA) e professora do Instituto de Letras da UFBA, atuando no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. Coordena o GEFILL – Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – e desenvolve pesquisas nas áreas de Filologia, Estudos Lexicais e Paleografia, em interface com a História, considerando os discursos de violências e as trajetórias de resistência das minorias.

Isabela Santos de Almeida é mãe de Bento Augusto, doutora em Literatura e Cultura (PPGLitCult/UFBA) e docente do Instituto de Letras da UFBA, área de Filologia, atuando no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Sua pesquisa na área de Crítica Textual, em interface com as Humanidades digitais, tem como objeto textos teatrais censurados, no período da ditadura militar na Bahia.

Norma Suely da Silva Pereira é mãe e avó, doutora em Letras e Linguística (Universidade Federal da Bahia, 2008), professora associada do Instituto de Letras da UFBA, atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. Coordena o Grupo de Estudos Escrita e práticas culturais – GEEPCult, investigando práticas culturais na Bahia nos períodos colonial e imperial.

Tereza Pereira do Carmo é mãe, professora de língua e literatura latinas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui interesse nos seguintes temas: literatura greco-latina, mitologia, teatro, recepção da cultura clássica, tradução e performance. Coordena o projeto de extensão AdMithos e, eventualmente, é diretora e atriz de peças teatrais realizadas com seus alunos.

Reúne-se, na presente obra, uma variedade de capítulos resultantes de estudos da área de língua e cultura, produzidos por estudantes de Graduação e Pós-Graduação, em coautoria com professores pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA). Inicialmente apresentados sob a forma de comunicações orais no XIII Seminário Estudantil de Pesquisa em Letras (SEPESQ), os capítulos apresentam alguns dos percursos linguísticos trilhados nos dez anos do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura. O livro destina-se a docentes, discentes e aos demais interessados em produzir diálogos críticos acerca de questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão na área de Letras e Linguística.

